

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação

MIDIATIZAÇÃO DAS CPIS

Os escândalos do Leite e da Segurança, entre a notícia e o espetáculo

Marja Pfeifer Coelho

Porto Alegre, 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação

MIDIATIZAÇÃO DAS CPIS

Os escândalos do Leite e da Segurança, entre a notícia e o espetáculo

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção de título
de Mestre em Comunicação e Informação

Marja Pfeifer Coelho

Orientação: Prof.Dr. Maria Helena Weber

Porto Alegre, 2004

Agradecimentos

A Maria Helena Weber, pela orientação e ensinamentos preciosos.

Aos colegas de mestrado, especialmente do grupo de comunicação e política.

A minha família, pelo apoio. Ao Artur, pela dedicação ao me ajudar.

Ao Paulo, pelo incentivo e carinho.

A CAPES, que possibilitou a realização desta pesquisa.

*Estamos com a história em nossos
calcanhares.*

*Ela nos segue como nossa sombra, como a
morte.*

*A história: isto é, uma série de acontecimentos
reconhecidos como acontecimentos por
muitos (...), acontecimentos que podemos
pensar que importarão aos olhos dos
historiadores de amanhã ou de depois de
amanhã e aos quais cada um de nós, por mais
consciente que seja de nada representar neste
caso, (...) pode vincular algumas circunstâncias
ou imagens particulares, como se fosse a cada
dia menos verdadeiro que os homens, que
fazem a história
(pois, senão, quem mais?)
não sabem que a fazem.*

RESUMO

Partindo do conceito de midiaticização e das relações de visibilidade entre os campos da mídia e da política, duas Comissões Parlamentares de Inquérito realizadas pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2001 são estudadas, revelando os processos de midiaticização das mesmas, que dão origem a regimes de visibilidade diferentes. A CPI da Segurança Pública, marcada pelo escândalo político que relacionava o governo do estado ao jogo do bicho, atingiu visibilidade máxima na cena pública, chegando a um regime de espetacularização. A CPI do Leite, que revelou um escândalo de ordem econômica e social, obteve pouco espaço na zona de visibilidade midiática.

A pesquisa baseia-se na cobertura de dois jornais, Zero Hora e Diário Gaúcho, da maior rede de comunicação do estado, a RBS, que tiveram participação intensa e mesmo direta na CPI da Segurança, delegando pouca importância à do Leite. A análise revela a importância do grau de intervenção da mídia no acontecimento, bem como da participação social na configuração de regimes de visibilidade. A intervenção da mídia é relacionada a interesses próprios, que podem ou não se conjugar ao entendimento do que é de interesse público por parte do campo político. É entre estas convergências ou não que a midiaticização das CPIs ocorre, recuperando e enfatizando sentidos provenientes de experiências históricas que marcam o (re)conhecimento público deste objeto.

ABSTRACT

Taking as basic starting points the mediatization concept and the visibility relations between media and political fields, two Investigation Committees (ICs) that took place at Rio Grande do Sul state legislative body, south Brazil, in the year 2001, were studied, exposing their mediatization processes, which give rise to dissimilar visibility schemes. The Public Security IC, typified by a political scandal making associations between the state government and illicit game activities, achieved maximum visibility in the public scene, reaching a spectacularization scheme. The Milk IC, bringing to light a social and economical scandal, in its turn, was restricted to a little space in the mediatic visibility zone.

This research is based on the coverage given by two local newspapers, Zero Hora and Diário Gaúcho. Belonging to the larger regional communication net, RBS, they had intense and even direct participation in the Public Security IC, but assigned a little importance to the Milk IC. The analysis reveals the significance of mediatic interference magnitude to the event, as well as the social involvement in visibility schemes configuration. Mediatic intervention is related to media interests, which could or not be conjugated to the political field understanding of public interest. The mediatization of Investigation Committees takes place between these convergences (or divergences), recovering and stressing historical senses that mark this object public (re)cognizance.

SUMÁRIO

1	<u>Introdução</u>	13
2	<u>Política e Mídia: relações de visibilidade</u>	27
2.1	<u>O Campo Político e o Campo Midiático</u>	36
2.2	<u>Visibilidade e Mdiatização</u>	40
2.3	<u>Lógica midática e noticiabilidade</u>	46
2.4	<u>Escândalos midiáticos e visibilidade da política</u>	63
3	<u>Estudo sobre a midiatização das CPIs da Segurança e do Leite</u>	68
3.1	<u>As Comissões Parlamentares de Inquérito</u>	68
3.2	<u>Processos de Midiatização</u>	81
3.3	<u>Metodologia de análise</u>	91
3.3.1	<u>Roteiro para análise formal</u>	106
4	<u>Antecedentes e contextualização</u>	109
4.1	<u>RBS: os jornais Zero Hora e Diário Gaúcho</u>	115
5	<u>A CPI da Segurança: o escândalo midiático</u>	123
5.1	<u>Instalação da CPI</u>	123
5.2	<u>A configuração do escândalo da Segurança</u>	134
5.3	<u>O processo de midiatização</u>	137
5.4	<u>Construção e intervenção na visibilidade</u>	204
6	<u>A CPI do Leite: o escândalo não midiático</u>	221
6.1	<u>Instalação da CPI</u>	221
6.2	<u>A configuração do escândalo do Leite</u>	224
6.3	<u>O processo de midiatização</u>	226
6.4	<u>Construção e intervenção na visibilidade</u>	243
7	<u>Midiatização das CPIs: interesses e regimes de visibilidade</u>	251
8	<u>Conclusão</u>	272
9	<u>Referências Bibliográficas</u>	284
	<u>ANEXO</u>	292

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Circuito de visibilidade midiática	43
Figura 2: Processo de midiática das Comissões Parlamentares de Inquérito .	82
Figura 3: Fatores cooperantes na midiática das CPIs	91
Figura 4: Dinâmica do escândalo na CPI da Segurança	135
Figura 5: Reprodução da capa e da página com a matéria sobre o inquérito – Diário Gaúcho 11/05/2001	154
Figuras 6 e 7: Detalhe da capa do DG de 10/11/2001 e quadro em que um jornalista do DG é representado pictoricamente como personagem do Caso (pg 4)	194
Figura 8: Charge do Diário Gaúcho (10/11/2001:2)	197
Figura 9: Dinâmica do escândalo na CPI do Leite	225
Figura 10: Um possível mapa dos trânsitos entre regimes de visibilidade da CPI da Segurança	255
Figura 11: Um possível mapa dos trânsitos entre regimes de visibilidade da CPI do Leite	258
Figura 12: Fluxos de informação no processo de midiática da CPI da Segurança	262
Figura 13: Fluxos informativos no processo de midiática da CPI do Leite ...	262
Figura 3: Fatores cooperantes na midiática das CPIs	267

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Posições de visibilidade entre Mídia e Sociedade e regimes resultantes	61
Tabela 2: Classificação das ocorrências para o jornal Zero Hora	103
Tabela 3: Classificação das ocorrências para o jornal Diário Gaúcho	104
Tabela 4: Distribuição por partido das assinaturas no requerimento da CPI da Segurança	123
Tabela 5: CPI da Segurança em ZH e DG de fevereiro a abril	139
Tabela 6: CPI da Segurança em ZH e DG de maio a junho	151

Tabela 7: CPI da Segurança em ZH e DG de julho a setembro	164
Tabela 8: CPI da Segurança em ZH e DG – outubro	172
Tabela 9: CPI da Segurança em ZH e DG – novembro	180
Tabela 10: CPI da Segurança em ZH e DG – dezembro	202
Tabela 11: Distribuição por partido das assinaturas no requerimento da CPI do Leite	221
Tabela 12: CPI do Leite em ZH de setembro a novembro	226
Tabela 13: CPI do Leite em ZH de dezembro a março	235
Tabela 14: CPI do Leite em ZH de abril a junho	239

LISTA DE GRÁFICOS

<u>Gráfico 1: Evolução das ocorrências informativas e opinativas sobre CPI da Segurança em Zero Hora.....</u>	205
<u>Gráfico 2: Evolução das ocorrências informativas e opinativas sobre CPI da Segurança no Diário Gaúcho.....</u>	206
<u>Gráfico 3 : Ocorrências em capa – CPI da Segurança/ZH</u>	208
<u>Gráfico 4: Evolução das ocorrências informativas discriminadas – ZH</u>	210
<u>Gráfico 5: Evolução das ocorrências informativas discriminadas – DG.....</u>	210
<u>Gráfico 6: Evolução de ocorrências opinativas discriminadas em ZH</u>	212
<u>Gráfico 7: Evolução de ocorrências opinativas discriminadas em DG.....</u>	212
<u>Gráfico 8: Evolução das ocorrências na Pág Dez de ZH</u>	215
<u>Gráfico 9: Evolução das ocorrências “Palavra do Leitor” em ZH.....</u>	216
<u>Gráfico 10: Pertinência – variação editorial da CPI da Segurança em Zero Hora</u>	218
<u>Gráfico 11: Evolução das ocorrências opinativas e informativas para a CPI do Leite em ZH</u>	244
<u>Gráfico 12: Evolução das ocorrências informativas discriminadas para a CPI do Leite em ZH</u>	246
<u>Gráfico 13: Proporcionalidade nos totais discriminados de ocorrências informativas para a CPI do Leite em ZH</u>	248

1 INTRODUÇÃO

Política e mídia provocam paixões, mobilizam e desencantam. Entre grandes decisões públicas e escândalos comprometedores, nosso olhar para a política está também na mídia. O envolvimento entre as duas é ímpar na contemporaneidade; sela uma experiência conformada pela configuração de nossa sociedade. Como pilar democrático, a visibilidade da mídia é ambivalente: cumpre e descumpre seu papel de mostrar. Mostra, e seu olhar também é político. A política, por sua vez, tenta dar-se mais à visão do público via mídia. Suas práticas também ganham uma dimensão midiática.

Destes movimentos, os acontecimentos públicos brotam e provocam reações. Desde um total ignorar, uma descrença em relação a práticas que se revelam distantes de uma dimensão ética, até um mobilizar, um tomar partido que leva às ruas. Ou ainda os acontecimentos passam despercebidos; quase que jamais acontecidos, desinteressantes.

É nesta trama que surge o objeto desta dissertação, a midiaticização das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Dos movimentos entre os dois campos é gerado o processo de midiaticização, que não é regra: muitas investigações não ganham a dimensão pública midiática. É desta duplicidade do objeto (presença/não presença) que surgiu a dúvida maior: por que algumas CPIs são midiaticizadas de tal forma que passam a fazer parte de um corpo de assuntos reconhecíveis por muitos, enquanto outras não?

Aqui esta questão é representada por dois acontecimentos que tiveram lugar no Rio Grande do Sul em 2001, durante o governo de Olívio Dutra (Partido dos Trabalhadores – PT): a CPI da Segurança, que ganhou manchetes e

transmissões ao vivo, virando assunto obrigatório especialmente em novembro daquele ano, e a CPI do Leite, que modestamente limitou-se a inserções pequenas, intermitentes e com lugar específico – as editorias destinadas a assuntos rurais.

A comissão criada para investigar a situação da área da segurança no estado, instalada em abril de 2001, sofreu uma mudança temática em decorrência da participação da mídia na investigação, pautando o campo político através de reportagens e interferindo diretamente no fato, através de uma entrevista não publicada realizada por jornalistas do Diário Gaúcho (jornal de caráter popular da Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS) com o ex-tesoureiro do PT. A fita, com denúncias de financiamento de campanha e da compra da sede do partido com dinheiro do jogo do bicho, é levada ao relator da CPI, e no palco político, publicizada. A ampla visibilidade que esta comissão alcança está neste escândalo e não na questão da segurança, provocando conseqüências diversas para o campo político. O relatório final indiciou o governador do estado Olívio Dutra por improbidade administrativa e crime de responsabilidade, além de outras 40 pessoas e do próprio partido do governo (PT).

Já a CPI do Leite foi criada em outubro de 2001 para investigar a situação de exclusão de produtores rurais no setor leiteiro, causada por práticas abusivas e concentracionistas de indústrias de laticínios, de embalagens e do setor de supermercados, ao interferirem no alto preço pago pelo litro de leite pelo consumidor final – e no baixo ganho dos produtores, no início da cadeia, provocando a exclusão. Esta comissão é solicitada ao campo político por um grupo social discreto, os produtores rurais, e culminou com o indiciamento de grandes empresas, como a Parmalat, a Elegê, a Tetrapack e as redes multinacionais de supermercados Sonae (marcas Big e Nacional) e Carrefour.

Estes dois acontecimentos representam duas possibilidades de existência de um tema na cena pública contemporânea, marcada pela inegabilidade da presença e atuação dos meios de comunicação, que interfere em experiências pessoais e em práticas sociais. A conformação de uma visibilidade mediada proporciona a transposição de distâncias e do tempo; lugares, situações e pessoas antes impossíveis de serem alcançados pelo olhar tornam-se reconhecíveis. Roger Silverstone (2002) afirma a centralidade da mídia na experiência contemporânea:

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de vez em quando, para as intensidades da experiência. (p.12)

Há um vínculo entre sociabilidade e meios de comunicação em que circulam significados e influências mútuas. A existência de experiências mediadas ou reformuladas pela presença da mídia provoca o surgimento de novas práticas sociais. É o que entende Eliseo Verón pelo termo “mediatização”, que seria a própria “mudança social das sociedades pós-industriais” (1997b:17). A “mediatização” produz coletivos, gerando quadros identitários. A mídia serve de “cimento homogeneizador” da experiência coletiva (Rodrigues, 1997).

John B. Thompson (1998) distingue uma nova forma de interação social provocada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a “quase-interação mediada”, comparando-a a outras duas formas de interação experienciadas pela humanidade: a interação face-a-face e a interação mediada. Basicamente, a interação face-a-face pressupõe um contexto de co-presença, um destinatário específico e é dialógica (ou pelo menos oferece a possibilidade de resposta iminente), tratando-se de uma forma clássica de troca simbólica. A interação mediada conta com o auxílio de um meio (uma carta, o telefone),

possibilita separação de contextos, mas também é orientada para um destinatário específico e é dialógica.

Ao contrário das anteriores, a “quase–interação mediada” é monológica (o destinatário não possui condições de dar uma resposta imediata – embora haja casos de programas de televisão ditos interativos, o autor chama a atenção para a participação ínfima em comparação com a audiência potencial), não possui um destinatário específico (é orientada para um número indeterminado de potenciais destinatários) e pressupõe uma separação de contextos espaço–temporais entre produção e recepção (e mesmo entre diversos contextos de recepção). Dando–se através dos meios de comunicação de massa, esta forma de interação social mescla–se às demais cotidianamente, e, desta maneira, os destinatários apropriam–se das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação através de trocas simbólicas em outros contextos que não apenas os da recepção propriamente dita.

Ressaltando a importância que esta “quase–interação” possui na contemporaneidade, dois conceitos de Thompson (1998) podem ser citados: o de “historicidade mediada”, segundo o qual “nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas” e o de “mundanidade mediada”, em que “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo moldada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (p. 38).

Estes dois conceitos articulam memória, experiência e mídia. É nesta triangulação que é introduzida a justificativa para o estudo do processo de midiatização das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Se hoje a sigla CPI pode aparecer sem causar estranhamento em uma manchete, é porque já se admite um reconhecimento público de seu significado.

De fato, as Comissões Parlamentares de Inquérito estão, nos últimos anos, cada vez mais próximas da população brasileira, como resultado de uma entrada efetiva nas mídias. O marco inicial deste processo pode ser identificado como a CPI que levou o presidente Fernando Collor de Mello à abertura de um processo de impeachment, em 1992. Esta comissão é referencial pois provocou uma experiência pública de magnitude indiscutível, em um processo que culmina com a ida de milhares de brasileiros às ruas pedindo a saída do presidente.

Desde então, tomou-se conhecimento, via mídia, de várias outras investigações parlamentares que deram visibilidade a escândalos de diversas ordens, desde financeiros (CPI dos Bancos), passando pelo narcotráfico – quando descobrimos um deputado federal assassino – chegando até ao futebol, tudo isto em nível federal. Em 2001, a CPI da Segurança Pública realizada pela Assembléia do estado do Rio Grande do Sul levou o governo gaúcho às manchetes nacionais, sob a suspeita de envolvimento do partido no poder com o jogo clandestino. Esta comissão, portanto, localiza-se no rastro histórico da midiaticização de Comissões Parlamentares de Inquérito.

As CPIs, entretanto, não são um instrumento legislativo novo: aparecem pela primeira vez em uma Constituição Brasileira no ano de 1934¹. A entrada atual em uma zona de visibilidade midiática é que demarca um (re)conhecimento público das investigações parlamentares, uma experiência pública que deve influir na memória e percepção destas investigações, e nos próprios sentidos que a sigla CPI vai assumindo². Se, por um lado, a mídia proporciona a experiência de

¹ O princípio de investigação é inerente ao poder legislativo, como salienta Salgado (2001), independente de sua normalização constitucional.

² Em um *brain storm* proposto à turma da disciplina Seminário de Comunicação e Política da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no semestre 2002/02, foi solicitado aos alunos que escrevessem a primeira palavra que viesse à mente ao ouvir a sigla CPI. Os resultados foram: investigação, política, Collor, corrupção, escândalos, pizza, perseguição, incompetência, falta de informação, ineficiência. Obviamente

algo antes opacitado ou inacessível à maioria, por outro, esta visibilidade proporcionada advém de uma lógica midiática própria. Expansões e contrações de experiências, de sentido: é neste movimento, diástoles e sístoles, que o objeto CPI midiaticizada adquire forma. A midiaticização provoca sua visibilidade; seu reconhecimento público fica ligado à forma como é visível pela mídia³.

Justamente pela atualidade de seu potencial midiático, a aparição das CPIs no noticiário diário merece ser estudada, bem como seus possíveis efeitos. A visibilidade que dá a seus participantes e seu conteúdo fartamente espetacularizável, caracterizando escândalos, não deve passar despercebida nem pela audiência, nem pelos próprios parlamentares. O histórico de escândalos políticos veiculados (mesmo as CPIs mostradas pela mídia que, a priori, não versavam sobre atos políticos, revelaram envolvimento comprometedor do campo – vide CPI do Narcotráfico e do Futebol) e a disseminação do senso comum de que tudo no Brasil “acaba em pizza”, levam, inevitavelmente, a uma desqualificação de um *ethos* político no país. Isto faz crer que a CPI, como parte do jogo político, serve à desconstrução da imagem de um adversário (e neste sentido é que se entende a mera ameaça de criação de uma CPI, como foi o caso da CPI da Corrupção, inviabilizada pelo governo federal em manobras políticas), e, como parte do jogo midiático (muitas vezes imbricado ao jogo político), pode servir à desqualificação da política. Estas características são adquiridas graças à sua visibilidade.

este exemplo é apenas ilustrativo, mas, considerando que são alunos de comunicação e que participavam de um Seminário que envolvia política, os sentidos agregados à sigla são bem próximos dos que circularam publicamente, via mídia.

³ Não se está falando aqui de efeitos diretos, mas de uma relação fundamental entre um objeto desconhecido e sua representação via mídia, ainda que esta representação seja cotejada, no contexto da recepção, com outras experiências/informações próprias de cada um. Em outras palavras, a mídia sinaliza sentidos preferenciais para este objeto desconhecido.

Também a mídia pode se portar como ator político na midiatisação de uma CPI. É assim quando pauta os trabalhos de uma investigação parlamentar, quando provoca investigações paralelas, ou quando produz provas para o campo político, um exemplo extremo de ação já experienciado na CPI da Segurança Pública (2001), escolhida para este estudo. Promovida pela Assembléia Legislativa gaúcha, a comissão deveria voltar-se às questões da segurança pública, mas passa a investigar possíveis relações entre o governo estadual e o jogo do bicho através da participação de um agente midiático, no caso, a Rede Brasil Sul (RBS), afiliada à Rede Globo de Televisão e maior empresa do campo da comunicação no Rio Grande do Sul.

O grau máximo de participação da RBS nesta comissão é demarcado por uma intervenção direta no acontecimento, quando repórteres do jornal Diário Gaúcho, de sua propriedade, levam ao relator da CPI uma fita com declarações de envolvimento do governo gaúcho com o jogo do bicho feitas pelo ex-tesoureiro do partido do governo. Neste movimento, os próprios jornalistas tornam-se personagens do acontecimento, e inclusive são chamados a testemunhar na comissão.

Pelo outro lado, o da opacidade, também a mídia assume uma posição, a de silenciar sobre outras investigações parlamentares. As comissões não desfrutam do mesmo regime de visibilidade, embora, a princípio, todas versem sobre assuntos considerados de interesse público pelo campo político. Desta forma, inúmeras comissões realizadas no plano federal não possuem o mesmo reconhecimento público daquelas que foram midiatisadas, que figuraram como temas de relevância quando de sua ocorrência e aqui já exemplificadas⁴.

⁴ Como exemplo de CPIs que receberam pouca divulgação estão a CPI da Mortandade Materna (2001), a da Atuação da FUNAI (1999), a dos Recursos da CPMF (2002), entre várias outras em âmbito federal.

A outra CPI escolhida para este estudo representa esta menor visibilidade: a Comissão Parlamentar de Inquérito do Preço do Leite. Também iniciada em 2001 no parlamento gaúcho, a investigação foi exigida por um setor da sociedade e resultou no indiciamento de grandes empresas de supermercados e indústrias de laticínios e de embalagens por abuso do poder econômico.

Seu regime de visibilidade, entretanto, foi bastante diferente do experienciado pela CPI da Segurança. Ela figurou na zona de visibilidade pública sempre vinculada a uma pertinência específica (editoria rural), sem provocar opiniões dos agentes midiáticos ou suscitar o retorno da opinião pública. Estas ponderações revelam que o estudo da midiatização aponta para interesses dos campos envolvidos seja no destaque ou na opacidade de uma CPI.

Como estudar a midiatização destas duas comissões? Jacques Marre (1981) sugere movimentos dialéticos e cadências para uma pesquisa. O primeiro deles tem direção ascendente, partindo do real, situando o problema de pesquisa em um referencial teórico com a finalidade de construir um objeto de conhecimento.

Estas observações levam o estudo, em um primeiro momento, a uma recuperação das relações entre mídia e política, provocadoras da visibilidade. Para tanto, são definidos os dois campos sociais, com base em Pierre Bourdieu e Adriano Duarte Rodrigues. Cada campo possui conformações e lógicas próprias, e as relações entre ambos promovem, na contemporaneidade, a constituição de uma cena pública política ímpar, espaço privilegiado na circulação da opinião pública, nas disputas simbólicas travadas entre os campos e nas práticas de esfera pública.

Neste contexto, a midiatização é então pensada a partir da lógica midiática, sendo o conceito central deste trabalho. Por midiatização, entenda-se o processo de apropriação de um fato/acometimento pela mídia, sofrendo ação

desta. Enquanto agente, a mídia não apenas seleciona, mas também tematiza, hierarquiza, destaca, enquadra, intervém ou ainda silencia. A ação midiática parte de uma sociabilidade, realimentando-a. Desta forma, mesmo objetos opacos podem se tornar visíveis e reconhecíveis socialmente pela midiáticação⁵.

O conceito de midiáticação, encontrado em autores como Verón (1997) e Rubim (2002), é aqui usado para conformar uma ação da mídia em que a exposição do acontecimento possui magnitude, proporcionada especialmente pela participação midiática intensa no fato, tornando-o relevante, dotando-o de uma certa permanência no meio social e de uma inegabilidade de sua existência que faz com que ele pertença a vários lugares de fala do campo midiático.

Esta apropriação conserva a autonomia do espetáculo, categoria reservada aos acontecimentos em que não basta a participação da mídia, sendo a participação da sociedade o fator necessário e diferencial. Este conceito de espetáculo vem do trabalho de Maria Helena Weber, especialmente de sua tese de doutorado, em que o recupera teoricamente e abre o mecanismo de constituição dos espetáculos político-midiáticos.

Midiáticação e espetacularização constituem regimes de visibilidade, pensados a partir das considerações de Eric Landowski (1992) sobre posições óticas de “ver” e “dar a ver”. Estas posições são assumidas de diferentes maneiras por mídia e sociedade, resultando em diferenças de exposição na cena pública. Um circuito de visibilidade midiática pode ser pensado a partir dos diferentes regimes; ele sugere que um acontecimento pode circular entre a veiculação (midiáticação de intensidade muito fraca), a midiáticação e a espetacularização (grau maior de exposição/visibilidade midiática).

⁵ A midiáticação pressupõe uma veiculação, mas a mera veiculação de um fato não faz com que este entre em uma zona efetiva de visibilidade (e conseqüentemente reconhecimento)

Os mecanismos que podem justificar os caminhos adotados por um acontecimento neste circuito são pensados para as Comissões Parlamentares de Inquérito. Uma primeira avaliação histórica para justificar a midiaticização das CPIs aponta para os escândalos: exemplos são numerosos neste sentido, e são explicitados no texto. Na medida que o escândalo é apropriado em suas fases de revelação e condenação pela mídia, tem-se a constituição do que Thompson (2002) denomina *escândalo político midiático*. A conformação desta categoria é viabilizada por uma série de interesses da mídia, e é revelada pelo estudo de sua midiaticização.

Desta forma, este estudo recupera teoricamente e historicamente (sob a ótica da midiaticização) as Comissões Parlamentares de Inquérito, além de desenvolver a questão da conformação de escândalos midiáticos como possível responsável pela midiaticização das CPIs.

O encontro entre os campos da política e da mídia, configurando uma cena pública política, e a proeminência dos escândalos nesta cena, gerando regimes de visibilidade, são então pensados no processo de midiaticização das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O segundo movimento para concretização da pesquisa é enunciado: a dialética descendente, em que, a partir do objeto de pesquisa construído, elabora-se uma série de operacionalizações capazes de promover seu entendimento e de retornar ao real.

Em termos metodológicos, considerando a midiaticização das CPIs como uma forma simbólica, optou-se pela Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 2000) enquanto referencial. A proposta da HP divide a análise em três momentos: a recuperação sócio-histórica, a análise formal e a interpretação.

pública. A midiaticização, portanto, requer uma ação mais propositiva da mídia, que adota o fato. Este ponto será abordado detalhadamente mais adiante.

Os antecedentes e a contextualização do período em que ocorrem as CPIs baseiam-se na apresentação da Rede Brasil Sul como principal instituição midiática do Rio Grande do Sul e de seus dois veículos escolhidos para este estudo: os jornais Zero Hora e Diário Gaúcho, com suas especificidades e constituições próprias. Também há uma descrição da situação vivenciada no campo político pelo governo do Estado, então pela primeira vez na história ocupado por um representante do Partido dos Trabalhadores, o que trouxe à tona tensões específicas ao período, bem como relações de poder peculiares. Esta contextualização é elaborada especialmente através de jornais da época e de outras fontes documentais.

Para a análise formal, entendeu-se que a midiatização deve ser estudada a partir da cobertura ofertada pela mídia; nos casos aqui selecionados, a análise é feita com base nos jornais Zero Hora e Diário Gaúcho, de RBS. Isto porque, além de representarem a maior rede de comunicação do Estado, estavam diretamente envolvidos na CPI da Segurança, uma vez que os jornalistas do Diário Gaúcho produziram uma prova para a comissão e posteriormente foram chamados a depor na mesma. A escolha resultou numa compreensão quase estratégica da midiatização desta CPI, tendo como contraponto a cobertura da CPI do Leite – sequer mencionada pelo Diário Gaúcho.

A compreensão do processo de midiatização exige um primeiro entendimento da conformação de cada CPI no campo político e uma análise destas enquanto acontecimentos peculiares – geradores de escândalos.

É então feita uma aproximação das coberturas produzidas. As ocorrências geradas nos jornais tomam formas opinativas ou informativas, e subclassificações que, analisadas em função do tempo e da evolução temática das CPIs, sugerem os meandros da midiatização e os regimes de visibilidade proporcionados. Uma vez caracterizados estes regimes, a midiatização é confrontada com a geração de

escândalos midiáticos, em busca de justificativas e respostas para as diferenças observadas no “dar a ver” de cada CPI – já na fase interpretativa, onde a intenção é explicar o objeto.

Desta forma, o estudo é apresentado em nove capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo retoma as relações de visibilidade entre política e mídia, explora o conceito de midiaticização e os possíveis regimes de visibilidades engendrados por diferentes posições de ver e dar a ver entre mídia e sociedade. Uma reflexão sobre o trabalho jornalístico também é feita a partir destes conceitos, pensando na informação, atuando em uma lógica que inclui igualmente o entretenimento, como uma das formas da visibilidade midiática.

Ainda nestes capítulos os escândalos midiáticos são apresentados na perspectiva de Thompson (2002), como fenômenos da contemporaneidade demarcados pelas relações entre os campos da mídia e da política e enquanto acontecimentos jornalísticos privilegiados.

O capítulo três explora a noção e a história das Comissões Parlamentares de Inquérito, indispensável ao entendimento do processo de midiaticização das mesmas. Um diagrama é então formulado para esquematizar este processo; ele inclui a compreensão da noção de campos e da conformação da cena pública, zona de visibilidade ímpar, bem como situa o problema de pesquisa em uma perspectiva sincrônica: por que algumas CPIs desfrutam de regimes de visibilidade intensos e outras não? O capítulo três também explicita as operações de análise e o referencial metodológico adotado, capazes de oferecer respostas ao problema.

O capítulo 4 traz os antecedentes e a contextualização do período estudado. As análises são feitas nos capítulos 5 e 6, respeitando as particularidades de cada CPI. No capítulo 7, os resultados são confrontados, seguidos de uma conclusão (capítulo 8) e das referências bibliográficas (9). Em

anexo, páginas e capas de Diário Gaúcho e Zero Hora com ocorrências estudadas ilustram o trabalho.

Para a realização deste estudo, algumas dificuldades foram encontradas. Uma delas foi o silêncio dos jornalistas do Diário Gaúcho a respeito de sua participação na CPI da Segurança. O editor de polícia do jornal Plínio Nunes, que junto a dois outros profissionais – os jornalistas Carlos Henrique Nunes e Claiton Magalhães – entrevistou Jairo Carneiro e serviu de testemunha à CPI, foi procurado diversas vezes entre março e abril deste ano, por e-mail e telefone. O primeiro contato, por e-mail, resultou em uma resposta pedindo maiores explicações sobre o estudo e sobre qual a posição da pesquisadora em relação à CPI.

A pesquisa foi detalhada, mas nova resposta não veio. Optou-se, então, pelo envio de algumas perguntas, entre as quais, o porquê da entrega da fita ao relator da CPI. Infelizmente, alegando problemas de tempo em diversos contatos posteriores (inclusive por telefone), as respostas (que seriam sempre remetidas “no próximo domingo”) não foram enviadas até o início de maio.

Este silêncio, entretanto, também diz respeito à postura da mídia na promoção do escândalo que marcou a CPI da Segurança. E fica aqui registrado como uma resposta.

Além de desvelar a midiaticização das comissões selecionadas, a intenção deste estudo é também retomar a visibilidade do objeto sob uma perspectiva acadêmica. As CPIs são analisadas e ganham visibilidade própria do campo acadêmico, a partir de suas visibilidades midiáticas. Se a visibilidade é aqui compreendida por um duplo movimento (um “dar a ver” seguido de um “ver”), este estudo também refaz o caminho: é um “ver” da midiaticização das Comissões Parlamentares de Inquérito, “dado a ver” no estudo apresentado.

2 POLÍTICA E MÍDIA: RELAÇÕES DE VISIBILIDADE

Política e mídia, campos diferenciados, com lógicas próprias, possuem similitudes e diferenças que ora convergem, ora se chocam. Nos discursos, o mesmo aporte da sedução. Na política, uma tradição retórica; na mídia, uma dominância imagética que busca o espetacular.

Como afirma Balandier (1982), a política sempre se caracterizou por sua teatralidade.

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial (p. 07)

A prática política envolve a produção constante de símbolos, cerimônias, ritos, de forma que o imaginário é componente fundamental do processo político. Esta simbologia comum, partilhada, sempre necessitou de uma dimensão pública que a tornasse reconhecida.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, novas formas de ação e interação e de relacionamentos sociais surgiram (Thompson, 1998). A visibilidade passou a ser mediada e foi redimensionada. Os atores políticos tornaram-se visíveis a um público massivo, estabelecendo-se um acesso entre governados e governantes que não existia.

Este redimensionamento de visibilidade e as novas formas de interação, aliados à problemática da dicotomia público x privado, provocam mudanças nas práticas políticas. Alguns pontos mais elementares podem ser destacados: a constituição de uma esfera pública contemporaneamente está vinculada à

visibilidade midiática; a cena pública é espaço privilegiado de circulação de uma opinião pública; a constituição da *fides*, do próprio capital político dos atores políticos, que fica vinculado à conformação de uma imagem pública, também tem na zona de visibilidade midiática um *locus* fundamental.

Inicialmente será tratada a dicotomia público x privado, que permitirá abordar os outros pontos levantados. Bobbio (2001) explora duas dimensões desta dicotomia. A primeira (que o autor nomeia grande dicotomia), relacionada ao direito público x direito privado, possui relação com a dicotomia sociedade política x sociedade econômica (ou ainda Estado x agentes privados). A segunda, remete à idéia de público como algo manifesto, exteriorizado, e privado como algo secreto, resguardado. Bobbio (2001) ressalta que

o problema do caráter público do poder é um problema diferente daquele que se refere à sua natureza de poder político distinto do poder dos privados: o poder político é o poder público no sentido da grande dicotomia mesmo quando não é público, não age em público, esconde-se do público, não é controlado pelo público (Bobbio, 2001:28).

O autor evidencia a diferença entre duas formas de governo a partir do caráter público do poder. Desta forma, a república é caracterizada “pelo controle público do poder e na idade moderna pela livre formação de uma opinião pública” (p. 28), e o principado pelo método de governo que inclui o recurso aos *arcana imperii* – segredos de Estado, considerando o poder do príncipe mais eficaz “quanto mais oculto está dos olhares indiscretos do vulgo, quanto mais é, à semelhança do (poder) de Deus, invisível” (p. 29).

A República pressupõe, portanto, uma certa publicidade do poder. Na forma de um regime representativo, os atos de governo dos representantes do povo devem ser abertos ao público.

É essencial à democracia o exercício dos vários direitos de liberdade, que permitem a formação da opinião pública e asseguram assim que

as ações dos governantes sejam subtraídas ao funcionamento secreto da câmara de conselho, desentocadas das sedes ocultas em que procuram fugir dos olhos do público, esmiuçadas, julgadas e criticadas quando tornadas públicas (Bobbio: 2001,30)

Tanto os regimes democráticos quanto a quase–interação mediada calcada na mídia favorecem uma ampla visibilidade dos agentes do poder político. A dimensão pública (no sentido da primeira dicotomia) é publicizada (no sentido da segunda dicotomia) contemporaneamente através da mídia.

Pensando na questão de uma esfera pública tal qual estudada por Habermas (1984) em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, ou seja, como uma discussão permanente, aberta e racional entre privados reunidos em público (características da esfera pública *burguesa*), vital à idéia de uma democracia deliberativa, claramente percebe–se que o advento dos meios de comunicação de massa redimensiona o caráter **público** de uma tal esfera.

Resulta que vários autores tratam de afirmar, por um lado, que esta nova dimensão provoca uma esfera pública mais aberta, e, conseqüentemente, mais democrática; por outro lado, o princípio de racionalidade estaria se perdendo frente à lógica espetacular midiática, o que enfraqueceria qualquer tomada de posição – pouco reflexiva – e comprometeria a qualidade do regime democrático⁶.

A concepção de Gomes (1999b) apresenta a possibilidade de práticas de esfera pública via mídia ou fora dela. O autor separa a cena pública política, que neste trabalho é identificada como a interface entre campo político e midiático, do que seria propriamente uma esfera pública. Neste sentido, as relações entre cena pública política e esfera pública poderiam dar–se de três maneiras diferentes: a esfera pública externa à cena política; a esfera pública interna à cena política; e, por fim, a cena política sendo editada como esfera pública.

Na primeira possibilidade, Gomes (1999b) cita o parlamento, “esfera pública geral e legal”, e outras instâncias deliberativas conformadas pela cultura democrática. Dependendo do alcance da prática de esfera pública, esta necessariamente exigirá a dimensão pública ofertada pela cena política.

Neste sentido, a cena pública mediática tem diferente valor para uma esfera pública a depender do fato de que esta seja uma assembléia das Nações Unidas ou da Conferência Mundial sobre a Fome, ou uma sessão do Senado Federal, a assembléia de professores de uma universidade, uma sessão da câmara municipal de Cabrobró, uma reunião do clube de mães de um certo bairro ou uma reunião deliberativa do grêmio de um colégio (p. 224)

Mesmo que a prática de esfera pública seja externa à cena pública, esta pode pautá-la ou transformá-la em pauta, permitindo que qualquer discussão iniciada fora da mídia continue em seu interior; pode ainda tornar visível algo que era oculto e com isso provocar uma discussão pública.

A possibilidade de uma esfera pública interna à cena pública política consiste na existência de argumentatividade na esfera midiática, especialmente no que concerne a programas de debate, ou à publicação de séries de artigos antagônicos por uma editoria de opinião, por exemplo.

Por fim, é possível, de acordo com Gomes (1999b), que a cena pública política seja editada pelo receptor, em sua variedade de ofertas, experimentando-a como esfera pública:

Nesse caso, o apreciador da cena pública produz uma opinião própria pelo debate interno ao sistema expressivo ou por causa deste, compondo ou preenchendo os pontos em branco. Ele transforma, por exemplo, num debate o que era só polêmica, ou vários discursos dogmáticos colhidos em diferentes media. Ele remonta ou desconstrói a cena pública como esfera pública (p. 228)

Desta forma, reafirma-se a importância da publicidade garantida pela visibilidade midiática frente a práticas de esfera pública, especialmente no que

⁶ Ver Calhoun (1992) e Gomes (1998 e 1999b)

concerne a grandes decisões públicas, que necessitam do alcance potencial das mídias. Como afirma Rousiley Maia (2002),

embora a mídia não esteja organizada inteiramente em torno de linhas democráticas, e apresente inúmeros *déficits* e patologias em suas funções políticas, somente ela pode preencher algumas funções cruciais para o exercício ampliado da deliberação pública, nas sociedades complexas (p. 05)

Se as grandes questões devem passar pela mídia (ao menos normativamente, em termos democráticos, ou ainda, lembrando a especificidade do campo midiático, em função de sua própria legitimidade), também é nela que a opinião pública circula ou tenta se mostrar.

Pode-se entender o fenômeno opinião pública na mídia através de alguns vieses: pelas pesquisas de opinião, pelas manifestações/ações do público, como instância simbólica acionada para dar relevância/legitimidade a uma questão.

As sondagens de opinião configuram-se em um instrumento moderno que pretende fornecer, seja ao campo político, ao campo midiático (e através deste ao público em geral), um conhecimento acerca do estado de opinião sobre um determinado assunto. Embora as sondagens tenham seu estatuto de cientificidade enquanto opinião pública questionado por alguns autores⁷, seu uso é recorrente, e nas democracias liberais vem carregado com o simbolismo inerente à voz do povo, fonte legítima do poder. Dominique Wolton (1996) chega a propor uma lógica constitutiva da comunicação política a partir da complementaridade entre políticos, mídia e sondagens.

Para Patrick Champagne (1996), as sondagens são criticáveis enquanto forma de opinião pública pois são “simplesmente a agregação estatística de opiniões privadas que se tornam públicas” (p. 113). Além disso, o autor salienta que os entrevistados não escolhem as questões, possuem diferentes graus de

implicação com os assuntos escolhidos, diferentes níveis de informação e compreensão lingüística. As sondagens mostrariam as preocupações de uma classe dominante.

Os que têm a possibilidade de encomendar as questões e têm assim o poder de colocá-las em público e, portanto, impô-las a todos como questões a serem colocadas, manifestam, pelo menos, sua visão do mundo social, seu ponto de vista e sua maneira de colocar os problemas da sociedade (p. 181)

Bernard Manin (1995), no entanto, vê nas pesquisas de opinião uma possibilidade a mais de aproximação entre governados e governantes. Para o autor, as pesquisas “reduzem os custos da expressão política individual” (p. 32): enquanto a participação em uma manifestação dispense tempo e energia e assinar uma petição implica em uma personalização, “responder anonimamente a um questionário impõe apenas um custo mínimo”. Enquanto manifestações e petições privilegiavam a expressão de pessoas mais engajadas, as pesquisas dão voz aos cidadãos menos motivados, até mesmo “apáticos”. Por fim, o autor sugere um caráter de pacificidade das pesquisas, que facilitaria a expressão de opiniões políticas, “ao passo que as manifestações públicas sempre comportam um risco de violência, sobretudo quando as opiniões estão muito polarizadas” (p. 32).

Uma forma mais clássica assumida como opinião pública são as manifestações. Embora ainda recorram aos locais simbólicos do poder (geralmente em frente às assembleias ou às sedes do governo), ganham maior amplitude na zona de visibilidade midiática. Via manifestações, a opinião ganha uma corporeidade.

Expressão quase instantânea de um descontentamento ou indignação à maneira do motim, ela (a manifestação) constitui sobretudo a afirmação física de uma opinião: ao dar corpo a uma reivindicação,

⁷ Ver especialmente Bourdieu (1993), “A Opinião Pública não existe mais”.

contribui para transformar uma simples opinião individual em idéia-força porque exprime uma determinação mais forte e um compromisso físico mais intenso do que em uma petição ou voto (Champagne,1996:62)

Este aspecto indicial é uma atrator midiático. Em termos de lógica do campo da mídia, quanto maior a manifestação, mais próximos do espetáculo estamos. Sabendo disso, diversas organizações sociais elaboram estratégias de inserção no campo de visibilidade pública, sinalizando com o registro espetacular.

Por fim, a opinião pública pode ser apenas enunciada, chamada, advertida por um discurso, com ou sem qualquer referencial (seja uma manifestação ou o *corpus* de uma pesquisa). Esta presença é constante no campo político e no campo midiático, uma vez que políticos e jornalistas se apresentam como especialistas da opinião pública (Landowski,1992).

Fazendo uma comparação com a dramaturgia grega, Landowski coloca o público como espectador, dando à opinião o papel de coro e a seus porta-vozes o de corifeu, enquanto no palco a encenação é feita pela classe política, pelos governantes. Através desta analogia, o autor atribui à opinião pública uma competência persuasiva, atuando como “figura capaz de motivar a ação dos governantes” (p. 27); enquanto a seus porta-vozes cabe uma competência interpretativa.

Os usos estratégicos da opinião pública por seus porta-vozes são variados. Ela pode servir como “um simulacro dos ”governados”, constituído com o fito de fazê-los assumir certas convicções e, com isso, modelar seus comportamentos”. Ao mesmo tempo, também pode ser usada de forma a pressionar outro sujeito (pelo campo da mídia, para exercer pressão sobre algum ator ou sobre o próprio campo político, por exemplo), “formulando por antecipação e como que por delegação, os juízos possíveis do actante coletivo

testemunha” (p. 41). A opinião pública também caracteriza uma instância legitimadora, tanto no caso da representação política (e portanto do campo político), como na representação cotidiana da realidade feita pelo campo midiático (o que é selecionado como relevante o é para quem?). Nela está a noção de uma coletividade que testemunha, arbitra, é consultada, esclarecida, enganada, enfrentada.

esse parceiro indispensável à “classe política” é, ao mesmo tempo, tido como representante do *público*, diante do qual o jogo político assim organizado é jogado. A função espetacular assegurada pelo actante “opinião”, destinador que motiva a ação e legitima a palavra dos Poderes, duplica-se, assim, por uma função *especular*: “vendo” a opinião manipular os governantes (ou mesmo ser por eles manipulada), os espectadores – os governados – tornam-se, de certa forma, testemunhas de seu próprio papel no desenrolar da “história” que se está fazendo (Landowski, 1996:42)

Como espaço de circulação privilegiado de formas simbólicas, a zona de visibilidade midiática também é relevante para a conformação de uma imagem pública, fundamental à constituição da *fides*, do capital político de um ator político.

Entendendo imagem pública como Gomes (1999a) a concebe, “um complexo de informações, noções, conceitos, posse comum de uma coletividade qualquer, reconhecidos como propriedades que o caracterizam (o indivíduo)”, é fácil perceber a premência da cena pública política em sua conformação. Grande parte das informações sobre os atores políticos é retirada da mídia⁸. De fato, a mídia imprime um caráter intimista ao conhecimento da figura pública, dando saliência a seu comportamento, sua aparência, sua vida privada.

⁸ Embora não todas. Isto dependerá, inclusive, das instâncias políticas de participação e experiência que proporcionem outros conhecimentos dos atores políticos. Enquanto candidatos à presidência são mais facilmente conhecíveis via mídia, é bem provável que mais eleitores possam conhecer pessoalmente com mais facilidade seus candidatos a vereador, por exemplo.

Em política moderna, é suicídio insistir em que “você não precisa saber nada sobre minha vida privada; tudo o que precisam saber é aquilo em que acredito e os programas que executarei”. Para evitar o suicídio, deve-se superar a falta de habilidade em aparentar ter uma vontade puramente política (Sennet, 1999:331)

Isto pode resultar em perigo para os atores políticos, tão expostos, tão visíveis. Seu comportamento, sua imagem estão disponíveis a milhares, que podem ser seus eleitores potenciais. A TV provoca uma valorização da intimidade; aqueles que são vistos na telinha são conhecidos e deles exige-se comportamentos irreprováveis (ainda mais se estes forem detentores do poder político). A dimensão privada é publicizada.

A visibilidade pode ser perigosa. A partir de uma abordagem comportamental de Goffman (2002), que estabelece uma região frontal, onde ocorre uma ação à qual o indivíduo tenta adaptar-se, valorizando características próprias que deseja ver reconhecidas pelos outros, em oposição a uma região de fundo, na qual o indivíduo reserva ações/expressões pessoais que considera inapropriadas, Thompson (1998) cria um esquema para explicar situações constrangedoras ou não planejadas vivenciadas por pessoas visíveis na mídia. Para o autor, analisando o caso específico da política, vários efeitos não desejados por um ator político podem ocorrer quando este se expõe/é exposto pelos meios de comunicação. Em primeiro lugar, podem ocorrer manifestações públicas de incompetência e de falta de controle (o indivíduo não soube gerenciar a região frontal – é o caso de gafes e acessos explosivos). O político também pode ser mal interpretado pela audiência, o que vai depender não apenas de sua competência comunicacional, mas do processo de recepção. Por fim, podem ocorrer vazamentos e escândalos, que são falhas na tentativa de administrar a relação entre região frontal e o comportamento de fundo. No caso do vazamento,

ocorre uma revelação intencional, de alcance restrito. No caso do escândalo há um verdadeiro deslocamento entre as fronteiras de público e privado.

Estes riscos a que todo ator político está sujeito, também podem representar danos à classe política, a um ethos político elaborado socialmente.

Governos golpeados por escândalos, líderes políticos lutando para reduzir os prejuízos causados por vazamentos e revelações de vários tipos: estas não são as condições sob as quais uma decisiva liderança política pode prontamente se mostrar. Elas são, pelo contrário, as condições que pouco a pouco vão enfraquecendo os governos e paralisando as atividades políticas, e que podem alimentar a suspeição e o cinismo que muitas pessoas sentem hoje com relação aos políticos e às instituições políticas estabelecidas. Elas são também condições que poderiam, quiçá, fornecer férteis razões para o crescimento de um novo tipo de demagogia: a repentina ascensão ao poder de uma figura aparentemente intocada pelos escândalos e pelas sombrias transações políticas fisiológicas, e cujo apelo se enraíza em parte num penetrante sentido de descontentamento e de desconfiança (Thompson: 1998, 132)

As relações de visibilidade entre política e mídia são conformadas pelas lógicas próprias de cada campo.

2.1 O Campo Político e o Campo Midiático

Dois campos, com seus discursos, práticas, sujeitos/atores/agentes e condições próprias. Dependentes, uma vez que certas especificidades os marcam: a política, irremediavelmente, depende da visibilidade da mídia (ser é ser visto); os meios de comunicação, por sua vez, têm em sua existência a presença do campo político (muitos jornais, em nosso país, são de posse de famílias tradicionais – envolvidas com a política. No caso da televisão e do rádio, as concessões estabelecem esta ponte).

Pensar nas relações entre política e mídia desta forma explicita a adoção da própria idéia de campo, conforme enunciada por Pierre Bourdieu (2000; 1983),

como um modo de pensar, um espaço estruturado e estruturante, com relações de forças, posições em jogo e regras para este jogo, imanentes e internalizadas. O reconhecimento destas regras pelos agentes do campo e da própria forma de operatividade deste constitui um *habitus*, “uma disposição incorporada” (Bourdieu, 2000: 61), uma lógica própria das práticas legitimantes do campo e de quem está nele.

Bastante próxima é a concepção de campo adotada por Adriano Duarte Rodrigues (1997a: 143): “um campo social constitui uma instituição social, uma esfera de legitimidade”, sendo esta legitimidade o critério fundamental de diferenciação de um campo.

Pela concepção de Bourdieu, cada campo possui um capital específico, “fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo” (1983:90). É a posse de uma espécie de capital que permite a um agente ter influência, possuir poder em um determinado campo.

A distribuição deste capital orienta as estratégias dos agentes. Aqueles que dispõem do monopólio do capital tendem a estratégias de conservação, enquanto aqueles que possuem menos capital procuram estratégias de subversão.

O campo político, pensado nestes termos, é conformado pelas instituições políticas (parlamentos, governos, assembleias legislativas, prefeituras...), pelos políticos que ocupam posições nestas instituições, pelos partidos políticos que disputam o poder político. É o lugar em que se geram “produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher” (Bourdieu, 2000:164). Também é o lugar de exercício do poder político, entendido como monopólio da força⁹.

⁹ O que caracteriza o poder político, conforme Bobbio (2000), “é a exclusividade do uso da força em relação a todos os grupos que agem em um determinado contexto social” através da

Se a assunção a cargos públicos permite acesso ao poder político, não é apenas este poder que está em jogo neste campo. Nas democracias representativas, a conquista de um mandato está vinculada a um processo eletivo ou a uma nomeação. A eleição viabiliza a representação política, e a disputa no campo ocorre também por tudo o que possa proporcionar a escolha de um candidato por um público, aumentando o capital político deste agente. A luta entre os atores políticos assume “a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos” (Bourdieu, 2000:174).

De acordo com o autor, o capital político, último determinante das posições que um agente/instituição ocupa no campo político, é um capital simbólico, “*crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem” (p. 187–188).

O capital político, que garante o acesso ao poder político, possui um valor fiduciário, depende da crença, da representação. A mídia, ao colocar o político na presença de seus possíveis eleitores, abre uma nova possibilidade para esta relação. Através da mídia, um agente político está sujeito à perda ou ganho de capital político de representação.

O autor discrimina algumas formas de capital político, como o capital pessoal, ligado a critérios de notoriedade e popularidade, a partir dos quais um

“monopolização da posse e dos usos dos meios com os quais é possível exercer a coação física. Esse processo de monopolização caminha *pari passu* com o processo de criminalização e penalização de todos os atos de violência que não forem cumpridos por pessoas autorizadas pelos detentores e beneficiários desse monopólio” (p. 164). Trata-se do próprio estabelecimento de uma ordem e de sua execução.

ator político é reconhecido. A notoriedade pode advir de outros campos; é acumulada durante a vida profissional. No âmbito do capital pessoal está ainda o carisma.

Já o capital delegado da autoridade política é fruto de uma transferência de capital de uma instituição a um agente político. Caso de um partido, quando escolhe um candidato: este assume as qualidades do escolhido através de uma determinada valoração por uma instituição com história e significação próprias.

O campo político também possui um *habitus* próprio, que de acordo com o autor supõe uma preparação especial:

É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômico, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais (Bourdieu, 2000:169)

Também a comunicação na contemporaneidade pode ser pensada como um campo. Nele estariam colocadas as diversas instituições midiáticas e empresas de comunicação, tendo como principais atores os comunicadores e os jornalistas.

Para Rodrigues (1997a), a esfera da comunicação pode ser considerada como um campo cujo princípio legitimador é a própria mediação entre os demais campos sociais, princípio de natureza vicária, delegado pelos outros campos.

A legitimidade específica do *campo dos media* assenta assim na elaboração, na gestão, na inculcação e na sanção dos valores de representação, de transparência e de legibilidade do mundo da experiência no seio de uma sociedade caracterizada pela natureza fragmentada da experiência do mundo (p. 155)

Desta forma, o campo da mídia veicula representações do mundo a partir de uma suposta transparência e da própria habituação de sua presença. O poder

em jogo no campo midiático é de ordem simbólica, “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (Bourdieu, 2000: 14).

O capital simbólico distribuído entre os agentes deste campo garante uma relação de credibilidade, de confiança instituída pelo público nos diferentes veículos de comunicação que se propõem, diariamente, a dar conta dos acontecimentos importantes, e/ou entreter.

O capital do campo do jornalismo é, justamente, a credibilidade. E ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está constantemente sendo testada, através de pesquisa, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (Berger, 1998:21–22)

Se, por um lado, a legitimidade do campo está ligada à representação, transparência e legibilidade do mundo (valores que podemos unificar sob o conceito de visibilidade), ao “efeito de verdade” fruto do trabalho jornalístico, o *habitus* deste campo vai configurar-se em uma lógica midiática própria, que satisfaça seu princípio de legitimação em um *fazer* da mídia.

2.2 Visibilidade e Mdiatização

Considerando a visibilidade como o princípio legitimador do campo midiático, pode-se pensar na mdiatização como uma de suas instâncias.

O valor transparência, relacionado por Rodrigues na legitimidade específica do campo midiático, está ligado inequivocamente a uma concepção do fazer jornalístico-informacional: o que é veiculado é o que aconteceu no mundo.

De acordo com Mouillaud (1997),

promover uma imagem ou informação é destacar do real uma superfície, um simulacro (na linguagem estóica da percepção) que vem à frente com relação a um fundo sem imagem (...). Entre a superfície posta em visibilidade e o olhar produz-se uma atração mútua: atração não apenas do olhar pela superfície, mas da superfície pelo olhar (p. 37-38).

Além de não dar conta do todo (até mesmo por questões de tempo ou de espaço de veiculação), o que elimina a suposição de uma transparência, a visibilidade midiática é um enquadramento, um destaque, uma seleção, e conseqüentemente também silêncios. Fruto de uma ação das instituições midiáticas, que é aqui entendida como **mediatização**: operações próprias do campo, que viabilizam a entrada de um acontecimento, de algo ou alguém na zona de visibilidade pública constituída pelas intersecções dos diversos campos com o campo da mídia.

Por mediatização, então, considera-se a ação da mídia, o apropriar-se de um fato, da realidade e o reelaborá-la discursivamente. Ação que conta com todas as potencialidades que o trabalho jornalístico propicia, tais como o estatuto de veracidade. A mediatização, entretanto, não se configura apenas na seleção do fato, mas no grau de relevância a ele atribuído, numa segunda atividade seletiva que propicia uma hierarquização de fatos. Desta forma, cotidianamente, a mídia não apenas traz o que aconteceu no mundo, como sinaliza o que foi mais relevante. E pode insistir neste valor. Ela hierarquiza, tematiza, enquadra e silencia.

A mídia pode conferir diferentes graus de visibilidade. Mas, pensando a partir de Mouillaud (1997), existe uma atração entre a superfície visível e o olhar

que a vê. Logo, a visibilidade não depende exclusivamente da mídia ou do que ela dispõe à visão; depende também do olhar que quer ver e se interessa pelo que é visível.

Eric Landowski (1992) aborda o problema, colocando em uma situação de comunicação dois actantes em regimes de visibilidade partindo de posições em que um vê e outro é visto: é preciso

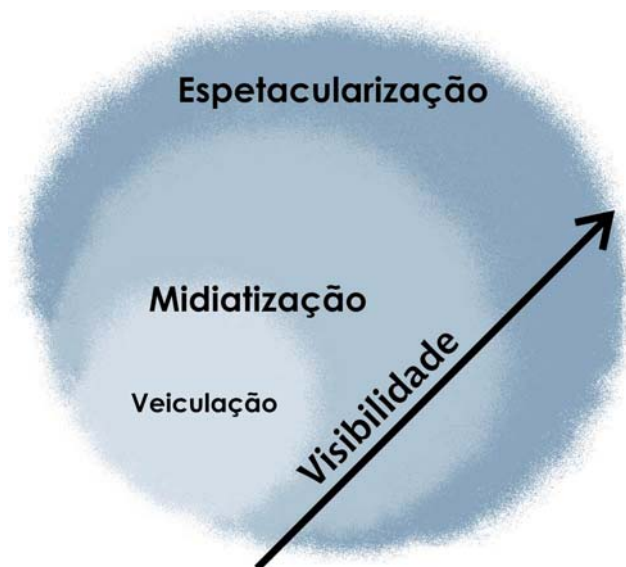
um mínimo de disponibilidade do olhar, que a rigor basta para que se possa definir todo “sujeito do ver” não como um simples receptor, mas como um *captador de imagens* que assume por sua própria conta o papel de sujeito operador (Landowski, 1992:90)

Para o autor, os actantes inclusive trocam de posição, ora dando a ver, ora vendo. É o que acontece também na visibilidade midiática, pensando na relação de mútua influência entre mídia e sociabilidade. Se por um lado podemos ter, então, a atenção da mídia para um acontecimento, um “ver” seguido de um “dar a ver” (a partir da apropriação deste fato), por outro, a sociedade também pode “dar a ver” algo (uma manifestação, por exemplo), e “ver” ou não o que é veiculado pela mídia. Das combinações possíveis em diversas formas de interação mídia-sociedade resulta que um acontecimento pode ter um regime de visibilidade midiática que varia da total opacidade a um grau de visibilidade e envolvimento social alto, o que se entende por espetáculos político-midiáticos, conforme definição de Maria Helena Weber (1999): “espaços estratégicos de pactos e disputas entre poderes políticos, econômicos, sociais e midiáticos” (p. 06).

Em termos de visibilidade midiática, então, podem ser discriminadas duas instâncias fundamentais, de limites borrados (fig. 3), que seriam a midiatização e a espetacularização. Uma sub-instância da midiatização é representada pela veiculação: a entrada ou um “constar” de um acontecimento na zona de visibilidade pública midiática; o acontecimento desfruta de um regime de

visibilidade, mas não é assumido pela sociedade como relevante e seu “dar a ver” pela mídia não perdura. É possível pensar o contrário: um “dar a ver” da sociedade que recebe pouca ou nenhuma atenção midiática (embora haja restrições para o silenciamento da mídia, que não pode comprometer o estatuto de legitimidade do campo, correndo risco de perda de credibilidade da instituição midiática em questão). Na veiculação, portanto, há ação da mídia, ela selecionou e publicizou um tema, mas não há uma atribuição de relevância a este.

Figura 1



Circuito de visibilidade midiática

Mas a mídia não apenas veicula, não apenas seleciona o que será incluído na zona de visibilidade pública e o que não será (silenciamento); ela também hierarquiza, tematiza, enquadra os acontecimentos. Do conjunto de tudo o que é veiculado, alguns acontecimentos são ímpares, constituindo uma zona de referência/relevância pública, ainda na instância de midiatização. Este escopo de

fatos ganha efetivamente uma dimensão pública, uma premência de discussão e presença social, desfrutada por algum tempo, sendo capaz mesmo de provocar uma memória residual histórica. A mídia opera valorativamente mais uma vez, ressaltando do material já selecionado o que é tema principal. A midiaticização pressupõe uma veiculação, mas avança no campo da visibilidade pública pela ação dos agentes midiáticos.

A espetacularização, por fim, corresponderia à criação de espetáculos midiáticos (categoria de Weber, 1999) conjuntamente com outros campos sociais, envolvendo, necessariamente, uma passionalidade da própria sociedade, que assume o acontecimento, vivenciando-o. São grandes momentos como a morte de um ídolo (como no caso da morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna), cerimônias aglutinadoras (sejam elas esportivas, como a Copa do Mundo, as Olimpíadas, ou de outro caráter, como a posse de um presidente), tomadas de decisão sociais (como o movimento das Diretas Já ou a própria ameaça de impeachment do presidente Collor), tragédias (como o ataque terrorista às torres gêmeas em Nova York). Na espetacularização o grau de envolvimento e interação (mútuo) entre mídia e sociabilidade é maior. Temos aqui uma certa semelhança com o que Katz (1993) denomina “acontecimentos mediáticos”: a sensação de que se está integrado a algo maior, de que se participa da história. Também os espetáculos podem partir da sociedade e serem adotados pela mídia ou engendrados conjuntamente. Não se constituirá um espetáculo sem a paixão, a ação responsiva coletiva dos indivíduos, condição atribuída por Weber (1999).

Note-se que a espetacularização é aqui compreendida no resgate do conceito mesmo de espetáculo, suplantando a premência estética com que geralmente a palavra é tratada, especialmente ao se referir à política. Quando se fala em espetacularização desta, usualmente se concebe uma representação com carga dramática e função próxima ao entretenimento (ou à alienação, seguindo as

concepções de Debord,1997). Mas o potencial de dramatização, como se verá, é inerente à lógica midiática e mesmo à informativa. E nem por isso tudo na mídia é espetacularizado, o que provocaria a banalização do espetáculo. A mídia sempre cria representações; o que diferencia a espetacularização da midiaticização é o fator social.

É claro que em acontecimentos espetaculares retratados pela mídia a dramatização é valorizada. Isto não impede, no entanto, que ocorrências triviais e diárias sejam representadas de maneira a acentuar a carga dramática de um fato, através de recursos técnicos e de edição. Logo, não é este componente o diferenciador, embora, na espetacularização, a dramatização seja sempre evidenciada.

Entendendo que a mídia clama não apenas por atenção, mas também por resposta (Silverstone:2002,60), é possível que um acontecimento receba maior ou menor atenção da mídia em função do que os agentes midiáticos entendem por um ação responsiva, um envolvimento/interesse maior ou menor do público com o acontecimento. A resposta pode se dar através de um ou vários telefonemas ou da própria sensação de “notícia” que um jornalista tem (colocamos o termo sensação para referirmos a um certo clima, tom, ou valor parecido que possa ser sentido em relação a um acontecimento e sua respectiva expectativa social. Jamais se deve esquecer que as instâncias produtoras também são receptoras e não vivem isoladas da sociedade). Mas obviamente as respostas efetivas são as manifestações em grupo, que no caso de um espetáculo político-midiático chegam às ruas ou a um grau de inegabilidade tal que voltam a ter atenção da mídia.

Duas implicações merecem menção: em primeiro lugar, o “dar a ver” midiático é ímpar. A zona de visibilidade midiática constitui-se na dimensão pública mais óbvia e abrangente nas sociedades contemporâneas. O que significa

que há um potencial de **reverberação** de um acontecimento intrínseco à visibilidade midiática: o acontecimento pode ser potencialmente conhecido por uma quantidade indeterminada de pessoas, e conseqüentemente, também pode ser assumido em uma dimensão bem maior que uma interação face-a-face permitiria.

Em segundo lugar, há um limite claro para o poder midiático de visibilidade. A insistência deliberada em um fato/acontecimento por uma instituição midiática pode não encontrar o respaldo do interesse público em ações responsivas. Se a mídia deseja o espetáculo (e veremos que a lógica do campo é espetacular), somente a sociedade pode efetivamente viabilizá-lo.

2.3 Lógica midática e noticiabilidade

Se a visibilidade é o princípio legitimador do campo da mídia, a informação pode ser considerada como um dos agentes da visibilidade midiática. De fato, a forma mais específica de visibilidade dos campos sociais assumida pela mídia é a de veicular a realidade diariamente, dar conta do que de importante aconteceu no mundo em um dado período de tempo. Esta é a tarefa primordial do jornalismo, embora, como ressalte Gomes (1995),

o sistema informativo não abrange apenas [...] o chamado “universo jornalístico” em sentido estrito. Porque a informação mass-mediática há muito transbordou da esfera propriamente “jornalística” invadindo outros territórios, transmutando-se nas mais curiosas metamorfoses e hibridismos (Gomes, 1995: 75)

O autor fala de uma lógica própria do sistema informativo, que seria apenas uma forma mais específica da lógica da cultura midiática. Pela perspectiva aqui adotada, corresponderia à lógica do campo midiático.

Esta lógica, de acordo com Gomes (1995) está fundada no entretenimento “como background” e em seus três subsistemas: a ruptura, a diversão e a dramaticidade. Como ruptura, o autor relaciona a excepcionalidade de um acontecimento ou de uma pessoa, e o próprio critério da novidade, que rompe com o que até então é conhecido. No subsistema da diversão, são acionadas a simplicidade e a rapidez, além da estetização da informação. Quanto ao drama, é relacionado às histórias de interesse humano e à ficcionalização da informação. Os mecanismos do drama são relacionados ao interesse do público. A dramatização ocorre quando o sistema informativo aciona

justamente as características gerais da composição de representações: composição de enredos ou economia narrativa, composição de personagens, elaboração dos meios de representação de um lado, busca dos efeitos “dramáticos” específicos (riso ou pranto), através de gêneros de representação específicos (épicos, trágicos ou cômicos), por outro lado (p. 80)

A lógica informativa concebida por Gomes traz a vantagem de unificar informação e entretenimento, aproximando-se da prática jornalística atual.

Explorando um pouco mais essa prática, pode-se considerar o jornalismo como uma atividade produtora de um discurso público e veiculadora de uma realidade reconstruída discursivamente (uma representação da realidade, que adquire o estatuto de veracidade). Ao proclamar-se e passar a imagem de uma atividade neutra e objetiva, em que o que importa são os fatos relatados tal como ocorrem, o jornalismo configura-se como um campo legitimador dos acontecimentos, conferindo um grau de verdade ao que veicula.

A atividade jornalística tem seus fundamentos, segundo Mar de Fontcuberta (1993), nos acontecimentos e em uma noção de atualidade. Aqueles são a base, a matéria-prima do jornalismo, e ao mesmo tempo, sua finalidade maior: informar o aconteceu, acontece ou acontecerá. A atualidade, por sua vez, divide o tempo em períodos, criando verdadeiros marcos para a veiculação de

notícias. O que é atual para o jornal de hoje, já não o é para o noticiário do meio-dia na televisão. Estes “nacos” temporais delineiam o que pode ser novo em relação ao que já passou.

A notícia é o principal produto do jornalismo.

Mas o que é/pode ser notícia? Este questionamento, recorrente nos estudos sobre o jornalismo, encontrou diversas respostas ao longo do tempo. Em um primeiro momento, observaram-se aspectos pessoais e psicológicos que contribuíam para a escolha de algumas notícias em detrimento de outras (abordagem teórica do Gatekeeper). Na seqüência das pesquisas sobre jornalismo, outros aspectos foram levantados¹⁰. A própria organização jornalística imporia uma definição do que é notícia. Mas é na década de 60 que surge o clássico estudo de Galtung e Ruge (1993) com a noção de valores-notícia, atributos que um acontecimento pode apresentar de forma a aumentar sua probabilidade de se tornar notícia. Os autores listaram 12 fatores: frequência, *threshold* (amplitude/intensidade do acontecimento: deve ultrapassar um mínimo, e quanto maior, maior a noticiabilidade), inequivocidade, significância, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas, referência a algo negativo.

Identificados os fatores, os autores lançaram algumas hipóteses: quanto mais os acontecimentos apresentarem os itens listados, maior a probabilidade de se tornarem notícias (seleção); uma vez selecionados, o fator (valor) que proporcionou a noticiabilidade será salientado (distorção). Para os autores, se for alto o número de fatores que um mesmo acontecimento apresentar, haverá uma

¹⁰ Para uma recuperação das abordagens teóricas relacionadas ao jornalismo, ver Traquina (2002 ;1993)

aditividade na sua noticiabilidade, aumentando as chances de se tornar manchete, ou seja, de ser uma notícia destacada (Galtung & Ruge, 1993).

Observamos que os autores não restringem a atuação dos valores-notícia ao processo de seleção, incluindo-os também como fatores responsáveis por um segundo nível de valoração: a distinção/hierarquização entre as notícias. Embora limitada em certos aspectos, a proposta de Galtung e Ruge estabeleceu um marco para o conceito de valor-notícia, que foi reapropriado por quase todas as demais abordagens teóricas do jornalismo. Hoje, é possível entender estes valores como permeados por diversas ordens de fatores, incluindo desde as referências pessoais do jornalista, as profissionais, aspectos da rotina produtiva, da organização midiática, até o contexto econômico, político e social. Isto significa que os valores-notícia podem mudar conforme a época, o lugar, ou o agente midiático.

Mauro Wolf (1995), considera os valores-notícia em relação às características substantivas das notícias, do seu *conteúdo*, à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao *produto* informativo, ao *público* e à *concorrência*.

A primeira categoria de considerações diz respeito ao acontecimento a transformar em notícia; a segunda, diz respeito ao conjunto dos processos de produção e realização; a terceira, diz respeito à imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários e a última diz respeito às relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo (Wolf, 1995:179-180)

Desta forma, o autor procura organizar atributos que aparecem em outros estudos, como o de Galtung e Rudge. Acaba por relacionar, ao acontecimento, os valores de importância e de interesse. Enquanto este é identificado como interesse do público, relacionado ao entretenimento, a importância é visualizada através do nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento, do impacto deste sobre a nação ou o interesse nacional, a quantidade de pessoas

envolvidas e a “relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação” (Wolf, 1995:181).

A discriminação proposta por Wolf permite também entender as necessidades de cada veículo, sejam técnicas ou editoriais, bem como o critério da concorrência, que acaba por criar uma certa homogeneidade temática na mídia (o que, pensando em termos de midiaticização, potencializa muito mais a visibilidade de um acontecimento, sua existência pública). As concepções profissionais dos jornalistas também são colocadas como critérios de seleção de um acontecimento.

O próprio autor aponta para a hibridação dos valores-notícia: um acontecimento pode ser selecionado por corresponder a várias das categorias enumeradas. Além disso, os valores-notícia, para Wolf (1995), são apenas um dos componentes da noticiabilidade, entendida como o

conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (Wolf, 1995:170)

Entendendo as instituições midiáticas como agentes do campo da mídia, um campo transversal que se relaciona com os demais campos sociais ofertando visibilidade, pode-se compreender que vários outros interesses concernentes a uma dada instituição midiática estão em jogo na constituição da noticiabilidade de um fato. Mas, retendo o princípio legitimador do campo, a visibilidade entendida como o que de relevante aconteceu no mundo em um dado período de tempo, os valores-notícia podem ser pensados não apenas como critérios de seleção de um acontecimento, mas como critérios de legitimação para a veiculação deste.

Para este estudo, tenta-se “condensar” os critérios enumerados pelos diferentes autores aqui apresentados, e sugerir um meta-valor que remete à lógica midiática informação-entretenimento.

Primeiramente, a partir dos dois fundamentos levantados por Fontcuberta (1993) para o jornalismo, o acontecimento e a atualidade, procura-se o que, de cunho mais geral, poderia ser entendido como critério básico na produção de uma notícia, a despeito de variações editoriais ou organizacionais: valores comuns a diferentes práticas jornalísticas, mas que identifiquem uma noção de notícia comum.

A atualidade remete essencialmente à questão temporal. É notícia o que é novo, recente. Mesmo o passado é recuperado pela atualidade das datas comemorativas, alusões à passagem do tempo, constituindo uma novidade. Este atributo é, talvez, o mais facilmente identificável na conformação das notícias, estando presente direta ou indiretamente nos autores analisados (Gomes situa a novidade no subsistema da ruptura; Galtung Ruge falam na frequência; apenas Wolf é menos abrangente em relação a este valor, que reúne temporalidade e ruptura).

Se pela atualidade a classificação do que é notícia não parece encontrar grandes dificuldades, pelo lado do acontecimento (o outro fundamento do jornalismo levantado por Fontcuberta), a notícia é complexificada. Afinal, que acontecimentos podem ser noticiados, entre todos os que respeitam o critério da atualidade? O que seriam acontecimentos jornalísticos, em detrimento daqueles que não o são?

Para Rodrigues (1993:56), o acontecimento é “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. Relacionando o acontecimento ao improvável, o autor caracteriza esta

improbabilidade por um excesso, uma falha ou uma inversão da ordem da normalidade. Trata-se do inusitado, da excepcionalidade, a própria ruptura.

Mas Rodrigues vai além, discriminando uma segunda classe de acontecimentos – chamados por ele meta-acontecimentos – que o são por serem veiculados, apropriados pelo discurso jornalístico:

é o próprio discurso do acontecimento que emerge como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições (p. 29).

É neste processo que não apenas os discursos sociais são legitimados pela visibilidade pública, como também a própria atividade jornalística reforça sua credibilidade e legitimação como prática do tornar público.

Falando em legitimidade, a posição do campo jornalístico é colocada em xeque se um determinado valor não receber um mínimo de atenção (ou pelo menos não se *sugerir* que foi dada atenção): o interesse público. Este valor está relacionado intimamente com os professados atributos da prática jornalística de neutralidade, imparcialidade, objetividade, especialmente em regimes democráticos – onde o jornalismo ganha status teórico de quarto poder, promovendo uma fiscalização dos poderes públicos em nome do interesse público.

Mantêm-se, então, três valorações de caráter mais geral relevantes para a noticiabilidade: a **novidade**, o **inusitado** (em lugar de ruptura, pois a novidade também o é em relação ao que é velho) e o **interesse público**, atuantes também como legitimadores da atividade jornalística (o que realmente todos valores-notícia devem ser).

Logo, para ser veiculado, um fato deve possuir/desencadear certos atributos, ainda que estes sejam realizáveis apenas em sua própria veiculação, como no caso dos meta-acontecimentos.

Não se pode esquecer que as notícias são narrações de algo que se passou, está ocorrendo, ou de uma expectativa sobre o que acontecerá. Enquanto narrativa, possuem personagens e uma ação com um certo grau de carga dramática. Este seria um quarto valor que poderia ser elencado juntamente com os já mencionados, que possuem uma identificação mais geral com a própria atividade jornalística: quanto maior a potencialidade de um fato para a dramatização, maior sua probabilidade de se tornar notícia. Pela sua potencialidade concretizada apenas na veiculação, entretanto, é viável sugerir que fosse considerado, a exemplo do meta-acontecimento de Rodrigues, um meta-valor. A dramatização, de fato, embora possa ser potencial no acontecimento só é viabilizada na construção da notícia (alguns acontecimentos podem ser tratados de tal forma que ganham uma dramaticidade maior na sua veiculação como notícia), e pode ser utilizada em conformidade com outros valores, especialmente quando estes atingem um grau considerável em um acontecimento (o ultra-novo, o ultra-inusitado... acontecimentos que por esta instensidade seriam facilmente dramatizáveis).

Se intensidade é desejada, percebe-se que a lógica midiática tende ao espetacular. Lembrando mais uma vez Silverstone (2002) e os clamores da mídia por atenção e resposta: o espetáculo é um ápice neste sentido. Será sempre uma novidade eminente, produzirá momentos inusitados¹¹ ou expectativas deles. Pelo

¹¹ ainda que programado. Como registra a posse do presidente Lula, em 1º de janeiro de 2003, televisionada. Havia a expectativa de que algo acontecesse, dada a proporção da multidão e sua proximidade em relação ao carro do presidente. Entre tentativas de abraço e lançamento de objetos para Lula, os locutores da TV Globo manifestavam uma extremada

envolvimento público, obviamente corresponde de maneira exemplar à categoria interesse público; por fim, é amplamente dramatizável, tanto pelas entradas ao vivo de rádio e tv que imprimem uma narração ao evento, quanto pela cobertura dos jornais impressos no dia seguinte, que selecionam personagens e enredos.

Com esta perspectiva é contemplada a lógica midiática de caráter informativo e de entretenimento, situando a dramaticidade como um meta-valor que pode aproveitar os critérios básicos na constituição da notícia, intensificando-os. Ainda que o espetáculo muitas vezes não seja viabilizado, ele é desejado, e o registro espetacular está na intensidade que proporciona maior dramatização.

Mar de Fontcuberta (1993) estabelece três funções para a atividade jornalística: informar (refletir a realidade), formar (interpretá-la) e entreter (ocupar o ócio). O potencial dramático de um acontecimento pode ser explorado jornalisticamente de modo a atender a estas três funções. A dramatização é capaz de dar relevância a algum aspecto do fato, indicando uma possível interpretação preferencial¹² para este, além de propriamente informar sobre o acontecimento. Também contribui para entreter, uma vez que através dela pode-se aproximar a informação de um modelo narrativo semelhante ao da ficção (um caso extremo é o das reconstituições).

A dramatização também pode ser um valor fundamental para uma segunda ordem de seleção, que diz respeito à hierarquização das notícias dentro de um

preocupação com a segurança do presidente, deixando a expectativa de que realmente alguma coisa pudesse ocorrer fora do previsto.

¹² Os cuidados aqui (*possível* interpretação *preferencial*) são tomados em nome da recepção das notícias, que não se dá tal qual pretendido pela produção das mesmas. Em outras palavras, nada de efeitos diretos: a apropriação do que é veiculado pela mídia ocorre de acordo com uma gramática de reconhecimento, própria e individual, que reúne outras experiências a serem cotejadas com o que é visto/lido/ouvido, perspectiva adotada especialmente pelos Estudos Culturais.

mesmo contexto noticioso. Dentre o que foi selecionado, o que é mais relevante? O que merece destaque/ o que pode ser destacado? Como já visto com Galtung e Ruge, os valores-notícia entram em ação mais uma vez. Mas a hierarquização também envolve a produção de marcas, pistas para o público de que aquela notícia é destaque. O tempo maior, a produção de vinhetas e chamadas, na televisão e no rádio; e o uso de fotografias e recursos gráficos nos jornais são índices de relevância para um determinado assunto, tentam chamar a atenção.

A insistência em um assunto cria uma sobrerrelevância do mesmo, que adquire status de proeminência para uma opinião pública. Estamos no nível da tematização, que Fontcuberta (1993:35) entende como o próprio “mecanismo de formação da opinião pública no seio da sociedade pós-industrial através da agenda dos meios de comunicação”.

Enquanto a tematização diz respeito ao destaque de um tema, os estudos de *agenda-setting* procuram relacionar a agenda da mídia com a agenda do público de maneira causal. Como Wolf (1995) demonstra, esta perspectiva tem problemas metodológicos em determinar quem influencia quem. Da maneira como aqui é entendida a relação mídia e sociabilidade, o agendamento não é uma abordagem produtiva. É preferível pensar em termos de tematização e da capacidade já enunciada de reverberação da mídia, pelo seu alcance e sua presença. Quando estes fatores encontram o interesse social (ou partem dele...), aproximamo-nos da zona de visibilidade da midiatização (ou podemos chegar ao espetáculo), e portanto de uma experiência pública com maiores chances de marcar uma memória comum.

A tematização é, portanto, um componente da midiatização. Ela envolve índices de relevância de um acontecimento (destaque) mas também de sua

permanência (um tema relevante não se esgota em um dia, é acompanhado em sua evolução) e abrangência¹³.

Como aponta Miquel Rodrigo Alsina (1989), a tematização cumpre um dos principais papéis dos meios de comunicação, “com especial incidência no âmbito da política”:

A tematização supõe a seleção de um tema e sua colocação no centro de atenção pública. De fato, a tematização serve para que a opinião pública reduza a complexidade social, e torna possível a comunicação entre os diversos sujeitos chamando a atenção sobre os temas comuns relevantes (p. 135)

É esta vinculação entre a permanência/relevância de um tema e sua apropriação pela opinião pública que engendra um regime de visibilidade disperso no limite entre o espetáculo e a midiaticização. Relevância e permanência são portanto indicadores de midiaticização, viabilizada em um primeiro momento pela entrada do acontecimento na cena pública, especialmente via valores-notícia: a novidade, o inusitado, o interesse público e o potencial de dramatização.

Os acontecimentos experienciados diariamente no mundo podem ter alguns destinos possíveis, dependendo da amplitude de sujeitos a que são dados a conhecer. Neste sentido, podem manter-se limitados a uma esfera privada de vivência direta, sendo conhecidos apenas por um círculo restrito cujo núcleo são as pessoas envolvidas diretamente com o evento em questão, ou desfrutarem de um conhecimento público através da zona de visibilidade pública midiática, estando sujeitos a diferentes regimes de visibilidade. É através da mídia que os

¹³ Rodrigo Alsina (1989:136) caracteriza a tematização como um fenômeno do sistema informativo, não podendo ser restrito a um único veículo. Considerando a observação válida, pondera-se que, dado o ambiente de concorrência entre agentes midiáticos, raramente um assunto de relevância ficaria restrito a um único veículo, embora isso possa ocorrer inicialmente. Em outras palavras: um único veículo pode tematizar um acontecimento, e ser seguido por outros após algum tempo.

acontecimentos tornam-se potencialmente visíveis a um número muito grande de pessoas (ainda que sua presença na mídia não garanta a disponibilidade de olhar do receptor ou mesmo sua apropriação por este).

No presente estudo, os regimes de visibilidade midiática são representados graficamente como zonas de fronteiras borradas (fig. 1 - pg 29). Admitindo-se a divisão aqui proposta (duas grandes zonas: espetacularização e midiatização, tendo esta última uma sub-instância de menor intensidade, a veiculação), duas questões são colocadas:

- Como um fato entra neste circuito de visibilidade?
- Como e por que um fato pode sofrer diferentes regimes de visibilidade?

A primeira questão corresponde à clássica pergunta sobre o fazer jornalístico: o que é notícia/o que é noticiável? A resposta reside em critérios capazes de selecionar acontecimentos que viram notícia – os critérios de noticiabilidade, anteriormente abordados.

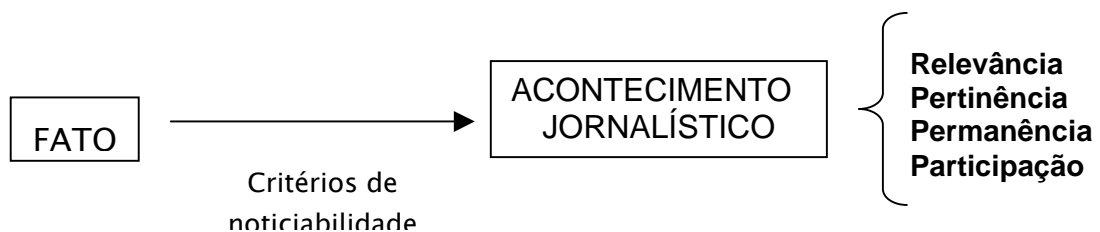
O fato ou acontecimento é o ponto de partida do trabalho jornalístico. É “o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero de significação” (Rodrigues,1993:27). Para Gomes (1993) , o fato é “um complexo que inclui eventos envolvendo coisas, pessoas e textos”, tendo como marcas características a atividade, a relação e a temporalidade. Desta forma, o fato é a consequência de uma ação, “aquilo que uma produção ou operação deixa para trás como seu produto ou obra”; uma relação de coisas que se salienta, possui um contorno, implica em um “recorte voluntário (não necessariamente consciente) no continuum das interações da realidade”, com um tempo próprio.

O acontecimento, selecionado a partir de critérios de noticiabilidade (dos quais já foram salientados a novidade, o interesse público, o inusitado e o

potencial de dramatização), vira notícia. E é pela configuração da zona de visibilidade midiática na contemporaneidade que o reverso também ocorre: a notícia pode virar acontecimento para o público.

É o próprio discurso do acontecimento que emerge como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições. [...] O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notabilidade (Rodrigues, 1993:29)

Isto implica em uma série de atributos assumidos pela notícia/acontecimento jornalístico uma vez que entra na cena pública. Neste trânsito, o acontecimento jornalístico assume graus de relevância, pertinência, permanência e participação adequados a diferentes regimes de visibilidade, resultado de um fazer próprio do campo. Ou seja, ele adquire maior ou menor destaque, pelo espaço que ocupa e pelo tempo que lhe é destinado; ele recebe qualificações variadas pela mídia ou não; ele admite presenças significativas de pessoas, instituições, do próprio público, da própria mídia, ou não.



É na transformação reversa da notícia em acontecimento público (o meta-acontecimento de Rodrigues) que reside a segunda questão: como e por que um fato pode assumir diferentes regimes de visibilidade? A resposta está nos

diferentes graus de relevância, permanência, pertinência e participação configurados pelo fazer jornalístico.

Para compreender melhor as diferenças entre os regimes de visibilidade e suas implicações, há que se explorar o circuito de visibilidade midiática. Embora aqui isto seja feito partindo da instância marginal de visibilidade, a veiculação, isto não quer dizer que um fato tenha que necessariamente passar pelas zonas na ordem de menor para maior visibilidade (ou vice-versa). Diferentes fatos podem se comportar de diversas maneiras, transitando entre instâncias, permanecendo na mesma zona ou entrando diretamente em um regime de intensa visibilidade (espetacularização).

O fato, anterior/exterior à esfera de visibilidade pública midiática, é selecionado de acordo com critérios de noticiabilidade e capturado para este circuito de visibilidade. Este primeiro movimento garante ao fato minimamente um regime de visibilidade caracterizado pela veiculação, ou seja, pela sua presença ou registro como acontecimento jornalístico. Em outras palavras, a veiculação é justificada praticamente apenas pelos critérios de noticiabilidade; se um fato entra na cena pública em outra instância, ele deve supor não apenas estes critérios, mas um dar a ver midiático próprio, manifesto através da relevância, permanência, pertinência e participação que assume.

A veiculação pode supor, sim, algum grau de relevância, ou algum grau de permanência. Mas não contempla todas estas categorias simultaneamente. Em termos de pertinência, há uma semantização (sempre) do fato, que assume uma “etiqueta”, um lugar em alguma editoria, mas não há deslocamentos significativos entre editorias (ou entre programas de gêneros diversos, no caso da TV, por exemplo). Em termos de presenças, têm-se as pessoas ou instituições diretamente envolvidas, talvez alguma referência ao público/opinião pública. Os graus de relevância e permanência de um fato veiculado são, por conseguinte,

baixos (pelo menos um destes índices: o fato pode permanecer por um bom tempo na mídia de maneira irrelevante, sem destaque. Ou pode ser destaque em um período bem curto), assim como a variabilidade da pertinência e das presenças que suscita (o que sugere pouco potencial dramático ou não aproveitamento deste).

Pensando em termos do par conjugado “ver” e “dar a ver”, a veiculação distingue-se necessariamente por um dar a ver midiático limitado e não persistente, formando um corpo de acontecimentos jornalísticos basilares. Nesta instância, pouco importa se a sociedade “vê” ou não o fato (e se dá a ver isto); o que rege seus contornos indefinidos é a insistência em um “dar a ver” pouco intenso pela mídia.

Seguindo o raciocínio, a midiaticização, por sua vez, assume a equação de um dar a ver midiático intenso, seguido (ou não) por um ver da sociedade. Ou seja, na midiaticização, o grau de ação da mídia é tal que se pode falar em intervenção. O fato é hierarquizado, recebendo altas valorações de relevância e permanência, concomitantemente. Em termos de pertinência, sua qualificação pela mídia pode ser deslocada no processo de midiaticização, sendo o fato delegado a diferentes editorias, nomeado por diferentes cartolas, transitando da notícia ao editorial, às cartas dos leitores; na TV, é explorado nos telejornais, nos programas de variedades, nos humorísticos, até mesmo nas novelas. Quanto maior este trânsito, esta variabilidade, maior visibilidade, maior a apropriação do fato por diferentes lugares de fala da mídia. A pertinência acompanha a evolução temporal e de relevância do acontecimento, ao longo de sua própria midiaticização.

Quanto à participação, a midiaticização supõe não apenas atores sociais ou instituições diretamente envolvidas no fato, além de recorrências ao público (especialmente na forma da opinião pública), mas necessariamente marcas da própria intervenção midiática. As instituições midiáticas assumem papéis no

próprio acontecimento. É especialmente aqui que a intervenção midiática é sentida com mais força. Antônio Fausto Neto (1995), ao analisar o impeachment do presidente Collor através dos telejornais, aponta para uma antecipação do fato, construída discursivamente pelo fazer jornalístico: “acontecimento e narrativa estão irremediavelmente imbricados. Os diferentes atores – políticos e repórteres – estão indissociáveis, participando do mesmo plano em que os fatos são engendrados” (Fausto Neto, 1995:27).

Por fim, o que diferencia a midiática da espetacularização, fundamentalmente, é a proeminência do dar a ver da sociedade. A equação do espetáculo é de uma mútua visibilidade: mídia e sociedade vêm e dão a ver com intensidade, com um grau de interação máximo. O espetáculo pressupõe um fato/evento que é dado a ver com alto grau de relevância, com uma permanência considerável. Todos estão presentes no espetáculo: mídia, sociedade, espectador. O ápice do espetáculo leva a uma inflexão da pertinência: extrapola os limites do veículo. É o ao vivo não programado na TV e no rádio, o “plantão”; a edição ou o caderno especial na imprensa. Neste sentido, é a própria mídia que se conforma para receber o espetáculo, abrindo suas possibilidades de edição, contando com recursos extremos de cessão de espaço e tempo.

Resumindo esquematicamente, têm-se as correlações apontadas pela tabela abaixo:

Tabela 1

MÍDIA	SOCIEDADE	Regime de Visibilidade
Dar a ver (necessariamente limitado)	Ver/ dar a ver (possíveis e em diferentes graus)	MIDIATIZAÇÃO (VEICULAÇÃO)
Dar a ver (necessariamente intenso)	Ver/dar a ver (possíveis e em diferentes graus)	MIDIATIZAÇÃO

Dar a ver (necessariamente intenso)	Ver/dar a ver (necessariamente intensos)	ESPETACULARIZAÇÃO
---	--	-------------------

Posições de visibilidade entre Mídia e Sociedade e regimes resultantes

De todas estas considerações resulta que a entrada de um fato na zona de visibilidade midiática pode ser justificada pelos critérios de noticiabilidade, o que inclusive legitima o fazer jornalístico. Mas os diferentes regimes de visibilidade pelos quais pode transitar o fato só podem ser diferenciados na intensidade do “dar a ver” midiático (aliado, no caso do espetáculo, ao ver/dar a ver intenso da sociedade), mediante as categorias aqui sugeridas, relevância, permanência, pertinência, presença. Estas revelam o grau de ação e intervenção midiática, além de manifestar a efetivação do potencial dramático do fato, que pode ser explorado ou não pelas instituições midiáticas.

Desta forma, explorando as relações que os diferentes regimes de visibilidade sugerem, um fato pode ser midiaticizado, sendo dado a ver de maneira bastante significativa pela mídia, mesmo que não receba atenção da sociedade. Este tipo especial de insistência no acontecimento revela outros interesses no fazer jornalístico que não apenas o interesse público. É onde se manifestam os interesses próprios das instituições midiáticas, enquanto agentes com entrada no campo político, econômico e demais campos sociais.

Relevância, permanência, pertinência e participação manifestam-se através dos temas abordados, dos espaços ocupados, dos sujeitos expostos, do tempo destinado. A mera disposição das temáticas em função do tempo pode indicar uma variação de pertinência própria da dinâmica dos escândalos, por exemplo. Este último dado sugere que na midiaticização, enquanto os critérios de noticiabilidade servem como fator de legitimidade para o regime midiático, há efetivamente um aproveitamento do meta-valor potencial de dramatização, pela

própria presença da mídia, intervindo no acontecimento, explorando temas, sujeitos, destinando espaços e tempos.

Há acontecimentos em que interesses específicos da mídia estão envolvidos, o que pode favorecer a midiaticização e um conseqüente regime de visibilidade mais intenso. No quadro das relações entre política e mídia aqui estudado, os escândalos são, neste sentido, representantes exemplares destas ocorrências.

2.4 Escândalos midiaticizados e visibilidade da política

Os escândalos sempre existiram, mas com o desenvolvimento das sociedades modernas, a natureza, a escala e as conseqüências dos escândalos mudaram. Thompson (2002) estuda o fenômeno, observando que os escândalos estão intimamente ligados às formas mediadas de comunicação. Esta nova forma, que o autor nomeia escândalos midiáticos, é um sintoma das transformações da visibilidade e das relações público x privado. Enquanto disputas sociais travadas no campo simbólico, com protagonistas claros e assistidas por muitos, os escândalos midiáticos, de acordo com o autor, nos revelam os meios como o poder é exercido, e por isso são tão importantes: tocam nas reais fontes de poder. Um escândalo é um evento que pode prejudicar/destruir uma imagem pública; em termos de poder, pode levar à perda de capital simbólico por um ator político, através da quebra da confiança com o eleitor. Capital simbólico este fundamental para o exercício do poder político.

Para Thompson (2002), um escândalo possui necessariamente as seguintes características:

- Sua ocorrência envolve a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais. O autor lembra que o grau de transgressão é dado por valores culturais e contextos sócio-temporais. Por exercerem fascinação no imaginário popular, normas e códigos morais que regem as condutas sexuais, as transações financeiras e as práticas políticas são mais propensas a escândalos (a tríade “sex, money, power”);
- Sua ocorrência envolve um elemento de segredo/ocultamento. Alguém além dos envolvidos diretamente deve conhecer ou suspeitar da prática secreta, de modo a torná-la pública;
- Pessoas não envolvidas desaprovam as ações/eventos e podem sentir-se ofendidos pela transgressão.
- Pessoas não envolvidas demonstram a sua reprovação publicamente, através de um discurso de caráter moralizante e estigmatizador, definido pelo autor como “opprobrious discourse”.
- A revelação e condenação dos atos/eventos podem provocar danos à reputação dos indivíduos envolvidos (ainda que não necessariamente).

Os escândalos midiáticos, além de pressupor as características acima listadas, são, em vários aspectos e extensões, constituídos por formas de comunicação mediada. Logo, trata-se de um fenômeno moderno, que conjugou a existência de escândalos ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Examinando esta constituição histórica, Thompson evidencia a popularização da imprensa, a fundamentação do jornalismo “neutro” e do jornalismo “investigativo” como importantes aportes ao desenvolvimento dos escândalos midiáticos. Com a criação e propagação da TV, que reconcilia a dupla

dimensão da visibilidade (estar na mídia e ser visto), o escândalo midiático redobra sua importância.

Thompson (2002) distingue escândalo midiático de escândalo local de acordo com algumas características. Enquanto no último predominam transgressões de primeira ordem (um ato/infração sem desenvolvimento de novos atos), naquele há transgressões de primeira e segunda ordem (o indivíduo permanece no foco de visibilidade e perde o controle de sua imagem. Muitas vezes, uma transgressão de segunda ordem ocorre por uma negação pública da primeira, que, quando é confirmada, remete a esta negação como uma mentira, um embuste - o que é muito perigoso para os políticos, que detêm a crença/confiança de seus eleitores).

Quanto ao tipo de publicidade, um escândalo local não ultrapassa os limites da tradicional publicidade de co-presença, enquanto o escândalo midiático, obviamente, é publicizado via mídia. A revelação e a desaprovação do escândalo ocorrem face a face no primeiro caso, e via mídia no segundo. Escândalos locais têm uma base de evidência relativamente efêmera, mas os escândalos midiáticos não; a fixidez do material torna mais difícil a negação do fato. Isto acontece, em parte, pela própria prática jornalística, que não pode corroborar uma denúncia sem provas sob risco de um processo ao veículo.

Por fim, os escândalos midiáticos têm uma ampla divulgação, como seria de se esperar, atravessando contextos espaço-temporais que não apenas aqueles em que o escândalo efetivamente ocorreu. É desta forma que o affair Clinton-Lewinsky¹⁴ ganhou o mundo. Mediado, o escândalo ganha uma existência permanente, histórica, recuperável no próprio material da mídia.

¹⁴ Como ficou conhecido mundialmente o caso do ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, com sua estagiária, Mônica Lewinsky. Revelado pela internet, o escândalo rapidamente alcançou os meios de comunicação internacionais.

Thompson salienta que a mídia possui diversos interesses em um escândalo. A relação mais óbvia é a de que o escândalo vende: todos querem saber o que aconteceu às figuras públicas. Mas além deste caráter financeiro, a mídia pode ter interesses políticos, enquanto organizações em um contexto político-econômico. A publicação de um escândalo vai de encontro também a uma concepção profissional jornalística, de busca da verdade, de esclarecimento da opinião pública. Também é importante o fator concorrência: como todo negócio, as organizações midiáticas têm uma rivalidade competitiva.

Assim como ampara a visibilidade, a democracia também é um suporte essencial aos escândalos midiáticos políticos. Thompson (2002) enumera quatro fatores neste sentido: nas democracias, forma-se um campo de forças competitivas (partidos, organizações), em que um escândalo é uma forma de derrotar o adversário; a reputação de um político importa, porque está diretamente relacionada a seu desempenho em eleições; nas democracias existe uma relativa liberdade de imprensa; e, por fim, as próprias condições do poder político, uma vez que em regimes autoritários, uma alegação contra o poder constituído pode ser duramente reprovada.

Fica claro, então, que os escândalos políticos midiáticos (que possuem conseqüências para o campo político) ou mesmo escândalos investigados neste campo que são midiaticizados movimentam-se no cruzamento do jogo político com a mídia (que o acolhe e o amplifica), especialmente num contexto democrático.

Isto pode acontecer mesmo quando a investigação que resultará na revelação do escândalo é feita pelo campo político, caso exemplificado pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. De fato, os escândalos advindos da midiatização de CPIs não podem prescindir da atuação de agentes do campo político, mas a mídia não costuma apenas acolher e reverberar o escândalo.

Através especialmente do jornalismo, ela também costuma fazer suas próprias investigações, produzindo insumos ao trabalho parlamentar, como será visto.

Primeiramente, entretanto, é fundamental entender o que são as Comissões Parlamentares de Inquérito e recuperá-las historicamente. Isto ajuda a compreender porque são fontes exemplares contemporâneas de escândalos políticos-midiáticos.

3 ESTUDO SOBRE A MUDIATIZAÇÃO DAS CPIs DA SEGURANÇA E DO LEITE

3.1 As Comissões Parlamentares de Inquérito

As Comissões Parlamentares de Inquérito são instrumentos do Legislativo que cumprem alguns propósitos: sevem como fonte de informação para o Congresso nas matérias sobre as quais este deve legislar; servem para informar o público sobre os problemas nacionais emergentes; servem para examinar a atuação dos órgãos executivos (Peixinho & Guanabara, 2001).

A origem deste expediente fiscalizador legislativo está na Inglaterra, e remonta ao século XVI. No Brasil, aparecem em uma Constituição pela primeira vez em 1934, embora o direito de investigação do Poder Legislativo estivesse, na prática, presente desde o início da República:

Em 1895, por exemplo, o Deputado Vergne de Abreu pediu a designação de uma “comissão de inquérito, composta de nove membros”, para examinar, “severamente, a situação das companhias estrangeiras de seguros de vida, tendo em vista os seus livros, contas, balanços e todos os documentos que julgar conveniente”, [...] em 1896, comissão requerida pelo Deputado José Carlos para apurar irregularidades em várias alfândegas do país [...]; em 1897, o Deputado Luís Adolfo Correia da Costa requereu a instituição de comissão de cinco membros, “tanto da maioria quanto da oposição”, para investigar a responsabilidade dele mesmo, como conferente da alfândega do Rio de Janeiro. (Salgado, 2001:42)

O poder de investigação do Legislativo está fundamentado não apenas no bom exercício da atividade legiferante, mas no equilíbrio entre os poderes, com seu atributo fiscalizador do poder executivo. A separação de poderes é um meio de controle do poder político, evitando que qualquer uma das três partes torne-se hipertrofiada. É o que acontece em caso de regimes ditatoriais, quando o executivo expande sua atuação, por vezes tornando o parlamento e a justiça

inoperantes, mas certamente reduzindo, legalmente ou na prática, suas atribuições/ações. A crença na democracia necessita, portanto, de um dispositivo de controle do poder.

Os três poderes têm funções típicas definidas, mas ao mesmo tempo atuam uns sobre os outros, exercendo uma função fiscalizadora. É neste sentido, por exemplo, que o executivo pode vetar o legislativo, e que é sua atribuição a nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores (após aprovação pelo Senado). O judiciário, por sua vez, é responsável de forma geral pela vinculação da administração pública à legalidade: nenhum governante pode fazer o que bem entender sem prestar contas; o governo deve atuar em conformidade com a lei (conforme Peixinho & Guanabara, 2001).

Ao legislativo, várias atribuições de controle são conferidas. De forma geral, o parlamento pode exercer um controle financeiro ou político da Administração Pública; no primeiro caso, existe um órgão auxiliar ao legislativo – o Tribunal de Contas – para desempenhar a função; no segundo, vários expedientes podem ser desempenhados pelo próprio Congresso, entre os quais, as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Logo, as CPIs possuem funções derivadas tanto da atividade típica do poder legislativo quanto de sua prerrogativa de controle da administração pública.

As comissões parlamentares de inquérito surgem-nos como órgãos do Poder Legislativo com o fim de auxiliar, mediante a investigação de fatos determinados, tanto na produção legiferante, recolhendo subsídios e elementos a instruir o desempenho dessa atividade, como na função fiscalizadora ou de controle da Administração, a que se acoplam a pesquisa e a análise de informações sobre atos e questões de relevante interesse nacional, regional ou local, para o esclarecimento da opinião pública e o resguardo do interesse coletivo,

dando o encaminhamento compatível às suas conclusões, para a tomada das providências adequadas. (Salgado, 2001:1) ¹⁵

No ordenamento jurídico brasileiro, as Comissões Parlamentares de Inquérito são Comissões Temporárias, “criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da Legislatura ou antes dele, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de declaração” (Regimento da Câmara Federal, artigo 22, II)¹⁶.

Uma CPI é criada mediante o requerimento de 1/3 dos deputados ou senadores. Há um prazo de funcionamento de 120 dias, prorrogável por mais 60. Quando cinco comissões parlamentares de inquérito estiverem funcionando no Congresso, a criação de outra CPI fica sujeita à aprovação de um projeto de resolução. Entre os princípios jurídicos seguidos por uma investigação parlamentar, destacam – se o da representação proporcional (a constituição da CPI deve espelhar a representação do Legislativo) e o da finalidade, pelo qual a CPI só pode ser criada com o intuito de investigar um *fato determinado*, a saber, um fato de relevância para a vida pública, econômica, jurídica e social do país.

A primeira Constituição Brasileira a instituir a investigação legislativa através de Comissão é a de 1934, como já dito. Mesmo com a brevidade de vigência desta Carta (substituída por outra em 1937), algumas CPIs podem ser destacadas, como a que investigou as condições de vida dos trabalhadores agrícolas, as condições dos serviços industriais do Estado e as duas comissões que, em 1937, foram criadas para investigar a repressão ao comunismo. Percebe-

¹⁵ Note-se que os poderes das CPIs são investigatórios; as providências jurídicas cabíveis são tomadas pelo Judiciário – o legislativo não *julga*, salvo em casos de crimes de responsabilidade, quando o Senado pode julgar o Presidente da República, o Vice-presidente e os ministros do Supremo Tribunal Federal (conforme Peixinho & Guanabara, 2001: 13-14)

¹⁶ As comissões temporárias subdividem-se em comissões especiais, externas e de inquérito.

se a marca histórica das preocupações econômicas e mesmo das contingências políticas nos trabalhos legislativos.

Na Constituição de 1937, conhecida como “Polaca” em virtude de seu outorgamento, omitiu-se o instrumento legislativo de investigação, o que é justificado pela vigência do Estado Novo: o poder legislativo apenas figurava constitucionalmente. Como ressaltam Peixinho e Guanabara, “ nenhum dos Legislativos, municipal, estadual ou federal, funcionou até 1945” (2001:40).

O contexto de fim da II Guerra Mundial e de reformulação partidária do país culmina com a Constituição de 1946, onde são retomadas as liberdades democráticas e as CPIs voltam a ser instituídas formalmente. Há um reequilíbrio entre os Poderes, e o Legislativo ganha ainda a prerrogativa de poder convocar ministros ao parlamento (a ausência implicando crime de responsabilidade).

Não é à toa que a primeira CPI criada neste período é intitulada “CPI sobre atos delituosos da ditadura”, embora não tenha concluído seus trabalhos. Destaca-se a criação, em 1953, da CPI da Última Hora, que investigou as transações do jornal com o Banco do Brasil, e a comissão criada em 1963 para investigar a tentativa de prisão, seqüestro ou eliminação do Governador Carlos Lacerda.

De 1946 a 1967 – quando entra em vigência uma nova Constituição, 240 CPIs são criadas pela Câmara. Destas, de acordo com Peixinho & Guanabara, 152 tiveram seus relatórios concluídos e aprovados, 82 não concluíram seus trabalhos e seis sequer foram instaladas. Os autores chamam a atenção para a não conversão deste número em medidas práticas: entre 1963 e 1967 “43 relatórios de comissões parlamentares de inquérito aprovados pela Câmara foram enviados a outros setores, mas, como resposta, apenas 3 medidas foram tomadas pelos setores acionados” (Peixinho & Guanabara: 2001, 45).

Em 1967, uma nova Constituição é promulgada, no início do período de ditadura militar. A Carta não suprime as CPIs, mas na prática o contexto político leva a um recrudescimento da atividade parlamentar. De dezembro de 1968 (quando é instituído o AI5) a 1972 nenhuma CPI é instalada no Congresso¹⁷. Em 1973, uma CPI é criada na Câmara para investigar “as causas do tráfico e uso de substâncias alucinógenas”. Em 1974, não há criação de CPIs. A retomada acontece em 1975, não casualmente com a “CPI para investigar o comportamento e a influência das empresas multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil”, de autoria do deputado Ulysses Guimarães.

Em termos de providências, Peixinho & Guanabara salientam que, entre 1967 e 1971, 16 relatórios aprovados e enviados pela Câmara não resultaram em medidas tomadas (2001: 48).

A Constituição de 1988, primeira pós-ditadura, volta a zelar por um melhor equilíbrio entre as forças dos três Poderes:

Há que se ressaltar que o Poder Legislativo adquiriu maiores instrumentos de controle do Executivo: uma participação maior na feitura do orçamento, participação na concessão de canais de rádio e televisão, competência para fixar ou modificar efetivo das Forças Armadas, sustação de atos normativos do Governo e, naturalmente, a prerrogativa da criação de comissões parlamentares de inquérito (Peixinho & Guanabara, 2001:49).

Há uma inovação nesta carta, que institui, no art. 58, parágrafo terceiro, a equiparação dos poderes de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito aos próprios das autoridades judiciárias. A necessidade de

¹⁷ Demarcando o contexto em que surge o AI5, tem-se dois exemplos de CPIs criadas em 1968: a “CPI destinada a apurar as origens e responsabilidades relativas a manifestações de terrorismo cultural”, de autoria do Deputado Mário Covas, que não foi instalada, e a “CPI para investigar, em todo o país, a extensão das violências que vêm sendo praticadas contra estudantes e, particularmente, para apurar os fatos e a responsabilidade do massacre praticado pela polícia militar do Rio de Janeiro que culminou com o assassinato do jovem

encaminhamento das conclusões ao Ministério Público também é afirmada pela Constituição de 1988.

As CPIs voltaram a ter importância, agora com poderes de investigação definidos, e já na década seguinte (90) despontam na cena pública política. O marco, como já dito, é a **CPI do Caso Collor** (1992)¹⁸, também chamada CPI do Caso Paulo César Cavalcante Farias, criada com finalidade de investigar denúncias de corrupção no governo federal. O requerimento para abertura desta comissão mista fazia alusões às entrevistas do irmão do presidente, Pedro Collor de Mello, concedidas a jornais, revistas e emissoras de rádio e tv, citando explicitamente as que foram publicadas pelo Jornal do Brasil (18 de maio de 1992) e pela revista Veja (27 de maio de 1992).

A investigação foi acompanhada e pautada pela imprensa, mobilizando também a sociedade, que manifestou sua indignação com as comprovações de corrupção. Enquanto o presidente pedia apoio, solicitando que as pessoas saíssem às ruas usando verde e amarelo, a população vestiu preto e os jovens pintaram os rostos. O relatório da CPI foi decisivo para a abertura de processo de impeachment contra o presidente.

Há que se entender a importância deste momento histórico. Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito de forma direta desde Jânio Quadros, em 1960 – um intervalo de 29 anos. Ao mesmo tempo, o Congresso retomava, como já visto, suas atribuições no equilíbrio dos três poderes, após um longo período

escolar Edson Luiz Lima Souto”, de autoria do deputado Bezerra de Melo, que obviamente não concluiu os trabalhos.

¹⁸ Em 1991 a CPI da Previdência recebeu uma boa atenção da mídia. O Caso Collor, no entanto, constituiu um espetáculo político-midiático, alcançando uma dimensão pública única, com manifestações “Fora Collor” em todo o país e culminando com a renúncia do presidente ameaçado de impeachment. Esta é a razão para que esta CPI seja considerada o marco efetivo da midiáticação, uma vez que uma experiência pública de tal dimensão certamente produziu uma memória operante nos sentidos seguintes associados à sigla CPI.

de hipertrofia do Executivo. A relevância desta experiência pública está também no caráter de teste para a democracia que se firmava no país. Fernando Collor foi eleito como uma promessa; certamente o envolvimento da mídia e da sociedade foi fundamental para o campo político na queda do presidente.

Depois desta CPI, muitas outras foram midiaticizadas, promovendo um acompanhamento contínuo do trabalho legislativo pelo público. Outras, entretanto, passaram completamente despercebidas. Uma breve recuperação histórica daquelas que receberam atenção da mídia pode ser feita¹⁹.

Em 1993, a **CPI do Orçamento** é criada para investigar o envolvimento de membros da comissão do orçamento da Câmara no desvio de dinheiro público, a partir de denúncias feitas pelo funcionário José Carlos Alves dos Santos à revista *Veja*. O que, em um primeiro momento, poderia levar a um entendimento de que o Congresso era capaz de promover uma investigação sobre si mesmo, apontando e corrigindo falhas, resultou na imagem dos “anões do orçamento”, parlamentares suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção. Dos 40 parlamentares investigados, 18 tiveram sua cassação sugerida. Destes, oito foram inocentados e 10 renunciaram ou foram cassados.

O relatório desta CPI condiz com a expressão “terminar em pizza”, bastante vigente na época:

teve como marca a exclusão do nome de diversos políticos a princípio envolvidos, bem como o acordo feito entre PSDB, PMDB, PFL e PPR de que não haveria emendas ao texto. Também não se chegou à apuração profunda do envolvimento de empreiteiras no esquema de corrupção. Um relatório da subcomissão de orçamento chegou a propor a inabilitação da construtora Odebrecht para a participação de qualquer concorrência pública, bem como uma “devassa” em outras

¹⁹ A seleção aqui feita é fruto de pesquisa em revistas semanais de circulação nacional – que não podem se furtar a dar uma cobertura mais profunda de assuntos abordados durante a semana com relevância por outros meios de comunicação, além de referências encontradas em Peixinho e Guanabara (2001) e Salgado (2001).

oito empreiteiras, mas suas sugestões não foram incorporadas no relatório final da Comissão (Peixinho e Guanabara, 2001:55)

Em 1997, uma CPI é criada para investigar a emissão de títulos públicos para pagamento de dívidas de municípios e Estados (conhecida como **CPI dos Precatórios**), a partir da denúncia do senador Vilson Kleinubing de que emissões irregulares teriam sido feitas pelo então governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira. Foram investigados os governos de Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas, bem como as prefeituras de São Paulo, Osasco e Guarulhos, no Estado de São Paulo, e de Goiânia, em Goiás. Os políticos Paulo Maluf, Celso Pitta e Paulo Afonso foram condenados a ressarcir os cofres públicos. Pitta também foi condenado a perder o mandato na prefeitura de São Paulo e a ter seus direitos políticos suspensos por oito anos. Recorreu e permaneceu na prefeitura.

Em 1999, várias investigações marcaram presença na mídia. A **CPI dos Bancos** apurou o favorecimento de algumas instituições financeiras pelo Banco Central, que provocou uma desvalorização cambial resultando em prejuízos de bilhões aos cofres públicos. Levou à queda do então presidente do Banco Central, Francisco Lopes. O banqueiro Salvatore Cacciola teve prisão preventiva decretada e refugiou-se na Itália.

No mesmo ano, a **CPI do Judiciário** investigou denúncias de corrupção no poder judiciário. Entre as denúncias, o superfaturamento da obra do Fórum Trabalhista em São Paulo, envolvendo o então Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, juiz Nicolau dos Santos Netto, que ficou conhecido via mídia como “Lalau” – expressão popularmente usada para nomear ladrão. R\$ 169 milhões foram desviados por Santos, que foi indiciado e preso (seu ir e vir da cadeia por conta de problemas de saúde é constantemente acompanhado pela mídia). Um dos beneficiários do desvio foi apontado como sendo o senador Luiz Estevão, que se tornou o primeiro senador cassado por falta de decoro no país.

Sua cassação promoveu novo escândalo, por meio de uma suposta lista com os votos dados pelos parlamentares que estaria em poder do senador Antônio Carlos Magalhães. O novo evento foi examinado pela Comissão de Ética do senado, culminando com a renúncia dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Arruda, em 2001.

Por fim, foi iniciada em 1999 a **CPI do Narcotráfico**, que somente encerrou seus trabalhos em 2000 e foi uma das comissões mais longas realizadas pela Câmara dos Deputados. As investigações levaram ao descobrimento de redes de tráfico, bem como do envolvimento de representantes do campo político no crime organizado. Foi através desta CPI que o Brasil soube das práticas do Deputado acreano Hildebrando Pascoal, envolvido em “assassinato de pessoas com motosserras, tráfico de drogas e chefia de um esquadrão da morte”²⁰. Pascoal foi cassado. A CPI também causou a queda do então ministro da Defesa, Élcio Álvares, cuja secretária estava sendo investigada por relações com o crime organizado do Espírito Santo.

Entre 1999 e 2000 a Câmara e o Senado criaram, cada qual, uma CPI tendo como tema o futebol. Enquanto a Câmara investigou o contrato entre a Confederação Brasileira de Futebol e a empresa Nike, o Senado agregou a este mesmo objetivo a investigação da sonegação de impostos e irregularidades nas vendas de passes praticadas por associações do futebol (**CPI da Nike e CPI do Futebol**). As denúncias sobre o contrato com a Nike foram feitas pelos jornalistas Juca Kfoury (Folha de São Paulo de 31 de janeiro e de 1º de fevereiro de 1999) e Armando Nogueira (Estado de São Paulo de 03 de fevereiro de 1999). A convocação de jogadores e presidentes de clubes para depor aumentou a

²⁰ Conforme revista Istoé de 22 de setembro de 1999.

visibilidade destas comissões. Esta visibilidade permitiu o conhecimento do público da existência de uma “bancada da bola” no Congresso Nacional.

Nacionalmente, vale a pena destacar ainda a midiatização da ameaça de criação da **CPI da Corrupção** em 2001. Em meio a denúncias de irregularidades cometidas pelo governo federal, a oposição quase conseguiu o número de votos necessários para abrir a CPI. No mesmo período, outro escândalo despontou, chamando mais a atenção: uma possível violação do painel do senado, no momento da votação da cassação do senador Luiz Estevão. O senador Antônio Carlos Magalhães teria obtido uma lista da votação, que era secreta.

A imprensa relacionou os casos, temendo pela não punição de Magalhães, que teria ordenado “a cinco deputados carlistas que retirassem o apoio à criação da CPI” (Istoé, 16 de maio de 2001). Falou-se em balcão de negociações (Veja, 16 de maio de 2001: “Show do Milhão – com empenho nunca visto, o governo abre o balcão e esmaga a CPI da Corrupção”), em possível crise caso a CPI fosse aberta e no esforço do governo em impedi-la. Entre os dois casos (a CPI e a violação do painel) os sentidos de expressões como política, negociata, falta de decoro se entrelaçaram. Este episódio ilustra bem o potencial de escândalos de uma investigação parlamentar, capaz de alertar agentes do campo político e do campo midiático na simples ameaça de sua constituição.

Em nível estadual e municipal, a midiatização das CPIs também é um fenômeno relacionado à abertura de regime e à constituição de um campo midiático (bem como da habituação a uma cultura da mídia). O sentido de instrumento investigativo político também transita para o de escândalo político-midiático.

Na história da Assembléia Legislativa do Rio Grande Sul, palco das CPIs da Segurança e do Leite em 2001, há exemplos desta transição. Em 1979 foi criada a “**CPI dos Uruguaios**” – como ficou conhecida a comissão que investigou, em pleno

regime militar, o seqüestro de um casal de uruguaiois no final de 1978 em Porto Alegre, Lilian Celiberti Rosas de Casariego e Universindo Diaz, numa cooperação entre as polícias uruguaia e brasileira²¹. Ambos eram refugiados políticos. Os filhos de Lílian também foram seqüestrados. O caso foi acompanhado pela imprensa internacional e por organizações de direitos humanos. A oposição (MDB) requereu a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas a relatoria ficou a cargo do deputado Jarbas Lima (Arena).

O relatório final concluiu pela não existência de qualquer tipo de delito, e portanto pelo não indiciamento de policiais brasileiros. Houve repercussão negativa na imprensa. Em 1º de outubro de 1979, a comissão recusou este relatório e designou novo relator, o deputado Ivo Mainardi (MDB), que confirmou as denúncias e pediu instauração de processo criminal contra alguns envolvidos.

Esta CPI pode ser considerada um marco tanto na transição política quanto na efetividade de um campo midiático em conformação. O papel da imprensa foi relevante, aliado ao desempenho de organizações internacionais de direitos humanos.

O histórico de CPIs midiáticas no Rio Grande do Sul segue, especialmente a partir da década de 90, um desenvolvimento paralelo ao histórico nacional. Tendo a nação já experienciado a CPI do Caso Collor, muitas outras comissões são criadas com foco na existência de corrupção na administração pública. No Estado, o primeiro exemplo marcante deste gênero é a **CPI da Propina**, instalada em outubro de 1993 e encerrada em março de 1994. A comissão, criada para investigar denúncias de corrupção no governo Alceu Collares/PDT (1991–1994), foi presidida pelo então deputado Flávio Koutzii (PT) –

²¹ O caso é contado por Omar Ferri, advogado da família de Lílian no livro “Seqüestro no Cone Sul: o caso Lilian e Universindo”, publicado pela editora Mercado Aberto e disponível na internet em <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/ferri/index.html>

chefe da Casa Civil durante o governo Olívio Dutra (1999–2002). A principal testemunha na época, Renilda Silva, fez suas denúncias à imprensa, obtendo grande exposição na mídia.

Esta CPI é lembrada pelo colunista de Zero Hora José Barrionuevo durante a CPI da Segurança (2001), estabelecendo um paralelo entre as duas, uma vez que os partidos do governo e da presidência da CPI inverteram posições, e, assim como a da Segurança, também foi dito à época que a CPI da Propina perdeu-se em muitos assuntos (entre os temas que foram abordados estavam tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, compra de ouro e remessa de dólares para o Uruguai).

No governo Antônio Britto/PMDB (1995–1998), duas Comissões merecem destaque: a **CPI da CEEE**, que investigou as licitações e contratações da Companhia Estadual de Energia Elétrica em 1995, presidida pelo deputado Vieira da Cunha (PDT) e relatada pelo ex-deputado Pepe Vargas (PT); e a **CPI do Detran**, criada em 1997 para investigar possíveis irregularidades no processo de autarquização e tercerização do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Esta última culminou com a renúncia coletiva dos membros da oposição (que haviam solicitado a investigação) diante da negativa do Secretário Estadual da Segurança, José Eichenberg, em depor à CPI. Após a renúncia, o secretário compareceu à comissão e foi interrogado pelos membros governistas que deram continuidade aos trabalhos. Os deputados da oposição elaboraram um dossiê com todas as apurações feitas e encaminharam à imprensa, enquanto o relatório final, redigido pelo deputado Alexandre Postal (PMDB), concluiu pela inexistência de irregularidades que pudessem anular o processo licitatório.

Em 1999, o governo Olívio Dutra (PT) sofre sua primeira CPI, a do Pólo Automotivo (ou **CPI da Ford**, como ficou conhecida). A comissão dedicou-se a investigar a ida da referida empresa para a Bahia, depois de uma tentativa de

instalação no Rio Grande do Sul. O tema já era polêmico na mídia, e demarca bem a polaridade existente no Estado, uma vez que a vinda da Ford simbolizava uma política de incentivos fiscais adotada pelo governo Britto com a qual o governo Olívio Dutra não concordava.

Em 2000, a **CPI do Crime Organizado** desempenhou papel similar no Estado ao que a CPI do Narcotráfico representou em nível nacional. A investigação teve como alvo o tráfico de armas e de drogas e ação de quadrilhas especializadas. O relatório final constatou comprometimento de agentes da segurança pública com o crime organizado. Foram mais de 200 denúncias contra agentes policiais e cerca de 30 contra delegados. 53 pessoas foram presas em decorrência do trabalho da CPI. Entre as recomendações no relatório final está a criação de uma CPI específica para a Segurança Pública – que é instalada em 2001. A **CPI da Segurança** acaba por resultar em manchetes nacionais, como será visto, sendo considerada um escândalo de vulto pela mídia nacional.

Cabe ressaltar ainda a **CPI do Leite** (estudada neste trabalho), solicitada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), criada em meio a outras CPIs do Leite estaduais, e cujo modelo foi seguido pela **CPI das Carnes** (2003). Esta, entretanto, não denunciou as grandes redes varejistas ou o setor industrial, restringindo-se ao indiciamento de 29 pessoas, entre as quais dois ex-presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretores do grupo Chapecó, além de envolvidos em abigeato e abate ilegal.

Esta breve recuperação histórica nacional e estadual das Comissões Parlamentares de Inquérito auxilia no entendimento da midiatização das CPIs, pensado enquanto processo. É esta dinâmica, por sua vez, que leva a uma definição metodológica de como estudar o objeto.

3.2 Processos de Miatização

A miatização das Comissões Parlamentares de Inquérito pode ser entendida como um processo decorrente da configuração nas relações entre mídia e política na contemporaneidade. Estas relações são marcadas pela necessidade de visibilidade da política e pela insurgência do campo midiático como *locus* privilegiado de produção desta visibilidade.

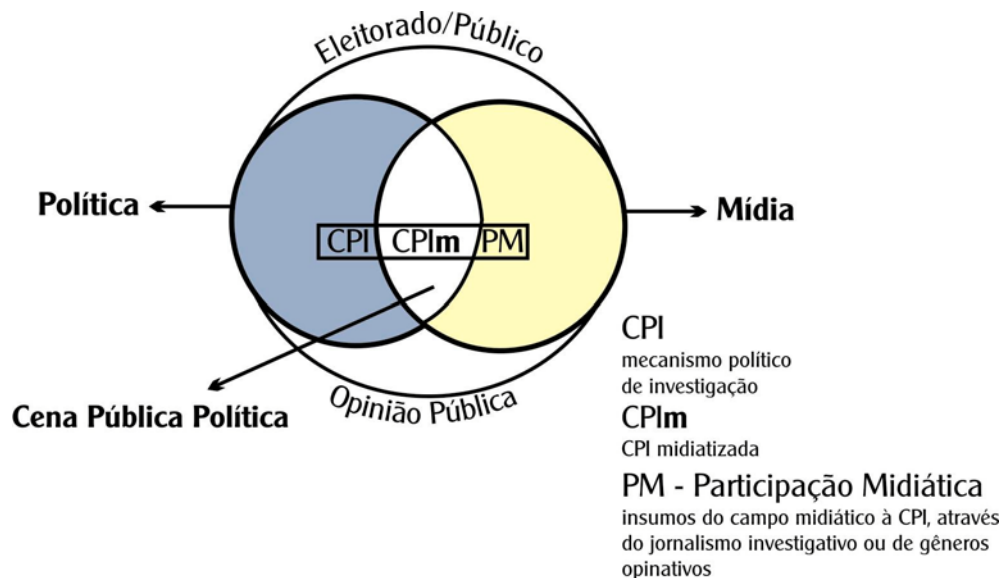
A dinâmica é evidenciada nos períodos eleitorais, quando a campanha, que não deixa as ruas, invade as telas, as páginas, as emissões radiofônicas. Entretanto, o vínculo entre política e mídia não se manifesta apenas neste ou em outros momentos especiais do campo político, como a posse de um presidente, por exemplo. A necessidade de visibilidade dos atores políticos é permanente, assim como a necessidade midiática diária de relatar fatos da esfera política. Há, pois, uma zona de visibilidade criada a partir da confluência destes dois campos, uma região de publicidade, uma *cena pública política*, seguindo a denominação de Wilson Gomes (1999b).

A cena pública política não necessariamente constitui uma esfera pública, na acepção de racionalidade argumentativa e de abertura que o conceito possui. Como salienta Gomes, as relações entre esfera pública e cena pública podem se dar de variadas maneiras. O que é certo é que, dependendo da magnitude da discussão, a cena pública política é fundamental para a esfera pública. Desta forma, assuntos de relevância nacional, por exemplo, encontram na cena pública política uma visibilidade, uma publicidade ímpar, sem a qual não há como iniciar uma discussão pública.

Para esta zona de visibilidade pública convergem fatos/ações/elementos do campo político, bem como inferências midiáticas sobre a política. Desta

forma, podemos pensar na midiaticização das Comissões Parlamentares de Inquérito conforme o diagrama abaixo:

Figura 2



Processo de midiaticização das Comissões Parlamentares de Inquérito²²

As CPIs midiaticizadas estão localizadas na confluência entre os campos político e midiático, na cena pública política. Pelo campo da política, constituem-se em um movimento necessário de entrada das CPIs na cena pública política. Pelo lado midiático, sofrem provocações próprias deste campo, através do jornalismo investigativo ou mesmo de gêneros opinativos diversos, como

²² Note-se que o diagrama é uma representação simplificada, o que não significa a inexistência de outros campos sociais, mas sim que análise deste estudo centra-se na mídia e na política.

editoriais, artigos e as colunas políticas. É comum, na midiática de uma CPI, que esta seja pautada em sua origem pelo campo midiático (CPI do Caso Collor, CPI do Orçamento, CPI do Futebol) ou que, paralelamente/a partir das investigações parlamentares, a imprensa realize suas próprias investigações, às vezes entrevistando com exclusividade (e até mesmo antes do depoimento no Congresso) testemunhas envolvidas. Este movimento de pautar o trabalho parlamentar retroalimenta o campo midiático, que cobre os novos passos da CPI.

Em uma relação circular, o diagrama retrata a presença constante do eleitorado/público (a própria sociedade), enunciatário de relevância para cada um dos campos, em uma polaridade com a noção de opinião pública, instância de referência na relação entre política e mídia. É em nome do interesse público e em seu papel de representação política do eleitorado que age o campo político na constituição de uma CPI. É em nome do interesse público/ do público e em seu papel de representante da opinião pública (inclusive para o campo político) que age o campo midiático ao adotar uma CPI. Estas, no entanto, são ações que possibilitam esconder outros interesses, uma vez que legitimam os dois campos perante o público.

Este diagrama deve ser pensado de uma forma dinâmica; a cena pública política não possui um tamanho fixo, limites precisos. Antes, ela depende do contexto (amplia-se em momentos eleitorais, por exemplo)²³. Mesmo as CPIs podem não estar (e certamente não estão) completamente nesta zona de visibilidade pública. Neste sentido, há dois aspectos a ressaltar. Primeiramente, uma temporalidade histórica: há um período claro para o início das midiáticas das CPIs. Como dito inicialmente, o processo é marcado pela CPI do Caso Collor,

²³ Assim como não se deve pensar que as relações entre os campos da política e da mídia limitam-se à cena pública política. Mesmo o campo midiático não é completamente visível e certamente estabelece relações opacas com diversos campos da experiência social.

primeiro presidente eleito diretamente no país após o período de ditadura militar. Esta demarcação histórica envolve dois elementos: a constituição de uma rede midiática efetiva no país, que se dá durante a ditadura, e o processo de redemocratização. Sem uma estrutura midiática abrangente e de forte penetração social, o processo de midiaticização, enquanto uma apropriação midiática de um acontecimento que recebe ampla divulgação e é percebido como relevante, destacando-se na agenda pública, não procederia ou não teria sentido.

Não desconhecendo a relevância da presença do rádio e da imprensa (entre outros produtores de bens simbólicos) nas décadas anteriores, é possível pensar na consolidação de uma indústria cultural no país na década de 1970 mediante a expansão das telecomunicações (especialmente da televisão) de caráter integrador vinculada à ideologia de segurança nacional do regime militar. No campo da produção houve um crescimento de emissoras/retransmissoras, enquanto que, em termos de recepção, políticas de financiamento aumentaram consideravelmente o número de equipamentos de rádio e tv nos lares brasileiros²⁴. Por outro lado, a imprensa, mesmo sofrendo quedas nas tiragens (Caparelli, 1989), firma-se como importante fonte para os formadores de opinião.

A existência de todo este aparato, por si só, no entanto, não garantiria a midiaticização, uma vez que sob o regime militar a liberdade de imprensa era restrita e o campo midiático tinha sido cerceado em seu papel de fiscalizador público das ações do governo. A abertura do regime político durante a década de 80 propicia uma certa autonomização das instituições midiáticas em relação ao

²⁴ Em 1970, a porcentagem de domicílios com TV no Brasil era de 27%; em 1974 passou para 43% e chega, em 1978, a 67% (Federico, 1982:156).

poder político²⁵, capaz de fomentar este sentido de “quarto poder” ao sistema informativo.

O retorno do regime democrático possui ainda outras conseqüências: recupera o equilíbrio das forças entre os três poderes, no qual as Comissões Parlamentares de Inquérito desempenham uma relevante função; retoma a atribuição pública do fazer político e fomenta a competitividade entre os atores políticos.

O segundo aspecto a ser ressaltado envolve uma outra temporalidade, a da atualidade: algumas CPIs são midiaticizadas ao mesmo tempo em que outras permanecem na opacidade do campo político, ou apenas tangenciam a cena pública política (veiculação), sem, no entanto, desfrutar de um regime de visibilidade pública efetivo. Aqui reside o problema de pesquisa, que pode ser formulado em caráter geral de uma maneira simples:

Por que algumas CPIs são midiaticizadas de tal forma que ganham um reconhecimento público e outras não?

Outras perguntas envolvem esta questão inicial:

Existem características em uma CPI que justifiquem a sua midiaticização ou não?

De que forma o campo político e o campo midiático constituem a midiaticização de Comissões Parlamentares de Inquérito?

Delimitando o objeto empírico, podemos selecionar duas CPIs que sofreram diferentes regimes de visibilidade e reformular a questão principal. Optando pela CPI da Segurança Pública e pela CPI do Preço do Leite, criadas pela

²⁵ Relativa, uma vez que vários interesses permanecem ligando estas instituições ao poder público, como por exemplo as verbas publicitárias e a própria concessão de emissoras de rádio e TV.

Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2001 o problema de pesquisa pode ser redigido assim²⁶:

Por que a CPI da Segurança Pública e a CPI do Leite sofreram diferentes regimes de visibilidade?

O problema ganha contornos definidos; o campo político refere-se ao Rio Grande do Sul, tendo seus principais atores na Assembléia e no governo estadual. Também o campo midiático toma a forma das principais empresas midiáticas do estado, em especial do grupo RBS, de maior penetração social (ressalve-se que a CPI da Segurança Pública ganhou páginas em veículos de circulação nacional – e isso é um índice de midiaticização importante, que será considerado).

Trata-se de perceber, comparando as duas CPIs, se há características definidoras da midiaticização, e de que forma o campo político e o campo midiático, redimensionados, articularam/constituíram esta midiaticização.

Por que uma CPI poderia ser midiaticizável? A lógica midiática pode fornecer algumas respostas. Examinado o processo de seleção de um acontecimento, tal qual realizado na fundamentação teórica, vê-se que a novidade, o inusitado e o interesse público são três valores importantes, e que a dramatização potencial de um fato funciona como um meta-valor.

As CPIs, neste sentido, já possuem intrinsecamente uma valoração de interesse público, visto que constituem investigações parlamentares que podem ajudar a formular leis ou que fiscalizam a administração pública. Por este requisito, todas seriam midiaticizáveis, a menos que a definição do que é interesse público pelo campo midiático seja diferente da definição do campo político. Neste

²⁶ A seleção destas duas CPIs também se justifica pelo fato de terem sido realizadas no período de um mesmo governo, a saber, no mandato do Governador Olívio Dutra (1999–2002), do Partido dos Trabalhadores. Esta foi a primeira vez que o partido assumiu o governo do Estado, imprimindo uma correlação de forças específica para o campo político em questão.

caso, seriam midiaticizáveis aquelas que representassem questões de interesse público abalizadas pela mídia.

A novidade é uma constante, uma vez que os temas de uma CPI até podem se repetir, mas em contextos políticos diferentes. Uma CPI, entretanto, nem sempre é inusitada. Talvez para sê-lo ela tivesse que contradizer seus princípios de criação, algo como não versar sobre algo de interesse público, por exemplo. Quanto à dramaticidade, muitas vezes os procedimentos formais do campo político mostram-se entediantes, ou seja, não seriam muito interessantes do ponto de vista da lógica midiática.

Através de exemplos históricos, percebe-se que as CPIs midiaticizadas constituíram escândalos envolvendo o campo político. É por esta via que se deve procurar alguns possíveis princípios de midiaticização.

O potencial de dramatização em um escândalo é exemplar; desde a transgressão, passando por sua revelação, sua condenação, reprovação e culminando com os danos à imagem pública dos envolvidos (aspectos somados ao fato de se tratar de escândalos políticos), a mídia tem um vasto material para dramatizar. Deve-se lembrar também que um escândalo tem uma dinâmica inesperada, com reviravoltas e novas revelações, além de envolvidos que negam a participação, incorrendo em uma nova transgressão (o que Thompson chama “transgressão de segunda ordem”): a novidade e o inusitado estão constantemente presentes. Este enredo aumenta a noticiabilidade do escândalo; segundo Mar de Fontcuberta (1993:46), “um fato será mais noticiável quando produzir maior quantidade de conseqüências que, por sua vez, também serão notícia”.

Em outros termos, a possibilidade de dramatização de um escândalo o torna altamente noticiável para a mídia, cumprindo um primeiro requisito para a midiaticização das Comissões Parlamentares de Inquérito. A convergência entre a novidade e a própria dinâmica dramática, que satisfaz à lógica de informação e

entretenimento do campo midiático, alia-se a outro fator: a legitimação do papel fiscalizador da mídia, especialmente quando o escândalo é fruto de investigação dos próprios agentes midiáticos.

No caso das CPIs, a investigação que potencializa o escândalo é formal e do campo político. Isto traz duas conseqüências para a midiaticização: em primeiro lugar, provoca uma dupla valorização do que é interesse público, uma vez que o acontecimento é considerado desta forma não apenas pelos agentes midiáticos, mas pelos agentes políticos que criaram uma CPI para tratar do assunto. Não apenas a atividade legislativa é legitimada (os representantes atuando como tais publicamente) como a atividade jornalística também o é em uma CPI midiaticizada.

Em segundo lugar, há uma tendência dos agentes midiáticos de não se restringirem a veicular a investigação parlamentar. Na verdade, os agentes midiáticos vão mais além: participam ativamente do acontecimento que vão midiaticizar, seja fornecendo subsídios fundadores para uma investigação parlamentar, seja provocando investigações paralelas, mediante entrevistas exclusivas de testemunhas que também dão seu depoimento à CPI.

É assim, por exemplo, que as CPIs são constantemente pautadas por matérias veiculadas pela mídia, que no trabalho de investigação faz o que é também função da CPI. Foi desta forma no Caso Collor, cuja CPI iniciou após a publicação de uma entrevista com o irmão do presidente, numa coadjuvação que se estendeu durante todo o processo investigativo²⁷.

O mesmo se deu com a CPI do Orçamento, também baseada em uma entrevista publicada em uma revista semanal de grande circulação nacional com um funcionário da Câmara Federal. Mas talvez o exemplo mais crucial seja o da

²⁷ Sobre o tema, ver Fausto Neto, A. *O impeachment da televisão – como se cassa um presidente*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995

recente CPI da Segurança, no Rio Grande do Sul. Dois repórteres de um dos jornais da maior empresa de comunicação do Estado forneceram ao relator da CPI, deputado Vieira da Cunha, uma fita com uma entrevista inédita que mudou os rumos da investigação.

Neste caso, há um movimento do campo da mídia no campo político digno de nota. Deixa-se de pautar uma CPI através da matéria publicada para provocá-la diretamente, colocando-se a mídia em pleno jogo político, como mais um ator instituído das prerrogativas da representação política.

Por todas as considerações expostas, é possível resumir, de acordo com Thompson (2002), quatro fatores fundamentais que tornam os escândalos interessantes para a mídia, o que provoca, em consequência, a viabilidade de midiatização das CPIs com potencial para gerar escândalos. Em primeiro lugar, há o interesse financeiro: os escândalos, como visto, têm um apelo à dramatização que é apropriado à lógica de informação e entretenimento dos meios de comunicação. Em outras palavras, escândalos vendem.

Em segundo lugar, há interesses políticos: ainda que com uma relativa autonomia em relação ao poder público e a partidos políticos, não se pode esquecer que enquanto instituições os meios de comunicação também têm interesses que podem se refletir no campo político. Os escândalos são uma forma de entrada no próprio jogo político, neste sentido.

Em terceiro lugar, há uma concepção profissional própria do campo midiático, que o ajuda a legitimar-se, especialmente em relação ao papel fiscalizador dos poderes políticos. Esta concepção é expressa no próprio *ethos* profissional dos jornalistas, comprometido com a verdade e com o interesse público.

Por fim, enquanto organizações voltadas ao mercado, os meios de comunicação têm uma concorrência a enfrentar. Esta disputa interna do campo

midiático provoca a corrida ao furo de reportagem, à última novidade, e neste sentido impulsiona o caráter investigativo do jornalismo e o interesse pela dinâmica dos escândalos.

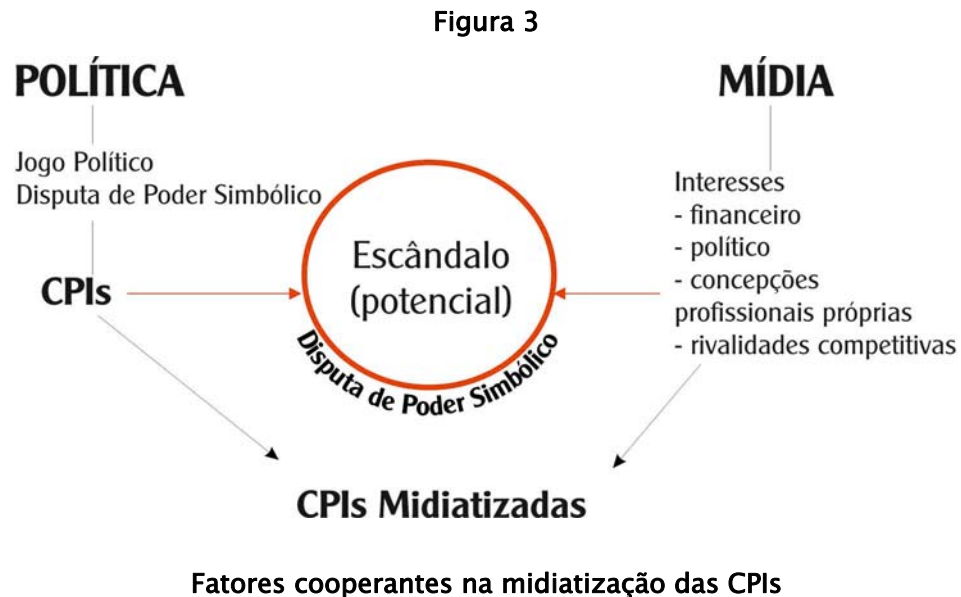
Se pelo lado da mídia fica claro o interesse na midiatização dos escândalos, pode parecer que ao campo político o processo seja prejudicial, especialmente no caso das CPIs, em que os escândalos envolvem atores políticos ou relações com o campo. No entanto, pensando em termos do jogo político, a midiatização das CPIs pode tornar-se bastante interessante aos atores.

Thompson (2002:296) explicita a importância dos escândalos para o campo político: “escândalos são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo. Os escândalos não necessariamente destroem a reputação e a confiança, mas eles têm a capacidade de fazer isso”. Reputação e confiança são formas de capital político, uma espécie de capital simbólico de extrema relevância para os atores políticos. É, afinal, com base na crença depositada pelo eleitor, que o político é eleito em seu nome, para representá-lo. Esta crença fundamenta o poder simbólico.

Lembrando os personagens principais envolvidos em CPIs midiatizadas, vê-se que a desqualificação de atores políticos é crucial: Collor, os anões do orçamento, Hildebrando Pascoal, Luís Estevão são alguns exemplos. Mas o interesse do campo político pela midiatização das Comissões Parlamentares de Inquérito não termina por aí. Há um aspecto institucional que retoma as atribuições do parlamento, legitimando a própria crença em um regime democrático. Ao investigar publicamente seu próprio campo, o legislativo assume a postura que lhe é esperada/atribuída: a própria representação política é referendada, enquanto atividade pública.

De forma resumida, é possível compreender os fatores que cooperam na midiatização das Comissões Parlamentares de Inquérito mediante seu potencial

para desencadear escândalos políticos que suscitem uma disputa de poder simbólico, não apenas entre atores políticos, mas também entre o campo político e o campo midiático, conforme a figura abaixo:



Através das características das Comissões Parlamentares de Inquérito e das relações entre mídia e política enunciadas, a midiáticação das CPIs parece ocorrer quando o potencial para gerar escândalos da investigação parlamentar produz uma disputa simbólica entre os dois campos, especialmente em termos de representatividade social e definição/defesa do interesse público. Quando a mídia, em convergência com alguns atores políticos ou não, consegue participar do próprio jogo político.

3.3 Metodologia de análise

Tendo considerado os principais aspectos da midiáticação e do escândalo midiático nas relações entre mídia e política e caracterizado as Comissões

Parlamentares de Inquérito como um instrumento de investigação legislativo com alto potencial para gerar escândalos, há que se operacionalizar o estudo da midiatização das CPIs. Trata-se do que Jacques Marre (1981) chama de dialética descendente: um movimento a partir do objeto de pesquisa, construído teoricamente, até o real. Um movimento que envolve delimitações.

Considerando o objeto de análise deste estudo, a midiatização das CPIs, como “uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação” (Thompson, 1995), uma forma simbólica com características estruturais próprias mas também contextualizada socialmente, opta-se pela hermenêutica de profundidade, como descrita por Thompson, enquanto referencial metodológico.

O enfoque da hermenêutica de profundidade (HP) envolve três fases: a análise sócio-histórica, a análise formal e a interpretação. A primeira fase trata de delinear o contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Estas condições permitem “examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados” (Thompson, 1995: 369).

Como as formas simbólicas possuem uma estrutura interna, faz-se necessária a segunda fase da HP, a análise propriamente formal ou discursiva do objeto. Por fim, em um procedimento sintético, em que se reúne o que foi desconstruído, a fase da interpretação trata de dar uma explicação ao objeto de estudo: “as formas simbólicas representam algo, elas dizem alguma coisa sobre algo, e é este caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação” (Thompson, 1995:376).

O enfoque da HP pode ser utilizado, de acordo com o autor, com a finalidade de promover uma interpretação da ideologia, de desvelar a inter-relação entre sentido e poder. Desta forma, um estudo voltado à ideologia orienta

as fases metodológicas de diferentes maneiras. A análise sócio-histórica antevê as relações de dominação que demarcam as condições de produção, circulação e apropriação das formas simbólicas. Já a análise formal ou discursiva estaria mais interessada em “identificar as características estruturais das formas simbólicas que facilitam a mobilização do significado” (Thompson, 1995:378). Por fim, na fase interpretativa, o prisma ideológico levaria a um esforço sintético entre as duas análises anteriores, qual seja, estabelecer uma conexão entre o(s) sentido(s) suscitados pela forma simbólica e as relações de poder que (re) cria/sustenta.

Para o autor, uma interpretação ideológica da comunicação de massa envolve um enfoque tríplice, capaz de abarcar as instâncias de produção/circulação, construção e apropriação das mensagens. No estudo da midiatização das CPIs, entretanto, será possível apenas tangenciar esta última instância (da recepção), através do contexto histórico vivenciado no período de midiatização da CPI da Segurança Pública e da CPI do Leite, e de possíveis insurgências de uma opinião pública que aparecem no material. Neste sentido, em concordância com Miquel Rodrigo Alsina (1995), considera-se que respostas da recepção podem acontecer de forma individual, grupal, através de uma opinião pública, ou mesmo através de uma instituição. Não se tratando de uma pesquisa de recepção, estas manifestações são consideradas na medida em que aparecem no material analisado (em cartas dos leitores, pesquisas de opinião, por exemplo). Ressalte-se que mesmo os atores políticos manifestam-se enquanto instâncias de recepção (o que ocorre especialmente na CPI da Segurança, através da elaboração de materiais alternativos como um site e até um voto em separado para a CPI).

Neste estudo, entretanto, o foco está na produção, circulação e construção da forma simbólica. Mesmo nestas instâncias, há a presença do público, uma vez que estes processos envolvem a consideração de um enunciatário pelos agentes

produtores (conforme explicitado no diagrama do processo de midiaticização das CPIs). Isto não significa que a recepção é considerada sem relevância ou simplesmente sujeita às mensagens tais quais são elaboradas e veiculadas. Não é esta a concepção de comunicação adotada neste trabalho, ao contrário. A instância de recepção é considerada como tendo papel criativo na reelaboração e apropriação das formas simbólicas.

Desta forma, o trabalho será desenvolvido através das três fases da HP, conforme exposto a seguir.

a) Análise sócio-histórica – contextualização do período em que ocorreram as duas CPIs, situando, especialmente, as forças políticas atuantes e a principal instituição midiática do Estado, a RBS, frente à existência (então) de um executivo ocupado por um partido de esquerda, caracterizando os conflitos políticos inerentes a tal período.

b) Análise formal – identificação, a partir das produções do campo midiático, da presença de indicadores das categorias de análise decorrentes do conceito de midiaticização aqui formulado. Se a midiaticização é caracterizada por um “dar a ver” midiático necessariamente intenso, o acontecimento ganha na mídia uma exposição em que é notado como relevante por um período considerável de tempo, é adotado por diversas formas, gêneros e programas da mídia, uma vez que possui tal relevância (não há como não falar sobre ele), e merece uma participação dos agentes midiáticos em seu desenrolar, uma vez que estes agentes opinam sobre o fato, investigam ou interferem diretamente neste. Ou seja, há uma relevância, uma permanência, pertinências e participações a serem consideradas na midiaticização. Estas categorias são analisadas através de indicadores disponíveis nas coberturas realizadas pela mídia. Estes indicadores variam de acordo com os diferentes meios (rádio, tv, imprensa, internet), mas a presença e adoção de um fato por vários meios também é um indicador potencial

de midiaticização (se esta presença for relevante e com uma certa permanência) – tratando-se da ordem da pertinência: vários lugares e destinos são dados ao acontecimento.

Percebe-se que as categorias possuem um caráter quantitativo, de intensidade, mas ao mesmo tempo também um caráter qualitativo. Desta forma, por exemplo, a relevância não é apenas compreendida em função do número de inserções na mídia que um acontecimento obtém, mas também pelas características destas (local ou horário nobre, posições, duração/tamanho, por exemplo). A permanência de um tema na mídia é maior não apenas em função do tempo ou da frequência que assume, mas também pelas qualidades das inserções. A pertinência, em intensidade, é analisada pela variabilidade de lugares, gêneros e editorias; mas há que se considerar que espaços são estes para cada tema midiaticizado. E em que momentos há transições.

Por fim, a participação midiática não é enunciada apenas através do número de reportagens fruto de investigações ou de opiniões emitidas: que investigações e opiniões são estas? Como contribuem para a midiaticização? Provocam trânsitos de pertinência ou de relevância no acontecimento? Como a mídia intervém?

As respostas a estas questões estão presentes no material a ser analisado. Para resgatar a midiaticização de um fato passado, o próprio registro deste fato na mídia é a principal chave. A relação entre midiaticização, visibilidade e escândalos midiáticos implica, porém, na busca de outros materiais, para, primeiramente, caracterizar as CPIs como acontecimentos potencialmente geradores de escândalo. Para tanto são úteis informações advindas do campo político, como os relatórios e as notícias veiculadas pelo site da Assembléia. O roteiro de análise explicita os passos adotados para esta pesquisa.

c) Análise interpretativa – reunião das informações obtidas para as duas CPIs e análise de acordo com o quadro teórico e o respectivo contexto. Inferir sobre a midiaticização das duas CPIs e seus respectivos regimes de visibilidade experienciados.

Para este estudo algumas delimitações foram tomadas em função do material empírico disponível. A escolha dos jornais Zero Hora (ZH) e Diário Gaúcho (DG) reflete a importância da RBS no Rio Grande do Sul, bem como o fato desta instituição midiática ter participado ativamente na CPI da Segurança Pública através da entrega de uma fita por dois jornalistas do grupo (lotados no Diário Gaúcho) ao relator da Comissão. Fato a ser analisado também é a diferença editorial entre os dois veículos: o Diário Gaúcho não possui editoria de política, tendo um caráter mais popular e com prevalência de notícias policiais. As notícias que pautaram a CPI foram publicadas neste jornal, na sua grande maioria, na editoria de polícia.

Desta forma, embora a CPI da Segurança tenha alcançado repercussão nacional com matérias em revistas de grande circulação, como Istoé, Veja e Época, o núcleo de sua midiaticização ocorre via estes dois jornais do grupo RBS. Outros veículos também deram vasta cobertura a esta CPI em especial, o que corresponde (a princípio) a um mínimo de interesse concorrencial entre os agentes midiáticos: uma vez que é dada relevância a um tema e este figura na agenda pública, é impossível deixar de falar sobre a questão.

Também houve inserções em rádio e televisão, chegando à realização de transmissões ao vivo. Mesmo isto é recuperado pelos jornais da empresa, via artigos, charges ou reportagens, como será visto. Logo, marcas da midiaticização desta CPI para além dos dois jornais estão presentes nas coberturas de Diário Gaúcho e Zero Hora.

O núcleo de midiatização de cada CPI também foi delimitado em função do tempo. O período selecionado abrange onze meses para cada CPI, contando não apenas com a duração formal da mesma (requerimento de abertura ou instalação até leitura do relatório ou sua aprovação pelo plenário), mas com um período brevemente anterior, em que surgem as especulações sobre a criação das comissões e um período posterior igualmente breve, em que algumas conseqüências já se fariam presentes. Os períodos correspondentes para cada CPI são os seguintes:

- CPI da Segurança: fevereiro de 2001 a dezembro de 2001
- CPI do Leite: setembro de 2001 a julho de 2002

Note-se que o interesse da pesquisa está centrado na midiatização de cada CPI, com fins de comparação. Desta forma, outros assuntos de relevância na época não são avaliados²⁸, bem como temas mais gerais relacionados às Comissões, como a questão da segurança pública ou a exclusão dos pequenos produtores, o que demandaria um período maior para o corpus (e também para o estudo). Com isto não se quer dizer que a presença ou ausência de um tema na mídia não interfira na midiatização de um evento do campo político sobre este tema. Trata-se apenas de centrar a análise formal no evento propriamente dito, um recorte capaz de enunciar diferenças no tratamento obtido pelas duas CPIs, respeitando as características próprias de cada investigação. Obviamente a questão da segurança pública, por exemplo, possui uma visibilidade constante, especialmente através da editoria de polícia. Mas uma análise de como o tratamento dado a esta questão afeta a midiatização da CPI da Segurança necessitaria de um amplo estudo sobre a questão, inclusive identificando

²⁸ Como, por exemplo, a não criação da CPI da Corrupção, o caso da violação do painel eletrônico no Senado, o ataque às torres gêmeas nos Estados Unidos, as eleições em 2002, entre outros assuntos destaques na época.

possíveis diferenças de tratamento em governos diferentes, e considerando se, em momentos anteriores ao de especulações sobre a criação da CPI, este era um dos temas da agenda pública (e sob qual enquadramento).

Não sendo o objetivo deste estudo – que pretende identificar o processo de midiaticização e os diferentes regimes de visibilidade assumidos pelas duas CPIs, relacionando a midiaticização à configuração de escândalos midiáticos – a análise formal restringe-se, portanto, àquelas ocorrências diretamente relacionadas aos eventos midiaticizados aqui estudados: CPI da Segurança e CPI do Leite.

Embora consistindo em uma grande quantidade de jornais, a pesquisa foi baseada, em um primeiro momento, em uma captura das ocorrências de notícias sobre as CPIs nos respectivos períodos pelo programas Folio e Next Page, disponibilizados para consulta no RBS Memória. Com as datas, páginas, editoriais e títulos das ocorrências, exemplares de Zero Hora foram consultados no Museu Hipólito José da Costa, a fim de qualificar o registro conforme sua distribuição no jornal em relação a outras ocorrências²⁹. Também foi pesquisado o número de ocorrências para os anos de 2002, 2003 e 2004 – mas estas ocorrências não foram qualificadas como as do período demarcado para cada CPI; são apenas números que ajudam a dimensionar as conseqüências de cada uma em períodos posteriores.

Como lidar com este material? Os registros foram primeiramente divididos em ocorrências de gênero opinativo ou informativo. Esta separação permite distinguir um espaço em que a objetividade jornalística é desejada e

²⁹ As edições do Diário Gaúcho não foram consultadas em papel, uma vez que o programa Next Page disponibiliza as versões das páginas tal qual foram impressas, em PDF. As chaves de pesquisa foram “CPI da Segurança” para a referida comissão e “CPI” + “leite” para a CPI do Leite, que formalmente foi nomeada CPI do Preço do Leite, mas foi tratada, na maior parte das ocorrências, como CPI do Leite pela mídia.

profissionalmente encorajada através de técnicas produtivas do campo, como a prescrição de ouvir e representar todos os lados envolvidos em uma questão³⁰, de outro, em que posições subjetivas são propriamente manifestadas. De um lado, a primazia (e não exclusividade) da informação, de outro, da opinião.

Esta divisão é comum na literatura sobre o jornalismo, e não significa que gêneros opinativos não constituam também informação para o leitor, assim como gêneros informativos também conformam enquadramentos e leituras guiadas – ou seja, opinam, de uma certa maneira. A divisão, de acordo com José Marques de Melo (1994), é histórica e advém da própria profissionalização da prática jornalística.

(...)a diferenciação entre as categorias *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo* emerge da necessidade sociopolítica de distinguir os fatos (news/stories) das suas versões (comments), ou seja, delimitar os textos que continham opiniões explícitas (p.38)

A midiaticização percorre os dois gêneros com frequência e intensidades diferentes para cada tema. Esta primeira clivagem possibilita uma subclassificação. Pelo lado da informação, espaços e lugares diferentes podem ser ocupados em um jornal. Além da variedade de editorias, que já dão uma indicação de leitura de um fato (se “político” ou “econômico”, por exemplo), há zonas nobres e tamanhos diferenciados para as notícias. Há notícias de página inteira, que não rivalizam com nenhuma outra ocorrência na página, assim como matérias que ocupam espaço privilegiado na página em relação a outras ocorrências (sejam outras matérias ou anúncios). Outras são secundárias na página (outras matérias ou anúncios ganham maior espaço e destaque), e há ainda as pequenas ocorrências na forma de notas, geralmente agrupadas.

³⁰ Disposição sugerida inclusive publicitariamente por Zero Hora em sua campanha “A vida por todos os lados”. Ver Weber (2000b).

Nos jornais Zero Hora e Diário Gaúcho, estas ocorrências são claramente identificadas. Em Zero Hora, o espaço nobre³¹ informativo do jornal é constituído, durante a semana, pela Reportagem Especial, que ocupa as páginas 4 e 5. Sob esta cartola diversos temas editorialmente considerados relevantes são abordados, e há momentos em que o número de páginas é suplantado. Já o Diário Gaúcho não possui uma área exclusivamente dedicada, diariamente, a uma reportagem especial. Neste jornal, quando um tema adquire muita relevância, é instituída uma cartola denominada “Especial” para abrigar matérias relacionadas a este tema.

O posicionamento e tamanho das ocorrências na página implicam também em um certo tratamento visual. Em Zero Hora, uma reportagem especial sempre é ilustrada por fotos e/ou reproduções de documentos e editada com alguns boxes e retrancas. Uma matéria de página inteira também conta com recursos visuais, necessariamente. A matéria principal também sempre costuma trazer uma foto, ainda que pequena. São as matérias secundárias que podem não contar com imagens mais freqüentemente; as notas não apresentaram fotos.

Pelo Diário Gaúcho, cujo projeto gráfico é bastante diferenciado, há uma convenção em que matérias de página inteira, bem como as principais, são cercadas por uma linha verde grossa, e sempre são ilustradas, seja com fotos, “bonecos”³² ou desenhos. Matérias secundárias diferem pela configuração de box separado ou não; e as notas também não apresentaram recursos visuais.

Estas observações relacionam as diferentes posições ocupadas por uma ocorrência informativa em função de uma relevância a ela atribuída

³¹ Nobre do ponto de vista de trabalho jornalístico envolvido, resultando sempre em reportagens mais elaboradas e extensas, e não no sentido de possuir um maior número de leitores.

³² Fotografias de rosto de uma pessoa.

editorialmente. É fácil perceber que, em termos de relevância no gênero informativo,

**RE (reportagem especial) ou E (especial) > matéria de
página inteira > matéria principal > matéria secundária
> nota.**

Há um espaço singular, ainda considerando o gênero informativo: a capa. Quando um assunto frequenta este espaço, adquire o status de tema mais relevante do dia. Na capa estão, sinteticamente, os acontecimentos considerados mais importantes de cada edição. A presença frequente na capa é um importante índice de midiaticização, ao indicar que um determinado tema está permanecendo como relevante na agenda midiática (e na agenda pública, pelas relações de mútua influência entre mídia e sociabilidade). Trata-se sem dúvida do espaço nobre por excelência nos jornais.

As ocorrências opinativas, por sua vez, diferem em vozes e local ocupado. Assim, as opiniões podem ser do próprio jornal, da empresa, dos jornalistas/articulistas ou do leitor. Em Zero Hora, os espaços de opinião do jornal e da empresa ganham destaque nos editoriais e na página 3, “Informe Especial”. O editorial é “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão do momento” (Melo, 1994: 95).

Vários jornalistas possuem colunas ou espaços ocupados na forma de artigos em que opinam. Os artigos geralmente apresentam uma reflexão sobre um tema importante, dotando-se o autor de uma posição privilegiada para falar a respeito do tema. É o caso da editora de política de Zero Hora, Rosane de Oliveira, que diariamente assina artigos sobre assuntos relacionados à política,

numa posição de jornalista especializada, que deve reconhecer os acontecimentos mais importantes.

As colunas geralmente lidam com questões de bastidores, “descobrimo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram, ou exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública” (Melo, 1994:137). Em Zero Hora, o espaço político tem sua coluna na Página Dez, no período analisado sobre a titularidade do Jornalista José Barrionuevo. Pela economia, a coluna de Lurdete Ertel, o Informe Econômico, traz as novidades e reproduz comentários ou informações inéditas sobre a área. A presença de ocorrências em uma coluna é relevante posto que esta “não se limita a emitir uma simples opinião. Vai mais longe: conduz os que formam a opinião pública, veiculando versões dos fatos que lhes darão contorno definitivo” (Melo, 1994:138).

Também há espaços destinados diariamente às charges, que aliam crítica e humor a notícias/acontecimentos que podem ser facilmente reconhecidos pelo público. A voz do leitor é especialmente explorada na seção “Palavra do leitor”, onde são publicadas cartas enviadas pelo público. Há também um espaço semanal reservado ao “Conselho do Leitor”, em que um grupo de leitores selecionados debate com jornalistas de Zero Hora a respeito de determinadas coberturas ou seções do jornal. Alguns membros da sociedade, com ou sem reconhecimento público ou intelectual, enviam artigos assinados, que são selecionados e publicados na página ao lado dos editoriais.

No Diário Gaúcho, não há um espaço destinado à publicação de editoriais. É como se o jornal não se manifestasse abertamente (o que, na realidade, faz pelas suas capas e títulos). Há vários articulistas, entretanto; alguns inclusive ligados ao campo político, como é o caso de Sérgio Zambiasi, deputado estadual

e presidente da Assembléia no período analisado³³. O espaço reservado ao leitor leva o nome de “Fala, Leitor!” e geralmente traz uma foto de um dos leitores cuja carta foi selecionada para publicação.

Ao contrário do gênero informativo, em que é fácil perceber uma ordem de importância pelo tamanho/posição da matéria no espaço do jornal, o gênero opinativo é menos passível de ordenamento. Primeiramente, porque são diferentes ocorrências vindas de diferentes sujeitos/vozes: não há como dizer (ou mesmo porque dizer) que a palavra do leitor é mais ou menos relevante que a palavra do agente midiático, manifesta especialmente em editoriais. O nó analítico deste gênero parece estar nos momentos em que os diferentes sujeitos se manifestam, e como se manifestam. Em dar a cada espaço sua cota de relevância, na medida que representam diferentes vozes em um mesmo produto, o jornal.

Resumindo, as ocorrências foram classificadas para cada jornal como mostram as tabelas abaixo:

Tabela 2

ZERO HORA	
Opinativo	Informativo
Editorial Artigo Rosane de Oliveira Página DEZ (José Barrionuevo): nota ou mirante Informe Especial: nota, Opinião ZH, a propósito, personagem da semana Artigos Assinados Artigo Santana	Capa: manchete principal ou chamada Reportagem Especial Matéria de página inteira Matéria principal Matéria secundária Nota

³³ Apesar de sua atuação no campo político, Zambiasi não escreveu sobre as CPIs no período analisado.

Artigo Luís Fernando Veríssimo Charges Palavra do Leitor Conselho do Leitor Informe Econômico (Lurdete Ertel)	
---	--

Classificação das ocorrências para o jornal Zero Hora

Tabela 3

DIÁRIO GAÚCHO	
Opinativo	Informativo
A Chamada das Ruas Coluna do Gugu Streit Fala, Leitor! Charge Bagre Fagundes Nota RBS	Capa: manchete principal ou chamada Especial Matéria de página inteira Matéria principal Matéria secundária Nota

Classificação das ocorrências para o jornal Diário Gaúcho

Em Zero Hora, foram distinguidos para o gênero opinativo os editoriais, os artigos da jornalista Rosane de Oliveira, editora de política; notas ou ocorrências na coluna mirante da Página Dez, espaço de columnismo político ocupado na época

pelo jornalista José Barrionuevo³⁴; ocorrências na página 3 do jornal, intitulada Informe Especial, que podem ser do tipo notas, “a propósito” (uma indagação provocativa sobre um tema), “Opinião ZH” (um espaço pequeno destinado à opinião do jornal) ou “personagem da semana” (foto de alguém que por algum motivo foi destaque na cena pública durante a semana); ocorrências na coluna Informe Especial, da jornalista Lurdete Ertel, artigos assinados por pessoas que não são jornalistas de Zero Hora; artigos da coluna de Paulo Santana (colunista de Zero Hora que escreve sobre diversos temas, especialmente futebol); charges, que são publicadas no Informe Especial e também nas páginas de opinião (onde figuram os editoriais e os artigos assinados), além da página semanal do chargista Marco Aurélio; a Palavra do Leitor, em que são publicadas cartas³⁵ e o Conselho do Leitor.

Pelo Diário Gaúcho, ocorrências do gênero opinativo foram encontradas na coluna “A Chamada das ruas”, do jornalista Antônio Carlos Macedo; na coluna do Gugu Streit (que é também radialista na Rádio farroupilha, do grupo RBS), na coluna de Bagre Fagundes e na seção “Fala, leitor”, que publica cartas do público.

Cada ocorrência foi registrada pelo gênero e subtipo, número da página, data, título, legenda de fotos (se haviam) e um resumo do que foi dito. Estes registros fornecem uma quantidade considerável de dados para análise. Além de caracterizar os diversos regimes de visibilidade de cada CPI, estes dados podem ser comparados em relação à dinâmica dos escândalos midiáticos, justificando tais regimes. Para facilitar o trabalho e o entendimento deste estudo, foi criado um roteiro de análise.

³⁴ As ocorrências do tipo “mirante” constituem-se em pequenas notas publicadas na coluna de mesmo nome. Cada notinha é considerada uma ocorrência distinta, com a finalidade de dimensionar dias em que esta página lançou apenas algumas notas sobre os temas de dias em que versou exclusivamente sobre as questões deste estudo.

³⁵ Cada carta constituindo uma ocorrência.

3.3.1 Roteiro para análise formal

Desenvolveu-se para as duas CPIs uma análise fundamentada em quatro momentos:

a) **Instalação da CPI** – Primeiramente, fez-se uma **recuperação** sobre cada CPI, uma espécie de resumo, situando de maneira geral cada comissão, sua criação, desenvolvimento e conclusões obtidas. Este ponto salienta as características próprias de cada CPI, que já as diferenciam enquanto acontecimentos.

b) **A configuração do escândalo** – em seguida, busca-se, em cada CPI, as características de desenvolvimento dos escândalos, de acordo com Thompson (2002), em suas fases de transgressão (ainda que suposta, sendo assim consideradas as que não obtiveram punição judicial), revelação e condenação .

c) **Processo de Miatização** – a miatização da CPI é então contada a partir das coberturas de Zero Hora e Diário Gaúcho em comparação com os acontecimentos das CPIs. Este paralelo foi traçado a partir das ocorrências dos jornais e de notícias veiculadas no site da Assembléia Legislativa³⁶. A miatização é recontada primeiramente em termos de conteúdo, de possíveis mudanças temáticas. Este processo evidencia especialmente a participação da mídia no acontecimento, uma das categorias de análise da miatização.

A participação da mídia pode se dar de algumas formas:

- pautando o campo político através de reportagens e matérias publicadas e pautando a si mesma. Aqui geralmente a própria mídia recupera seu desempenho ao se auto-referenciar textualmente. É o furo de reportagem de tal jornal, que passa a ser investigado pela CPI; a entrevista da Rádio tal em que um político faz revelações ou declarações, tornando o programa um acontecimento, e várias outras ocorrências possíveis. Trata-se da auto-referencialidade da própria RBS, da presença de seus diversos veículos nas páginas de Zero Hora e Diário Gaúcho.
- Produzindo opiniões e cobrando ações dos agentes políticos. Esta participação está ligada ao componente opinativo dos jornais, manifesto especialmente através de seus editoriais, de seus principais articulistas e de uma representação da opinião pública constituída pela edição das seções de cartas do leitor (“Palavra do Leitor” em ZH e “Fala, Leitor” no DG).
- Intervenção no fato. Aqui a mídia subverte momentaneamente seu princípio de visibilidade, atuando diretamente no acontecimento e publicizando-o posteriormente. Quando isto acontece, obviamente há um conseqüente aumento no primeiro tipo de participação enunciado, perceptível através da auto-referencialidade.

d) Construção e intervenção na visibilidade – após esta reconstituição temática da midiaticização, é hora de qualificar e quantificar o processo. Neste sentido, as ocorrências em cada jornal são tratadas de modo a fornecer:

³⁶ O site www.al.rs.gov.br possui uma seção de últimas notícias, em que a assessoria de comunicação da casa, bem como as assessorias de cada parlamentar ou bancada veiculam diferentes notícias.

- um número total e evolução das ocorrências do gênero opinativo e informativo no tempo;
- Dentre as ocorrências de gênero informativo, a evolução do número de capas e a evolução das demais ocorrências comparativamente; os trânsitos entre editorias em função do tempo;
- Dentre as ocorrências opinativas, a evolução das diferentes vozes.

Deste tratamento conferido aos dados surgem indicadores de relevância, pertinência, permanência e participação (além da midiática, também algum tipo de participação da sociedade, o que permite distinguir entre midiaticização e espetacularização). Estas categorias não são, pois, analisadas separadamente, mas na medida que os dados as desvelam.

De todo este conjunto de procedimentos resulta a discriminação dos regimes de visibilidade experienciados por cada CPI, relacionados com a constituição (ou não) de escândalos midiáticos. Trata-se já da fase posterior, a interpretação, em que o processo de midiaticização das duas CPIs é confrontado e explicado. O circuito de visibilidade é, então, retomado, situando as CPIs em seus trânsitos e fundamentando uma interpretação da midiaticização das Comissões selecionadas, com suas implicações para o campo político e para o campo midiático.

4 ANTECEDENTES E CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 1998, um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) vence pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul as eleições para o governo do Estado. Olívio Dutra é eleito em segundo turno com 2.844.767³⁷ votos. A diferença em relação a seu adversário, Antônio Britto (PMDB) foi de 0,81% – pouco mais de 46 mil e seiscentos votos.

A vitória apertada invertia o resultado das eleições de 1994, quando Antônio Britto derrotou Olívio Dutra no segundo turno da eleição para o governo do Estado por um pouco mais de 200 mil votos. A mesma dupla já havia disputado também a prefeitura de Porto Alegre em 1988, ocasião em que Olívio Dutra foi eleito. A rivalidade entre os dois partidos já tinha, portanto, uma história eleitoral, reavivada nas disputas travadas em horário de propaganda política a cada eleição³⁸.

O clima agonístico reflete-se na posse: Britto não entrega o governo ao adversário, deixando a tarefa ao vice-governador.

Olívio Dutra assume o governo com minoria na Assembléia Legislativa (das 53 cadeiras, o PT conquistou 11, o PDT sete e o PCdoB uma), o que esboçava uma dificuldade para o governo³⁹. Em ambos os últimos pleitos ao governo do Estado (1998 e 1994), o PDT, que concorria com candidatos próprios no primeiro turno

³⁷ Dados retirados do site do Tribunal Regional Eleitoral (<http://www.tre-rs.gov.br/>)

³⁸ A disputa travada através do Horário Gratuito Político-Eleitoral pelos dois candidatos na eleição de 1994 é analisada em WEBER, Maria Helena. Comunicação e espetáculos da política. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, pg 47-67.

³⁹ Mesmo assim, o governo conseguiu aprovar importantes projetos na Assembléia, com a criação da Uergs e a definição do salário mínimo regional, entre outros.

(Serenio Chaise em 1994 e Emília Fernandes em 1998) apoiou o PT no segundo turno. Em 1998 a aliança levou pedetistas a ocuparem Secretarias de governo.

Já no primeiro ano de governo a casa legislativa demonstrou oposição política pública, manifesta especialmente na criação de uma CPI para investigar a perda da montadora Ford para a Bahia⁴⁰. O fato teve grande repercussão na mídia, consistindo em uma das primeiras críticas ao governo Olívio. A CPI teve denúncias de ambas as partes; já perto de seu encerramento as bancadas do PT e do PDT acusaram deputados da oposição de forjar documentos.

No mesmo ano alguns deputados já haviam levantado a hipótese de abrir uma comissão para investigar a questão da segurança pública, mais especificamente a partidarização da Brigada Militar e da Polícia Civil. A proposta retorna em 2000, mas perde lugar para a criação da CPI do Crime Organizado.

É neste ano que a aliança entre PT e PDT começa a estremecer. Nas eleições para prefeitura de Porto Alegre, o PT concorre com Tarso Genro e o PDT opta por candidatura própria. O escolhido é Alceu Collares, que não tem o respaldo de um setor do partido ligado a Serenio Chaise.

Durante a campanha, Collares ataca agressivamente o PT nos programas eleitorais de televisão, inclusive levantando suspeitas em relação ao Clube de Seguros da Cidadania, uma entidade criada por dirigentes do PT em 1997 com a finalidade de promover obras sociais e arrecadar fundos para o partido através da venda de cotas de seguro. O trecho de programa eleitoral reproduzido abaixo explicita as denúncias de Collares⁴¹:

DENÚNCIA:

O Clube de seguros, criado por dirigentes do PT é legal?

⁴⁰ De acordo com os opositoristas, o governo não teria negociado com a empresa, e a saída da montadora do Estado representaria grandes perdas, inclusive de ICMS.

⁴¹ A transcrição do programa eleitoral foi obtida em documentação do TRE-RS sobre julgamento do direito de resposta solicitado pela Frente Popular à época. Disponível em <http://www.tre-rs.gov.br/pubsj/2000/01005100.doc>

Ouçã o Collares:

COLLARES: Júlio Quadros, Jorge Buchabqui, Jairo Carneiro, Roberto Ludwig e outros dirigentes criaram o Clube de Seguro da Cidadania e, através de uma corretora, estão obrigando os servidores públicos municipais aposentados e pensionistas, a pagar o seguro coletivo. Não há lei que autorize esta cobrança, mais, com os recursos passados ao Clube de Seguros da Cidadania, o PT adquiriu uma sede por R\$ 360 mil reais, nós estamos nos perguntando: E os outros recursos, para onde foram? Nós estamos procurando, através da ação de investigação, apurar se houve ou não tráfico de influências e improbidade administrativa.

LOCUTOR: É ético obrigar funcionários públicos, já com salários achatados, a pagar um seguro não regulamentado por lei?

COLLARES: O PT fala tanto em ética e está sacrificando os servidores públicos, que já ganham tão pouco, a pagar mais este seguro sem lei nenhuma que autorize a sua cobrança. Estamos ingressando com ação de investigação judicial junto ao TRE para apurar devidamente esta denúncia que estamos fazendo.

As denúncias provocaram mal estar em setores do PDT, uma vez que o partido inclusive ocupava secretarias no governo estadual. Como resultado, alguns pedetistas defiliaram-se (entre eles Sereno Chaise, Emília Fernandes, Milton Zuanazzi e Dilma Rousseff) e o PDT desfez a aliança com o PT.

Os adversários no campo político não representavam a única tensão enfrentada pelo governo. Havia também um clima desfavorável na relação deste com setores da mídia, especificamente com veículos da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS).

Dois episódios podem ser lembrados para ilustrar o tipo de conflito instalado entre o governo e a empresa. O primeiro também tem sua origem na questão da montadora Ford, quando a RBS assume a defesa da permanência da montadora de forma direta, manifestando editorialmente em Zero Hora que a saída da empresa representaria uma regressão ao desenvolvimento do estado. O auge do conflito consiste na publicação, por parte de Zero Hora, de uma carta do Secretário Geral de Comunicação, Guaracy Cunha, motivada pela postura da empresa, ao lado de uma resposta da RBS, em 14 de maio de 1999. As

divergências são explicitadas textualmente, com o governo acusando a empresa de manipular fatos visando um desgaste do governo. Uma análise deste evento é feita por Weber (2000b).

Outro fato marcante é a destruição do Relógio dos 500 Anos, instalado em praça pública pela Rede Globo de Televisão em 2000 em várias capitais, inclusive Porto Alegre. Manifestantes destroem o monumento no dia 22 de abril sem intervenção da Brigada Militar. A posição do governo é de que a atitude visava evitar um conflito de maiores proporções. A RBS reage condenando o episódio veementemente e associando-o a uma situação de desmando no poder de polícia provocada pelo governo.

A área da segurança vira um dos pontos mais visados do governo Olívio Dutra. O secretário de Segurança e Justiça, José Bisol, também tinha relações tensas com a RBS. De fato, Bisol havia processado o jornal Zero Hora pela publicação de reportagens em 1994 em que o então candidato à vice-presidência da República aparecia como um congressista que superfaturava emendas e cometia outras irregularidades orçamentárias. Bisol e Zero Hora fecharam um acordo, e o secretário foi indenizado⁴².

Em matéria publicada em 25/11/2001, Zero Hora levanta alguns pontos desfavoráveis ao governo Dutra, já no debate sobre a sucessão. A ocorrência é significativa, pois pretende condensar os pontos fracos durante o mandato do PT.

A segurança é a primeira área lembrada, e recebe quatro itens: a depredação do relógio dos 500 Anos do descobrimento (“a atuação contemplativa dos policiais diante da baderna resultou em ação judicial”), o “aumento da criminalidade”, a “posição contemplativa da Brigada Militar nas invasões de terra

⁴² conforme notícia publicada pela Folha de São Paulo em 14/02/2001 e reproduzida no site Observatório da Imprensa (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/cadernos/cid210220013.htm>)

promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” e o “critério de promoção e trocas de comando na Brigada” (ZH, 25/11/2001:06).

O tratamento da questão da segurança pelo jornal assume dois planos: a caracterização de uma situação de aumento da criminalidade e sua associação à política do governo. A primeira linha é ilustrada pelo editorial de Zero Hora “Razões da Insegurança”.

Poucos temas têm ocupado tanto a atenção dos cidadãos gaúchos como os relacionados à segurança pública. Historicamente encarado como exceção dentre os principais Estados brasileiros devido aos reduzidos índices de criminalidade, o Rio Grande do Sul enfrenta hoje um paradoxo inquietante. Enquanto o crime organizado se sofisticava e se fortalece, os órgãos de prevenção e de repressão passam a impressão de terem sido superados pela agilidade das organizações criminosas (ZH, 19/04/2001:18)

A política de segurança do governo Olívio Dutra, por sua vez, é assim caracterizada pela editora de política de Zero Hora, Rosane de Oliveira, no artigo “A política de cada um” (ZH, 06/04/2001:06):

O governo Olívio tem política para a segurança, goste-se ou não dela. É da política deste governo, por exemplo, não colocar a Brigada Militar em confronto com os sem-terra, mesmo que isso seja interpretado como corpo mole na hora de cumprir ordens judiciais de desocupação de áreas invadidas. É política do governo a contratação de novos servidores públicos, em oposição ao plano de demissão voluntária do seu antecessor, mesmo que o limite de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal tenha estourado há tempos. Cada governo faz sua política e o eleitor, na urna, avaliza ou não.

A postura “complacente” da política de segurança é personificada pela mídia no secretário José Paulo Bisol. Some-se a isso que, ao assumir, o secretário enfrentou o desafio de unificar a Brigada Militar e a Polícia Civil, provocando descontentamento em setores de ambas instituições.

[...] a falta de segurança no Rio Grande do Sul assumiu tais proporções que se tornou impossível aceitar passivamente a situação. Há dois anos, desde que assumiu o atual governo, tornou-se clara a dissidência entre o secretário José Paulo Bisol e as corporações

policiais. O titular da Justiça e da Segurança Pública tem o direito de imprimir a sua orientação à pasta, mas tem o dever de alcançar resultados. O conflito de posições a propósito das formas com que essa tarefa essencial deve ser cumprida não pode prejudicar a população, deixando-a à mercê de assaltantes, assassinos e estupradores (ZH, 25/03/2001:16)

Na área rural, a atenção da mídia em relação governo estava destacadamente na questão das ocupações de terra. Fora desta perspectiva e sem a visibilidade da mídia, a situação dos produtores de leite era crítica.

O ano de 2001 foi, em termos de preços recebidos pelos agricultores, o pior dos últimos 10 anos, mesmo após diversas tentativas de negociação e de mobilização. Nunca a diferença entre o preço do leite pago pelo consumidor foi tão distante do preço recebido pelos produtores, sendo que os produtores pelo seu produto recebiam um preço muito inferior ao custo da própria caixinha do leite longa vida ou da parcela de rentabilidade do varejista (Schuch, 2004 – entrevista)

Esta situação era fatal especialmente para os pequenos produtores de leite, provocando sua exclusão da cadeia produtiva. Apenas no estado, os pequenos representam mais de 80% (Schuch, 2004 – entrevista) do total de produtores.

Os índices de exclusão e o valor do litro do leite levam a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) a exigir da Assembléia Legislativa a criação de uma CPI para investigar o preço do leite, através de todas as instâncias envolvidas em sua produção e comercialização. O pedido da Fetag complementa um quadro nacional de exclusão dos pequenos produtores de leite, que estava emergindo através da criação de diversas CPIs estaduais no Brasil. Este movimento não teve grande visibilidade midiática no Rio Grande do Sul.

Estes são os antecedentes para as duas CPIs estudadas: um contexto nacional de exclusão rural calcado na concentração de setores da cadeia produtiva leiteira, e uma valorização da questão da segurança sob a ótica midiática da pouca eficiência de um projeto político de esquerda para a área. Some-se a isto as tensões enfrentadas pelo governo em 2001/2002: uma

oposição política ativa, acirrada devido à polaridade eleitoral e reforçada com o rompimento com o PDT; e um conflito manifesto com setores da mídia. Cabe delinear a conformação da Rede Brasil Sul no estado e de seus dois veículos aqui analisados, Zero Hora e Diário Gaúcho, a fim de caracterizar melhor este segundo foco de tensão.

4.1 RBS: os jornais Zero Hora e Diário Gaúcho

A RBS é a maior empresa do setor no estado do Rio Grande do Sul. Fundada em 1957, opera serviços de rádio, televisão e internet e informação (através de uma empresa específica de Marketing de precisão, a RBS Direct), além de possuir uma fundação de finalidades sociais, a Fundação Maurício Sirotski Sobrinho.

De acordo com o site da empresa (<http://www.rbs.com.br>), a RBS conta hoje com:

- 6 jornais
- uma revista (Revista Atlântida)
- 24 emissoras de rádio (13 na Rede Atlântida, que atende a um público jovem, 5 na Rede Itapema, voltada a um público adulto “contemporâneo”, e 6 de perfil variado)
- um portal de internet (Clic RBS)
- uma gravadora (a Orbeat Music)
- uma empresa de distribuição (a viaLog)
- 17 emissoras de televisão afiliadas à Rede Globo, duas emissoras de televisão comunitária (TV COM)

- uma “operação no segmento rural⁴³”

Todos atuando em um mercado que engloba os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A RBS também possui participações nas empresas Net Serviços de Comunicação S.A, RMD do Brasil S.A. e RBS Interativa. À exceção do Diário de Santa Maria (lançado em 2002) e da Itapema (2004), toda esta rede estava assim conformada em 2001/2002, no período analisado neste trabalho.

Zero Hora é o primeiro e principal jornal da RBS. Adquirido em 1970, circula em todo o Rio Grande do Sul e em outros estados. Possui uma circulação paga de 183.272 exemplares (média ponderada de segunda a domingo)⁴⁴.

Tem, em média, 50 páginas no corpo principal, complementadas pelo Segundo Caderno, suplemento cultural encartado diariamente. O corpo principal abriga as editorias de Política, Opinião, Economia, Campo & Lavoura, Geral, Polícia. Há espaço para manifestações dos leitores, na segunda página. A terceira página é de caráter opinativo e recebe o nome de Informe Especial. Constitui-se geralmente de notas variadas, abriga uma charge e um artigo assinado (no período aqui analisado, sempre de Luís Fernando Veríssimo).

As páginas 4 e 5 recebem a cartola “Reportagem Especial”: são um espaço reservado para textos mais densos sobre temas de relevância, como já enunciado neste trabalho.

⁴³ Nomeada RBS Rural. Trata-se de uma espécie de central de produção e veiculação de informação sobre agronegócios: “ A Central Multimídia RBS Rural é uma experiência pioneira, concretizada no início de 2002, com implantação de uma redação integrada, que produz e distribui informações especializadas na linguagem específica de cada veículo do grupo. Essa estrutura reúne profissionais de TV, rádio, jornal e Internet, com produção unificada e linha editorial comum. [...]Da redação integrada no Morro Santa Tereza sai o conteúdo para os veículos segmentados da RBS Rural, como o Canal Rural, a Rádio Rural e o site Agrol, e as notícias para a editoria Campo & Lavoura, presente nas mídias impressa e eletrônica” (www.rbs.com.br)

Outros cadernos temáticos são semanalmente encartados. Na segunda-feira, o caderno de Esportes, o Eureka (sobre ciência) o ZH escola e o ZH comunidade; na terça-feira o caderno Viagem e o suplemento de decoração Casa & Cia; na quarta, Vestibular e ZH Digital; na quinta o caderno sobre veículos automotores, o Sobre Rodas; na sexta, o Gastronomia e o Campo & Lavoura. No sábado são encartados os cadernos Vida (com temática de saúde) e Cultura, enquanto o domingo é dia do caderno Donna e do TV + Show. Classificados circulam às terças, quintas, sábados e domingos.

O jornal também promove eventos em parceria com outras empresas (prática comum aos veículos da RBS). Neste sentido, feiras de gastronomia e o “paradouro ZH-Gastronomia” (que no verão é sediado na praia de Atlântida e no inverno já teve edições na serra gaúcha) conta com a parceria dos supermercados Nacional, marca da rede Sonae. Eventos de moda com o nome do caderno dominical Donna também já ocorreram.

Graficamente, apresenta-se como um jornal sério, sem maiores excessos, embora com uso de cores (na capa e contracapa sempre) e infográficos em algumas ocasiões. Esta apresentação é conveniente a um projeto editorial que se pretenda calcado nos valores profissionais do jornalismo moderno, como a objetividade. A credibilidade de Zero Hora é construída no apregoar deste valor, e na veiculação diária do que de relevante aconteceu no estado (especialmente), no Brasil e no mundo.

De acordo com o site da RBS, os leitores de Zero Hora são homens (50%) e mulheres (50%), pertencentes, em sua maioria (46%) à classe B, com grau de instrução médio (41%)⁴⁵. A distribuição por faixas etárias é um tanto regular,

⁴⁴ fonte: IVC, fev/04. Disponível em

http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/rbsjornais_zerohora_circulacao.pdf

⁴⁵ http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/rbsjornais_zerohora_perfileitor.pdf

havendo maior percentagem de leitores entre 20/29 anos (25%) e na faixa dos 50 anos ou mais (21%).

Entre as seções mais lidas, em primeiro lugar estão as notícias locais (80%), seguidas por “divertimento”, classificados, policial, nacional, esportes, internacional, economia e editorial⁴⁶.

Como parte de uma grande rede de comunicação, Zero Hora está inserida em uma circulação de informações redundante, que marca o trabalho dos diversos veículos jornalísticos da RBS. O que é veiculado pela TV pode aparecer nos jornais e também nas rádios e no portal; há uma rede conformada em que um acontecimento entra e é levado a toda a sua extensão, especialmente se for relevante. O mesmo pode acontecer com personalidades⁴⁷.

Neste contexto, fazendo parte da rede de comunicação de maior alcance no estado, Zero Hora constitui-se, como afirma Berger (1998:56–57) em

um jornal de referência dominante no Rio Grande do Sul onde seu efeito é mais representativo que referencial, pois, ao não reconhecer concorrentes (e eles realmente pouco o são), o jornal atua como ante-sala do poder, publicizando os que nele escrevem e os elevando a representantes formais de opinião. Ao mesmo tempo, exclui da realidade os que não figuram em suas páginas, tanto jornalistas como políticos e intelectuais.

A importância do jornal em termos de circulação e de posição no mercado informativo não faz dele uma unanimidade, como atestam adesivos em carros particulares, comuns no estado, em que se lê “ZH mente” e “Eu não compro Zero Hora”. Isto é reconhecido pelos próprios editores do jornal, como mostra o seguinte trecho de uma entrevista realizada com Nilson Souza, editor de opinião

⁴⁶ http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/rbsjornais_zerohora_secoes.pdf

⁴⁷ Estes trânsitos começam a exorbitar os domínios da empresa e ocupar outros espaços. Um indicativo é a Feira do Livro, tradicional evento de Porto Alegre, onde entre os títulos mais vendidos sempre figuram alguns exemplares oriundos desta cadeia informativa. Exemplos

de Zero Hora, por alunos da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação em 2002 e publicada na Revista dos 50 Anos do Jornalismo da UFRGS - Jornal 50 (disponível em <http://www.ufrgs.br/jornal50/>):

P - Uma parcela da população critica a RBS, acusam-na de ser tendenciosa e manipuladora. Como o senhor, editor de opinião do jornal, encara isso?

NS- Nós convivemos diariamente com isso. Além de ser editor de opinião, eu sou, há quatro anos, coordenador editorial do grupo. Temos um comitê editorial, que funciona semanalmente, em que se reúnem todos os diretores do grupo, justamente para trabalhar em cima da linha editorial da empresa. No passado, houve problemas que criaram, em uma parcela da população, uma imagem negativa que prevalece até hoje, principalmente nas pessoas mais mal informadas. Nós temos tentado superar essa imagem, é visível esse esforço.

P- Como?

NS- Notou-se, no passado, que entre os comunicadores da RBS havia a predominância de uma certa tendência. Procurou-se dar um equilíbrio. Nós constatamos que havia um desequilíbrio contra o PT em determinadas posições. Como contraponto, conversamos com o Luis Fernando Veríssimo e passamos a publicar seus textos diariamente. Contratamos o Lula para ser colunista aos domingos. Passamos a usar com mais frequência o contraponto. Nós utilizávamos esse recurso do "be-a-bá" do jornalismo mas as pessoas não reparavam, até por má vontade. Agora nós destacamos, sempre que é pertinente, o espaço do contraponto. Temos feito correções ao longo do tempo, estamos procurando nos adequar a um jornalismo pluralista, com opiniões de todos os lados. Temos ainda problemas em várias áreas. É desigual termos um comunicador com duas horas de espaço em uma rádio poderosa "metendo o pau" em determinado setor e não termos um outro com argumentos contrários. Mas não tem esse contraponto porque não existe esse contraponto. Sempre que existir, nós o perseguiremos para contratá-lo.

Neste caminho rumo a um equilíbrio, a empresa demitiu em 2004 um de seus principais colunistas, o jornalista José Barrionuevo, que era responsável pela Página Dez (assumida pela editora de política Rosane de Oliveira). No período

são os livros da colunista Martha Medeiros e de José Antônio Pinheiro Machado (que tem uma coluna no caderno gastronomia e possui um programa de culinária na TV COM).

analisado neste estudo, entre 2001 e 2002, Barrionuevo ainda era titular da coluna.

O Diário Gaúcho⁴⁸, por sua vez, é um jornal voltado a um público de baixa renda e instrução. Criado em 2000⁴⁹, tem uma circulação restrita à Grande Porto Alegre, à região de Pelotas e à de Santa Cruz do Sul.

O jornal tem em média 30 páginas, divididas nas editorias de Dia-a-Dia, Esportes, Polícia e Variedades. Há uma editora de opinião, embora o jornal não publique editoriais, mas apenas colunas e artigos assinados por personalidades. Há espaço reservado à opinião do Leitor (Fala, Leitor!).

O projeto gráfico valoriza os títulos (que nas matérias principais são sempre negritados, de corpo grande e ainda sublinhados). Uma linha verde grossa separa, em cada página, a matéria mais relevante, orientando a leitura. As capas usam cores fortes e títulos grandes, sendo bastante chamativas. Sempre há uma foto de uma mulher – seja ela uma celebridade ou não – em pose ou trajes sensuais. Crimes, fetiches e futebol geralmente se encontram na capa do Diário Gaúcho.

A mistura, feita para causar sensação e chamar a atenção, pode não se enquadrar na concepção de um jornal sério. A credibilidade do Diário Gaúcho é construída por um outro modo de fazer jornalismo: a proximidade com seu público leitor. Efetivamente, o leitor se vê nas páginas do DG, em várias seções. Há uma página intitulada “Seu problema é nosso” totalmente dedicada a pautas sugeridas pelos leitores, além de intervenções variadas, como o “Clique do leitor”

⁴⁸ Para uma análise do jornal ver BERNARDES, Cristiane Brum. *As Condições de produção do jornalismo popular massivo : o caso do Diário Gaúcho*. 2004. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004 . 257 f.

⁴⁹ A revelação do projeto de um jornal popular pela RBS fez com que a rede Pampa de Comunicação alterasse um projeto similar em curso. Para não concorrer com o Diário Gaúcho, a Pampa lançou O Sul, voltado pretensamente a um mercado mais similar ao de Zero Hora.

– fotos pessoais enviadas à redação. O título da seção já estabelece o tipo de relação que o jornal propõe a seu público: ser seu representante, dar visibilidade ao seu problema (o que pode, muitas vezes, resolvê-lo). O DG atua quase como um intermediário entre seu público e as autoridades. Há um disquenotícia, o telefone 3218.1685, exclusivamente para facilitar o contato dos leitores com o jornal.

Mesmo na seção “Fala, Leitor”, uma das cartas sempre traz uma foto de seu autor, prática nada comum em comparação a outros jornais⁵⁰. A presença do leitor no jornal é considerável.

Com uma circulação paga de 127.900 exemplares⁵¹ (média ponderada de segunda a sábado – o jornal não circula no domingo), atinge 76% do mercado das classes B2, C e D em Porto Alegre. Isto o torna o jornal mais lido na região metropolitana, superando a Zero Hora.

O leitor do Diário Gaúcho é constituído por homens (49%) e mulheres (51%), em sua maioria jovens (25% na faixa etária dos 10/19 e 22% entre 20/29), com ensino fundamental (60%) e pertencentes, também em sua maioria, à classe C (45%)⁵².

São estes os perfis dos dois veículos escolhidos para análise da midiaticização das duas Comissões Parlamentares de Inquérito, a da Segurança e a do Leite. Conhecê-los é fundamental para este trabalho; com diz Mouillaud (1997:75), “cada jornal – e cada tipo de jornal – pode ser considerado como uma

⁵⁰ Recentemente, Zero Hora incorporou a prática de publicar foto de seus leitores. Mas apenas aqueles que enviam histórias sobre o seu envolvimento com o jornal é que merecem este tratamento. Um box separa e dá ainda mais destaque a esta carta em relação às outras da seção Palavra do Leitor. A motivação é publicitária, fazendo parte de uma campanha dos 40 anos do jornal que também contém peças audiovisuais e intitulada “Você é o nosso melhor presente”.

⁵¹ http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/rbsjornais_diariogaucho_circulacao.pdf

⁵² http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/rbsjornais_diariogaucho_perfileitor.pdf

expectativa de acontecimentos”. Resta observar como Zero Hora e Diário Gaúcho realizaram a cobertura das CPIs.

5 A CPI DA SEGURANÇA: O ESCÂNDALO MIDIÁTICO

5.1 Instalação da CPI

*Os meios de comunicação
não são parte da notícia, são seus
mensageiros.*

Editorial de Zero Hora (10/11/2001:14)

Instalada em 18 de abril de 2001, a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar aspectos atinentes à segurança pública do Rio Grande do Sul (CPI da Segurança) foi requerida por 40 deputados, com a distribuição apresentada na tabela a seguir:

Tabela 4

Partido	Deputados	Total
PCB	Jussara Cony	0
PDT	Adroaldo Loureiro ✓ Ciro Simoni ✓ Giovani Cherini ✓ João Luiz Vargas ✓ Kalil Sehbe ✓ Paulo Azeredo ✓ Vieira da Cunha ✓	7
PFL	Germano Bonow ✓ Onyx Lorenzoni ✓	2
PMDB	Alexandre Postal ✓ Elmar Schneider ✓ Jair Foscarini ✓ João Osório ✓ José Ivo Sartori Cezar Busatto ✓ Iara Wortmann ✓ Mários Bernd ✓ Paulo Odone ✓ Berfran Rosado ✓	9
PPB	Adolfo Brito ✓	11

(atual PP)	Érico Ribeiro ✓ Francisco Áppio ✓ Otomar Vivian ✓ Joao Fischer ✓ José Farret ✓ Marco Peixoto ✓ Maria do Carmo ✓ Frederico Antunes ✓ Valdir Andrés ✓ Wilson Covatti ✓	
PPS	Bernardo de Souza	0
PSDB	Jorge Gobbi ✓ Adilson Troca ✓	2
PT	Cecília Hipólito Dionilso Marcon Édson Portilho Elvino Bohn Gass José Gomes Ivar Pavan Luciana Genro	0
PT	Luis Fernando Schmidt Maria do Rosário Ronaldo Zülke Roque Grazziotin	
PTB	Abilio dos Santos ✓ Aloísio Classmann ✓ Edemar Vargas ✓ Eliseu Santos ✓ Iradir Pietroski ✓ Luis Lara ✓ Manoel Maria ✓ Osmar Severo ✓ Paulo Moreira ✓ Sérgio Zambiasi	9
✓ deputados que assinaram o requerimento		40

**Distribuição por partido das assinaturas no requerimento de instalação da CPI da
Segurança**

Com exceção do PDT, que havia apoiado a candidatura de Olívio Dutra no segundo turno das eleições para o governo do Estado em 1998, as demais siglas que assinaram o requerimento constituíam oposição ao governo estadual desde o início do mandato. A comissão teve como presidente o deputado Valdir Andres

(PPB), vice-presidente Elmar Schneider (PMDB) e como relator Vieira da Cunha (PDT).

A motivação estava “nos altos índices de violência e criminalidade verificados no Estado do Rio Grande do Sul” (Relatório Final da CPI da Segurança, 2001:09). O requerimento de criação apontava doze fatos determinados, assim especificados:

1. a desestruturação do aparelho policial
2. os termos circunstanciados
3. sucateamento no Instituto Geral de Perícias
4. fraudes na expedição de carteiras de identidade
5. convênio 062/2000 celebrado entre a Secretaria da Justiça e da Segurança e o Sindicato dos Estabelecimentos Funerários do Rio Grande do Sul
6. fechamento de Delegacias Regionais de Polícia
7. iminência de greve dos servidores da segurança
8. introdução da Brigada Militar na Febem
9. desproporção entre número de ocorrências e de inquéritos policiais
10. emprego de técnicas ilícitas de espionagem
11. fundo especial de segurança pública
12. empresas de segurança privada.

Estes doze pontos pertencem, sem dúvida, à temática da segurança, bastante presente na mídia na época da criação da CPI. Antes de a comissão ser instalada, já havia movimentação dos trabalhadores da segurança pública reclamando de falta de condições de trabalho em reuniões da Comissão de Serviços Públicos da Assembléia (especialmente representantes do Instituto Geral

de Perícias)⁵³. Fatos de comoção pública também marcaram a CPI, como o caso 190, o episódio em que uma mãe e duas filhas foram assaltadas e estupradas em sua residência em Canoas, tendo chamado a Brigada Militar pelo telefone 190, que não compareceu a tempo por falta de viaturas⁵⁴. Esta ocorrência provocou o primeiro artigo da editora de política da Zero Hora, Rosane de Oliveira, mencionando a CPI⁵⁵. A violência no bar Peter Pan, onde um motoboy foi morto e outros promoveram uma destruição do local em retaliação, também demarcou sentido na relevância dada à instalação da CPI para tratar de assuntos de segurança. Há inclusive uma capa (ZH, 04/05/2001) em que chamadas sobre os dois temas (destruição do bar e CPI) estão unidas em um mesmo box, provocando uma leitura associada.

Ao doze pontos iniciais envolvendo questões de segurança pública, somou-se mais um. O aditamento foi solicitado em 9 de maio de 2001, para a inclusão de um novo fato determinado:

apurar a existência de corrupção no âmbito da Secretaria da Justiça e da Segurança, e órgãos vinculados, bem como o envolvimento de Delegacias de Polícia com o crime, com a finalidade de identificar a prática de fatos delituosos e irregularidades administrativas e seus respectivos autores e responsáveis (Relatório Final, 2001: 10)

⁵³ Como pode ser atestado pelas notícias veiculadas no site da Assembléia (www.al.rs.gov.br) na época: “Peritos criticam e fazem denúncias contra o governo do Estado” (08/03/2001, 11:02), “Appio quer encaminhar denúncias de peritos à CPI da Segurança Pública” (08/03/2001, 18:41) – note-se que a CPI sequer havia sido instalada, “Covatti diz que sociedade quer CPI da Segurança Pública” (12/03/2001, 17:05), “Assembléia recebe manifesto dos trabalhadores na segurança pública” (13/03/2001, 18:50), “Peritos e criminalistas prometem novas denúncias envolvendo o IGP” (21/03/2001, 18:23), entre outras.

⁵⁴ O caso 190 marcou a imagem do secretário de Segurança e Justiça do Estado, José Bisol. Ele levantou publicamente a hipótese de ter sido uma fraude, sofrendo a conseqüente reprovação dos veículos de comunicação. Ele vira o “personagem da semana” no Informe Especial da Zero Hora em 01/04/2001, bem como alvo de várias cartas de leitores do jornal no período.

⁵⁵ Artigo intitulado “Pedaços de alma”, em que a jornalista afirma que “o sucateamento da frota da Brigada Militar e da Polícia Civil não é uma abstração criada pelos opositores do governo para justificar a criação de uma CPI” (Zero Hora, 22/03/2001:06)

Este fato determinado teria surgido a partir de uma entrevista concedida pelo Secretário da Segurança e da Justiça, José Paulo Bisol, ao programa *Os Gaúchos e o Rio Grande*, da Rádio Gaúcha.

Afirmou o senhor Secretário, no referido programa, que a polícia teria o controle do crime mas não o repassaria ao Estado e que uma parte dela, polícia, tiraria proveito próprio deste controle. Disse ainda o Secretário que haveria partidos políticos que dariam cobertura à banda podre da polícia, que ele praticamente conhecia a banda podre da polícia e que não mandava automóvel para delegacia que gerencia certo tipo de criminalidade (Relatório Final, 2001: 10)

Tendo recebido atenção da mídia desde sua criação (e partindo também de insumos desta, como a entrevista com o Secretário), esta CPI sofreu uma transformação temática visível em sua midiática. Do assunto principal, “segurança”, o tema de relevância passou a ser “jogo do bicho” e “Clube da Cidadania”. Nos pontos de inflexão temática, algumas ocorrências demarcantes: na primeira transição (segurança – jogo do bicho), a atuação do Diário Gaúcho e a fita cedida por dois de seus repórteres ao relator da CPI, com declarações do ex-tesoureiro do PT, Jairo Carneiro. Na segunda transição (jogo do bicho – Clube de Seguros da Cidadania), a própria fita e uma outra gravação, desta vez um CD recebido pelo relator do advogado Wilson Müller Rodrigues, com uma conversa entre o presidente do Clube da Cidadania, Diógenes Oliveira e o ex-Chefe de Polícia do governo, Luiz Fernando Tubino, em que aquele pedia que fosse atenuada a repressão ao jogo do bicho.

O último fato é considerado muito relevante até mesmo pelo relator: “o conteúdo do diálogo fala por si. Não é à toa que, a partir da divulgação do CD, o assunto toma a proporção de um escândalo nacional” (Relatório Final, 2001: 77).

Como resultado, a CPI da Segurança indiciou o governador Olívio Dutra por improbidade administrativa e crime de responsabilidade, além de outras 40

peças e o próprio PT (por transgressão da legislação eleitoral). O relatório foi entregue em 14 de novembro.

As consequências da CPI enquanto acontecimento midiático marcam as eleições de 2002. No plano jurídico, o processo contra o governador foi arquivado pelo Ministério Público Estadual em janeiro de 2002. O relator da CPI encaminhou o relatório também ao Ministério Público Federal e ao procurador-geral da República. Em março de 2003, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, arquivou processo contra Olívio Dutra e contra José Bisol.

Algumas considerações devem ser feitas em relação a esta comissão. Em primeiro lugar, ela é claramente demarcada pela disputa política, o que se reflete nas assinaturas do requerimento – apenas de partidos de oposição. O PDT foi a última sigla a aderir à investigação, tendo apoiado a candidatura de Olívio Dutra no segundo turno das eleições de 1998. Mas no contexto da CPI o apoio já estava esvaziado, havendo inclusive um rompimento formal, culminando com a transferência de alguns políticos do PDT para o PT, conforme já visto.

Originalmente, duas tentativas anteriores para a instalação desta CPI já haviam ocorrido: em 1999, logo no início do governo (ano em que foi realizada a CPI da Ford), e em 2000, quando a proposta perde espaço para a CPI do Crime Organizado. Esta, por sua vez, encerra seu relatório propondo a criação de uma CPI da Segurança. Estas tentativas anteriores estão presentes indicialmente no primeiro requerimento entregue à presidência da Assembléia em março de 2001: havia a assinatura de um deputado que se afastou do legislativo para assumir a prefeitura de Campo Bom, Giovane Feltes (PMDB). Também estava apagada com corretivo líquido a assinatura de Sérgio Zambiasi (PTB), que na condição de presidente da Assembléia em 2001 não poderia assinar o documento.

Os erros foram percebidos por Zambiasi, que devolveu o requerimento, e também pela oposição, que inclusive sugeriu a instalação de uma Comissão de

Ética para apurar a conduta do deputado Vilson Covatti (PPB), responsável pelo requerimento.

Este foi o primeiro escândalo, de proporções pequenas, provocado pela CPI. Durante seus seis meses de funcionamento, a comissão proporcionou diversos outros escândalos, de diferentes magnitudes, culminando com a questão das doações ao Clube de Seguros da Cidadania, que teriam sido utilizadas na campanha de Olívio Dutra para o governo do Estado, e que poderiam ter origem no jogo do bicho. É a vinculação entre jogo do bicho e governo, através do Clube da Cidadania, o tema considerado pela mídia (pela exposição obtida) e pela CPI (como consta no relatório) como o maior escândalo da comissão.

Em abril e início de maio, a comissão realmente se concentra em questões de segurança pública, investigando a situação do Instituto Geral de Perícias, em especial. Em 11 de maio, uma reportagem do Diário Gaúcho⁵⁶ expõe a existência de um inquérito sobre possíveis envolvimento entre parlamentares e jogo do bicho, através do financiamento de campanhas.

Especulações sobre a existência de tal inquérito já haviam sido feitas durante a CPI do Crime Organizado (2000), sem comprovação. O Diário Gaúcho não cita a fonte que lhe repassou a informação de que a Polícia Civil teria enviado um requerimento solicitando dados ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O jornal foi ao TRE atrás de agentes da Polícia Civil que estariam investigando as contas de campanha dos deputados gaúchos, mas não conseguiu entrevistá-los pela ausência de um assessor de imprensa do órgão. Uma das confirmações obtidas pelo jornal foi a seguinte declaração, reproduzida na matéria, do corregedor-geral da Polícia Civil, Pedro Urdangarin, que teria enviado o dito requerimento ao

⁵⁶ “Polícia investiga doações eleitorais a deputados” – Diário Gaúcho , 11 de maio de 2001, pág 35. A reportagem mereceu a manchete principal da capa: “Polícia investiga grana de eleição

TRE: “se tu já tens a confirmação de um documento assinado por mim, então realmente eu mandei. Não vou responder sobre o inquérito. Isso tu perguntas ao chefe. Eu devo lealdade ao chefe” (Diário Gaúcho, 11/05/2001:35).

O jornal também levanta suspeita sobre o estouro de duas bancas do jogo do bicho em 27 e 28 de maio de 2000 (cerca de um ano antes da publicação desta reportagem) em Estrela. Em uma delas teria sido encontrado material de campanha eleitoral, e o “patrão” da banca teria admitido a doação para um determinado partido. Dias depois, o próprio jornal acaba revelando que o material era de Elmar Schneider (PMDB), vice-presidente da CPI da Segurança.

Esta reportagem repercute na Assembléia Legislativa. Os deputados pedem que os nomes dos envolvidos sejam revelados, sob o risco de generalizações sobre o parlamento. A CPI se reúne e decide convocar o corregedor Urdangarin, e mais três delegados que poderiam dar informações sobre o inquérito: Farnei Goulart, Nelson Oliveira e Carlos Santana. Este entrega ao relator da CPI um envelope (o “envelope amarelo”) com documentos sobre a relação entre o jogo do bicho e alguns parlamentares, que é lacrado pelo relator e levado ao TRE.

Os depoimentos de Goulart e Oliveira, em 17 de maio, trazem uma nova denúncia, desta vez envolvendo o governo do Estado: eles afirmam que, em reunião do Conselho de Administração Superior da Polícia (CAS), o ex-chefe da Polícia Civil, Fernando Tubino, teria dito que dinheiro proveniente do jogo do bicho seria destinado a obras sociais do governo Olívio Dutra.

É este novo fato que passa a pautar a CPI: a relação entre o jogo do bicho e o governo. A existência do inquérito a respeito de parlamentares paulatinamente vai ficando em segundo plano.

Neste momento, o ex-tesoureiro do PT, Jairo Carneiro, procura os jornalistas do Diário Gaúcho, que gravam uma fita com suas declarações, afirmando que a compra da sede estadual do PT (de propriedade do Clube de Seguros da Cidadania e cedida ao partido em regime de comodato) havia sido efetuada com dinheiro do jogo do bicho. Dinheiro da mesma fonte também teria sido usado na campanha de Olívio Dutra ao governo do estado, em 1998.

A fita percorre um caminho entre os campos da mídia e da política até se tornar pública. Primeiramente, os jornalistas tentam comprovar as denúncias e não conseguem. Tendo procurado outras pessoas durante a investigação (como o presidente do Clube, Diógenes de Oliveira), dizem que Carneiro reclamou que estava sofrendo ameaças. Decidem, então, entregar uma transcrição ao Ministério Público e outra à CPI, alegando que o ato poderia garantir a segurança da testemunha.

A transcrição foi entregue ao relator da CPI, Vieira da Cunha, em 18 de junho, conforme reportagem do Diário Gaúcho (“Entenda o caso do Clube da Cidadania” – 11/11/2001:4 e 5), e uma cópia da fita no dia 22. O relator, por sua vez, entrega uma cópia a Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), que procura a CPI com novas denúncias sobre a relação governo estadual–contravenção. Em seu depoimento, Krischke anuncia a fita e a testemunha Jairo Carneiro⁵⁷.

⁵⁷ No relatório, Vieira da Cunha diz que recebeu “uma fita gravada e uma degravação” no dia 22 de junho, “das mãos do jornalista Carlos Henrique Nunes (...). Disse o referido jornalista, ao entregar o material, que a fita continha sérias denúncias e que seu autor estava disposto a relatá-las à CPI, desde que se lhe garantisse a integridade. O relator tomou, então, as seguintes providências:

1º) fez uma cópia de segurança da fita e a entregou aos cuidados do Movimento de Justiça e Direitos Humanos;

2º) redigiu e encaminhou pedido de inclusão do Sr. Jairo Carneiro no programa federal de proteção às testemunhas;

Depondo em 26/06/2001, Carneiro nega as denúncias, dizendo que mentiu por “ódio” ao PT. Ele já havia sido expulso do partido em 2000 por ter cometido um desfalque. A CPI pede a quebra dos sigilos fiscal, telefônico e bancário de Carneiro e do presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes Oliveira.

A CPI chama os doadores do Clube da Cidadania para confirmarem ou não os valores doados. Paralelamente, a Comissão insiste em promover uma acareação entre os delegados que depuseram em maio e o ex-Chefe da Polícia Civil Fernando Tubino, sobre as declarações que este teria dado em reunião do Conselho envolvendo o governo do Estado e o jogo do bicho. No dia marcado, o relator Vieira da Cunha surge com uma nova gravação, desta vez um CD, que lhe fora repassado na véspera pelo delegado Wilson Müller. Este havia participado do Conselho de Administração Superior da Polícia (CAS) como representante do PDT no início do mandato de Olívio Dutra, quando o partido ainda era aliado do PT. O delegado também já havia prestado depoimento à CPI, recomendando, na ocasião, que os deputados investigassem o Clube da Cidadania.

A gravação fornecida por Müller era de uma conversa entre Diógenes de Oliveira e Fernando Tubino, em que aquele solicitava menor repreensão ao jogo do bicho. A origem da fita é misteriosa; Müller apenas diz que lhe foi entregue por um cliente seu, um funcionário da Secretaria de Segurança. Tubino nega que tenha gravado a conversa⁵⁸. Quando chamado a depor, Diógenes Oliveira garante que não fez a gravação. Em matéria do dia 18/11/2001, Zero Hora credita a Vieira da Cunha uma declaração de que Tubino teria repassado a fita. No dia

3º) solicitou ao Presidente da CPI que contactasse com o senhor Jairo Carneiro, a fim de agendar o seu depoimento” (Relatório Final, 2001:65).

⁵⁸ Em entrevista ainda em maio de 2001, a jornalista de Zero Hora pergunta a Tubino sobre supostas fitas que ele teria gravado. Ele afirma que só possui fitas “do Roberto Carlos e do Julio Iglesias”.

seguinte, é obrigada a publicar uma pequena nota de esclarecimento, em que o relator explica “ter manifestado apenas a sua convicção pessoal de que foi Tubino quem gravou a fita, mas que a entrega foi feita pelo ex-delegado Wilson Muller Rodrigues, na condição de advogado “de um alto funcionário da Secretaria da Segurança Pública”, cujo nome não revelou” (ZH, 19/11/2001:06).

Conjugada à audição dos doadores, a conversa entre Diógenes e Tubino retoma o trânsito semântico entre a temática “jogo do bicho” e “clube de seguros da cidadania”, desembocando no escândalo principal. Esta trama primária é cercada de sub-tramas menores, pequenos episódios que despontaram durante a CPI e que receberam alguma exposição na mídia e alguma consideração no relatório final da comissão. É o caso da investigação feita em torno da compra de materiais de limpeza nas escolas estaduais, cujo inquérito foi avocado pelo Chefe da Polícia Civil. Este gesto chamou a atenção dos deputados, que resolveram investigar⁵⁹.

Também foi investigada a apreensão de um cigarro de maconha no acampamento da juventude durante o Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001. A prisão do usuário não foi efetuada, o que, para os deputados da oposição, consistia em orientação partidária da Brigada Militar. Este episódio tem nuances interessantes, pois há inclusive um brigadiano que gravou em áudio o momento da apreensão e apresentou a fita à CPI como prova de desmando do comando da BM. Estas ações são bastante esclarecedoras do contexto vivenciado naquele momento, de polarização política, amores e ódios florescentes, a ponto de um trabalhador da segurança pública sair de casa com um gravador, sob a hipótese

⁵⁹ O trabalho dos deputados rendeu apenas uma folha no relatório final, em que o relator Vieira da Cunha evidencia que “o delegado Zucco, titular do inquérito, teve o expediente avocado quando passou a cobrar informações e providências de dirigentes da Secretaria da Educação a respeito do caso” (Relatório Final, 2001:42). A CPI limita-se a recomendar que o

de poder registrar alguma coisa. Deve-se lembrar que em 2000 houve o episódio do relógio comemorativo aos 500 anos do descobrimento do Brasil, instalado pela Globo e pela RBS e destruído por manifestantes na presença de representantes da Brigada Militar, que de acordo com a imprensa não teria feito nada por ordens superiores. São episódios de diferentes proporções mas de trato similar no que diz respeito a esta argumentação de que o governo petista limitaria a ação da Brigada Militar.

Também as denúncias de que o corregedor Urdangarin teria praticado tortura em acusados de um assassinato em Arroio dos Ratos figuraram na CPI. Todos estes assuntos, não elencados primeiramente como fatos determinados a serem investigados pela Comissão, permaneceram em segundo plano no relatório e na mídia⁶⁰.

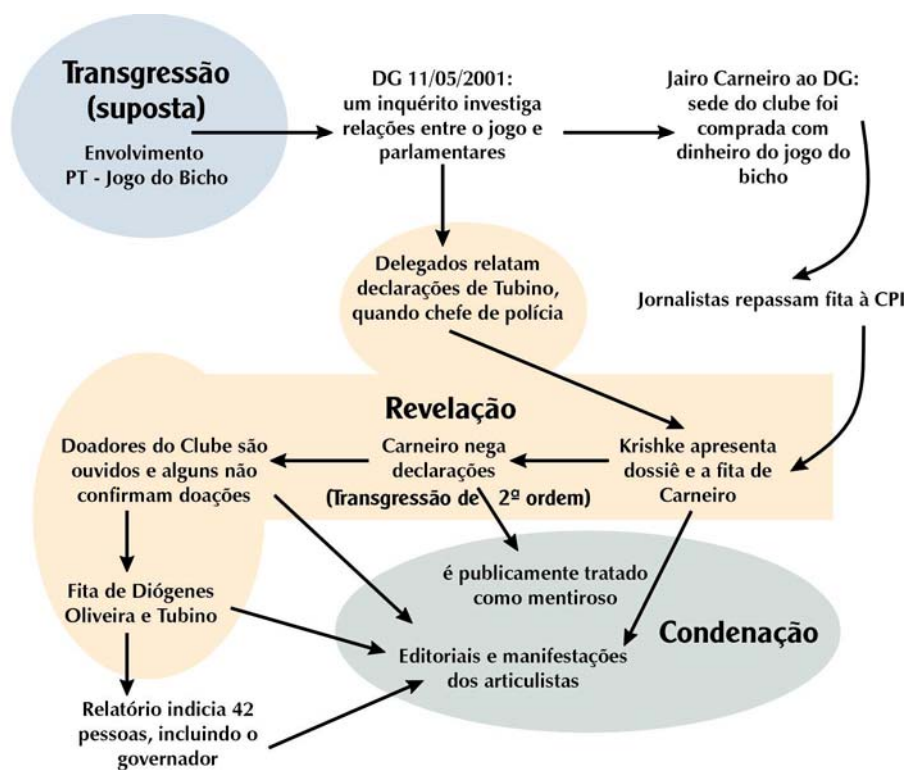
5.2 A configuração do escândalo da Segurança

Conhecendo um pouco os principais aspectos e temas tratados pela CPI, é possível antever no eixo principal que a investigação tomou as fases necessariamente presentes nos escândalos, tal qual concebido por Thompson (2002). Para haver um escândalo é necessário que haja uma transgressão, bem como a revelação e a condenação desta transgressão.

A dinâmica do escândalo na CPI da Segurança está no eixo temático que vincula governo/PT ao jogo do bicho através do Clube da Cidadania, e pode ser esquematicamente pensada como mostra a figura abaixo.

instrumento de avocação seja utilizado de forma mais criteriosa, uma vez que os fatos de caráter penal já estariam sendo investigados pelo próprio inquérito.

Figura 4



Dinâmica do escândalo na CPI da Segurança

⁶⁰ Em comparação com a exposição obtida pela trama principal. O episódio do Fórum Social Mundial, por exemplo, recebeu chamada de capa e editorial (07/08/2001), mas não obteve uma permanência significativa desta exposição.

Note-se que a revelação somente é possibilitada pela publicação da reportagem do Diário Gaúcho em 11/05/2001. Sem este insumo, os delegados não seriam convocados a depor sobre o inquérito, oportunidade em que revelaram as supostas declarações do ex-chefe da polícia Civil, Luiz Fernando Tubino, de que o dinheiro do jogo do bicho iria ser destinado a obras sociais.

Também é graças à reportagem que o ex-tesoureiro do PT, Jairo Carneiro, procura os jornalistas do Diário Gaúcho, tem suas declarações gravadas e posteriormente levadas à CPI. Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) leva à comissão um dossiê sobre relações entre o governo e os jogos clandestinos somente depois que a CPI sofre a inflexão temática, passando a investigar as denúncias sobre o jogo do bicho. É ele quem recebe do relator da comissão, deputado Vieira da Cunha (PDT) a fita de Jairo Carneiro, e anuncia publicamente sua existência.

São as declarações de Carneiro na fita, negadas em depoimento à CPI, que levam a investigação até o Clube de Seguros da Cidadania e seu presidente, Diógenes de Oliveira. O momento em que Jairo Carneiro afirma ter mentido aos jornalistas adquire o caráter simbólico do que Thompson (2002) chama de transgressão de 2ª ordem: o indivíduo nega supostas acusações ou envolvimento que posteriormente são comprovados, caracterizando seu ato como mais uma transgressão moral cometida (o indivíduo mentiu). No caso de Jairo Carneiro, ele mesmo afirma ter mentido, fato que ganha repercussão nos jornais. Há um embate simbólico: a verdade de Jairo Carneiro, um mentiroso confesso, contra a verdade de três jornalistas. Através de editoriais e artigos, Zero Hora salvaguarda os jornalistas, condenando publicamente Carneiro, como se verá mais detalhadamente.

Por fim, a gravação com a conversa entre Diógenes de Oliveira e Tubino soma-se às outras revelações, completando o elo semântico jogo do bicho – clube da cidadania – governo. A fase da revelação é acompanhada pela condenação pública, especialmente através de gêneros opinativos em Zero Hora. O momento em que há uma condenação política pelo relatório, com o indiciamento do governador, é amplamente acolhido pela mídia.

Se a CPI possui uma estrutura de escândalo, como foi demonstrado, há que se ressaltar dois pontos: em primeiro lugar, esta estrutura corresponde ao que Thompson (2002) entende por escândalo político-midiático, uma vez que as fases de revelação e condenação têm seu lugar na cena pública conformada pela mídia. Em segundo lugar, este não é um escândalo político-midiático qualquer; se a mídia cumpre seu papel ao dar visibilidade às revelações e exercer sua função opinativa através de um discurso moralizante na fase de condenação, ela não se restringe a isso. Ela provoca as revelações, tanto através de insumos próprios do trabalho jornalístico (a reportagem) como através da interferência direta, ao entregar a fita de Jairo Carneiro ao relator da CPI.

A partir desta dinâmica do escândalo principal suscitado pela CPI da Segurança, é necessário avaliar como foi o trabalho midiático na cobertura deste evento. Isto é feito, primeiramente, através dos conteúdos veiculados pela mídia, o que esclarece sua participação na midiaticização e desvenda as inflexões temáticas sofridas pela CPI.

5.3 O processo de midiaticização

O processo de midiaticização da CPI da Segurança revela mudanças temáticas com participação da mídia. Para acompanhar as inflexões de tema,

optou-se pela reconstituição da midiatização primeiramente através de seu conteúdo, comparando o que foi exposto na mídia com o próprio desenrolar da CPI. Assim, é possível visualizar como foi a participação de Zero Hora e Diário Gaúcho na midiatização desta Comissão.

As tabelas que seguem trazem, na primeira coluna, os acontecimentos da CPI, registrados pelo site da Assembléia (www.al.rs.gov.br) na seção “últimas notícias”. A conveniência desta apropriação está no fato de que, além de registros da assessoria geral, há notícias formuladas pelas assessorias específicas de cada bancada/deputado. Desta forma, todas as informações que governo e oposição desejam divulgar estão presentes, proporcionando uma boa recuperação dos fatos, ou, ao menos, dos fatos que os diferentes partidos consideraram relevantes divulgar. Notícias meramente declaratórias foram desconsideradas.

Na segunda coluna, os assuntos tratados por Zero Hora em relação à CPI são identificados, ocorrendo o mesmo para o Diário Gaúcho na terceira coluna. Os conteúdos são expostos em linhas gerais, apenas para fins de comparação. Não há referências a quantidades de matérias (que aparecem no próximo item da análise). Para desenvolver a análise, algumas ocorrências são citadas.

Cores delimitam os temas predominantes, especificados através de legenda. Quando o tema predominante é “Segurança”, o assunto em pauta está relacionado à concepção inicial da CPI, circunscrito aos pontos de investigação. Na temática “Jogo do Bicho” estão os assuntos relacionados com o jogo ilegal, incluindo a questão das videoloterias. “Clube da Cidadania” elenca especialmente a questão das doações feitas ao clube por empresas e pessoas físicas. Assuntos que não se encaixavam em nenhum destes temas principais não receberam identificação por cor.

Ocorrências fora do campo de visibilidade estão identificadas em amarelo, assim como as setas que direcionam interferências entre a CPI e os jornais

(também fora da cena pública). Setas brancas sugerem um fluxo de informação dentro do campo de visibilidade: é, por exemplo, a reportagem que pauta a CPI.

Cada tabela é acompanhada por observações referentes ao período selecionado.

A midiaticização da CPI da Segurança Pública inicia em fevereiro de 2001, acompanhando a tabela abaixo.

Tabela 5

CPI	ZH	DG
Fevereiro 2001		
– PRIMEIROS MOVIMENTOS PARA A CRIAÇÃO DA CPI.	– notas na Página Dez: retoma a primeira tentativa de criação, em 1999.	
Março 2001		
<ul style="list-style-type: none"> – PPB PROTOCOLA PRIMEIRO REQUERIMENTO, QUE É CONTESTADO. – PERITOS FAZEM DENÚNCIAS À COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – DEPUTADOS PROVIDENCIAM NOVO REQUERIMENTO, ENQUANTO O DEBATE SOBRE A VALIDADE OU NÃO DE UMA CPI DA SEGURANÇA PROSEGUE. – CASO 190: REPERCUSSÃO NA ASSEMBLÉIA – OPOSIÇÃO REFORÇA NOVO 	<ul style="list-style-type: none"> – Página Dez: CPI é uma ameaça ao governo. Trapalhada abala CPI da Segurança. – (10/03) Opinião ZH: chama de trapalhada os erros no requerimento, mas pede a CPI em nome da população rio-grandense. – acompanha situação dos peritos e o novo pedido de requerimento. – Página Dez: justificativas para a CPI e respaldo popular. 	<ul style="list-style-type: none"> – noticia os protestos dos peritos e o novo requerimento.

CPI	ZH	DG
REQUERIMENTO COM ASSINATURAS DO PDT E DE POPULARES NA ESQUINA DEMOCRÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> - (22/03) Artigo Rosane: “Pedaços de Almas” - sobre o caso 190. - Página Dez: Parlamento reage ao “desgoverno”, Dias de Ira, Apoio Popular para a CPI. - A CPI é necessária e a população a quer 	
Abril 2001		
<ul style="list-style-type: none"> - PROCURADORIA DA ASSEMBLÉIA DÁ PARECER FAVORÁVEL À CPI - (18/04) A CPI É INSTALADA. - (23/04) PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA: - VISITA SURPRESA AO IGP - VISITA A DPS 	<ul style="list-style-type: none"> - (05/04) Decisão da procuradoria ganha capa - (18/04) Anuncia e (19/04) acompanha a instalação - Relata aditamento, feito na primeira reunião ordinária - acompanha visita surpresa ao IGP 	<ul style="list-style-type: none"> - (10/04) Anuncia a CPI - (25/04) fala sobre o início dos trabalhos

CPI da Segurança em ZH e DG de fevereiro a abril

Segurança
 Jogo do Bico
 Clube da Cidadania

A CPI da Segurança começa a ser midiaticizada através da coluna *Página 10*, do jornalista José Barrionuevo, no jornal Zero Hora. A primeira inserção em 2001 acontece em 12 de fevereiro, em uma nota principal com o título “Em março, CPI da Segurança Pública”. O texto explica que o pedido para esta CPI havia sido feito pela primeira vez em 1999 (há 10 ocorrências para “CPI da Segurança” na Zero Hora anteriores a 2001 - ano de sua criação), pelo deputado Frederico Antunes (PPB).

Pelo texto, a CPI seria criada para “investigar irregularidades praticadas na segurança pública do Estado”, e o pedido de abertura já contava com as assinaturas necessárias desde novembro (2000). A CPI seria requerida pelo Deputado Vilson Covatti (PPB).

O pedido de abertura foi protocolado no dia 07/03. Nesta data, a coluna Página Dez traz como nota principal o texto intitulado “Segurança sob suspeita”, ilustrado por uma foto do governador Olívio Dutra com o Secretário de Justiça e Segurança, José Paulo Bisol. No corpo do texto, Barrionuevo diz que o sorriso dos dois políticos

pode durar pouco. Hoje será protocolado o pedido do PPB para a instalação da CPI da Segurança Pública, que investigará a responsabilidade do governo no crescimento da violência no Estado. Os opositores prometem infernizar o Palácio Piratini com esta discussão (ZH, 07/03/2001:10)

Parece claro, para esta coluna, que a CPI envolve algum tipo de ameaça ao governo. Esta promessa de “infernizar o Palácio Piratini” é bastante tentadora à lógica midiática, pois sugere que o poder executivo será incomodado, e as expectativas recaem sobre como irá reagir. Aqui se percebe uma retomada dos sentidos públicos associados às Comissões Parlamentares de Inquérito, e do quanto estas podem ser inconvenientes aos políticos.

O requerimento, reaproveitado do ano anterior, possui uma assinatura de um deputado que havia sido eleito prefeito, além da assinatura do presidente da Assembléia apagada com corretivo líquido. Os erros, denunciados pelo governo, são apontados pelo jornal em espaço opinativo e informativo, no dia 9 de março. A Página Dez (agora com um interino, o jornalista Rodimar Oliveira) qualifica assim o ocorrido:

Trapalhada abala CPI da Segurança – A CPI da Segurança está morrendo antes de sair da casca. A trapalhada da oposição, que ainda poderá ser acusada de falsidade ideológica, jogou um balde de água fria sobre a credibilidade que a CPI poderia vir a ter para investigar a responsabilidade do Estado no crescimento da violência entre os gaúchos. Um simples vidrinho de corretivo líquido botou tudo a perder (ZH, 09/03/2001:10)

Esta ocorrência valoriza o equívoco da oposição, que seria tal a ponto de sepultar a CPI. Pelo gênero informativo, Zero Hora é mais branda, em matéria secundária com o título “Governo denuncia falhas em pedido de CPI” e subtítulo “Documento teria irregularidades”. O verbo no futuro do pretérito sugere uma possibilidade, apontada pelo sujeito Governo. A notícia não é, portanto, afirmativa do que ocorreu, mas apenas narra que o governo levantou uma suspeita, como que a ser confirmada.

Após a ocorrência opinativa que desqualifica a tentativa da oposição de criar a CPI, feita por um interino na coluna de José Barrionuevo, Zero Hora aciona pela primeira vez o espaço editorial, através da nota “Além do desastre”, publicada na coluna Opinião ZH da página Informe Especial.

O que está em jogo é sério demais para começar tão levemente. Mas a trapalhada não deve inviabilizar a investigação, pois a população rio-grandense tem o direito de esperar do Legislativo uma contribuição efetiva para a melhora da segurança do Estado (ZH, 10/03/2001:03)

Ao acionar este espaço, ZH demonstra sua posição em relação ao fato, amenizando a nota do dia anterior. É também a primeira vez que se apela à categoria opinião pública, sob a forma da população rio-grandense que tem o direito de saber. A entrada desta referência à opinião pública legitima a tentativa de investigação, mais relevante do que qualquer “trapalhada” (termo, por sinal, aproveitado da Página Dez do dia anterior). Antes que os erros da oposição esvaziassem a criação da CPI, sua relevância é pontuada por ZH. Nesta ocorrência, o jornal consegue assumir uma postura favorável à CPI, sem deixar de criticar a oposição pelos erros cometidos.

O Diário Gaúcho, que apenas começa a veicular notícias sobre a CPI em março, passa ao largo deste pequeno escândalo⁶¹ sobre o primeiro requerimento. O jornal noticia os protestos feitos pelos peritos na Comissão de Serviços Públicos da Assembléia e o novo requerimento para a CPI, apenas mencionando que o anterior continha erros.

No campo político, a validade da CPI é questionada pelo governo. Em 16/03, a Página Dez, já com seu titular José Barrionuevo publica duas notas na seção “mirante”:

- Secretário Bisol não vê ilícito que justifique uma CPI para a Segurança Pública. A baderna do relógio patrocinada por funcionários de seu gabinete não vale?
- Resultados de duas enquetes sobre a necessidade de uma CPI para a Segurança são contundentes: no Polêmica (Rádio Gaúcha), Lauro Quadros recolheu o resultado de 70% a 30%, com mais de 2 mil participantes. No Conversas Cruzadas (TV COM) deu 68% a 32% com 1,9 mil telefonemas. É a voz do povo, secretário. (ZH, 16/03/2001:12)

O colunista não apenas sugere um fato para investigação como afirma a vontade popular por meio de duas pesquisas de opinião feitas por emissoras do grupo RBS, com todas as limitações que possuem tais sondagens. A “voz do povo” parece ser o caminho para a legitimação da CPI.

O Caso 190 – de ampla divulgação na imprensa – reforça a questão da segurança e a criação da CPI. Em Canoas, uma mulher e suas duas filhas são surpreendidas à noite por barulhos que sugerem que alguém está rondando a casa. Ligam para o 190 e são orientadas a procurar o batalhão mais próximo. Sem créditos no celular, ela liga para uma vizinha, que faz o contato com a

⁶¹ Efetivamente constitui-se em um pequeno escândalo, com uma transgressão bem clara, sua revelação e condenação públicas. Há até uma transgressão de 2ª ordem, na medida que o deputado Covatti (PPB), responsável pelo requerimento, insiste em negar erros nas assinaturas, mesmo quando o presidente da Assembléia já havia devolvido o pedido. A

Brigada. O socorro, entretanto, não chega a tempo por falta de viatura. Mãe e filhas são assaltadas e estupradas.

O fato tem apelo e sua repercussão é grande no parlamento e nos meios de comunicação⁶². O primeiro artigo da editora de política Rosane de Oliveira mencionando a CPI aparece neste momento, sob o título “Pedaços de almas”.

O sucateamento da frota da Brigada Militar e da Polícia Civil não é uma abstração criada pelos opositores do governo para justificar a criação de uma CPI. [...] O governo do Estado está diante de um problema que exige ação imediata. Não é uma CPI que vai dizer como consertar carros estragados, mas o imobilismo da Secretaria da Segurança pode servir de combustível para o debate. (ZH, 22/03/2001: 06)

Neste artigo, o Caso 190 mostra que há falhas graves no trato da questão da segurança pública, e que o Estado tem que tomar uma providência iminente. A criação de uma CPI é legítima (o sucateamento existe), fundamentada no “imobilismo da Secretaria da Segurança”.

A Página Dez acompanha a repercussão do caso no parlamento.

Parlamento reage ao desgoverno – Pela primeira vez, as conversas e os discursos no plenário da Assembléia, que é a caixa de ressonância das angústias da população, anteciparam ontem momentos de turbulência política no Estado pelo desgoverno, quando Olívio Dutra completa 27 meses no Piratini.

A reportagem de Zero Hora sobre a mãe e duas filhas adolescentes violentadas, que poderiam ter sido socorridas pela BM de Canoas, ampliou o apoio à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caos na segurança pública. Pela primeira vez, a idéia de um processo de impeachment recebeu o

postura de Covatti é criticada na Página Dez de Zero Hora (10/03/2001:10), ainda sob redação do interino.

⁶² No parlamento, como atestam as notícias do site da Assembléia “João Osório analisa caos na segurança e pede demissão de Bisol” (22/03/2001,18:11), “Covatti diz que negligência da BM é prova de incapacidade do Governo” (22/03/2001, 18:11), “Episódio de Canoas reforça argumentos da Oposição à CPI da Segurança Pública” (22/03/2001, 18:46), “Gomes reage ao pedido de afastamento de Bisol” (22/03/2001, 19:00) , “Paulo Odone diz que Bisol não está em sintonia com a realidade” (23/03/2001, 17:30) e “Valdir Andres diz que 190 da BM precisa ser investigado” (23/03/2001, 17:33), por exemplo.

endosso dos mais contidos e equilibrados opositoristas. (ZH, 23/03/2001:12)

Esta é a primeira vez que Zero Hora se auto-referencia, citando uma reportagem sua em texto próprio. Como já dito anteriormente, isto é um dos indícios da participação midiática através do pautar o campo político com ocorrências do gênero informativo. É interessante avaliar como a relação entre população, Assembléia e mídia é sugerida por esta nota. A Assembléia é qualificada como “caixa de ressonância das angústias da população” – o que pode sugerir a idéia de representante desta, mas é Zero Hora, através de sua reportagem, que “amplia o apoio” à CPI. Ora, este apoio não é político, uma vez que no dia 18/03 a mesma coluna noticiava que o requerimento já contava com o apoio de 40 deputados – número de assinaturas com que efetivamente foi encaminhado. Este apoio é, fundamentalmente, da opinião pública – representada ao parlamento via mídia (Zero Hora) – única força capaz de suscitar especulações sobre um processo de impeachment (que nunca ocorreu). No dia seguinte (24/03), a Página Dez prossegue com rumores sobre um pedido de impeachment (nota intitulada “Dias de Ira”).

RBS pronuncia-se editorialmente mais uma vez em 25/03 com o texto “Esclarecer é preciso” (pg 16). O editorial traça um paralelo entre CPI da Segurança Pública e CPI da Corrupção (que estava sendo pleiteada pelo Congresso Nacional), afirmando que “o melhor caminho para desfazer mal-entendidos, denúncias equivocadas ou interpretações distorcidas é o esclarecimento cabal dos fatos”. O texto centra a CPI da Corrupção nas acusações contra o senador Jáder Barbalho, enquanto a CPI da Segurança seria justificável pela falta de segurança no estado, que

assumiu tais proporções que se tornou impossível aceitar passivamente a situação. Há dois anos, desde que assumiu o atual governo, tornou-se clara a dissidência entre o secretário José Paulo

Bisol e as corporações policiais. O titular da Justiça e da Segurança Pública tem o direito de imprimir sua orientação à pasta, mas tem o dever de alcançar resultados. O conflito de posições a propósito das formas com que essa tarefa essencial deve ser cumprida não pode prejudicar a população, deixando-a à mercê de assaltantes, assassinos e esturpadores (ZH, 25/03/2001: 16)

Enfim, a CPI é justificada por uma política de segurança pública que não estaria trazendo resultados, deixando a população correr riscos. Aqui já não é mais o sucateamento do aparato policial o cerne da questão, mas a orientação dada pelo secretário à pasta, que desagrade às corporações policiais. No fundo, uma questão de política. O editorial finaliza exigindo das CPIs postura que é vinculada ao campo jornalístico: isenção.

Comissões que funcionam apenas como arma política logo caem no descrédito. Nada mais nocivo do que o cepeísmo irresponsável, que busca apenas um lado da verdade ou que desde logo transforma o recinto parlamentar num picadeiro de circo. Esse tipo de CPI não desacredita apenas os parlamentares que dela fazem parte, mas a própria instituição legislativa (ZH, 25/03/2001: 16)

Trata-se, sobretudo, de um alerta ao campo político. De um reconhecimento de que as comissões são armas políticas (aquelas que funcionam *apenas* desta maneira é que caem no descrédito) – mas que necessitam de outro fundamento para terem credibilidade. O “cepeísmo irresponsável” não atua como o jornalismo, que profissionalmente tem a responsabilidade de ouvir os dois lados. O parlamento é, *desde logo*, transformado em picadeiro de circo, o que não é recomendável – embora seja a antecedência na transformação o problema do cepeísmo, e não a transformação em si. O alerta é em função da imagem resultante, e a ameaça de descrédito só pode ser feita uma vez que a visibilidade será concedida pelo campo midiático.

Ainda sob impacto do Caso 190⁶³, a oposição, que já havia fortalecido um novo requerimento de abertura com o PDT⁶⁴, vai à esquina democrática buscar assinaturas de populares em apoio à CPI. O movimento é anunciado unicamente pela Página Dez de Zero Hora. No dia 28/03, a coluna anuncia a entrega do requerimento, prevista para este mesmo dia. Publica uma foto do único deputado do PMDB que “ainda resiste em assinar o pedido, que já conta com o apoio de 40 parlamentares”, José Ivo Sartori⁶⁵.

Em abril, o parecer favorável do Procurador-geral da Assembléia Legislativa ganha a capa de Zero Hora (“Aval jurídico possibilita CPI da Segurança” – 05/04/2001). A relevância desta ocorrência encerra o ciclo de discussões sobre a validade ou não da instalação da comissão. É um objeto jurídico que simbolicamente ultrapassa a questão política, garantindo que há fundamentação para uma investigação parlamentar.

A instalação da CPI, ocorrida em 18 de abril, é anunciada em duas notas, no dia 17 e no dia 18, em Zero Hora. Há declarações do presidente da Assembléia, afirmando que não permitirá que a comissão se transforme na “CPI do denunciamento e nem que ela sirva de palanque” (ZH, 17/04/2001:43). No dia 19, Zero Hora traz uma matéria principal na página 50, cobrindo a instalação da CPI. A presença de representantes do governo é ressaltada, mas o título da matéria aponta para a seqüência das investigações: “Perícias serão o primeiro alvo da CPI”. A escolha, tanto do título da matéria como do primeiro ponto a ser investigado encontra respaldo na manifestação feita por servidores na Praça da Matriz no momento de abertura da CPI.

⁶³ Que se estende até abril, como comprova a publicação da foto de Bisol como “personagem da semana” em 01/04/2001 na página 3, seção Informe Especial de Zero Hora.

⁶⁴ A este respeito, uma nota do tipo “a propósito” no Informe Especial de Zero Hora do dia 22/03 (pg. 3) é publicada: “Desta vez a oposição conseguirá instalar a CPI da Segurança?”

⁶⁵ O deputado não assinou o requerimento, como pode ser observado na tabela 4.

O texto é acompanhado de foto da solenidade, de um box com os doze pontos de investigação e de falas em destaque⁶⁶. Um selo também ilustra a página: o desenho de um boneco de terno e gravata, com uma lupa onde se lê CPI⁶⁷. Todos estes recursos gráficos sugerem uma valorização do tema por parte do jornal. A expectativa sobre as investigações está presente no texto:

Nenhum representante do governo discursou, mas o assédio da imprensa ao secretário (Bisol) no final da cerimônia foi um termômetro de que sua contribuição ao trabalho da CPI promete ser polêmica (ZH, 19/04/2001:50)

Esta, por sinal, não é a única ocorrência sobre a CPI na Zero Hora deste dia. A Página Dez também relata a presença da “tropa de choque do governo na CPI” (pg 10), ao lado de uma nota com fotografia de uma manifestação de trabalhadores da segurança pública, sob o título “Cassetete democrático (e popular) – brigadianos formam barreira no Piratini para conter manifestação de servidores”. Também há um editorial (pg. 18), intitulado “Razões da insegurança”, em que se destaca o compromisso firmado na instalação da comissão pelo presidente da Assembléia, Sérgio Zambiasi (PTB), e pelo presidente da CPI, Valdir Andres (PPB) de que “a investigação terá como objetivo acima de tudo buscar soluções, sem se limitar apenas à contestação” (o que também significa que a contestação é esperada).

O editorial “Razões da insegurança” (ZH, 19/04/2001:18) mais uma vez pede que a CPI não se transforme em palanque político, citando como exemplo a CPI do Crime Organizado, que teria sido bem sucedida neste quesito.

⁶⁶ Entre as quais, a de Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que desempenhará importante papel ao longo da CPI : “Não tenho críticas ao projeto de segurança pública porque não existe nenhum. Existe o caos. Precisamos abrir esta caixa preta” (ZH, 19/04/2001:50).

⁶⁷ Este recurso gráfico, criado pela editoria de polícia, não acompanhará todas as matérias da CPI.

A primeira reunião ordinária da CPI é acompanhada por ZH e por DG. Zero Hora dá relevância ao pedido de aditamento sugerido pelo relator, para que se incluam nas investigações as declarações do secretário José Bisol ao programa “Os gaúchos e o Rio Grande”, da Rádio Gaúcha, também da RBS. Segundo o secretário, parte da polícia civil tiraria proveito do controle que tem sobre o crime. O jornal reproduz as declarações mais polêmicas, mas também anuncia a decisão do relator Vieira da Cunha (PDT) de realizar visitas-surpresa a instituições de segurança.

O Diário Gaúcho, por sua vez, veicula apenas uma nota em 25/04 (pg. 32), “CPI inicia trabalhos”, em que relata a proposta de realização de visitas-surpresa em órgãos públicos estaduais. “Somente os integrantes serão informados dos locais e datas” – afirma o jornal.

O que não se revela verdadeiro na Zero Hora de 27 de abril. O jornal acompanhou uma “visita-surpresa” ao Instituto Geral de Perícias no dia anterior⁶⁸ e reproduz impressões do relator, constatando as principais carências da instituição. A ocorrência dá subsídios para um novo editorial, no dia 29 de abril, intitulado “Carências na segurança”. O texto diz que a CPI já está cumprindo seu papel.

Bastou uma inspeção feita de surpresa ao Instituto Geral de Perícias, na Capital, para que representantes da comissão de inquérito pudessem constatar in loco as graves deficiências materiais e de pessoal dessa instituição cujo trabalho é essencial para o combate à criminalidade (ZH,27/04/2001:16).

No período analisado, portanto, a grande temática foi a segurança, como demonstra a tabela. A participação da mídia é fundamentalmente centrada na

⁶⁸ O que atesta a presença da mídia é o crédito das fotografias, que é atribuído a Zero Hora e não a um fotógrafo da Assembléia ou outro contratado pelos deputados (caso em que deveria aparecer o crédito “divulgação”). Era o que se esperava, caso a informação viesse de release, o que não foi o caso.

produção de opiniões por Zero Hora. Neste momento, isto foi bastante relevante, pois a CPI estava desacreditada antes de sua criação pelas falhas cometidas pela oposição no primeiro requerimento. Neste sentido, os editoriais marcaram uma posição bastante clara e favorável à criação da CPI, com o cuidado de exigir uma investigação com uma outra qualificação, além de política. Este outro atributo é encontrado na representação de uma opinião pública igualmente favorável à comissão, o que ganha força a partir do caso 190. Neste primeiro momento, a representação desta voz popular é um dos eixos principais na participação da mídia. Ela não se dá através da publicação de cartas dos leitores⁶⁹, mas através especialmente do discurso dos “formadores de opinião”.

O Diário Gaúcho sequer acompanha os meandros da comissão, limitando-se a anunciar o novo requerimento e a instalação da CPI. Esta situação muda no período seguinte (maio–junho), como mostra a próxima tabela. As ocorrências em quadros e setas amarelas revelam movimentos fora da cena pública. Quadros e setas brancas mostram o pautar direto do campo político pelo campo midiático.

⁶⁹ Que são apenas três no período: duas ligando o governo estadual às FARC e mencionando a CPI (ZH, 18/03/2001:2) e uma favorável à criação da CPI (ZH, 10/04/2001:2).

Tabela 6

	ZH	DG
Maio 2001		
<p>Jairo Carneiro liga para o DG em 17/05. A conversa, no dia</p> <p>IGP</p> <p>CPI</p>	<p>– (01/05) visita do relator a DPs</p> <p>– os primeiros depoimentos</p> <p>– (08/05) cobre depoimentos dos diretores</p> <p>– (12, 14 e 15/05): acompanha definições da CPI em relação ao inquérito. Menciona depoimento da promotora (15/05)</p> <p>– (18/05) Depoimentos dos delegados</p> <p>– (19/05) Acompanha providências do relator em relação ao inquérito. Entrevista Tubino</p> <p>– (22/05) “Delegado recorre à justiça para não divulgar inquérito”</p> <p>– (23/05) “CPI repassa caso do jogo do bicho ao TRE”</p> <p>– (24/05) “Chefia convoca delegados que serão ouvidos na CPI”</p> <p>– (31/05) Anuncia depoimento de treze delegados . Menciona visita-surpresa a delegacias</p>	<p>– (01/05) visita do relator a DPs</p> <p>– (03/05) “CPI da Segurança começa hoje”</p> <p>– (04/05) primeiros depoimentos</p> <p>– Acompanha decisões da CPI sobre o inquérito. Menciona depoimento da promotora.</p> <p>– (19/05) Entrevista Elmar Schneider (PMDB), revelando que o material encontrado na banca de Estrela era do deputado. Entrevista com Tubino</p> <p>– (21/05) CPI cobra de Santana vazamento de documentos sigilosos</p> <p>– (24/05) “Delegados se reúnem antes de depor na CPI”</p> <p>– (31/05) Anuncia depoimentos dos delegados</p>
	<p>– (14/05) PROMOTORA DEPÕE</p> <p>– (17/05) DEPOIMENTOS: DELEGADOS REVELAM DECLARAÇÕES DE TUBINO. DELEGADO SANTANA ENTREGA DOCUMENTOS</p> <p>– JUSTIÇA PROÍBE A ENTREGA DO INQUÉRITO À CPI.</p> <p>– (21/05) PT PEDE AFASTAMENTO DE SCHNEIDER (PMDB) DA VICE-PRESIDÊNCIA</p> <p>– (22/05) DOCUMENTOS DE SANTANA SÃO ENTREGUES AO TRE</p> <p>– (23/05) CPI RECORRE AO JUDICIÁRIO PARA TER ACESSO AO INQUÉRITO</p> <p>– (30/05) VISITA A DPs</p> <p>– (31/05) DEPOIMENTOS: DELEGADOS DA CAS. DOIS CONFIRMAM DECLARAÇÕES DE TUBINO, 10 NEGAM</p>	
Junho 2001		
<p>– (01/06) ENTREGA À PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA DO ARQUIVAMENTO, PELO TER, DE EXPEDIENTE SOBRE OS DOCUMENTOS DE SANTANA</p>	<p>– (01/06) anuncia pronunciamento da AL sobre o inquérito. “Delegados confirmam declaração de</p>	<p>– (01/06) Matéria de capa: revogação da licença dos caça-níqueis. “Delegado chama colegas de covardes”</p>

	ZH	DG
O relator faz uma cópia da fita e entrega ao pres do MJDH, Jair	Tubino"	
		– (02/06) CPI decide investigar Caça-níqueis
– (04/06) DEPOIMENTOS: PROMOTORES DA CAS. TUBINO APRESENTA ATESTADO MÉDICO E NÃO DEPÕE	– (02/06) Decisão da CPI da Segurança de investigar caça-níqueis ganha capa. TRE arquivou documentos de Santana – (04/06) Tubino não foi encontrado. Anuncia depoimento dos promotores	
– (07/06) DEPOIMENTOS: FRAUDE NA COMPRA DE MATERIAL DE LIMPEZA EM ESCOLAS PÚBLICAS	– (05/06) Entrevista Tubino: "Não estou me escondendo da CPI"	– (05/06) Tubino no hospital (entrevista), depoimento dos promotores
– (11/06) SESSÃO SOBRE JOGOS DE AZAR	– (06/06) relator quer ouvir Tubino no hospital	
– (18/06) DEPOIMENTOS SOBRE A FRAUDE NA COMPRA DE MATERIAIS DE LIMPEZA	– (11 e 12/06) CPI e jogos eletrônicos – (17/06) "O novo perfil do bicheiro gaúcho"	– (11 e 12/06) CPI e jogos eletrônicos
– (20/06) KIRSCHKE (MDHJ) ENTREGA DOSSIÊ SOBRE JOGOS CLANDESTINOS E GOVERNO À CPI		
– (21/06) DEPUTADOS VÃO À RESIDÊNCIA DE TUBINO, QUE NEGA DECLARAÇÕES ATRIBUÍDAS A ELE	– (21/06) Denúncias de Kirschke recebem capa e artigo de Rosane de Oliveira	– (21/06) "Denúncia-bomba sacode a CPI da Segurança": capa
– (25/06) KIRSCHKE DEPÕE E ANUNCIA A FITA DE CARNEIRO	– (22/06) Oitiva de Tubino na capa	– (22/06) Oitiva de Tubino. Entrevista com Krishke
– (26/06) CARNEIRO DEPÕE E NEGA DECLARAÇÕES DA FITA. CPI PEDE QUEBRA DE SIGILOS DE CARNEIRO E DIÓGENES	– (23/06) Denúncias de lobista – (25/06) anuncia e (26/05) cobre depoimento de Kirschke	– (23 e 25/06) Denúncias de lobista – (26/06) "Krishke agita CPI da Segurança": capa
– PT E PC DO B PEDE O AFASTAMENTO DE VIEIRA DA CUNHA (PDT) POR CONDUITA ANTI-ÉTICA. O RELATOR	– (27/06) Depoimento de Jairo Carneiro	– (27/06) "Testemunha diz que mentiu sobre PT e o jogo":
	– (28/06) Clube da Cidadania:	

	ZH	DG
<p>No dia 22/06, os jornalistas repassam a morte. Os jornalistas levam transcrições da fita para o MP e para o relator Vieira da</p>	<p>listas fornecidas por Diógenes ao Diário Gaúcho. Ainda o depoimento de Jairo Carneiro, com manifestação editorial. PT pede afastamento de Vieira</p> <p>– (29/06) MP investigará contas do Clube. Vieira da Cunha (PDT) pede processo disciplinar</p>	<p>capa</p>

CPI da Segurança em ZH e DG de maio a junho

Segurança
 Jogo do Bicho
 Clube da Cidadania

Em maio, a CPI começa a ouvir depoimentos sobre a situação do Instituto Geral de Perícias, assunto que é acompanhado pela mídia. Mas é com a reportagem do Diário Gaúcho do dia 11 de maio de 2001 que ocorre uma inflexão temática, conforme demonstrado pela tabela. A revelação de que a Polícia Civil estaria investigando relações entre o Jogo do Bicho e políticos provoca a CPI, que resolve adotar o tema.

Cabe ressaltar que Zero Hora publicou também, no mesmo dia, uma versão bem mais resumida da matéria na editoria de política. A assinatura é do mesmo jornalista do Diário Gaúcho, Carlos Henrique Nunes (um dos repórteres que posteriormente grava a conversa com Jairo Carneiro). A diferença de tratamento, entretanto, é extrema; enquanto em Zero Hora a matéria aparece secundariamente em uma página, separada por um box, no Diário Gaúcho ela ganha a manchete principal da capa e uma página inteira para si. Esta diferença justifica até mesmo a menção ao Diário Gaúcho em pronunciamentos de políticos sobre a questão, em detrimento de Zero Hora.

Figura 5



Reprodução da capa e da página com a matéria sobre o inquérito – Diário Gaúcho

11/05/2001

Com a reportagem, a CPI decide chamar o corregedor da Polícia Pedro Urdangarin e três delegados que poderiam dar explicações sobre o inquérito. A repercussão é tal que o depoimento da promotora Sônia Correa Mench, chamada para falar sobre a qualidade dos inquéritos de homicídios feitos pela Polícia Civil, fica em segundo plano na imprensa.

É a partir desta reportagem que se configura o “nó” da participação midiática nesta CPI: a entrega da fita de Jairo Carneiro. Este procura o Diário Gaúcho no dia 17 de maio, mesmo dia em que os delegados Farnei Goulart e Nelson Oliveira afirmam ter ouvido em uma reunião o ex-chefe de Polícia Luiz Fernando Tubino dizer que o dinheiro do bicho iria agora para obras sociais. Na mesma ocasião, o delegado Santana, então responsável pelo inquérito do jogo do bicho, entregou à CPI uma série de documentos apreendidos no estouro de uma banca em Estrela.

Enquanto na zona de visibilidade permanecem a questão dos documentos sigilosos e da suposta declaração do delegado Tubino, os jornalistas do Diário Gaúcho gravam uma conversa com Jairo Carneiro, no dia 18 de maio. Na conversa ele afirma que a sede do PT teria sido comprada com dinheiro do jogo do bicho

pelo Clube de Seguros da Cidadania. Dinheiro da mesma fonte também teria sido usado na campanha política de Olívio Dutra ao governo do Estado em 1998.

Retomando a zona de visibilidade, o Diário Gaúcho publica uma entrevista com o deputado Elmar Schneider (PMDB) em 19/05, revelando que parte do material entregue pelo delegado Santana e proveniente de uma banca estourada em Estrela é deste parlamentar. O título da matéria é “Não quero acreditar que seja perseguição” (DG, pg 40). A publicação desta entrevista faz com que o PT peça o afastamento de Schneider da vice-presidência da Comissão, uma vez que o deputado teria reconhecido manter relações com o bicheiro de Estrela.

Os passos seguintes da CPI que envolvem a temática jogo do bicho são acompanhados pelos dois jornais. O único fato relacionado à questão da segurança no fim de maio, a visita-surpresa a delegacias da capital, é explorada em plano secundário. Em 31 de maio, os títulos das matérias na Zero Hora e no Diário Gaúcho anunciam o depoimento dos delegados da CAS, e não as visitas às delegacias. O depoimento dos delegados já havia sido noticiado antes em ambos os jornais, no dia 24 de maio, quando é revelado que os delegados convocados teriam sido chamados pela Chefia de Polícia para prestar esclarecimentos. Manifestações do relator acompanham o texto, reclamando de uma possível orientação para os depoentes.

Em junho, no campo da visibilidade, o Diário Gaúcho inicia o mês publicando uma reportagem sobre a revogação da permissão de funcionamento de máquinas caça-níqueis, feita em 18 de maio, um dia depois do depoimento dos delegados relacionando o jogo do bicho ao governo estadual. Esta é a manchete do dia, mas o jornal também cobre o depoimento do restante dos delegados que compunham a CAS, feito no dia 31 de maio. Doze delegados depuseram, e dois confirmaram também ter ouvido as supostas declarações de Tubino. Os títulos de DG e ZH para os depoimentos são respectivamente

“Delegado chama colegas de covardes” (o delegado Roberto Pimentel, que confirmou a declaração) e “Delegados confirmam declaração de Tubino”.

O leitor de Zero Hora também é informado da revogação do decreto que liberava caça-níqueis. Em espaço opinativo (a página Informe Especial), ele toma conhecimento de um grave pronunciamento a ser feito pela presidência da Assembléia:

Jogo do Bicho - A presidência da Assembléia Legislativa dará hoje, às 12h30min, uma coletiva para falar sobre a investigação envolvendo deputados com o jogo do bicho.
O pronunciamento será forte, num tom que pode respingar até no Palácio Piratini (ZH, 01/06/2001:3)

A ameaça, entretanto, não se concretiza: o que ocorre, de fato, é a entrega à presidência da Assembléia de um ofício do TRE arquivando o expediente gerado pelos documentos do delegado Santana, que foram repassados pela CPI ao Tribunal.

Como resultado deste primeiro dia de junho, a CPI mais uma vez é pautada pelo campo midiático: decide investigar as videoloterias em função da matéria publicada pelo Diário Gaúcho. Paulatinamente, como é possível perceber pela Tabela, assuntos que seriam da temática inicial (“segurança”) são preteridos em função do novo tema, “jogo do bicho”. A mídia assim sinaliza, ao valorizar o segundo tema, e o campo político também demonstra sua preferência nas inserções do site da Assembléia.

Na polêmica sobre declarações supostas, faltava ainda ouvir o principal personagem, o autor das mesmas, delegado Luiz Fernando Tubino. Recuperando-se de uma cirurgia, ele apresenta um atestado médico para justificar sua ausência na primeira data marcada para seu depoimento. Antes que a CPI fosse ouvi-lo em sua própria casa, Zero Hora e Diário Gaúcho vão ao hospital entrevistar Tubino, adiantando o trabalho da Comissão. O delegado não

apenas nega as declarações, como nega possuir fitas comprometedoras (das quais o leitor não tinha conhecimento até então, mas a repórter sim). Este movimento da mídia de se adiantar ao campo político é recorrente na midiatização das CPIs, como já visto.

A CPI também começou a investigar em junho a avocação de um inquérito sobre fraude na compra de materiais de limpeza para escolas públicas, que teria ocorrido no momento em que pessoas da Secretaria da Educação seriam ouvidas. Embora a mídia já tivesse veiculado matérias sobre o tema (sem nenhuma relação então com a CPI), tanto Zero Hora quanto Diário Gaúcho ignoram estes depoimentos tomados em junho. A visibilidade à CPI é concedida às sessões sobre videoloterias e à investigação sobre as declarações de Tubino.

A insistência sobre este último tema, mesmo com a negativa de Tubino dada à própria mídia, pode ser exemplificada pela nota publicada na Pág Dez de Zero Hora do dia 15 de junho: “Delegado Tubino tem sido explícito na conversa com amigos em relação ao jogo do bicho no Estado e à omissão de um ex-senador da República e de um ex-governador” (pg 10). Bastidores, sugestões de envolvimento sem nomeações: signos de escândalo, um rastro para a mídia e para adversários políticos.

O jogo do bicho também entra em pauta: na edição dominical de 17 de junho, Zero Hora publica duas páginas inteiras sobre “O novo perfil do bicheiro gaúcho”: uma figura que havia se tornado discreta, deixando de lado “anéis e correntes no peito” para se tornar “um novo contraventor, invisível e dono de empresa”, volta ao cenário com a CPI (ZH, 17/07/2001:40-41). Mostra-se ao leitor que tipo de pessoa é este que está envolvido com o campo da política.

Paralelamente a todos estes acontecimentos e fora da zona de visibilidade pública, os jornalistas do Diário Gaúcho tentam comprovar as denúncias de Jairo Carneiro. Eles procuram o presidente do Clube da Cidadania, Diógenes de

Oliveira, que fornece uma lista com doações para comprovar a compra com dinheiro legal da sede. A lista, entretanto, continha doações feitas posteriormente à quitação do prédio. Informado do erro, Oliveira providencia nova lista, com novos nomes de doadores.

Jairo Carneiro diz que está sendo ameaçado de morte. Os jornalistas, sem terem como comprovar as denúncias, passam a transcrição da fita para o Ministério Público e para o relator da CPI, Vieira da Cunha (PDT).

Na cena pública, um novo personagem se apresenta: Jair Krishke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, leva à CPI no dia 20 de junho um dossiê em que estabelece relações entre o governo e o jogo ilegal.

A repercussão é grande. O Diário Gaúcho publica a manchete “Denúncia-bomba sacode a CPI da Segurança” (DG, 21/06/2001:1) com direito a uma reprodução da capa do próprio Diário Gaúcho do dia 1º de junho, cuja reportagem constava como um dos documentos do dossiê de Krishke. A capa é um exemplo máximo de auto-referencialidade, assegurando ao leitor que ele soube antes e que o jornal possui uma competência investigativa, atestada pelos fatos.

Em Zero Hora, a editora de política Rosane de Oliveira cobra providências do governo, “porque a lama jogada no ventilador tem efeito devastador sobre a sua credibilidade” (ZH, 21/06/01:06). As denúncias, entretanto, são tratadas no campo da suposição pelo gênero informativo, de forma mais cautelosa.

O presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos Jair Krishke denunciou ontem à CPI da Segurança Pública da Assembléia o que considera “relações manifestamente próximas do Executivo com grupos que exploram jogos de azar e que possuem envolvimento com o crime organizado”.

Krishke referiu-se a uma suposta ligação do governo gaúcho com a máfia internacional de exploração de jogos eletrônicos e videoloterias. O grupo criminoso teria ramificações no Rio Grande do Sul e em São Paulo, Estados nos quais controlaria o setor.[...]

Fazem parte do dossiê cópias da reportagem que o jornal Diário Gaúcho publicou no dia 1º de junho deste ano, mostrando que o governo estadual cancelou a permissão para exploração de caça níqueis no Estado no dia 18 de maio de 2001, exatamente um dia depois de dois delegados terem dado depoimento à CPI tentando vincular o governo ao jogo do bicho. (ZH, 21/06/01:06)

A presença da reportagem do Diário Gaúcho confere a credibilidade da imprensa às denúncias do conselheiro do MJDH. É a reportagem que “mostra”, enquanto Krischke refere-se a “suposta” ligação, a um grupo criminoso que “teria” ramificações no Estado. O dossiê de Krishke permanece em pauta: a carta de um lobista de videoloterias, que teria sido repassada a diversas autoridades do governo, ganha destaque em ambos os jornais no dia 23 de junho.

Fora da zona de visibilidade, uma cópia da fita de Jairo Carneiro é entregue ao relator no dia 22 de junho, como prova necessária ao pedido de inclusão de Carneiro no programa de proteção de testemunhas. O relator faz uma nova cópia e entrega ao conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krishke, que anuncia fita e a testemunha em seu depoimento em 25 de junho.

Estes meandros já foram vistos em outras partes deste texto. O que se pretende destacar aqui são os possíveis sentidos desta entrega da fita à CPI e a reação da mídia aos depoimentos de Krishke e Carneiro.

A alegação pública dos jornalistas do Diário Gaúcho (publicada em várias ocasiões no próprio jornal e reafirmada no depoimento dado à CPI) é de que Carneiro se disporia a depor na Comissão se tivesse proteção, e por isso a fita foi entregue ao relator. O que há a mais é o próprio interesse midiático em veicular o fato – ainda não gerado. Resta, então, uma subversão da ordem jornalística propriamente dita, que seria ir ao fato, apurá-lo e então noticiá-lo. Os jornalistas vão ao fato, mas não conseguem provas. Dois caminhos são abertos: a via da justiça, nem sempre pública, e o palco da CPI.

A tensão entre a lógica do campo midiático, ávida pela midiaticização da Comissão, e princípios profissionais do jornalismo não se instala: prevalece a mecânica da mídia, que interfere diretamente no fato, a fim de fazê-lo público. Agindo assim, os jornalistas tornam-se personagens do fato, e são, inclusive, ouvidos pela CPI posteriormente.

O depoimento de Krischke é esperado pela mídia, pois há a promessa de novas revelações e detalhamento de denúncias. Embora o leitor não saiba, o paradeiro da fita é de conhecimento ao menos dos jornalistas do Diário Gaúcho. A expectativa em torno de novas revelações por parte da mídia pode, portanto, ser uma expectativa em torno da revelação da testemunha Jairo Carneiro.

No dia de seu depoimento, 25 de junho, Krischke é qualificado por ZH logo no título da matéria como “líder dos direitos humanos” (ZH pg. 8), uma atribuição que confere um grau de relevância ao que vai dizer. Mais que isso, é uma atribuição de seriedade, de confiança à fala de alguém que é “líder” – que se sobressai em relação aos demais – “dos direitos humanos” – uma área de atuação que supõe uma forte noção de justiça e humanidade.

Em 26/06, novas qualificações: Krischke é o “mais famoso militante gaúcho pelos direitos humanos” (ZH, 26/06/2001: 06) e cumpriu o prometido, portando-se como “uma metralhadora giratória”, um “atirador”. Ao mesmo tempo, sua fala reproduzida na coluna de Barrionuevo lhe confere coragem e disposição de enfrentamento: “Já coloquei dedo na cara de muito general gritão” (ZH, 26/06/2001:10)

Configura-se no principal adversário, na maior ameaça ao governo, por sua posição e atribuições conferidas e por deter provas do envolvimento do governo com o jogo do bicho (o dossiê e a fita). Em seu depoimento, Krischke também acusou o Ministério Público de ser um “Triângulo das Bermudas” por arquivar a maioria das denúncias importantes contra o governo do Estado.

Todas as atribuições conferidas a Krischke e a seu depoimento servem para valorizar a fita que ele diz possuir, criando uma expectativa em relação a esta. O anúncio da testemunha, Jairo Carneiro, transfere a expectativa para o depoimento deste, já no dia seguinte. Carneiro, entretanto, nega suas declarações, afirmando que mentiu aos jornalistas para se vingar do PT.

Com a negação, a fita tem sua aura de prova bombástica ameaçada. Mas o que está em jogo, simbolicamente, é o trabalho jornalístico, já que a fita provém deste campo. A estratégia de preservação do campo é desqualificar a testemunha, tanto em gêneros opinativos quanto informativos.

Em 27/03 é publicado um artigo da editora de política, Rosane Oliveira, intitulado “Palavra contra palavra”:

Os deputados e o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos apostaram alto demais numa testemunha de caráter duvidoso. Jairo Carneiro foi expulso do PT sob acusação de desviar dinheiro do partido para seu próprio bolso.

Carneiro teve seu dia de Arruda dos Pampas. Como o ex-senador José Roberto Arruda, que confessou ter mentido sobre sua participação na violação do painel eletrônico do Senado, Carneiro disse, sob juramento, que mentira aos repórteres do Diário Gaúcho porque estava magoado com o PT. Não se sabe se mentiu quando procurou o jornal, há mais de um mês, para oferecer uma denúncia contra seu ex-partido, ou ontem, na CPI. A palavra de um mentiroso confesso tem valor relativo.

A posição que ocupava no PT em 1998 dava a Jairo Carneiro uma visão privilegiada do que se passava na campanha eleitoral.[...] Usou esta condição para se apresentar ao Diário Gaúcho como detentor da resposta para o enigma da compra do prédio adquirido pelo Clube de Seguros da Cidadania e repassado ao PT em comodato. Ontem, pediu desculpas aos petistas a quem envolveu. A verdade ainda está por vir à tona. (ZH, 27/06/2001: 06)

O título sugere uma adversatividade entre a palavra de Jairo Carneiro e uma outra palavra, que no texto parece ser daqueles que apostaram em seu depoimento (e o anunciaram). Mas a oposição também é entre a palavra de

Carneiro e a dos jornalistas. Ao entregar a fita para o relator, eles também apostaram neste depoimento. Neste jogo, um dos lados não é idôneo; “a palavra de um mentiroso confesso tem valor relativo”. O outro lado confiou na posição da testemunha, um indicativo de que teria informações privilegiadas. Uma palavra mais confiável, outra menos.

No artigo há um trânsito semântico entre a CPI e outro acontecimento, a violação do painel do Senado. Tal qual o senador Arruda, Carneiro confessa que mentiu, e sob juramento. Relação que também é explorada por Iotti em sua charge do dia 29/06 (pág. 21): um menino assiste à televisão. Aparece o ex-senador Arruda na telinha: “Eu menti... Eu tinha a lista...”. Logo após, Jairo Carneiro: “Eu menti! Tudo o que eu falei era mentira!”. Por fim, os senadores Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho trocando acusações. E o menino conclui: “Depois falam mal dos Pokémon!”.

No mesmo dia (27 de junho) a matéria que trata do depoimento de Carneiro, destacando o pedido de quebra dos sigilos, também traz uma retranca explicando os trâmites da fita. Um box intitulado “Quem é Jairo Carneiro” esclarece que o ex-tesoureiro foi processado por apropriação indébita e expulso do PT. O mesmo procedimento é feito no Diário Gaúcho, onde o box tem o título “Quem é Jairo Carneiro dos Santos: e o que fez”.

No dia 28, a RBS manifesta-se editorialmente. Em “A mentira e as suspeitas” (ZH, 28/06/2001:12), a empresa afirma que a “população rio-grandense acompanhou estarecida” o depoimento de Carneiro, que “simplesmente negou tudo o que dissera antes em sucessivas entrevistas, todas documentadas”. Isto não impediu que os deputados pedissem a quebra de sigilos, confiando na gravação. “É o caminho adequado, pois só assim poderão ser investigadas criteriosamente todas as suspeitas levantadas”. É o ponto em que a apuração jornalística parou, por não obter este poder jurídico.

O editorial também defende o procedimento de gravação por parte dos jornalistas, utilizado pelos profissionais “para a reprodução fiel das declarações de seus entrevistados e também por precaução contra interlocutores pouco confiáveis”. Assim, o procedimento dos repórteres do Diário Gaúcho é legitimado. A própria não publicação das denúncias por falta de provas é um indicador da seriedade profissional, “seguindo orientação do manual de ética da RBS”. Os trâmites da fita até o relator são justificados pela “garantia de vida” do entrevistado. O texto finaliza:

Espera-se, agora, que a Assembléia Legislativa leve adiante com a devida celeridade o processo de investigação, para que as suspeitas levantadas por um indivíduo confessadamente mentiroso não manchem reputações inocentes nem acobertem eventuais culpados (ZH, 28/06/2001:12)

O início do parágrafo aponta para uma delimitação: uma expectativa de que, agora, a Assembléia Legislativa leve adiante a investigação, que até aqui foi provocada pelo campo midiático, responsável pela produção de uma prova para a CPI. A mídia fez sua parte; o campo político deve fazer a sua, e parece estar já no “caminho adequado” com a quebra de sigilos. A midiaticização aqui é explícita: os dois campos tem que atuar juntos. A mídia não pode inventar acontecimentos, mas pode provocá-los. A magnitude resultante depende de como o campo político também procede em relação ao acontecimento.

No plano informativo, Carneiro segue sendo desqualificado em 28 de junho. O tratamento dado por ZH a este personagem é tal, que em retranca deste dia (“Depoimento aumentou dúvidas da oposição”, p. 04), ele sequer é tratado pelo sobrenome, como usualmente se faz no jornalismo. É simplesmente chamado de Jairo (acuaram Jairo, Jairo entrou em contradição). Esta desqualificação do sujeito pelo tratamento nominal diferenciado já impõe a carga simbólica de uma leitura preferencial: ele não tem importância, assim como seu

depoimento mentiroso. A mesma retranca, escrita pelo jornalista Alexandre Bach, caracteriza o depoimento de Carneiro como controverso, “entremeado de juras de amor e ódio ao PT”.

Este texto faz parte de uma página da Reportagem Especial de Zero Hora do dia 28 de junho, cujo título principal é “Listas mostram doações ao Clube da Cidadania”. Há a publicação das duas listas anteriormente cedidas por Diógenes de Oliveira ao Diário Gaúcho, quando os jornalistas buscavam comprovações para as denúncias de Jairo Carneiro.

A configuração da página, que inicia com matéria sobre as duas listas e duas declarações de imposto de renda apresentadas por Diógenes de Oliveira e se encerra com a retranca sobre o depoimento de Carneiro provoca um trânsito de sentidos de um elemento e outro. Uma foto de Diógenes figura ao lado da matéria sobre Jairo. A reprodução das listas desiguais também sugere a conexão: seria “Jairo” o único a mentir?

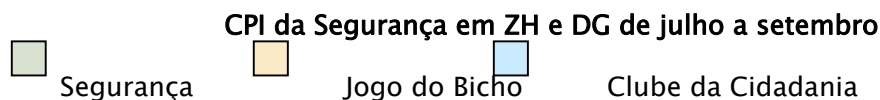
Neste período, portanto, está a principal participação da mídia na CPI da Segurança, sob a forma de intervenção direta no acontecimento (entrega da fita). Também há um pautar do campo político pelo midiático (especialmente com as matérias do dia 11 de maio e do dia 1º de junho), provocando a inflexão temática da CPI, que de “segurança” passa a investigar “jogo do bicho”. Zero Hora novamente tem nos gêneros opinativos um papel relevante, ressaltando o papel jornalístico na questão do depoimento controverso de Carneiro, desqualificado pela afirmação própria de que mentia. O caminho dado às investigações pela CPI é o desejado pela mídia, onde ela não pôde mais ir, porque a quebra de sigilos não é um poder/atribuição do seu campo.

Tabela 7

	ZH	DG
Julho 2001		

	ZH	DG
<p>CPI</p> <ul style="list-style-type: none"> - A ASSEMBLÉIA ENTRA EM RECESSO E OS TRABALHOS DA CPI SÃO SUSPENSOS - CPI REQUER TÉCNICOS DO BANCO CENTRAL PARA ANALISAR A QUEBRA DOS SIGILOS 	<ul style="list-style-type: none"> - (01/07) noticia o recesso e a pausa na CPI, recuperando os trabalhos da comissão. Entrevista o governador. - avalia "desgaste" do governo - registra o pedido de servidores e acompanha o encaminhamento da quebra de sigilos na justiça - anuncia o retorno da CPI com sessão sobre a compra de material de limpeza para escolas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> - (11/07) noticia reunião da CPI mesmo em recesso, para definir o que fazer com a documentação sobre o Clube de Seguros da Cidadania, que já começou a chegar - (19/07) CPI pedirá técnicos em Brasília - (27/09) Desembargador mantém quebra de sigilos
Agosto 2001		
<p>CPI</p> <ul style="list-style-type: none"> - (02/08) DEPOIMENTOS SOBRE FRAUDE NA COMPRA DE MATERIAL DE LIMPEZA - (06/08) DEPOIMENTOS: DENÚNCIA DE VENDA DE DROGAS NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL - (09/08) DEPOIMENTOS RESERVADOS DE DELEGADOS SOBRE O INQUÉRITO DO JOGO DO BICHO - (13/08) DEPOIMENTOS: CORONEL LUDWIG E PRESIDENTE DA FEBEM - (16/08) DEPOIMENTOS: SEGURANÇA PRIVADA E DUPLA JORNADA - (20/08) DEPOIMENTO DO OUIDOR: DENÚNCIAS CONTRA O CORREGEDOR - (21/08) DEPUTADOS DECIDEM RECORRER CONTRA DECISÃO DO JUIZ SUDBRACH DE NEGAR QUEBRA DOS SIGILOS - (23/08) DEPOIMENTOS SOBRE JOGOS ELETRÔNICOS - (27/08) CPI RECORRE AO TJ CONTRA NEGATIVA À QUEBRA DE SIGILOS. DEPOIMENTO DE JAIME SIRENA (BINGOS). UMA NOVA CPI SOBRE CORRUPÇÃO É PROPOSTA PELO DEP. JOÃO OSÓRIO (PMDB) - (30/08) DEPOIMENTOS: JOÃO CUNHA (BINGOS) E CORONEL NÉLVIO NEUMANN. TJ CONCEDE QUEBRA DE SIGILOS 	<ul style="list-style-type: none"> - (03/08) cobre depoimentos. Pág Dez : Clube da Cidadania vai pautar o noticiário da CPI - (06/08) Entrevista com Koutzii. Pág Dez anuncia depoimentos sobre apreensão de drogas no Fórum - (07/08) sessão da CPI sobre a apreensão de drogas ganha capa e editorial - (10/09) Delegados se recusaram a falar sobre o inquérito - (13/08) anuncia depoimentos de Ludwig e da presidente da FEBEM. No dia 14, uma nota conta como foi a sessão. - (17/08) noticia a sessão sobre dupla jornada - (21/08) Denúncias contra o corregedor ganham capa e permanecem na edição do dia 22 - (23/08) anuncia e cobre (24/08) a sessão sobre jogos eletrônicos - (28/08) "CPI entra com mandado na Justiça" 	<ul style="list-style-type: none"> - (07/08) A Chamada das Ruas: "CPI precisa de bússola" - (09/08) anuncia e (10/08) cobre depoimento dos delegados - (21/08) "Pedido afastamento do corregedor" - (22/08) Juiz nega quebra de sigilos - (23/08) Notícia um expediente de 1999 que vincula Tubino à contravenção e que não foi investigado pelo governo - (28/08) Notícia o mandado de segurança para garantir a quebra dos sigilos - (30/08) CPI consegue quebrar sigilos

	ZH	DG
	<ul style="list-style-type: none"> – (30/08) anuncia os depoimentos e noticia a decisão do TJ – (31/08) entrevista com Neumann 	
Setembro 2001		
<p>CPI</p> <ul style="list-style-type: none"> – (03/09) DEPOIMENTOS: DIRETORES DA LOTERGS – (05/09) REQUERIMENTO SOLICITANDO PRORROGAÇÃO POR MAIS 60 DIAS DA CPI. REPERCUSSÃO NO PARLAMENTO DA MORTE DO TENISTA THOMAS ENGEL – (06/09) DEPOIMENTOS: EMPRESÁRIO DE VIDEOLOTERIA E DONO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA CONTRATADA PARA OS SHOWS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – (10/09) DEPOIMENTO: SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA. PT MOSTRA DOCUMENTO CANCELANDO COMPRA DE APARELHOS DE ESCUTA. VIEIRA (PDT): RELATÓRIO SIGILOSO SOBRE FLAGRANTE COM RECOMENDAÇÃO PARA QUE SEJAM GERADOS EVENTOS PARA A ATENÇÃO DA CPI – (11/09) KRISCHKE (MJDH): NOVOS DOCUMENTOS SOBRE A EXPLORAÇÃO ILEGAL DE APOSTAS EM CORRIDAS DE CAVALOS – (12/09) ANDRES E SCHNEIDER VISITAM O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL, PEDINDO MAIS AGILIDADE NA ENTREGA DO RELATÓRIO DOS SIGILOS QUEBRADOS. PLENÁRIO APROVA PRORROGAÇÃO DA CPI – (13/09) DEPOIMENTOS: REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA SEGURANÇA – (17/09) DEPOIMENTOS: VIDEOLOTERIAS E APOSTAS EM CORRIDAS DE CAVALOS – (24/09) AUDIÊNCIA EM NOVO HAMBURGO – (27/09) DEPOIMENTOS: LOTERGS E TRABALHADORES DA SEGURANÇA. DEL PIMENTEL AFIRMA ESTAR SOFRENDO PERSEGUIÇÃO POR PARTE DA CÚPULA DA POLÍCIA 	<ul style="list-style-type: none"> – (02/09) Repercussão no PT nacional sobre jogo do bicho – (04/09) Ex-diretor da Lotergs diz que loteria tem prejuízo – (05/09) Fazenda contesta declarações do ex-diretor. Repercussão sobre a morte de Engel, sem menção à CPI. – (06/09) Ex-diretor da LOTERGS diz que declarações foram mal-interpretadas – (07/09) Destaca a confirmação pela justiça da quebra dos sigilos. Menciona depoimento de dono de caça-níqueis – (11/09) Pág Dez (Rodimar Oliveira): prorrogação da CPI será votada nos próximos dias. “A discussão vai esquentar”. Destaca o relatório sigiloso recebido por Vieira da Cunha. Menciona depoimentos sobre serviços de inteligência – (12/09) Notícia denúncias de Krishke, que relacionam Tubino à exploração de apostas em corridas de cavalos – (13/09) Prazo da CPI é prorrogado – (14/09) notícia críticas dos representantes de associações policiais à falta de investimentos – (24/09) Anuncia audiência em Novo Hamburgo 	<ul style="list-style-type: none"> – (07/09) Quebra de sigilos é mantida pela justiça. Menciona depoimento de empresário – (12/09) Denúncias de Krishke – (13/09) Prazo da CPI é prorrogado – (14/09) “CPI ouve entidades de classe” – (24/09) Anuncia audiência em Novo Hamburgo



Em julho, a Assembléia Legislativa entra em recesso e os trabalhos da CPI são suspensos. Isto não impede que alguns encontros entre participantes da CPI tenham ocorrido (o que é retratado na grande imprensa e não no site). As ocorrências registradas neste mês referem-se ao acompanhamento das decisões judiciais sobre a quebra dos sigilos de Jairo Carneiro, Diógenes de Oliveira e Luiz Fernando Tubino, ou já a algumas especulações sobre prováveis efeitos no governo estadual.

Esta última linha é desenvolvida especialmente por Zero Hora. Em 1º de julho o jornal publica uma entrevista com o governador. Das 15 perguntas selecionadas, seis são sobre a CPI: o que o governador acha da comissão até agora, quais seriam as motivações de Krishke para denunciar o governo, se o governador já havia recebido denúncias de que alguém estaria usando o nome do governo em vão no caso do jogo do bicho, entre outras questões. Mas o desgaste do governo passa a ser focado efetivamente após a publicação de uma pesquisa de intenção de voto para o governo do Estado, feita pela CEPA-UFRGS, em 2 de julho. A antecedência desta pesquisa, feita para um pleito que só ocorre no próximo ano, provoca o primeiro encontro entre CPI e eleições. Os resultados de simulação entre uma candidatura de Olívio Dutra e uma candidatura de Tarso Genro pelo PT são favoráveis a este, o que é relacionado a um desgaste do governo Dutra.

A CPI é abertamente relacionada a este desgaste em matéria do dia 8 de julho, em que Zero Hora publica um box com fotos de momentos do governo, intitulado “Entre o céu e o inferno” (pg 8). No “inferno”, uma foto do depoimento de Jairo Carneiro e o texto:

26 de junho - O ex-tesoureiro do diretório estadual do PT Jairo Carneiro dos Santos (E) surpreendeu a CPI da Segurança ao sustentar que mentiu quando disse, em uma conversa gravada com dois jornalistas do Diário Gaúcho, que a sigla havia recebido dinheiro do jogo do bicho na campanha de 1998. A CPI aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Carneiro (ZH, 08/07/2001:8)

O corpo do texto também se refere à CPI, atribuindo a avaliação negativa do governo no Datafolha (também publicada pelo jornal) e a queda do índice de Olívio Dutra na pesquisa CEPA-UFRGS às suspeitas levantadas na comissão: “A divulgação das pesquisas ocorreu logo depois das denúncias do presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krishke, de vinculação do governo com o jogo do bicho”.

Mas a CPI retoma os trabalhos com temas que nem faziam parte dos 12 pontos de investigação listados e também não seguiam a linha “jogo do bicho”. A investigação sobre a avocação do inquérito a respeito de fraude na compra de materiais de limpeza até ganha espaço em Zero Hora, em matéria publicada no dia 3 de agosto. Mas a Página Dez já começa a publicar informações a respeito do assunto de maior interesse, o Clube da Cidadania, uma vez que é através deste que se poderia comprovar uma possível conexão entre jogo do bicho e governo do Estado.

Resgatando a cidadania - O Clube da Cidadania deverá pautar o noticiário no mês de agosto a partir da CPI da Segurança Pública que se reuniu ontem (foto). É mês de cachorro louco, um período agourento na política brasileira.

[...] Uma avaliação encomendada pelo deputado federal Alceu Collares (PDT) revela que o PT fez um grande negócio quando comprou por R\$300 mil a sede do partido na Av. Farrapos. Com 700 metros quadrados de área útil, vale o dobro (ZH, 03/08/2001:10)

A entrevista com o chefe da Casa Civil, Flávio Koutzii (ZH, 06/08/2001:6) ainda está relacionada ao desgaste do governo. Há menção explícita à CPI; o entrevistado afirma que a comissão deixou de tratar de segurança “e virou uma

CPI sobre o PT”. Neste mesmo dia, a página Dez anuncia o depoimento de dois oficiais da Brigada Militar sobre a comercialização e o uso de drogas no Parque da Harmonia durante o Fórum Social Mundial.

Este assunto, que também não está nos 12 pontos iniciais de investigação da CPI, recebe um tratamento especial em Zero Hora. Os depoimentos não apenas são noticiados, como ganham capa. A justificativa está no editorial publicado no dia 7 de agosto: o episódio é comparado à destruição do relógio dos 500 anos (instalado pela Globo, de quem RBS é afiliada) no ano anterior.

Interferência suspeita - Depois da estarrecedora omissão de funcionários da Secretaria da Justiça e da Segurança durante a depredação do relógio dos 500 Anos em Porto Alegre em abril do ano passado, quando uma inspetora chegou a ordenar a saída da Brigada Militar do local, a sociedade gaúcha está diante de outro fato intrigante e grave nesta área. Em depoimento à CPI da Segurança Pública da Assembléia, o delegado Alexandre Vieira confirmou ontem detalhes de incidente registrado durante o Fórum Social Mundial, em janeiro deste ano, que lança novas suspeitas sobre a política de segurança pública do Estado. Diante do inusitado do caso que, de acordo com o relatório da autoridade policial, evidencia crimes tais como “prevaricação, peculato, constrangimento ilegal e outros”, cabe agora aos parlamentares o compromisso de esclarecê-lo em profundidade (ZH, 07/08/2001:14)

O editorial também menciona a destituição do coronel Roberto Ludwig, assessor do prefeito de Porto Alegre Tarso Genro (PT), que era comandante da Brigada Militar na época do episódio do relógio. Ludwig entrou com um processo contra o Secretário Bisol. O coronel foi convidado a depor na CPI.

O Diário Gaúcho adota uma postura diferente, não cobrindo o assunto. A única manifestação sobre o tema ocorre na coluna “A Chamada das Ruas” de Antônio Carlos Macedo.

A CPI precisa de bússola - A CPI da Segurança Pública precisa ganhar uma bússola de presente. O instrumento, indispensável para a orientação dos navegantes, será de grande utilidade para indicar um caminho aos deputados. Hoje, eles estão perdidos. Sem um fato determinado para investigar, os parlamentares tentam abraçar o

mundo com as mãos e acabam perdendo tempo com bobagem. A última delas é a tentativa de descobrir se a polícia facilitou o tráfico de drogas no Parque Harmonia.[...]Ora, convenhamos, é muito pouco para uma Comissão que nasceu com a proposta de apontar aos gaúchos as causas e os responsáveis pela insegurança que nos cerca e amedronta. Navegando sem rumo, a CPI corre o risco de naufragar, ou no mínimo de atracar numa pizzaria (DG, 07/08/2001:04)

A CPI está perdida, já que não investiga nem o que se propôs inicialmente, nem o tema que a mídia provocou, o jogo do bicho. Para este último, espera a quebra dos sigilos. A ameaça de carregar a carga simbólica associada às CPIs (de terminar “em pizza”) surge em função de não apresentar resultados. O silêncio do Diário Gaúcho em relação aos temas que a CPI investiga no momento (fraude na compra de materiais de limpeza e drogas no Fórum Social Mundial) sinaliza o que não atrai a visibilidade deste veículo para a CPI.

Mas o Diário Gaúcho retoma a CPI com o depoimento de seis delegados que estiveram envolvidos com o inquérito do jogo do bicho. A sessão foi reservada, o que significa que a informação da imprensa foi repassada por assessorias. Tanto Zero Hora quanto Diário Gaúcho publicam a recusa dos delegados em falar sobre o inquérito, uma vez que não atuavam mais no caso e consideraram anti-ético responder sobre um trabalho que está sob a titularidade de outro policial.

Este período prossegue com a CPI retomando suas questões iniciais de segurança. O depoimento da presidente da FEBEM, Ana Paula Mota, encaixa-se no oitavo ponto de investigação do requerimento, a “introdução da Brigada Militar na FEBEM”. No mesmo dia foi ouvido o comandante Ludwig, que de acordo com o site da Assembleia Legislativa, foi chamado para falar sobre sua posição contrária à unificação das polícias, suas divergências em relação à política de segurança pública, sobre o episódio do Relógio dos 500 Anos e também sobre seu afastamento da assessoria da prefeitura de Porto Alegre.

Seguem-se depoimentos sobre a questão da dupla jornada de brigadianos e policias civis. Estes assuntos não são abordados pelo Diário Gaúcho, enquanto Zero Hora mantém pequenas inserções sobre os mesmos.

A questão das denúncias contra o corregedor da Polícia Civil, Pedro Urdangarin, feitas pelo ouvidor Luiz Goulart, retomam a visibilidade da CPI em ambos os jornais. A CPI permanece na mídia com a volta do tema “jogo do bicho”, a partir de depoimentos de empresários de videoloterias e da questão das quebras de sigilos, até setembro.

Neste mês, enquanto Zero Hora noticia todos os passos da CPI, o Diário Gaúcho restringe-se à quebra dos sigilos e às novas denúncias feitas por Krishke, envolvendo o ex-chefe de Polícia Luis Fernando Tubino e apostas em corridas de cavalos. O mês da CPI encerra midiaticamente com depoimentos de representantes dos servidores da segurança. Os depoimentos posteriores, envolvendo videoloterias, não são noticiados. No ir e vir temático da CPI neste período analisado, até a mídia parece cansar.

O ponto central de investigação que havia criado expectativas – as doações ao Clube da Cidadania – não foi tratado pela Comissão. Não no mês do cachorro louco, mas a mídia ainda irá aproveitar o fato que ajudou a “acontecer”.

Tabela 8

		ZH	DG
Outubro 2001			
CPI	– (01/10) DEPOIMENTOS: DEL. VILSON MULLER E CORONÉIS DA BM. MÜLLER SUGERE QUE SEGUROS DO BANRISUL E DO CLUBE DA CIDADANIA SEJAM INVESTIGADOS		
	– (04/10) DEPOIMENTO: CAPITÃO AIRTON DE OLIVEIRA		– (05/10) Depoimento do capitão Airton Oliveira
	– (08/10) DEPOIMENTO: VIDEOLOTÉRIAS		
	– (11/10) ACAREÇÃO ENTRE AIRTON OLIVEIRA E SEU SOGRO. TUBINO NÃO COMPARECE	– (09/10) nota sobre o relatório da CPI, com informações dadas pelo relator. Menciona depoimentos.	– (11/10) Anuncia acareação de Tubino
	– (15/10) DEPOIMENTOS: JORNALISTAS DO DIÁRIO GAÚCHO	– (11/10) Anuncia acareação entre Tubino e os delegados	– (12/10) “Tubino não comparece e frustra acareação”. Acareação entre capitão Oliveira e seu sogro
		– (15/10) Entrevista o relator, Vieira da Cunha: “esta CPI não vai acabar em pizza”	
		– (16/10) Notícia convocação de 24 doadores do Clube da Cidadania. Menciona depoimento dos jornalistas	– (16/10) Notícia a convocação dos doadores e menciona depoimento dos jornalistas
	– (17/10) CPI VAI A BAGÉ	– (17/10 e 18) Notícia audiência da CPI em Bagé.	– (17/10) anuncia audiência em Bagé
	– (18/10) DEPOIMENTOS: JAIRO CARNEIRO E EX-PROPRIETÁRIOS DA SEDE DO PT	– (18/10) Anuncia novo depoimento de Jairo Carneiro	– (18/10) anuncia novo depoimento de Jairo Carneiro
		– (19/10) Depoimento de Carneiro: não conseguiu explicar os telefonemas	– (19/10) “Ex-tesoureiro do PT não explica ligações”
		– (21/10) Pág Dez: “CPI mostra triangulação para ajudar PT”	
	– (22/10) DEPOIMENTOS: DOADORES DO CLUBE DA CIDADANIA	– (22/10) Anuncia depoimentos de doadores	– (22/10) Anuncia depoimentos de doadores
		– (23/10) “Doador contesta informações do Clube da Cidadania”: capa. Pág Dez: “Clube da Cidadania em maus lençóis”. Sugere investigação sobre compra de carro	– (23/10) “Lista desmentida”
– (24/10) PT PROPÕE CPI DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS	– (24/10) “PT tenta encerrar assunto das doações”. Coletiva do partido. Pág Dez relaciona crise à campanha de Lula	– (24/10) “PT garante que Clube explicará doações”	
– (25/10) DEPOIMENTOS: DOADORES	– (25/10) proposta para nova CPI sobre financiamento de	– (25/10) anuncia novos depoimentos de doadores	

	ZH	DG
	campanhas. Na Pág Dez, notas sobre debate no programa "Polêmica" e lembrando a CPI da Propina	
- (26/10) ACAREAÇÃO DE TUBINO. CD COM CONVERSA ENTRE DIÓGENES E TUBINO	- (26/10) "Empresários desmentem Clube da Cidadania" – sobre novos depoimentos de doadores	- (26/10) "Doadores não conheciam Clube de Seguros"
	- (27/10) Gravação de Tubino e Oliveira. CPI vive seu dia mais importante. Artigo de Rosane de Oliveira: o PT viveu seu pior dia. Transcrição da conversa. Cogitada possibilidade do governador depor na CPI. Repercussão: governador, PT. Pág Dez: "Escândalo sem precedentes". Editorial: "Mais do que suspeitas"	- (27/10) "Fita - Bomba". Transcrição de parte da gravação. Repercussão: Olívio Dutra, Tarso Genro, Vieira da Cunha. Recupera a CPI a partir da publicação da matéria sobre o inquérito do jogo do bicho em 11 de maio
- (29/10) DEPOIMENTOS: COMANDANTE BM GERSON NUNES, CHEFE DA PC JOSÉ ARAÚJO E SECRETÁRIO SUBSTITUTO DA SEGURANÇA, LAURO MAGNAGO (ENTREGA DOSSIÊ SOBRE A "BANDA PODRE")	- (28/10) Repercussão da gravação: "muda rumos da CPI" e "devolve eixo às investigações". Recapitulação da CPI. Matéria sobre supostas gravações de Tubino e sobre a relação entre Oliveira e Olívio Dutra	- (29/10) Oliveira confirma: a gravação é autêntica
	- (29/10) Coletiva de Oliveira: afirma ter dado um "carteiraço"	- (30/10) "Governo denuncia delegados". "Piratini partiu para o contra-ataque"
- (31/12) NOVO CD É ENTREGUE POR MÜLLER	- (30/10) Repercussão do caso no PT nacional. Depoimentos de Gérson Nunes Pereira e José Araújo. Opinião RBS: governo excluiu Zero Hora na publicação de uma nota. Denúncias de Magnano	
	- (31/10) PT abre processo contra Diógenes. Polícia não reprime contravenção. Pág Dez: o governo Olívio está nas manchetes nacionais	- (31/10) "CPI vai investigar compra de veículo"

CPI da Segurança em ZH e DG – outubro



Segurança



Jogo do Bicho



Clube da Cidadania

Outubro inicia refletindo a fase anterior da CPI, que ainda parece estar perdida. Os primeiros depoimentos sequer são mencionados por Zero Hora. O Diário Gaúcho noticia o depoimento do capitão Airton de Oliveira, que já havia sido testemunha na CPI do Crime Organizado (2000). Oliveira depõe sobre grupos que controlariam o jogo do bicho no estado. Um dos supostos bicheiros era seu sogro. Por isso a acareação no dia 11/10, em lugar da anunciada acareação entre Tubino e os delegados da CAS.

É uma informação dada pelo relator que retoma a visibilidade da CPI em Zero Hora: “Segundo o deputado, existem evidências de omissão de autoridades na contravenção (jogo do bicho e bingos)[...] que funcionam à margem da lei com a complacência das autoridades” (ZH, 09/10/2001:51). Não é o escândalo esperado, que envolve financiamento de campanhas eleitorais, mas já é um resultado preliminar da CPI anunciado um mês antes do relatório final.

É a partir do anúncio de que doadores do Clube da Cidadania serão convocados (16/10) que a mídia e a CPI recuperam o fio da midiatização.

Jairo Carneiro depõe mais uma vez: seu sigilo telefônico é desvelado na CPI e na imprensa. Ele não consegue explicar telefonemas recebidos em seu celular da sede do PT na véspera de seu depoimento anterior. Zero Hora e Diário Gaúcho reconstituem os dias 25 (pela noite) e 26 de junho (pela tarde) da vida de Jairo Carneiro, em box intitulado em ambos os jornais “Os passos de Jairo” (19/10). A dramatização serve para apontar os horários das ligações indesejadas e inexplicadas.

Em 21/10, a Página Dez cria expectativa sobre os depoimentos dos doadores, no dia seguinte.

CPI mostra triangulação para ajudar PT - O relator da CPI da Segurança Pública, deputado Vieira da Cunha (PDT), promotor público licenciado para exercer o mandato, revela-se estarecido com os resultados das investigações. Constata triangulação para beneficiar

um partido político, o que pode se configurar crime eleitoral na campanha de 1998, que levou Olívio Dutra ao Palácio Piratini.

– Tenho fortes indícios de que o Clube da Cidadania funcionou como lavanderia – declara Vieira, que afirma ter provas de crime contra a ordem tributária (ZH, 21/10/2001:26)

Publicamente, estas provas estariam nos depoimentos de doadores. Cada doação negada ou contestada em termos de finalidade ou mesmo de valor repercute na mídia. Após os primeiros depoimentos, Página Dez preconiza o escândalo, palavra que será de uso franqueado nesta seção do jornal Zero Hora a partir desta data.

Clube da Cidadania em maus lençóis – Os depoimentos de ontem na CPI da Segurança Pública não deixaram dúvidas sobre ilicitudes cometidas pelo Clube da Cidadania, com a gravidade de envolver um partido político. Os depoimentos ofereceram os ingredientes suficientes para acreditar que está vindo à tona o maior escândalo envolvendo um partido político no Rio Grande do Sul. Por muito menos, Ibsen Pinheiro, ex-presidente da Câmara dos Deputados, foi cassado (ZH, 23/10/2001:14)

O colunista aproveita também para dar uma “dica” aos deputados a respeito da compra “de uma caminhonete Blazer”: “foi comprada à vista, cash, por um laranja. Esta dica é apenas a ponta do iceberg”. A CPI vai investigar esta compra, feita pelo ex-motorista de Olívio Dutra, já falecido.

Neste ponto, revelação e condenação do escândalo começam a misturar-se, embora a última fase ganhe consistência maior em novembro. O PT reage às revelações e propõe uma CPI somente sobre financiamento de campanhas. Ação e reação são esperadas e embaladas pela mídia. O potencial de dramatização em conflitos de pólos bem definidos, governo e oposição, é grande e a imprensa saberá aproveitar.

O clímax do escândalo chega com a gravação de uma conversa entre Tubino e Diógenes de Oliveira. A adversatividade é clara em Zero Hora: em texto na capa, o jornal afirma que a CPI “viveu o seu dia mais importante. A

apresentação da gravação [...] atingiu o Palácio Piratini (ZH, 27/10/2001:1). Em artigo intitulado “Um dia de cão” (pág 5), a editora de Política, Rosane de Oliveira, afirma que

A sexta-feira, 26 de outubro, entrará para a história como o pior dia na vida do PT gaúcho até agora. Pior do que quando Olívio Dutra perdeu o segundo turno da eleição de 1994. Aquela foi uma derrota eleitoral. A revelação do conteúdo da conversa entre o delegado Luiz Fernando Tubino e o economista Diógenes de Oliveira mostrou uma faceta da atuação do PC do PT.

Não há nada pior para um partido do que a lembrança de uma das figuras mais vinculadas simbolicamente à palavra corrupção. A sigla PC lembra o caso Paulo César Farias e o impeachment de Collor. Uma vez que Diógenes de Oliveira é nomeado o “PC do PT”, qual destino esperado para Olívio Dutra? Mas a palavra impeachment, velada, só irá ocupar posições na Página Dez, por enquanto. A condenação da mídia vai se cristalizando.

No mesmo dia 27, o editorial de Zero Hora “Mais que suspeitas” (pág 14) relembra a primeira fita, de Jairo Carneiro e reatualiza sua importância (e conseqüentemente, a do trabalho da mídia). As “mentiras” contadas aos jornalistas “assumem uma proporção muito maior agora, pois não é crível que dois homens tão próximos da cúpula petista estivessem agindo por conta própria”. O texto vai mais além: legitima o abandono definitivo da temática da segurança pela CPI.

Em face da gravidade desses fatos e por envolverem nominalmente personalidades conhecidas - como o governador Olívio Dutra, o prefeito Tarso Genro e secretários municipais e estaduais - a CPI assume agora um desafio bem maior do que investigar irregularidades na área da Segurança Pública. Precisa - sem deixar que as injeções políticas se sobreponham aos reais interesses da sociedade gaúcha - esclarecer se existe mesmo uma relação mais do que suspeita entre o governo e uma atividade ilegal, muito próxima do crime organizado. E o senhor Diógenes de Oliveira, que atualmente se encontra em viagem à Europa, passa a ser peça-chave na investigação. Caberá a ele esclarecer por que disse reiteradas

vezes na conversa com o policial que estava agindo em nome do governador (ZH, 27/10/2001:14)

Estes rumos da investigação suplantam os pontos que originaram a CPI e que estavam na questão da segurança. O que a cobertura sinalizava desde a inflexão temática através de seus silêncios, o jornal afirma agora textualmente. E repete na capa do dia seguinte, um domingo, com a manchete “Gravação muda rumos da CPI da Segurança”:

Dispersa em denúncias que iam da compra de material de limpeza em escolas ao financiamento de campanhas eleitorais, a CPI da Segurança se transformou num dos principais eventos políticos da história recente gaúcha ao revelar na sexta-feira o conteúdo de uma fita que relaciona o Palácio Piratini com o jogo do bicho. A suspeita nascida em maio ressurgiu com a divulgação do diálogo entre delegado e o presidente do Clube de Seguros da Cidadania (ZH, 28/10/2001:1)

Note-se o cuidado em não usar a palavra “escândalo” na capa: a CPI é o maior **evento** político. Zero Hora trata de preservar sua credibilidade em um gênero informativo em que não cabem subjetivos densos, capazes de sugerir parcialidade. Nos espaços opinativos, entretanto, julgamentos são permitidos. O PT vai ser sujeito de pequenas interferências nomeadas “A propósito” na página Informe Especial. No dia 28, a frase do a propósito é: “o feitiço virou contra o feiticeiro?” (pág 3)

A referência vem da CPI da Propina, levada a cabo pelo PT durante o governo Collares, em 1999. Alguns dias antes, a coluna de José Barrionuevo (Página Dez) publicou uma recapitulação de tal CPI com a seguinte introdução:

Nada como o rodízio no poder. Como oposição, o PT instaurou a CPI da Propina, provocando estragos no governo de Alceu Collares. À frente, estavam os deputados Flávio Koutzii, hoje chefe da Casa Civil, e Ivar Pavan, hoje líder do governo (ZH, 25/10/2001:10)

Além do PT, o personagem principal no momento é Diógenes de Oliveira. Em 28 de outubro uma página inteira em Zero Hora é dedicada a ele, e a sua

proximidade em relação ao governador Olívio Dutra. Sob o título “Diógenes acompanhou carreira de Olívio” (ZH, 28/10/2001:19), o texto é ilustrado por fotos dos dois na prefeitura e em um almoço no mercado público de Porto Alegre, em 1998 – ano da campanha.

No mesmo dia, Diógenes de Oliveira dá uma entrevista coletiva, que gera as matérias publicadas em Zero Hora e Diário Gaúcho no dia 29 de outubro. Ele afirma ter dado um “carteiraço”. O contraponto é buscado por Zero Hora no relator: “Vieira da Cunha diz que só dá carteiraço quem tem poder” (ZH, 29/10/01:15). O jornal passa a acompanhar as deliberações do PT sobre seu filiado. Rosane de Oliveira diz em seu artigo “A caminho do sacrifício” (pg 16) que a estratégia do partido será desqualificar Diógenes de Oliveira. As reações do PT nacional também são monitoradas: alguns líderes já começam a se manifestar apoiando Olívio Dutra.

O tema está dinâmico: não se restringe mais às sessões da CPI, ao contrário, já é autônomo o suficiente para provocar manifestações fora do palco da CPI – que continua central, como ponto de origem das investigações. Mas agora diferentes decisões devem ser tomadas em outras instâncias, especialmente pelo PT, que terá o problema de julgar o comportamento de seu filiado e o destino de sua sede. A CPI começa a gerar conseqüências.

Em meio a este clima, a CPI ouve o secretário substituto da Segurança, Lauro Magnago, que leva um dossiê com denúncias sobre alguns delegados, apontados como pertencentes à “banda podre” da Polícia – foi a existência de uma “banda podre” afirmada pelo secretário Bisol que levou ao aditamento de mais um ponto de investigação. O Diário Gaúcho destaca as denúncias de Magnago, mas deixa claro que isto é um “contra-ataque” do governo. O destaque de Zero Hora vai para o posicionamento do PT nacional, que garante que as denúncias envolvendo o partido serão investigadas.

Neste dia, 30 de outubro, Zero Hora publica em box na Reportagem Especial um texto sob a cartola “Opinião da RBS” intitulado “Manobra diversionista”, que retoma a tensão explícita governo x RBS experienciada anteriormente no caso da Ford . O governo havia publicado um dia antes uma nota de esclarecimento nos jornais gaúchos , excluindo os jornais da RBS.

O texto oficial repete posição já manifestada pelo governador Olívio Dutra, de que não autorizou ninguém a falar em seu nome, e afirma que a gravação vem sendo utilizada na tentativa de macular o atual governo, “tanto por parte dos nossos adversários quanto por setores da mídia vinculados ao projeto anterior”. Trata-se de evidente e primaríssima manobra diversionista. Ao recorrer à teoria da conspiração, o governo tenta desviar as atenções do tema que lhe causa compreensível constrangimento.

Além da evidente discriminação publicitária aos veículos que vêm divulgando, e continuarão a fazê-lo, com amplitude e independência os resultados da CPI da Segurança – configurando-se um gerenciamento no mínimo duvidoso do dinheiro público, já que os jornais preteridos têm reconhecida relevância nos seus respectivos mercados – , o governo tenta também confundir a opinião pública quanto à origem da notícia. Ora, foi uma conversa particular entre duas pessoas ligadas à administração estadual que resultou na polêmica gravação divulgada pela CPI da Segurança, relacionando campanhas eleitorais à contravenção. De acordo com o próprio testemunho dos dois personagens do diálogo, reconhecido por ambos como autêntico, não havia mais ninguém presente no local onde se deu o encontro. Como culpar setores da mídia por isso?

A imprensa livre e independente só pode ter compromisso com a verdade. Entendemos que o papel da imprensa, numa sociedade democrática, é manter os cidadãos bem informados para que possam fazer suas próprias escolhas. Por isso consideramos a liberdade de expressão um pré-requisito para as demais liberdades. Da mesma forma, acreditamos que a mídia só presta um bom serviço à sociedade quando atua com equilíbrio e responsabilidade (ZH, 30/10/2001:5)

Segue uma série de exemplos da atuação dos veículos da RBS, ouvindo todas as partes relacionadas às denúncias. A tensão entre RBS e governo ressurgiu explicitamente. O governo sente-se atacado por setores da mídia; a RBS, discriminada publicitariamente. Sua defesa reside na defesa dos princípios

jornalísticos na modernidade: a objetividade, a insenção, a busca pela verdade. Princípios que só podem ser defendidos com independência financeira e política.

Outubro, mês da explosão do escândalo e das feridas abertas, termina com a decisão do PT estadual de abrir um processo na Comissão de Ética contra Diógenes de Oliveira. Na Página Dez, o colunista publica uma fotomontagem com manchetes de jornais nacionais, sinalizando que escândalo ganhou o Brasil.

Por isso fica difícil entender a nota da executiva do PT que no item cinco aponta o que imagina ser uma “brutal manipulação de determinados meios de comunicação tentando atingir o patrimônio ético e político do PT”.

Seriam Jairo Carneiro e Diógenes de Oliveira jornalistas? (ZH, 31/10/2001:14)

A mesma coluna traz uma nota sobre uma avaliação feita por jornalista do Valor Econômico a respeito de possíveis efeitos do escândalo na sucessão interna do PT. O assunto vai ser tratado ainda várias vezes, tanto pela ótica do desgaste de Olívio quanto pelo fortalecimento de dois outros possíveis candidatos do PT ao governo: Tarso Genro e Miguel Rossetto (então vice- governador de Olívio Dutra). As conseqüências da CPI, que já apareciam, intensificam-se, antes mesmo do relatório final.

Isto pode ser conferido na próxima tabela, que trata do período do mês de novembro.

Tabela 9

	ZH	DG
Novembro 2001		
- (01/11) DEPOIMENTOS: DOADORES, VIÚVA DO MOTORISTA	- (01/11) “Síndrome das gravações”. A propósito: quantas fitas ainda vão aparecer? PT – ato de desagravo a Olívio. Repercussão nacional. Editorial cobra explicações	- (01/11) “Outra fita na CPI da Segurança”
	- (02/11) Depoimento de doadores (“Doadores desmentem Clube da	- (02/11) Cobre depoimentos de doadores e da viúva

	ZH	DG
CPI	<p>Cidadania”) e da viúva. Comparações com o Caso Collor. Posição do PT nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> - (03/11) Governo exige novas gravações sejam reveladas. Continuam as repercussões - (04/11) Antecipações sobre o relatório. Diógenes de Oliveira é o personagem da semana. Matéria sobre a contabilidade do Clube da Cidadania. Editorial sobre a crise petista - (05/11) anuncia depoimento-chave: Diógenes de Oliveira. Repercussão nacional - (06/11) Depoimento de Oliveira: não esclareceu origem dos recursos e passou mal. Nota da RBS, denunciada durante o depoimento. Assembléia reforçou a segurança. Pág Dez: “Como foi o passado do bravo guerrilheiro Diógenes de Oliveira” - (07/11) Contabilidade do Clube não tem valor legal. Quebra de sigilo telefônico: ligações de Oliveira entre 1997 a 2001. O Clube da Cidadania deu R\$ 20 mil a um segurança de Olívio. CPI aguarda lista. Repercussão no PT estadual. Transmissão do depoimento pela TV COM - (08/11) Apreensão na casa de Oliveira. Comportamento da testemunha intriga a Assembléia. Filho e segurança de Olívio serão ouvidos na CPI - (09/11) “Testemunha anuncia recibo frio na lista de Diógenes”. Polícia repreende jogo do bicho. Antecipação 	<ul style="list-style-type: none"> - (03/11) “Mudem o nome da CPI”: A Chamada das Ruas nacional - (05/11) “Os depoimentos mais aguardados”. Anúncio dos depoimentos de Diógenes de Oliveira e de Daniel Verçosa - (06/11) “Depoimento Embrulhado”. Nota da RBS - (07/11) As contas do Clube não têm valor legal - (08/11) “Caiu a casa de Diógenes”: apreensão de documentos. Anuncia depoimentos de doadores - (09/11) “‘Laranja’ diz que emprestou nome a recibo falso” . Fita de Jairo será divulgada
- (05/11) DEPOIMENTOS: VERÇOSA E DIÓGENES		
- (07/11) BUSCA E APREENSÃO DE DOCUMENTOS NA CASA DE DIÓGENES		
- (08/11) DEPOIMENTOS: DOADORES E DELEGADOS DO DOSSIÊ MAGNAGO		
- (09/11) DEPOIMENTOS: DEL NEWTON MÜLLER, SECRETÁRIOS ARNO AUGUSTIN (FAZENDA) E JOSÉ BISOL (SEGURANÇA)		
- (10/11) DEPOIMENTOS: DOADORES		

	ZH	DG
CPI	<p>do depoimento do segurança de Olívio. Bate-boca na audiência. Deputados aprovam divulgação de fita. Diógenes recebe alta. Acusados do dossiê Magnago são ouvidos. Repercussão no PT</p> <p>– (10/11) Depoimento de Bisol. Oliveira vai para a psiquiatria do Hospital de Clínicas. Ato de desagravo a Olívio. Anuncia o depoimento de 11 doadores de lista encontrada na casa de Oliveira. Transmissões da TVCOM</p> <p>– (11/11) PT: “entre o céu e o inferno”. Ação contra o jogo do bicho para “salvar a imagem”. Editorial sobre a exibição da CPI na televisão</p> <p>– (12/11) Antecipação das conclusões do relatório. “Advogado de Diógenes pede censura à gravação”. PT estadual: decisões em relação a Oliveira e à sede do Clube</p> <p>– (13/11) Oliveira deixa o hospital. ZH e DG estão proibidos a publicar fita de Jairo. Editorial: “A CPI e os excessos”. Expectativas em torno do relatório</p> <p>– (14/11) Agendas apreendidas reforçam o relatório. Recuperação da CPI. Decisões do PT estadual. ZH e DG sofrem censura prévia. Conseqüências da CPI</p> <p>– (15/11) CPI indícia Olívio e outros 41. O relatório é contundente. Agendas revelam ligações com o governo. Censura a ZH e DG. Pronunciamento de Olívio. Vieira da Cunha: o promotor.</p>	<p>– (10/11) “Entenda (mesmo) o caso do Clube da Cidadania”</p> <p>– (14/11) Anuncia a leitura do relatório. Jornais estão sob censura</p> <p>– (15/11) “Confirma o listão da CPI: relatório indiciou 42 pessoas, Governador entre os acusados, Os codinomes da agenda de Diógenes” . “A verdade sobre a fita de Jairo Carneiro”</p> <p>– (16/11) “Olívio Dutra quer tudo investigado”</p>
	– (14/11) RELATÓRIO	

	ZH	DG
CPI	<p>Anúncio do depoimento de Diógenes na Comissão de Ética do PT</p> <ul style="list-style-type: none"> - (16/11) “Olívio pede pressa na entrega de relatório ao MP”. Ato de solidariedade ao governador. Censura a ZH e DG. Bisol surpreende-se por não ser indiciado. Oliveira depõe na comissão de ética do PT. PT nacional planeja atos em favor de Olívio. Repercussão na imprensa nacional - (17/11) Oliveira se desfilia do PT. Vieira da Cunha não leu parágrafo que indiciava Bisol. Editoriais: censura e relatório da CPI - (18/11) “Como Vieira decidiu indiciar 44 pessoas”. O relatório é o “personagem da semana” - (19/11) O destino da sede do PT. CPI na imprensa nacional - (20/11) a propósito: “Não tem truta no jogo do bicho?” Assembléia decide sobre indiciamento de Bisol. Olívio não vai processar Oliveira - (21/11) Indiciamento de Bisol é considerado nulo. Artistas e intelectuais apoiam o governador. Tarso cobra do PT medidas duras - (22/11) “Advogado rompe com delegado Tubino”. Ato de artistas em apoio a Olívio. - (23/11) Pág Dez: “Imagem arranhada” – Olívio vai à grande imprensa em São Paulo. Vieira da Cunha deve fazer o mesmo. Cai censura. Publicação de trechos da entrevista de Jairo Carneiro - (24/11) “PT deve entregar sede estadual ao Clube da 	<ul style="list-style-type: none"> - (17/11) Oliveira pede para sair do PT - (21/11) “Bisol fica de fora do relatório da CPI” - (23/11) “Enfim, a fita”. Publica parte da entrevista com Jairo Carneiro

	ZH	DG
	<p>Cidadania”. Empresa de Diógenes tem registro de domínios na internet com o nome do governador. PT tem site sobre CPI</p> <p>– (25/11) artigo Rosane: CPI não respinga em Tarso Genro. Conseqüências da CPI para as eleições . Pág Dez: Charges sobre Olívio em jornais nacionais. Rejeição de Olívio aumenta</p> <p>– (26/11) Vieira faz contraponto em São Paulo. PT promove atos e decide amanhã destino da sede Pág Dez: denúncias da revista Época</p> <p>– (27/11) Relator cumpre roteiro pelo país. Piratini nega denúncias da revista Época</p> <p>– (28/11) “PT devolverá a sede, e Clube da Cidadania será extinto”. “Justiça rejeita ação de Diógenes contra jornalista”</p> <p>– (29/11) “Piratini apresenta projetos para a área da Segurança Pública”</p>	<p>– (28/11) “Rejeitada ação contra jornalistas”</p>

CPI da Segurança em ZH e DG – novembro

Segurança Jogo do Bicho Clube da Cidadania

Em novembro grandes acontecimentos marcam a CPI: o depoimento de Diógenes de Oliveira – que passa a ser personagem principal na mídia, marcado pelo seu mal-estar ao testemunhar, sendo levado ao Instituto de Cardiologia; a busca e apreensão de documentos feita à casa de Diógenes de Oliveira, e o depoimento do secretário José Paulo Bisol, que leva documentos dos quais não revela o conteúdo e que acaba por abandonar a sessão da comissão rumo a um

ato público do PT. Todos estes fatos têm uma carga dramática considerável aproveitada tanto por Zero Hora quanto pelo Diário Gaúcho.

O mês inicia com a repercussão de uma nova gravação entregue pelo ex-delegado Wilson Muller à CPI no dia 31 de outubro. Fitas de conteúdo sigiloso são signos próprios de escândalo, vinculados à revelação de alguma transgressão. O impacto da aparição da gravação é sentido na mídia e no campo político.

Zero Hora cria a expectativa na capa e na Reportagem Especial, intitulada “Síndrome das gravações domina a CPI” :

As 48 horas de suspense que culminaram com a entrega de mais um CD à CPI da Segurança Pública pelo ex-delegado e ex-deputado federal Wilson Muller mostraram que a síndrome das gravações tomou conta do Legislativo e está incomodando o Palácio Piratini. O conteúdo da gravação só será conhecido hoje.

Muller, que declarou ter em mãos outras fitas, entregues por um “cliente” que não quer se identificar, usa a expressão “império de escutas” para definir o que ocorre na área da segurança pública (ZH, 1/11/2001:4)

No corpo do texto, assinado pelo repórter do Diário Gaúcho Carlos Henrique Nunes (identificado como pertencendo à agência RBS), registra-se uma conversa entre um delegado não identificado e o delegado Luiz Fernando Tubino, em que aquele afirma que há um poderoso aparelho de espionagem, chamado de “guardião”, circulando em Porto Alegre, “a interceptar tudo e todos”.

Mesmo com este clima de suspeição assim formulado, a retranca da matéria diz que “Informações preliminares frustram expectativas”: a fita não faria parte das “revelações explosivas sobre o jogo do bicho e suas supostas ligações com o governo do Estado”. Estes eram os rumores que circulavam na Assembléia, apontando inclusive a possibilidade de se tratar de uma gravação de Bisol no caso Konrad⁷⁰.

⁷⁰ O caso Konrad envolvia a investigação da morte de Geovane Konrad, de 14 anos, morto no final de 1998 em São Francisco de Paula por policiais militares. Konrad havia atirado em um

A editora de política Rosane de Oliveira também aponta esta possibilidade em seu artigo “Bola de Neve”, informando inclusive que se isso se confirmasse, a fita é a mesma divulgada pela RBS TV em março de 1999 e já foi noticiada em Zero Hora na mesma época. A jornalista, entretanto, compara a postura do governo a dos americanos pós 11 de setembro: a tentativa de levar uma vida normal. Com isto, a CPI é elevada à categoria de tragédia do porte da queda das Torres, um acontecimento devastador, que já sinaliza conseqüências.

A aparente normalidade é produto de um esforço dos petistas para não se deixar abater pela sensação de que as denúncias de envolvimento com o jogo do bicho se transformaram em uma bola de neve. A repercussão do assunto no centro do país preocupa o comando nacional do PT, pelos estragos previsíveis na imagem do partido e na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (ZH, 01/11/2001:04)

A bola de neve, que só cresce, vai atingir o PT nacional. Este é um dos sub-temas adotados pelo jornal como conseqüência da CPI. Nesta mesma edição, a Página Dez publica nota intitulada “O Brasil de olho no PT gaúcho”, com fotomontagem de manchetes dos principais jornais do país (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Jornal da Tarde). O jornalista mais uma vez usa a palavra “escândalo” para se referir à gravação entre Tubino e Diógenes de Oliveira (ZH, 01/11/2001:10).

O editorial principal do dia é uma peça de condenação moral já pela ilustração que o acompanha: uma fila de anjos em que o último possui um rabo pontiagudo de diabo. “Explicações incompletas” inicia colocando em dois pólos representantes do PT: de um lado, Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre,

soldado como vingança à morte do irmão Odair (morto em outubro de 1998 por um sargento da Brigada Militar). Os envolvidos na morte de Konrad estavam presos, e o secretário Bisol recebeu as esposas dos soldados em seu gabinete, ocasião em que argumentou a respeito de um atenuante no caso dos soldados indicarem o nome do oficial mandante do crime. Uma das

reconhecendo que “nenhum partido é uma comunidade de anjos”, “acabou se convertendo numa das poucas vozes serenas e de bom senso diante da crise provocada pela divulgação da fita com o diálogo do senhor Diógenes de Oliveira com o delegado Luiz Fernando Tubino”. De outro, a executiva nacional do partido, “que em resolução oficial preferiu atirar pedras nos meios de comunicação” (ZH, 01/11/2001: 16).

O texto constata que

o PT, seus militantes e seus governos são tão vulneráveis às deformações da política quanto outras organizações. Admitir isso será para esse partido o primeiro passo para enfrentar com firmeza e sem subterfúgios as acusações abertas ou as insinuações, bem como as dificuldades políticas delas resultantes

Cobra do partido uma postura de assumir os fatos; a decisão da executiva estadual em relação a Diógenes de Oliveira (Comissão de Ética) é considerada um “refugiar-se na burocracia” para um partido que sempre se apresentou como “intransigente defensor da moralidade pública, da transparência e da ética”. Ao finalizar, o editorial recupera seu papel de representante da opinião pública.

A sociedade gaúcha seguramente não está satisfeita com as explicações dadas até agora e tem dificuldade de aceitar a tentativa de atribuir a um militante isolado a responsabilidade por pressões escusas exercidas há quase três anos sobre um membro do governo do nível do chefe de Polícia (ZH, 01/11/2001:16)

A fase de condenação do escândalo se consolida em Zero Hora. O Diário Gaúcho publica apenas uma matéria secundária sobre a nova fita.

Em 02/11, os depoimentos dos doadores são abordados, tanto em ZH quanto em DG. Duas ocorrências em Zero Hora vinculam a CPI ao Caso Collor: uma carta de leitor e uma charge de Marco Aurélio, em que dois homens conversam:

mulheres gravou a conversa e entregou a fita à RBS TV, como prova de que as esposas teriam

“– A oposição está exagerando.

– É. Também não acho certo chamar o governador de Ollívio” (ZH, 02/11/2001:3).

Note-se que a expressão “PC do PT” já havia circulado no jornal. A repercussão nacional também se mantém no jornal, através da matéria “PT manda governos investigarem denúncias” (ZH, 02/11/200:6).

No dia seguinte, Zero Hora traz o desafio do governador Olívio Dutra: ele quer que os adversários apresentem novas gravações. O desafio é considerado “irrecusável” no editorial da página 10: o governo não conseguiu explicar a gravação de Diógenes de Oliveira, mas está sendo mantido sob pressão com a ameaça de novas fitas. Este texto retoma a temática da segurança, uma vez que as declarações do governador davam conta que este clima só favorecia a dita “banda podre” da polícia. O editorial pede que a CPI investigue a polícia com o mesmo rigor que dedica ao Clube da Cidadania, sem esquecer este último tema.

A edição do domingo 4 de novembro traz antecipações sobre o relatório já na capa, apontando para o enquadramento de doadores e dirigentes do Clube da Cidadania em estelionato e falso testemunho. A fita Tubino-Oliveira recebe o maior número de cartas da redação, e Diógenes de Oliveira é considerado o personagem da semana. Ele ainda não depôs.

Uma matéria na página 7 de Zero Hora traz as listas dadas por Diógenes aos jornalistas do Diário Gaúcho, mostrando os equívocos e disparidades entre as duas. Estas listas são consideradas “a chave para se entender a contabilidade do Clube”, e foram obtidas por agentes do campo midiático.

Sobre o Clube da Cidadania, Rosane de Oliveira diz que “está com os dias contados”, “vai morrer de inanição depois do escândalo que expôs suas

sido coagidas pelo secretário.

entranhas” (ZH, 04/11/2001:14). A editora conclui que a arrecadação para campanha do PT ficará mais difícil, sem “a facilidade que Diógenes tinha para conversar com potenciais doadores”.

Há outra peça de gênero opinativo neste dia, o editorial “O Rio Grande e a crise petista” (ZH, 04/11/2001:16). No texto, retoma-se o diálogo Tubino-Oliveira, considerado “comprometedor”, sendo as ligações do governo com Oliveira “indissociáveis”, estando este “em pleno exercício de tráfico de influência (ou na prática de uma monumental bravata)”. O episódio faz aflorar “o maniqueísmo político registrado no início da atual administração, decorrente de uma eleição extremamente acirrada”. Este maniqueísmo provocaria “deformações” no comportamento de setores envolvidos. Por parte do governo, a insistência em culpar a mídia. Por parte do PT, a não punição imediata de Oliveira e a não revisão das ligações com o Clube de Seguros. Aqui Zero Hora aponta o caminho moral a ser seguido pelos acusados.

Mas não se restringe a isto: critica a oposição pela boataria de gravações. “Não é isso, positivamente, que a sociedade rio-grandense espera desta investigação tão dolorosa quanto necessária ao Estado”. Por fim, critica setores da imprensa local e nacional, que estariam divulgando informações sem confirmação. Esta referência é clara ao episódio da “nova gravação”, quando uma rede de televisão nacional afirmou que se tratava mais uma vez da relação governo-jogo do bicho - quando na verdade a fita continha denúncias anteriormente divulgadas pela RBS. Neste texto, Zero Hora se coloca acima do maniqueísmo assumidamente vivenciado no Estado e acima de posturas jornalísticas inadequadas, legitimando sua condição de fonte de um discurso moralizante sobre o escândalo.

O depoimento de Diógenes de Oliveira e de Daniel Verçosa é anunciado com grande expectativa nas edições de ZH e DG de 05/11. O editorial de Zero Hora pondera que

Os gaúchos têm a expectativa de que o depoimento do senhor Diógenes de Oliveira possa colaborar para dar a dimensão da força dos contraventores, a extensão de sua aliança com a chamada banda podre da polícia e o nível de seu envolvimento com outras áreas do poder público (ZH, 05/11/2001:14)

Note-se que a expectativa do depoimento gira em torno da intensidade (“dimensão”, “extensão”, “nível”) capaz de inferir aos itens listados, já considerados comprovados, então. O depoimento é coberto nas edições do dia 6, sendo qualificado como longo, contraditório e enrolado. A carga dramática é explorada: logo após ser pressionado a entregar uma nova lista em que haveria a relação de doadores para uma operação de crédito do Clube no valor de R\$80mil, Diógenes passa mal e é levado ao Instituto de Cardiologia. Fotos do depoente encharcado de suor em uma cadeira de rodas são publicadas.

Uma doação atribuída a uma pessoa já falecida também aparece como ponto de desqualificação do depoimento. Zero Hora publica um box intitulado “as evasivas de Diógenes”, em que relaciona perguntas não respondidas pelo depoente. Uma foto ilustra o texto: uma mão segurando fichas, lendo-se na primeira delas a frase “sobre as doações”. A legenda explica que Diógenes utilizou fichas para responder às perguntas dos deputados.

Chama a atenção uma nota da RBS em ambos os jornais. Ao ler o texto das matérias, há a menção, no depoimento de Diógenes de Oliveira, a uma “conspiração macabra” contra o governo envolvendo a RBS. Oliveira enumerou algumas operações financeiras da empresa que seriam irregulares, e a resposta vem sob a forma da nota. Nesta, a RBS afirma que irá responsabilizar legalmente

Oliveira, que suas operações financeiras são legítimas e regulares, que não depende da verba publicitária do governo Estadual. Finaliza:

Apesar das tentativas de intimidação, a RBS assegura a seu público e a seus colaboradores que seguirá em sua linha de independência jornalística e empresarial, reafirmando seu projeto de crescimento, como vem fazendo há mais de quarenta anos (ZH, 06/11/2001:4)

Enquanto o depoimento de Verçosa é retratado como uma simples transferência de responsabilidade das questões a Diógenes, este é o personagem principal da CPI no momento. Na Página Dez, o jornalista Barrionuevo publica uma narração da participação de Diógenes de Oliveira na morte do capitão Charles Chandler em 1968. As informações foram retiradas do site www.ternuma.com.br⁷¹, e sua divulgação seria válida no momento uma vez que Oliveira disse em seu depoimento que continua “socialista e revolucionário”. Pelo relato, ele foi o autor dos disparos “à queima-roupa”, e ainda teria apontado a arma para o filho de Chandler, que assistiu à cena ao lado da mãe (ZH, 06/11/2001:10). Um foco dramático explorado apenas neste lugar de Zero Hora, sob a responsabilidade do colunista.

As contas do Clube são consideradas sem valor legal porque os livros não estão registrados. Esta é a notícia destacada do dia 7 de novembro em ambos os jornais. Zero Hora obteve uma relação de ligações proveniente da quebra do sigilo telefônico de Diógenes de Oliveira, e publica. Uma retranca sobre

⁷¹ Acessado em 04/04/2004, o site apresenta-se como o portal do Ternuma-ONG-Terrorismo Nunca Mais!, organização fundada em 1998 “a fim de resgatar a verdadeira história da Revolução de 1964 e, mais uma vez, opor-se a todos aqueles que ainda teimam em defender os referenciais comunistas, travestidos como se fossem democráticos”. O site apresenta o golpe de 64 como uma reação ao terrorismo deflagrado pela presença de comunistas no País – “31 de março: o dia em que o Brasil foi salvo!”. Com a passagem dos 30 anos de 1964, há lembranças datadas sobre militares mortos pela guerrilha armada.

“testemunhas à lona” – depoentes que passaram mal, relaciona Elói Braz Sessim⁷², Antônio Rogério Magri⁷³, Renilda Maria da Silva⁷⁴, Valdir Fraga⁷⁵, Luiz Fernando Tubino (que recuperava-se de cirurgia quando a CPI da Segurança necessitava ouvi-lo) e Nicolau dos Santos Neto, o juiz Lalau da CPI do Judiciário. Todas estas lembranças acompanham a expectativa de alta de Diógenes de Oliveira, uma vez que a CPI espera por uma lista de contribuintes.

É nesta data que um novo foco de atenção surge: a transmissão ao vivo dos depoimentos, que estava sendo realizada pela TV COM, de propriedade da RBS. Além do mero anúncio das transmissões, que vai ganhar destaque na página 3 de Zero Hora e na programação televisiva do DG, o jornalista Paulo Sant’anna escreverá sobre elas, num primeiro momento (7/11) solicitando que uma câmera seja colocada atrás da tribuna, para que os telespectadores contemplem também as feições dos deputados ao inquirir a testemunha.

A CPI não espera pela alta de Diógenes e promove uma busca e apreensão de documentos em sua casa. A imprensa acompanha e faz fotos dos deputados em frente ao local. Zero Hora publica uma fotografia em que Vieira da Cunha (PDT), Valdir Andres (PPB) e Elmar Schneider (PMDB) folheiam documentos enquanto aguardam um chaveiro abrir o portão. O Diário Gaúcho dá a manchete “Caiu a casa de Diógenes”. O ato é considerado pela Página Dez de José Barrionuevo como “afirmação do parlamento” (ZH, 08/11/2001:14).

Os documentos apreendidos são fotografados e a lista tão aguardada pela CPI é divulgada. O comportamento de Diógenes no dia do depoimento “intriga a

⁷² Ex-prefeito de Tramandaí (RS), acusado de corrupção, que inclusive foi personagem de reconstituição de crime no programa Linha Direta, da Rede Globo.

⁷³ Ex-ministro do Trabalho, que passou mal quando depor sobre a reforma da previdência em 1991.

⁷⁴ Principal testemunha da CPI da propina (RS, 1993).

⁷⁵ Deputado estadual acusado em 1998 de ter dois funcionários “fantasmas” em seu gabinete, reter parte dos salários dos assessores e gastar as diárias em viagens de lazer.

Assembléia”, conforme Zero Hora. Mais uma foto de Diógenes passando mal – deitado em um carro que o conduziria ao Instituto de Cardiologia – é publicada.

Ainda há espaço para destacar o anúncio do depoimento de Espártaco Dutra, filho do governador. Mas no dia 9 de novembro, as atenções não se concentram nele, e sim em Sílvio Dubal, doador que afirma ter emprestado seu nome a um recibo falso. A alta de Diógenes é ilustrada com uma foto sua em cadeira de rodas, saindo do hospital, nos dois jornais. Os demais assuntos, como o depoimento dos acusados no dossiê Magnago, são abordados secundariamente. Convém situar o requerimento da oposição para a divulgação da fita de Jairo Carneiro, que vai retomar a importância da participação da imprensa em momentos anteriores da CPI. Na linha de indicação de caminhos a seguir, Rosane de Oliveira publica em sua coluna “Relação equívoca” que

O primeiro passo para o PT se recuperar dos efeitos do escândalo em que está envolvido no Rio Grande do Sul é reconhecer que tem um problema e precisa enfrentá-lo, em vez de fazer papel de avestruz [...] A uma lição a tirar do episódio e, por enquanto, Tarso (Genro) é um dos poucos que reconhecem isso (ZH, 9/11/2001:5)

Duas observações podem ser feitas: a primeira é uma cobrança de atitude em relação ao PT (que também se manifesta na mesma data na Página Dez, usando a mesma palavra, escândalo) – atitude, como visto, já adotada pela mídia. A segunda é uma interferência nos próprios rumos da campanha de 2002: esta não é a primeira vez em que Tarso Genro aparece na Zero Hora como um dos únicos integrantes do partido a ter uma posição considerada adequada em relação ao escândalo. Anteriormente, ainda em julho, pesquisas de intenção de voto publicadas apontavam desgaste de Olívio, mas Tarso saía ileso. Desenha-se aqui a transfiguração do acontecimento CPI para o grande espetáculo da política, as eleições.

O depoimento do secretário da segurança José Paulo Bisol, a ida de Diógenes de Oliveira para a ala de psiquiatria do Hospital de Clínicas e o ato na praça da Matriz em apoio a Olívio são os destaques da edição de zero Hora do dia 10 de novembro. A sessão da CPI é qualificada como tumultuada e agitada. O secretário levou documentos que não divulgou afirmando que, se os lesse, o mundo iria “cair”. Bisol retirou-se da sessão e foi à manifestação na Praça da Matriz.

Em 10/11/2001, o Diário Gaúcho não cobre nenhum dos assuntos tratados por Zero Hora, mas publica uma matéria intitulada “Entenda o Caso Clube da Cidadania”: uma série de desenhos, como se uma história em quadrinhos, contando passo a passo especialmente a parte que lhes cabe, qual seja, como os jornalistas de Diário Gaúcho descobriram o Caso. Nos desenhos, todos são personagens (os principais são Diógenes de Oliveira e Jairo Carneiro). No quadro 6, que ilustra o encontro entre Carneiro e os jornalistas, um destes também aparece representado.

Figuras 6 e 7



Detalhe da capa do DG de 10/11/2001 e quadro em que um jornalista do DG é representado pictoricamente como personagem do Caso (pg 4)

Ao fazer esta representação, o Diário Gaúcho assume que seus jornalistas são personagens importantes do acontecimento, além de se apresentar como o

detentor da verdade sobre o Clube de Seguros da Cidadania. A participação midiática é claramente assumida.

Outra personificação do mesmo jornal ocorre no dia 15 de novembro, quando o Diário Gaúcho publica uma matéria intitulada “A verdade sobre a fita de Jairo Carneiro”, com a seguinte abertura:

Cansado de ouvir declarações de pessoas desinformadas ou mal-intencionadas a respeito da legalidade da fita contendo a conversa do ex-tesoureiro do PT Jairo Carneiro dos Santos com dois de seus jornalistas, o Diário Gaúcho reproduz, a seguir, o voto do desembargador-relator Aristides Pedroso Albuquerque Neto, da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJ), quando manteve a decisão da quebra de sigilo bancário dos diretores do Clube de Seguros da Cidadania. (Diário Gaúcho, 15/11/2001:5)

Neste texto o jornal novamente se mostra como um personagem do acontecimento, “cansado” da repercussão que um ato seu obteve. E, para não pairar dúvidas quanto à legalidade do que fez, publica uma declaração do campo jurídico, em ocasião da concessão da quebra de sigilos. Isto não apenas demonstra a participação direta do jornal no acontecimento, como a necessidade de comprovar que os jornalistas não fizeram nada ilegal.⁷⁶

Os últimos depoimentos, no dia 10, não representam a única e última fonte de matéria para Zero Hora, que passa a divulgar expectativas em relação ao relatório, continuar com a repercussão do caso, cobrar do PT uma posição em relação à sede e à Diógenes, e por fim, explorar a proibição de divulgação da fita de Jairo Carneiro do ponto de vista da censura à liberdade de imprensa.

Ao mesmo tempo, o comportamento dos políticos, visível pelas transmissões ao vivo da TV COM, é avaliado e reprovado. Isto ocorre em gêneros

⁷⁶ No voto, o desembargador pondera: “Os profissionais de imprensa, para seu resguardo, gravaram o diálogo. Não se há de discutir se a conduta é ética. Sem dúvida, mostra-se lícita, como têm afirmado os tribunais” (DG, 15/11/2001:5)

opinativos, como o editorial de Zero Hora do dia 13 de novembro, “A CPI e os excessos”:

A ampla repercussão registrada pela CPI e o esforço desempenhado pelos meios de comunicação para que a sociedade pudesse acompanhá-la minuciosamente confundiram certos parlamentares, que em muitos momentos deixaram de cumprir suas atribuições para protagonizar um triste espetáculo de agressividade. Pelo menos serviu para o eleitorado conhecer melhor seus representantes [...] Algumas atitudes observadas nas últimas sessões da CPI são incompatíveis com a tradição política do Legislativo rio-grandense, entre as quais o bate-boca descontrolado entre parlamentares, as ameaças de confrontação física, as acusações infundadas, as tentativas de chantagem, os prejulgamentos e as generalizações destinadas a colocar instituições sob suspeita. Uma investigação parlamentar delicada como essa só pode produzir o efeito desejado pela sociedade se for conduzida sob regras claras, com transparência e com absoluta seriedade. Enganam-se os parlamentares que vêem a CPI apenas como um palco para brilhaturas ou para espertezas. É, na verdade, uma janela para o eleitor acompanhar com mais atenção o desempenho dos seus representantes – e também fazer seu próprio julgamento (ZH, 13/11/2001: 16)

O mau comportamento dos representantes políticos será julgado pelo eleitor, e a “janela” que a CPI representa na verdade é conformada pelos meios de comunicação no seu esforço de promover um acompanhamento minucioso dos acontecimentos. Outro editorial sobre esta relação entre eleitor-mídia-CPI já havia sido publicado no dia 11 de novembro, sob o título “Democracia ao vivo”, igualmente enfatizando o (re)conhecimento pela população do trabalho de seus representantes.

A condenação do comportamento político também é ilustrada em charge publicada no Diário Gaúcho do dia 10 de novembro.

Figura 8



Charge do Diário Gaúcho (10/11/2001:2)

A reprovação pública também parte de manifestações de leitores, como a carta de Jaime Pacheco Alves, administrador de Porto Alegre, publicada por Zero Hora em 17/11/2001 (pg 2).

Educação – Sugiro aos educadores do Rio Grande do Sul que alertem as crianças de que as cenas vistas na TV proporcionadas por deputados na CPI, de falta de educação, decora, ética e compostura, cenas de prepotência, pugilato, inclusive com palavras de baixo calão, não são exemplos a serem seguidos.

A condenação do escândalo avança na direção da condenação do comportamento político.

As reações do PT ao escândalo são retratadas na adoção da Comissão de Ética para o caso Diógenes, além uma série de atos favoráveis a Olívio. Uma ação contra bancas de jogo do bicho é apresentada como “Uma ofensiva para salvar a imagem” (ZH, 11/11/2002:50–51) e teria sido deflagrada por orientação da Executiva nacional do PT.

Percebe-se que o cenário com as principais conseqüências da CPI já está montado: eleições, definições do partido, repercussão negativa, desgaste de Olívio, alusões à defesa da liberdade de imprensa (com a censura a ZH e DG). A leitura do relatório apenas complementa este quadro com o não indiciamento do secretário Bisol, e aprofunda algumas conseqüências ao indiciar o governador Olívio Dutra.

A leitura do relatório é precedida por uma expectativa em torno do conteúdo das agendas apreendidas na casa de Diógenes no dia 7 de novembro. No dia 14 de novembro, data de leitura do relatório, Zero Hora recupera, em uma linha do tempo, o que considera os principais fatos da CPI. Duas fotos ilustram este texto: uma de Jairo Carneiro e outra de Diógenes de Oliveira. A linha percorre os acontecimentos fora da zona de visibilidade midiática, recuperando os trâmites que levaram a fita de Jairo Carneiro à CPI. A presença do Diário Gaúcho é inegável (ZH, 14/11/2001:4-5)

O relator Vieira da Cunha (PDT) recebe qualificações do jornal. Ele “passou os últimos quatro dias recolhido em seu apartamento” para escrever o relatório. Conduziu a CPI “com mão de ferro” (ZH, 14/11/2001:4). É filho de fundador do PT e até bem pouco tempo era um aliado do partido (o rompimento da aliança entre PT e PDT durante a campanha para a prefeitura em 2000 é retomado). Sua formação é ressaltada em nota principal da Página Dez de 15/11 (pg 10), intitulada “O promotor” e ilustrada com seis fotos de rosto do deputado durante a leitura do relatório.

Vieira da Cunha mostra mazelas do PT, detona o Clube da Cidadania, indicia delegados e bicheiros, atinge o núcleo do governo e não leva ninguém de compadre. [...] Homem de esquerda, filho de um fundador do PT, Vieira da Cunha atuou como promotor público na defesa da cidadania. Valeu sua condição de integrante do MP, a experiência como parlamentar e uma vida pública sem mácula. Foi fundo, não fez concessões, nem à direita nem à esquerda, a bicheiros e delegados, a funcionários de todos os escalões, seja filho de Brizola ou de Olívio.

Ninguém antes dele ousou tanto.

A qualificação do relator estende-se ao relatório. O indiciamento de 41 pessoas mais o Partido dos Trabalhadores é matéria principal de Zero Hora e Diário Gaúcho no dia 15 de novembro. Em texto na capa, ZH já menciona a possibilidade de impeachment. O Diário Gaúcho parodia as relações de aprovados

nos vestibulares, aguardadas sempre com muita expectativa, na manchete “Confira listão da CPI”.

O relatório de Vieira da Cunha é comparado pela editora Rosane de Oliveira a uma “bomba de fragmentação”, aproveitando o contexto de retaliação dos Estados Unidos aos ataques terroristas de 11 de setembro.

Na condição de relator da CPI da Segurança Pública, o deputado Vieira da Cunha fez o que os bombardeiros dos Estados Unidos fizeram no Afeganistão: terra arrasada. Foram tantos os indiciamentos que o Ministério Público levará anos para investigar. Mesmo que a maioria dos acusados acabe absolvida pela Justiça, por insuficiência de provas, como em geral ocorre com indiciados em CPIs, o efeito político é semelhante ao provocado pelas bombas de fragmentação. [...]

Ao pedir a abertura de processo por crime de responsabilidade – o que significa sugerir o impeachment do governador –, Vieira da Cunha prescreveu um remédio que de tão amargo pode acabar transformando Olívio em vítima. Se a oposição quiser, exerce o seu poder de maioria esmagadora e aprova o impeachment. Antes, ouvirá a voz das ruas. Um influente líder da oposição avalia que é suicídio colocar o impeachment em votação se não houver clamor popular pelo afastamento do governador (ZH, 15/11/2001: 8)

O apelo dramático é grande: a imagem de “terra arrasada” perseguirá as conseqüências da CPI. A avaliação da colunista quanto à possibilidade do impeachment é correta; já àquela altura dos fatos o PT havia mobilizado milhares de pessoas em atos públicos favoráveis a Olívio. Não houve o clamor popular pelo impeachment, e este não foi cogitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia. Aqui, a relevância da presença da opinião pública corporificada: é ela que dá os rumos em decisões públicas limites, como esta. No caso Collor, muitas vezes trazido à comparação pelo jornal, houve o clamor público e este foi atendido. É o poder de constituição do espetáculo detido pela paixão mobilizada da sociedade, conforme Weber (1999), que faz a diferença. Na CPI da Segurança, mídia e política foram aos limites de seus poderes dentro de um contexto democrático.

O relatório de Vieira da Cunha também é peça de editorial de Zero Hora no dia 15/11, onde é qualificado como “contundente e revelador” (pg 16). A menção ao impeachment também é feita.

O relatório da CPI da Segurança deflagrou ontem a mais séria crise política no Rio Grande do Sul desde a redemocratização do país. Pela primeira vez neste período, um governador é indiciado por uma comissão da Assembléia Legislativa por improbidade administrativa e crime de responsabilidade, pressupostos para a instauração de um processo de impeachment. [...]

Diante das conclusões inesperadas desta CPI, que reacende o estopim do maniqueísmo político no Estado, é de se esperar que as demais instâncias legislativas, o Ministério Público e a Justiça consigam dissecar a longa peça acusatória de modo a filtrar o que realmente interessa para aperfeiçoar as instituições. As comissões parlamentares têm limitações – que são freqüentemente denunciadas –, mas têm também virtudes que não podem ser negadas. Foi pelos caminhos de CPIs que o país passou a limpo algumas de suas deformações políticas e institucionais, como ocorreu especialmente nos casos das CPIs do PC Farias (que levou o presidente Fernando Collor ao impeachment), dos Anões do Orçamento (que eliminou um foco de corrupção no interior do próprio congresso), e do Judiciário (que trouxe à luz um imenso escândalo administrativo). [...]

A opinião pública do Rio Grande, que esteve atenta ao desenvolvimento dos trabalhos e que na última semana pôde acompanhá-los ao vivo, tem condições de avaliar com serenidade e com isenção todos os fatos levantados, para julgar adequadamente os personagens da crise de modo que a verdade e a justiça prevaleçam (ZH, 15/11/2001:16)

Note-se que as Comissões listadas como virtuosas são da estirpe desta CPI da Segurança; são Comissões midiaticizadas. Por fim, cabe ressaltar a referência ao julgamento da opinião pública, no final do texto: é ela quem pode agir “de modo que a verdade e a justiça prevaleçam”. Em uma peça que sinaliza com o impeachment, isto pode acontecer pela manifestação pública de uma vontade pró ou contra o expediente. Mas sem dúvida reside também no julgamento eleitoral.

Com a aprovação do relatório pela Comissão, as conseqüências da CPI exorbitam na mídia, enquanto na Assembléia o processo formal levará o relatório a ser votado pelo plenário apenas em dezembro.

Zero Hora acompanha a discussão em torno do não indiciamento do secretário Bisol. O relator não leu o trecho do indiciamento, o que provocou sua invalidade. Outra consequência direta da leitura é a revelação de “codinomes” que constavam na agenda de Diógenes. Segundo interpretação da CPI, o presidente do Clube da Cidadania tratava Olívio Dutra por “Truta”. O nome é imediatamente incorporado pelo jornal em charges e na página Informe Especial do dia 20/11 (pg 3), seção “a propósito”: “Não tem truta no jogo do bicho?”

Esta incorporação já faz parte das consequências da CPI em relação ao governador e ao PT, que se desdobram nas já mencionadas cobranças sobre punição a Diógenes e destino da sede (mesmo com o desligamento de Diógenes do PT, o que é noticiado em 17/11, o jornal cobra uma ação direta do governador na pág 3 – Informe Especial – do mesmo dia, seção “a propósito”: “O governador vai ou não vai processar o ex-filiado Diógenes de Oliveira?”), incluindo o desgaste de Olívio como possível candidato à reeleição e ainda especulações sobre o quanto o escândalo afetaria a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência.

A consequência da CPI para as eleições é abertamente tratada em matéria do dia 25/11 em Zero Hora, com o título “CPI altera rumos da campanha” e subtítulo “Investigações levaram a direção do PT gaúcho a pedir tempo para definir candidatos” (pg 06).

O resultado da CPI surpreendeu boa parte dos partidos. O que se comenta entre os adversários é que o estrago na imagem do PT e de Olívio já foi feito e que o grande desafio é ter competência para ganhar a eleição.

– Comparo esta CPI à queda das torres gêmeas. A competência para governar e a credibilidade desmoronaram – diz o deputado estadual César Busatto (PPS)

O artigo de Rosane de Oliveira na mesma edição do jornal faz uma “primeira constatação: as conclusões da CPI da Segurança não respingaram no

prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro” (ZH, 25/11/2001:05). A linha é seguida em dezembro, em artigo intitulado “Um vice para Tarso”:

O silêncio do governador Olívio Dutra em relação a suas pretensões para 2002 e o bom desempenho do prefeito Tarso Genro nas pesquisas tornam inevitáveis as especulações sobre quem será... o candidato a vice-governador (ZH, 16/12/2001:05)

Este texto já nem menciona a CPI, mas sim os índices de rejeição de Olívio que aumentaram. A transição dos temas CPI – eleição já está conformada. É impossível sinalizar um tema preferencial entre aqueles que demarcaram a CPI – segurança, jogo do bicho e clube da cidadania. Isto acontece ainda em dezembro, conforme tabela a seguir.

Tabela 10

Dez 2001		
<p>– (4/12) RELATÓRIO É APROVADO PELA ASSEMBLÉIA</p> <p>– (10/12) RELATÓRIO É ENTREGUE AO MP</p>	<ul style="list-style-type: none"> – (01/12) Pág Dez: Vieira divulga relatório – (03/12) Reunião estadual do PT confirma devolução da sede – (05/12) Assembléia aprova relatório da CPI da Segurança – (06/12) Pág Dez: MP avalia documentos da CPI – (07/12) Vieira vai interpelar petista – (11/12) “Governador será ouvido”: entrega do relatório ao MP – (12/12) Diógenes é visto em festa de empresa de transportes em Novo Hamburgo – (13/12) Diógenes em festa: “tudo indica que o rompimento do PT com Diógenes de Oliveira é só para efeito público” – Pág Dez – (16/12) “PT começa a admitir chapa sem Olívio em 2002” 	

	<ul style="list-style-type: none"> - (19/12) Pág Dez: manifestantes vestidos de bichos na frente do Piratini. Iniciativa do PPB jovem - (21/12) Pág Dez: “Olívio na sede comprada pelo clube”. Olívio admite concorrer à reeleição - (24/12) Pág Dez: “trapaças do Clube” são problema para Tarso interromper mandato - (27/12) “Justiça rejeita queixa-crime contra Krischke” - (28/12) “Vieira da Cunha interpela vice-governador”. Relatório será levado à procuradoria geral da República - (31/12) Pág Dez: revide petista. Retrospectiva 2001: “A CPI” 	<ul style="list-style-type: none"> - (31/12) “O que o leitor lembra de 2001”
--	--	---

CPI da Segurança em ZH e DG – dezembro

Observando a tabela 10, percebe-se que as conseqüências da CPI se autonomizam desta. Em dezembro, há poucas ocorrências na Assembléia, mas a mídia ainda explora a CPI, nas linhas anteriormente evidenciadas, incluindo também referências ao trajeto feito pelo governador e pelo relator à grande imprensa do centro do país. Diógenes de Oliveira também não é esquecido: sua aparição pública em uma festa em Novo Hamburgo é criticada pela mídia em ocorrências opinativas dos dias 12 e 13 de dezembro de 2001.

No dia 31 de dezembro os jornais costumam fazer uma retrospectiva do ano. A CPI é lembrada tanto por ZH quanto pelo DG. Na Zero Hora, uma nota com foto de Diógenes de Oliveira na cadeira de rodas (na ocasião em que passou mal e foi levado ao Instituto de Cardiologia) intitulada “A CPI” (“A fita mexeu com o

bicharedo”) é disposta em posição inferior a uma foto bem maior da atriz Julia Roberts, vencedora do Oscar naquele ano.

No Diário Gaúcho a ocorrência é capa, com a manchete “O que o leitor lembra de 2001”. Fotos e falas de leitores são reproduzidas. A CPI é lembrada por Edgar S. da Silva, 46 anos, artesão de Canoas: “Acompanhei a CPI da Segurança Pública e senti o poder da corrupção. O jogo do bicho parou 2 ou 3 dias aqui. Depois, voltou tudo ao normal, como se nada tivesse acontecido”.

Neste período, portanto, há uma consolidação da fase de condenação do escândalo, que já gera suas conseqüências sobre outros assuntos, criando uma autonomia em relação à CPI, que finda seus trabalhos com a aprovação do relatório em plenário e sua entrega aos órgãos competentes. É perceptível, na tabela, que os temas “jogo do bicho” e “Clube da Cidadania” passam a não ter dominância um sobre o outro a partir de meados de novembro. As conseqüências da CPI advêm dos dois temas.

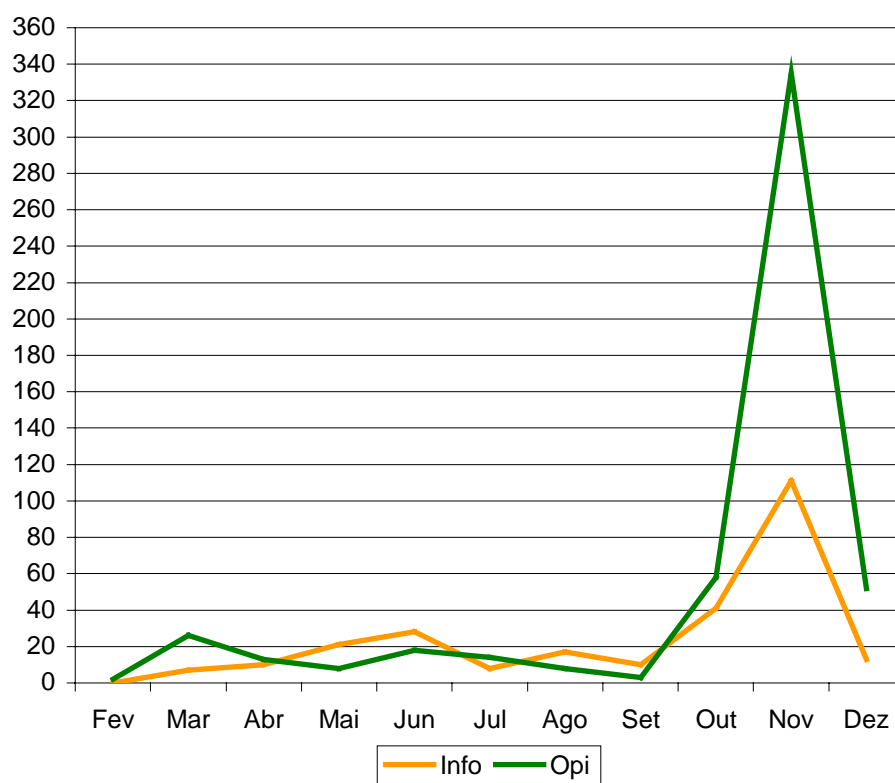
Tendo acompanhado quais temas e conteúdos vigoraram na midiaticização da CPI da Segurança, deve-se passar a análise de como estes conteúdos foram veiculados, como foram expostos em Zero Hora e no Diário Gaúcho.

5.4 Construção e intervenção na visibilidade

Após conhecer o que constou sobre a CPI da Segurança em Zero Hora e Diário Gaúcho, entrevendo os principais nós de participação da midiaticização, parte-se agora para uma caracterização de como este conteúdo foi exposto, da visibilidade midiática adquirida.

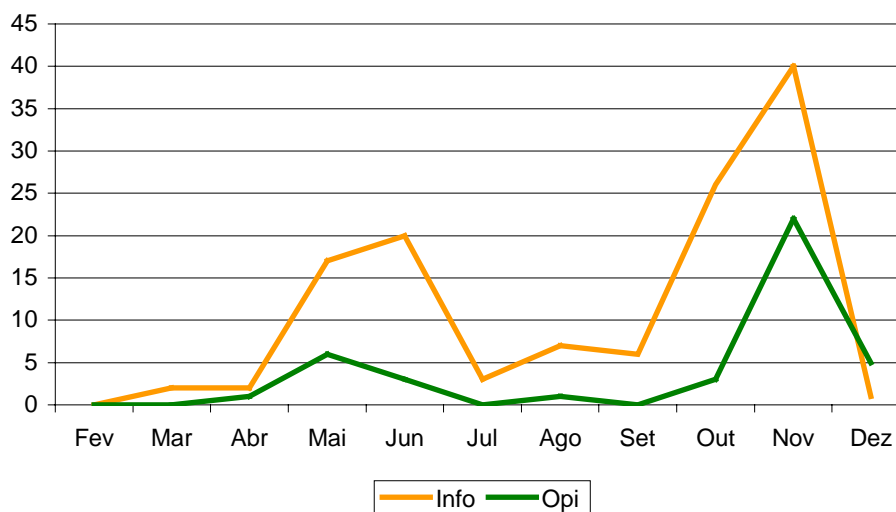
Registrou-se para Zero Hora um total de 803 ocorrências sobre a CPI da Segurança no período selecionado (fevereiro a dezembro de 2001), enquanto o Diário Gaúcho obteve a marca de 165 ocorrências. Os gráficos abaixo explicitam a evolução das ocorrências informativas e opinativas nos dois jornais.

Gráfico 1



Evolução das ocorrências informativas e opinativas sobre CPI da Segurança em Zero Hora

Gráfico 2



Evolução das ocorrências informativas e opinativas sobre CPI da Segurança no Diário Gaúcho

O primeiro dado de relevância que pode ser extraído destes gráficos são os períodos de maior exposição. No caso de Zero Hora, a evolução das ocorrências mostra claramente um clímax em novembro, mês da entrega do relatório. Também há um desencontro entre ocorrências opinativas e informativas, que não evoluem de forma igual, o que só acontece no período entre outubro e dezembro. Há períodos em que predominam as ocorrências opinativas, como nos meses anteriores à instalação da CPI (fevereiro e março), e outros em que o gênero informativo é mais atuante (maio–junho, quando há a inflexão temática de “segurança” para “jogo do bicho” e agosto, quando a CPI parece não encontrar um rumo nas investigações).

Já no caso do Diário Gaúcho as ocorrências informativas e opinativas evoluem de maneira mais aproximada, havendo sempre uma predominância do gênero informativo. São dois momentos que se destacam nesta evolução: o

período de maio e junho, em que o jornal possui uma participação intensa (inclusive com intervenção direta no fato, como visto), e o período final da CPI, entre outubro e novembro. Note-se que enquanto Zero Hora retoma um patamar médio em suas ocorrências informativas no mês de dezembro, o Diário Gaúcho quase não noticia mais a CPI da Segurança, ou melhor, suas conseqüências, uma vez que a leitura do relatório é feita em novembro. A única inserção informativa em dezembro faz parte de um conjunto de assuntos lembrados por alguns leitores na edição de 31 de dezembro (capa).

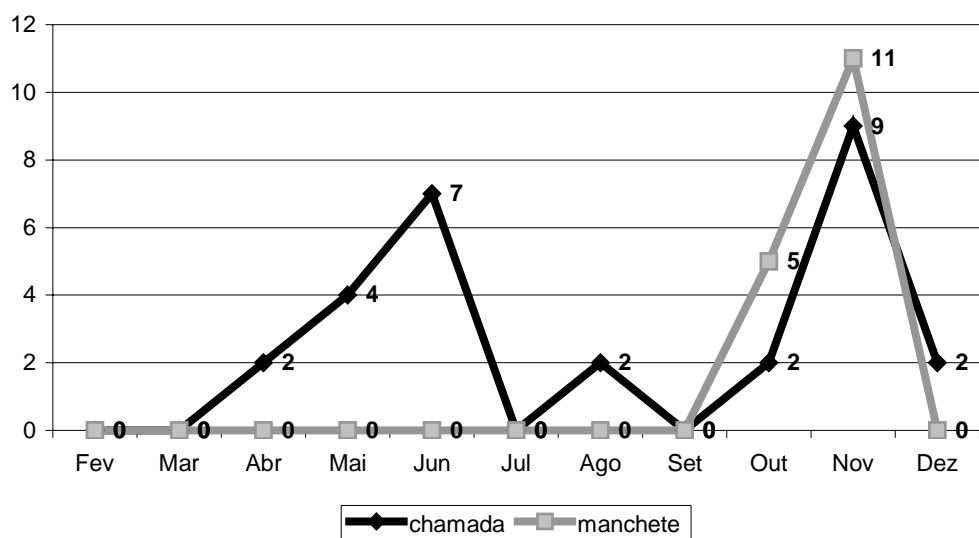
Logo, pensando em termos de relevância, o período final, entre outubro e novembro, adquire uma exposição quantitativamente maior em Zero Hora (de maneira clara), enquanto no Diário Gaúcho há também um sub-pico nos meses de maio-junho.

Mas isto não qualifica as ocorrências nos demais períodos; publicar uma nota por dia não é a mesma coisa que publicar uma chamada de capa, por exemplo. Desmembrando as ocorrências em suas classificações pode-se entender melhor a relevância dada pelos jornais à CPI em diferentes períodos.

A presença do tema na capa qualifica a relevância dada pelo jornal ao assunto em questão: ele faz parte de um pequeno conjunto de acontecimentos considerados os mais importantes do dia, os que chamarão a atenção do leitor para o jornal. Em Zero Hora um tema pode aparecer na capa na forma de uma chamada, geralmente posicionada em coluna à direita, ou na forma de manchete, exposta em maior espaço e com letras de corpo bem maior. O jornal geralmente traz de duas a três manchetes e uma coluna com cinco ou mais chamadas.

A presença da CPI da Segurança na capa de Zero Hora evolui conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 3



Ocorrências em capa – CPI da Segurança/ZH

Note-se que embora o número de ocorrências em maio e junho, por exemplo, não seja destacável no gráfico 1, a qualidade das ocorrências confere a relevância dada pelo jornal à CPI. Enquanto as chamadas de capa em abril referem-se ao início da CPI, com o parecer favorável da procuradoria geral da Assembléia e a notícia de que o setor de Perícias seria o primeiro a ser investigado, as chamadas de maio já refletem a inflexão temática (jogo do bicho) que prossegue em evolução em junho, culminando com as denúncias de Krishke e o depoimento de Carneiro.

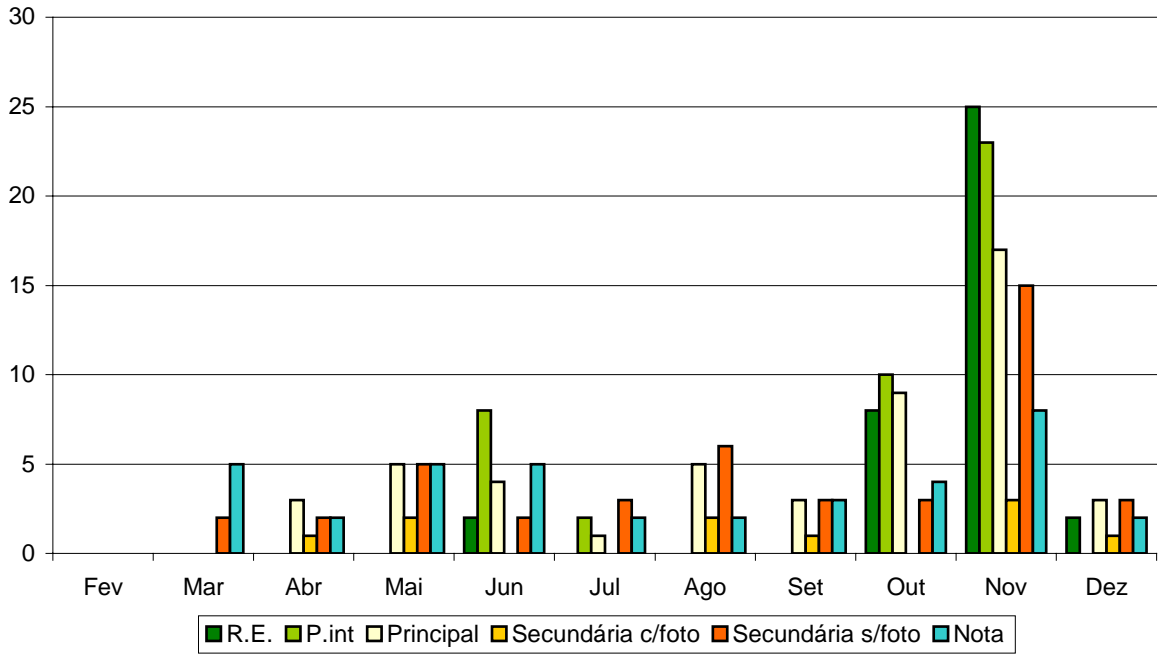
As chamadas de capa de agosto estão relacionadas ao episódio da apreensão de drogas no Fórum Social Mundial, usado como comparativo, pelo jornal, ao caso da destruição do Relógio dos 500 Anos – assunto que havia recebido grande atenção e condenação da RBS no ano anterior, e às denúncias contra o corregedor Urdangarin. Ambos os fatos não tinham sido elencados nos pontos iniciais de investigação da CPI, mas interessavam à mídia. Outras denúncias contra o corregedor haviam sido anteriormente feitas por jornalistas de Zero Hora. Delegados de polícia intimaram dois jornalistas, Altair Nobre e

Nilson Mariano, a fim de descobrir as fontes das denúncias. Em março de 2001, Zero Hora noticia o auxílio prestado pelo presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krishke, aos jornalistas: uma notícia-crime é encaminhada ao Ministério Público contra os delegados. Tudo isso antes da CPI, antes dos mesmos personagens (RBS, Krishke, governo) se reencontrarem.

Manchetes só ocorrem em outubro, quando a Comissão convoca os doadores do Clube da Cidadania. No período de 27 de outubro (data em que é publicada a aparição da gravação de Tubino e Diógenes de Oliveira) a 18 de novembro, a CPI aparece diariamente na capa. Esta permanência aumenta a relevância do assunto no período. Nestes 23 dias, as manchetes correspondem a um total de 13 ocorrências.

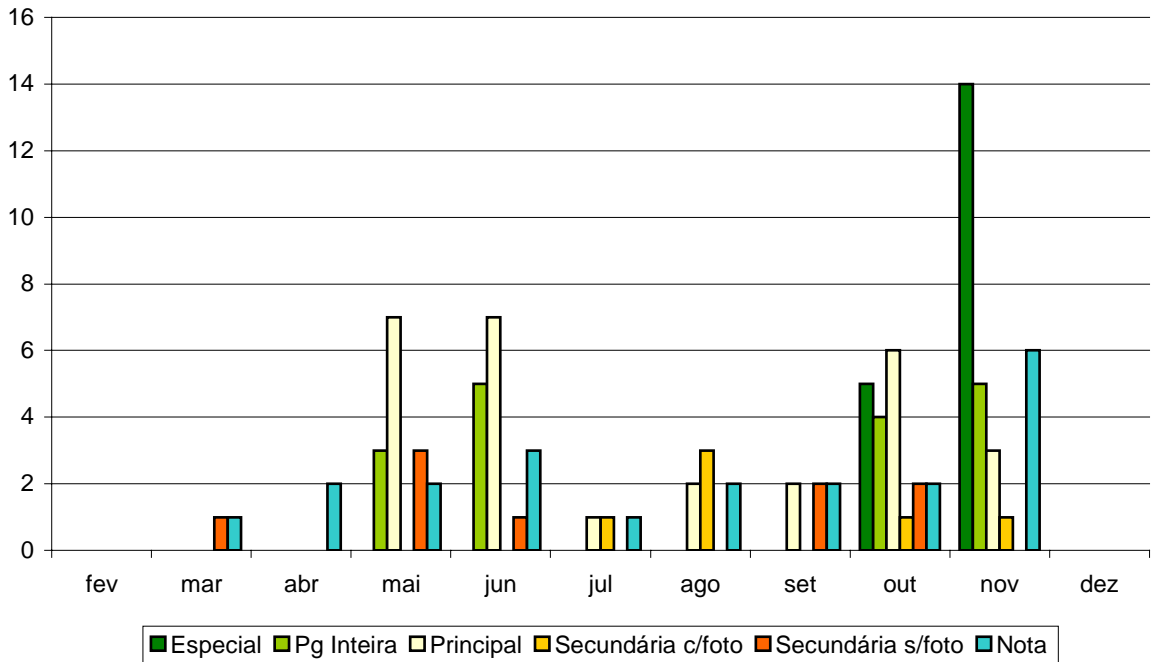
Excetuando as ocorrências de agosto, os demais picos sinalizam claramente os períodos de revelação do escândalo, sinalizando um clímax em novembro. As ocorrências em capa do Diário Gaúcho também reproduzem estes dois momentos, replicando o gráfico de evolução das ocorrências (gráfico 2), sem necessidade, portanto, de nova representação gráfica. Algumas das capas do DG são reproduzidas em anexo. Elas falam por si ao representarem o escândalo através de fotos, cores e textos fortes, especialmente as do período entre outubro e novembro.

O restante das ocorrências de gênero informativo também atesta os picos de relevância de junho e outubro–novembro.



Evolução das ocorrências informativas discriminadas – ZH

Gráfico 5



Evolução das ocorrências informativas discriminadas – DG

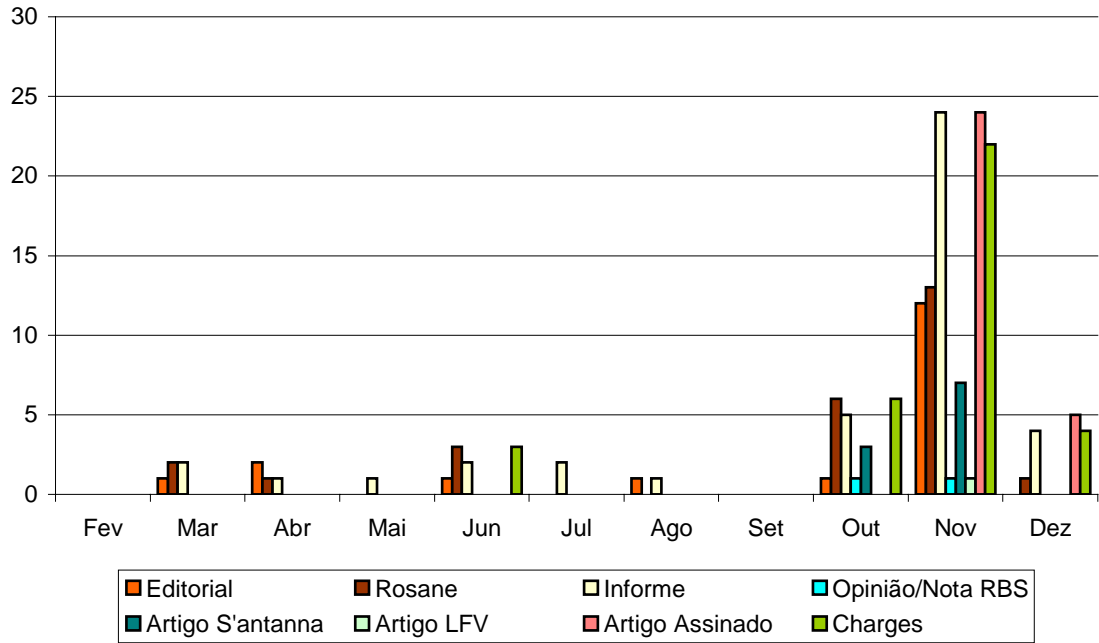
Os gráficos também reiteram que o período entre outubro e dezembro foi de exposição maciça. A quantidade de reportagens especiais (R.E.) em ZH e de ocorrências do tipo “Especial” no DG, contadas pelo número de páginas sob esta cartola dedicadas ao assunto, também surpreende. É quantitativamente e qualitativamente o período de maior exposição da CPI.

Outro indicador de midiaticização, a pertinência, pode ser analisado por estes gráficos: é a própria variabilidade das ocorrências que mostra que todos os tipos de espaço estão sendo ocupados; que o jornal “se abre” para conter o assunto; que ele transcende, mesmo que permanecendo nas ocorrências deste tipo, a cobertura comum, cotidiana, ocupando também espaços nobres.

O mesmo se dá com as ocorrências de gênero opinativo, embora estas representem a entrada de diferentes vozes manifestando-se em relação ao acontecimento: a voz da empresa, dos articulistas, de pessoas da sociedade, leitores. Quanto mais vozes, maior o alcance público do assunto. Muitas vezes em muitas ocorrências indicam um grau alto de midiaticização.

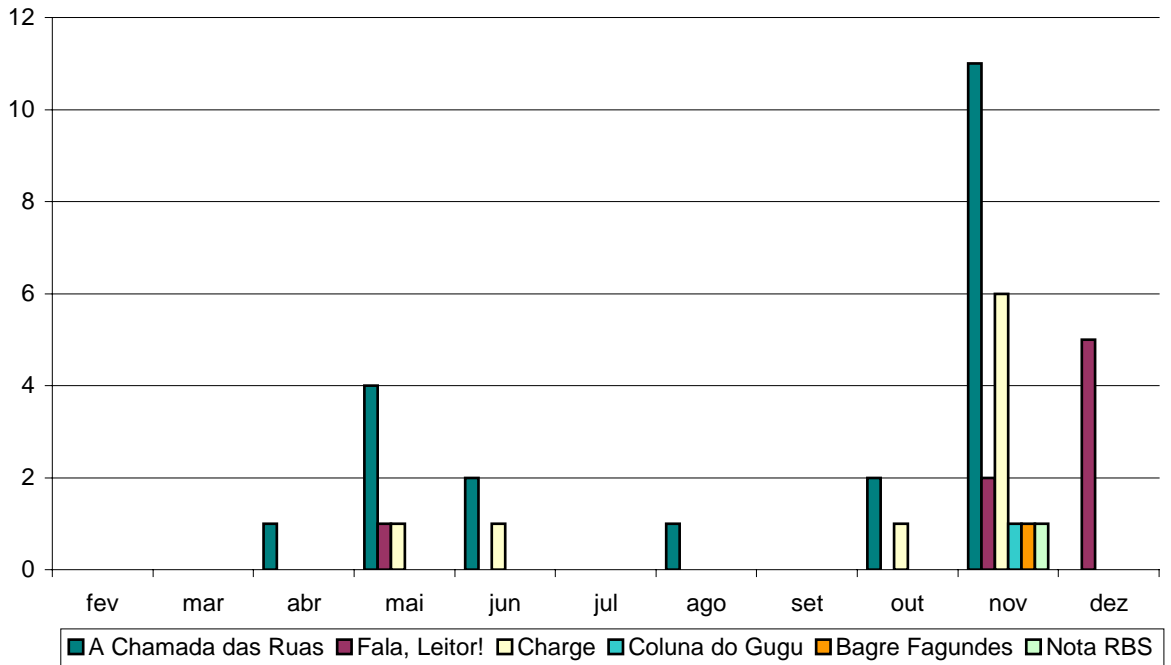
Os gráficos abaixo ilustram a evolução de ocorrências opinativas para Zero Hora e Diário Gaúcho.

Gráfico 6



Evolução de ocorrências opinativas discriminadas em ZH

Gráfico 7



Evolução de ocorrências opinativas discriminadas em DG

Estes dois gráficos reforçam a variação de ocorrências do gênero opinativo especialmente no período de outubro e dezembro – de maior relevância na cobertura da CPI. No Diário Gaúcho, as ocorrências na Coluna do Gugu e na de Bagre Fagundes são bastante triviais: na primeira, uma piada sobre um repórter que caiu em uma sessão da CPI; na segunda, uma constatação de que a semana estava agitada, entre outros motivos, por conta da CPI. Considerando o perfil do jornal estas ocorrências que não são condenatórias nem fazem parte do discurso moralizante midiático, são um bom reflexo da cotidianidade atingida pela CPI.

No período de maior exposição (outubro, novembro e dezembro) a CPI é adotada por vários espaços opinativos, inclusive os dedicados ao humor no jornalismo (charges e, no caso de Zero Hora, a página semanal do humorista Marco Aurélio). Esta apropriação por espaços variados e sua decorrente multiplicidade de ocorrências que provoca em uma mesma edição de um jornal são indicadores de que um acontecimento está sendo tematizado, considerado relevante e com tal presença na agenda pública que não há como não falar dele.

No caso da CPI da Segurança, é possível notar que o componente humorístico é acionado nos momentos críticos, que tendem ao escândalo. Artigos assinados somente aparecerão a partir de outubro, e giram em torno da defesa ou condenação do governo e do partido.

Em relação à Zero Hora, cabe observar também um reforço na voz do jornal, que além do espaço editorial diário, utilizado intermitentemente desde o mês do requerimento, e da página do Informe Especial, publica dois textos creditados à RBS: uma manifestação direta da empresa em situação incomum. As ocorrências estão em outubro e novembro – a primeira, intitulada “Opinião RBS” retoma a tensão com o governo do Estado, que publicou texto de esclarecimento em diversos jornais, menos em Zero Hora, enquanto a segunda é uma

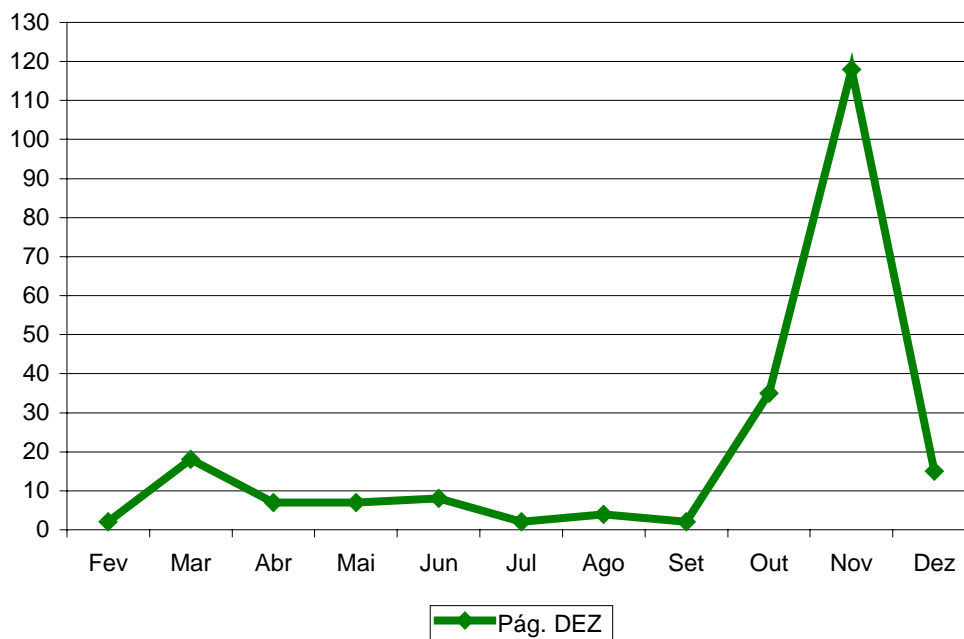
manifestação diante das denúncias feitas por Diógenes de Oliveira em seu depoimento (esta mesma nota é publicada no Diário Gaúcho).

As ocorrências na página do Informe Especial podem ser do tipo nota, Opinião ZH, “a propósito” e “personagem da semana”. Apenas de “a propósitos” são 23 ocorrências em novembro: somente 7 edições deste mês não trazem a pergunta de caráter provocativo publicada na página 3 relativa à CPI.

Em termos de variabilidade de ocorrências opinativas, o dia 16/11 é marcante para Zero Hora: a CPI figurou em editorial, artigo de Rosane de Oliveira, na Página Dez, no Informe Especial, na Palavra do leitor, em duas charges e em artigos assinados. Em variabilidade de ocorrências informativas e opinativas, só perde para o dia anterior, 15/11, em que a CPI ganhou manchete, Reportagem Especial, duas páginas inteiras na editoria de política, uma matéria principal na polícia, editorial, artigo de Rosane de Oliveira, Página Dez, Informe Especial, Palavra do Leitor, uma charge e um artigo de Paulo Santana. Este foi o dia de cobertura da leitura do relatório da Comissão e o assunto não cabia em um único espaço delimitado; era um dos assuntos de maior premência da semana dos gaúchos, nas páginas de ZH.

Em Zero Hora, o auge opinativo representa também o momento máximo de condenação pública. Ela também está nos títulos e fotos do material informativo, mas é no elemento opinião, fundamentalmente, que se espera o discurso moralizador para o escândalo. Ele vem, como visto, na forma editorial, nas vozes de articulistas e colunistas, na edição da Palavra do Leitor (que tem um gráfico evolutivo separado). Uma coluna deve ser destacada separadamente, pela alta numeração atingida em novembro e também pela participação desempenhada ao longo da CPI: é a Página Dez, de José Barrionuevo.

Gráfico 8



Evolução das ocorrências na Pág Dez de ZH

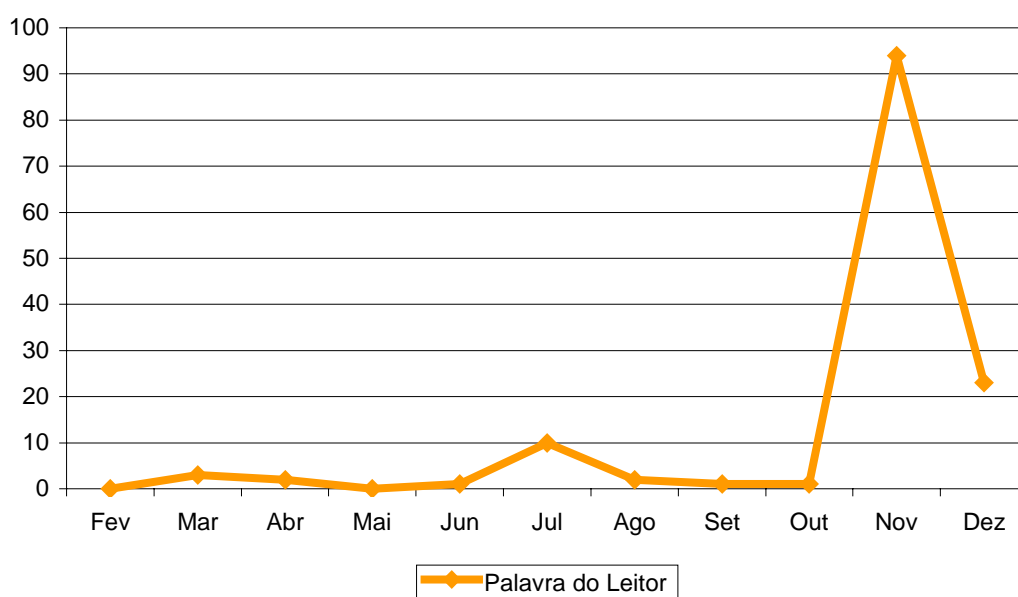
Foi a Página Dez que iniciou a entrada da CPI na zona de visibilidade midiática, com as duas ocorrências de fevereiro. Sua ação, já avaliada qualitativamente, é agora vista em termo quantitativos: em novembro, o jornalista José Barrionuevo chegou a publicar páginas inteiras com notas apenas sobre a CPI. Mesmo esta coluna apresentou baixas em julho e setembro (com duas ocorrências cada).

Outra participação revela-se interessante para a análise da midiática. Trata-se de manifestações provenientes da sociedade, especialmente através das cartas de leitores dos dois jornais, assim como atos públicos relacionados ao tema cobertos pela mídia. Esta participação sinaliza para a outra posição necessária da visibilidade – o “ver”, no caso, seguido de um “dar a ver” disto. É esta presença que determina para um tema um regime de visibilidade ao menos limítrofe entre a midiática e a espetacularização.

A participação do leitor do Diário Gaúcho é representada na evolução da seção “Fala, Leitor” no gráfico 7. Note-se que as ocorrências de maio não se referem à inflexão temática provocada neste mês; a resposta do leitor não é instantânea, ela tem um tempo de realização próprio, caracterizando um pequeno descompasso em relação aos fatos. Assim, as ocorrências de maio versam sobre a própria criação da CPI. O alto número registrado em dezembro já contém manifestações a favor e contra o governo.

Em Zero Hora, a evolução na seção “Palavra do Leitor” foi a seguinte:

Gráfico 9



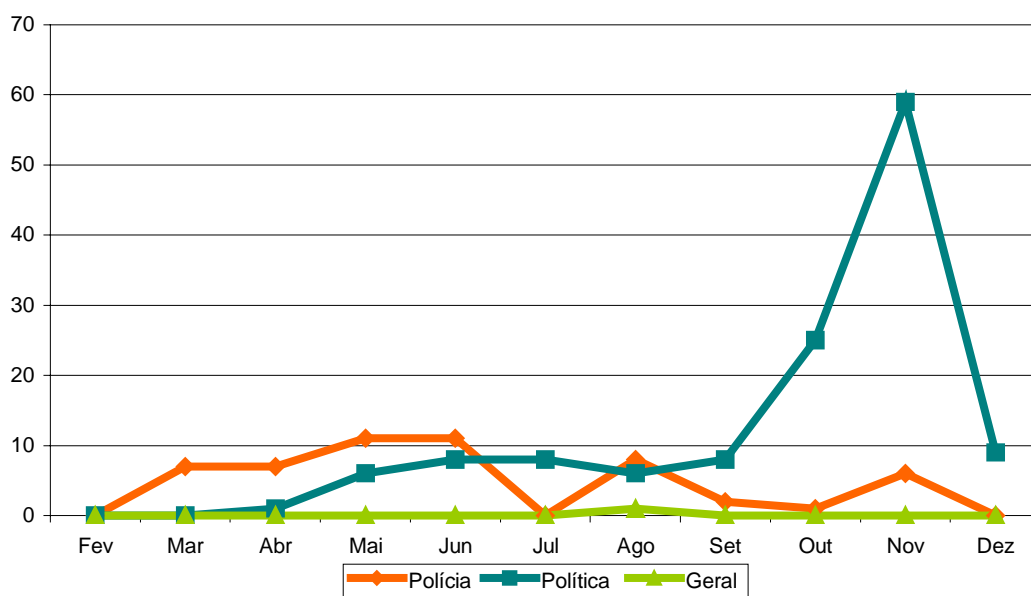
Evolução das ocorrências “Palavra do Leitor” em ZH

O atraso também é sentido aqui. Os depoimentos de Krishke e Carneiro, em junho, só receberão manifestações em julho. Em novembro aparecem as manifestações favoráveis e contrárias ao governo. Note-se que o espaço tem um limite editorial de publicação. Zero Hora geralmente optava por publicar um número equivalente de cartas favoráveis e contrárias durante a semana, talvez

para não ser acusada de fazer uma edição parcial. Nos domingos, a seção ganhava um texto especial, em que algum fato da CPI era apontado como o que mais havia recebido manifestações no período. Algumas cartas (geralmente não mais que 4) eram publicadas, mas o total recebido na semana, tanto de cartas favoráveis quanto contrárias ao governo, era mencionado e especificado. Assim, no período de 4 de setembro, quando esta prática iniciou e 2 de dezembro (última semana em que a CPI obteve maioria das manifestações que chegavam ao jornal), o total de cartas foi de 199, sendo 144 com críticas ao governo e 55 em sua defesa.

Esta mobilização, ainda que editada, é um sintoma de que parte da sociedade “viu” e está “dando a ver” isto. O dado qualifica ainda mais o período de novembro, colocando a CPI sob um regime de visibilidade no mínimo fronteiro entre a midiática e a espetacularização. A inferência é possível e confirmada se somada à publicação de atos públicos (favoráveis e contrários ao governo, embora estes últimos tenham ocorrido menos e em menor escala), indícios de uma mobilização pública que é retomada na zona de visibilidade midiática.

Os trânsitos entre editorias e gêneros a que um acontecimento é submetido também são dados para a análise da midiática. A CPI da Segurança, desde seu início, esteve presente em gêneros opinativos e informativos. Nestes, sua midiática em Zero Hora inicia pela editoria de polícia, e na medida em que o escândalo principal vai se desenrolando, transita para a editoria de política (ocupando ambas em alguns momentos), e atinge as páginas reservadas à Reportagem Especial (fora das duas editorias).



Pertinência – variação editorial da CPI da Segurança em Zero Hora

Note-se a evolução semântica da CPI na cobertura de Zero Hora: em seu início, ela é claramente um assunto de polícia, sendo sua temática a segurança; entre maio e junho, ela passa a ser também consideravelmente um assunto político – aqui a temática fundamental já havia mudado para a questão do jogo do bicho (seu envolvimento com o campo político); em julho, a CPI está suspensa, mas as notícias que provoca – em sua maioria avaliações do mau momento do governo Olívio Dutra – estão na editoria de política; por fim, enquanto a questão da segurança propriamente tem um novo aumento em agosto seguido de declínio, o tom político da CPI atinge seu auge justamente quando há maior exposição do fato – e, mesmo após a leitura do relatório e o fim formal da CPI, é este componente político que prevalece nas conseqüências que a Comissão produz. Há uma única inserção na editoria de Geral do jornal, em agosto, correspondendo a uma matéria sobre a investigação realizada na CPI do inquérito sobre a compra de material de limpeza nas escolas públicas.

No Diário Gaúcho, que não possui editoria de política, a CPI permaneceu nos domínios da editoria de polícia (Ronda Policial), desta saindo para a cartola “Especial” nos momentos de intensa midiaticização – o tema não cabe mais sob as cartolas tradicionais, ele é de tal relevância que necessita de um espaço dedicado especialmente a ele. Há no DG também duas ocorrências na editoria de variedades – são notas chamando a atenção para programas de televisão em que seria abordada a CPI. Este dado pequeno também é interessante pois revela que o assunto é considerado pelo jornal como de interesse não apenas em seu domínio impresso, mas na gama de opções selecionadas a seus leitores na seção de variedades.

Pelos dados até agora analisados, já se percebe que a permanência da exposição da CPI não se restringe ao período formal de sua existência; ao contrário, ela é visível (ainda que em diferentes maneiras) desde os primeiros movimentos para o pedido de requerimento até as conseqüências que provoca. É neste último ponto, especialmente, que reside a midiaticização, uma vez que um acontecimento midiaticizado tem conseqüências decorrentes de sua visibilidade, que vão além daquelas que provocaria sem esta exposição.

A CPI não morre em 2001; ao contrário, em 2002, ano eleitoral, ela persiste. Em Zero Hora foram computadas 147 ocorrências para “CPI da Segurança” em 2002, 27 em 2003 e, até 10 de março deste ano, 33 ocorrências. A CPI da Segurança é retomada em 2004 a partir do caso Waldomiro Diniz, retomando a ligação entre o PT e os jogos clandestinos em nível nacional.

No Diário Gaúcho, a permanência da CPI é bem mais modesta. Em 2002, são 13 ocorrências; uma única ocorrência para “CPI da Segurança” é registrada pelo programa Next Page em 2003. Em 2004, até 10 de março, duas ocorrências.

Deve-se lembrar que as ocorrências aqui retratadas envolvem nominalmente a CPI; mas que diversas outras devem ter sido publicadas em

decorrência da CPI da Segurança. O trânsito escândalo - desgaste - eleição é estabelecido; qualquer menção a jogo do bicho ou ao Clube de Seguros de Cidadania em 2002 traz a marca da CPI da Segurança, ainda que não explicitada textualmente.

6 A CPI DO LEITE: O ESCÂNDALO NÃO MIDIÁTICO

O dever da imprensa é registrar a evolução da sociedade não sonhando informações, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis, contrariem ou não interesses.

Editorial de Zero Hora (10/11/2001:14)

6.1 Instalação da CPI

Instalada no dia 10 de outubro de 2001, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Preço do Leite (CPI do Leite) foi requerida por 39 parlamentares gaúchos, assim distribuídos:

Tabela 11

Partido	Deputados	Total
PCB	Jussara Cony	0
PDT	Adroaldo Loureiro ✓ Ciro Simoni ✓ Giovani Cherini ✓ João Luiz Vargas ✓ Kalil Sehbe ✓ Paulo Azeredo ✓ Vieira da Cunha ✓	7
PFL	Germano Bonow Onyx Lorenzoni	0
PMDB	Alexandre Postal Elmar Schneider ✓ Jair Foscarini João Osório ✓ José Ivo Sartori Berfran Rosado ✓ Cezar Busatto Iara Wortmann ✓ Mários Bernd ✓ Paulo Odone	5
PPB (atual PP)	Adolfo Brito Érico Ribeiro ✓ Francisco Áppio ✓ Otomar Vivian ✓ João Fischer José Farret	8

	Marco Peixoto ✓ Maria do Carmo ✓ Frederico Antunes ✓ Valdir Andres ✓ Vilson Covatti ✓	
PPS	Bernardo de Souza	0
PSDB	Jorge Gobbi ✓ Adilson Troca ✓	2
PT	Cecília Hipólito ✓ Dionilso Marcon Édson Portilho ✓ Elvino Bohn Gass ✓ José Gomes ✓ Ivar Pavan ✓ Luciana Genro ✓ Luis Fernando Schmidt ✓	9
PT	Maria do Rosário ✓ Ronaldo Zülke Roque Grazziotin ✓	
PTB	Abilio dos Santos ✓ Aloísio Classmann ✓ Edemar Vargas ✓ Eliseu Santos ✓ Iradir Pietroski ✓ Luis Lara ✓ Manoel Maria Osmar Severo ✓ Paulo Moreira ✓ Sérgio Zambiasi	8
✓ deputados que assinaram o requerimento		39

Distribuição por partidos das assinaturas no requerimento da CPI do Leite

Teve como presidente o deputado Vilson Covatti⁷⁷ (PPB), vice Elvino Bohn Gass (PT) e como relator Giovanni Cherini (PDT). Encerrou seus trabalhos em 10 de junho de 2002.

A Comissão teve como objetivo a “apuração das causas da exclusão de produtores rurais da atividade leiteira e investigar indícios da prática de infrações da ordem econômica na cadeia produtiva do leite e seus derivados, com ênfase

aos aspectos relacionados à formação do preço do leite recebidos pelos agricultores e pagos pelos consumidores finais” (Relatório Final da CPI do Leite, 2002:04⁷⁸). Estes objetivos desdobraram-se em nove fatos determinados:

1. indícios de prática de infração à ordem econômica da compra e venda de leira por parte da indústria de laticínios, com apuração do preço justo que a indústria deveria pagar aos produtores rurais;
2. políticas de inovação tecnológica, com ênfase nos processos industriais de beneficiamento e de automação, em especial as embalagens;
3. conseqüências da revisão das normas e padrões de qualidade na produção e comercialização, com ênfase na coleta e transporte de leite refrigerado a granel;
4. sistema de inspeção sanitária;
5. sistema de pagamento diferenciado aos produtores segundo volume individual de entrega, qualidade da matéria-prima e regularidade de entrega, com ênfase na identificação dos seus critérios e componentes;
6. políticas macroeconômicas, com ênfase na renda;
7. políticas efetivas de defesa comercial, com ênfase no monitoramento das importações que recebem subsídios nos países de origem;
8. políticas setoriais, com ênfase nos investimentos públicos;

⁷⁷ Mesmo deputado responsável pelo primeiro requerimento da CPI da Segurança, que foi devolvido pelo presidente da Assembléia.

⁷⁸ Ambos os Relatórios – da CPI da Segurança e da CPI do Leite – podem ser consultado no site da Assembléia do Rio Grande do Sul (www.al.rs.gov.br)

9. políticas de inovação tecnológica, com ênfase nos processos industriais de beneficiamento e processamento do leite e de automação na distribuição.

Realizando oito audiências públicas e colhendo depoimentos de diversos representantes das várias etapas da cadeia produtiva, a CPI do Leite resultou no indiciamento das empresas Sonae Distribuição Brasil S/A e Carrefour Comércio e Indústria Ltda por prejudicarem a livre concorrência e dominarem o mercado de forma abusiva (Relatório Final, 2002:181). Também foi indiciada a empresa Tetra Pack por infração à ordem econômica (p. 189) e as empresas Elegê e Parmalat por exercerem de forma abusiva posição dominante no mercado (p. 120, 128, 224).

Sugestões de políticas públicas de fomento à produção leiteira foram apresentadas pela CPI, que também resultou na elaboração conjunta pelos parlamentares de cinco projetos de lei sobre o tema.

Esta CPI também tem suas particularidades: foi solicitada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), tanto diretamente no campo político quanto midiaticamente, através de manifestações. Outras CPIs do leite aconteciam no Brasil – o problema da exclusão dos pequenos produtores era nacional. Estas motivações certamente contribuíram para um requerimento mais plural do ponto de vista do equilíbrio entre partidos de oposição e governo.

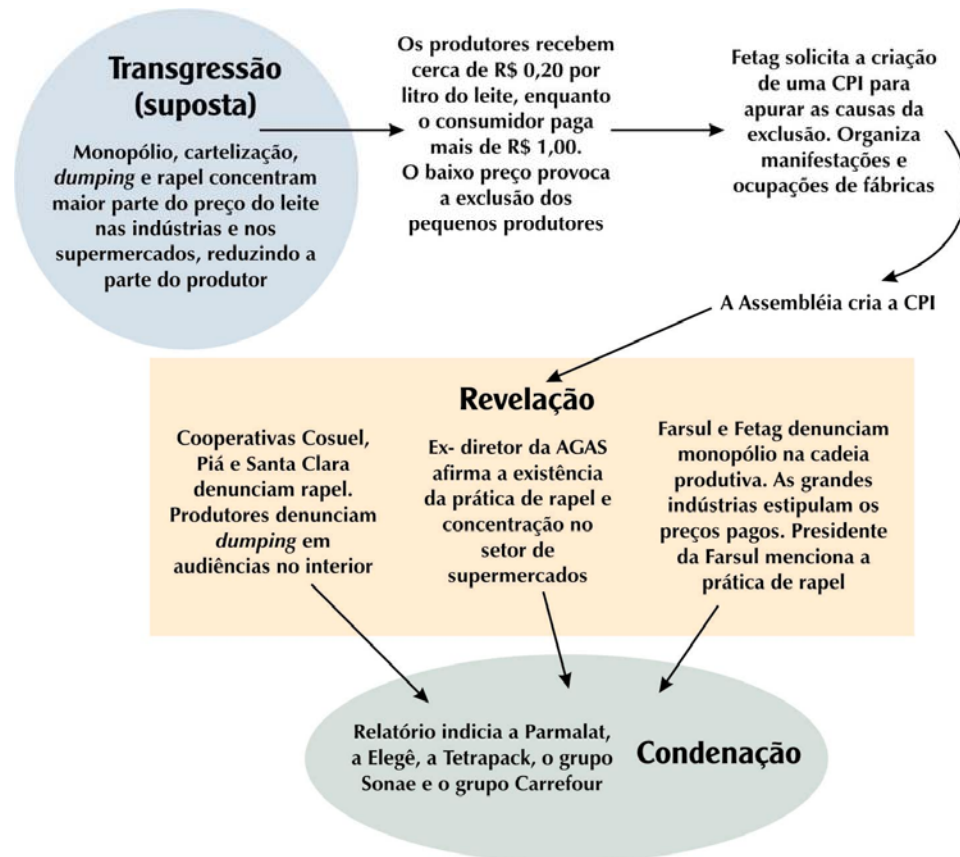
6.2 A configuração do escândalo do Leite

A CPI do Leite investigou um escândalo de proporções nacionais, dada a ocorrência de diversas comissões do mesmo gênero em vários estados brasileiros. O escândalo em questão é de ordem social – uma vez que estava provocando a exclusão de milhares de produtores rurais do setor leiteiro, especialmente os pequenos – e de ordem econômica – uma vez que lidava com a

suposição de existência de monopólios e práticas abusivas relacionadas ao poder econômico dos setores industriais e supermercadista.

A CPI do Leite gaúcha tem uma dinâmica de escândalo própria, que pode ser representada conforme a figura a seguir.

Figura 9



Dinâmica do escândalo na CPI do Leite.

Uma primeira constatação é feita: não há a participação de agentes midiáticos na dinâmica. A revelação acontece na CPI, e apenas por conta de sua criação. A condenação fica restrita ao campo político, com a elaboração do relatório final.

A situação da cadeia produtiva do leite é desvelada na comissão. Enquanto as indústrias estipulam o preço a ser pago aos produtores com um atraso de até um mês após a entrega da matéria-prima, os supermercados cobram valores em mercadoria para a exposição das marcas nas gôndolas ou outras finalidades promocionais. A concentração dos setores provoca uma falta de opções de venda, sujeitando os produtores às condições impostas por indústrias e supermercados, e sujeitando o consumidor a pagar o valor final do produto.

Resta saber como a CPI figurou midiaticamente.

6.3 O processo de midiaticização

Em termos de assuntos abordados, houve uma aparente univocidade entre o que ocorreu e mereceu destaque no site da Assembléia e o que Zero Hora noticiou. A CPI do Leite não foi abordada pelo Diário Gaúcho, o que pode encontrar explicação no perfil editorial e na distribuição do jornal.

Não houve inflexões temáticas nesta CPI, muito menos provocadas pela mídia. O tema inicial da CPI (formação do preço do leite) permaneceu o centro das investigações até sua conclusão, como se pode notar nas tabelas a seguir⁷⁹.

Tabela 12

	ZH
Setembro 2001	
CPI	- (06/09) notícia que a Fetag está pedindo uma CPI para investigar a cadeia produtiva do leite.

⁷⁹ sub-temas como a questão da inspeção sanitária e políticas de inovação tecnológica também estão incluídos no tema principal.

	ZH
<ul style="list-style-type: none"> - (13/09) COMISSÃO DE AGRICULTURA DEBATE O SETOR LEITEIRO. DEP FREDERICO ANTUNES DESACONSELHA CRIAÇÃO DE CPI - (18/09) DURANTE MANIFESTAÇÃO DA FETAG, DEPUTADOS DO PT DECLARAM APOIO À CRIAÇÃO DA CPI DO LEITE - (19/09) FETAG ENTREGA SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DA CPI AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA. MAIS DE 19 DEPUTADOS JÁ ASSINARAM O REQUERIMENTO PARA A CRIAÇÃO DA CPI DO LEITE, FORMULADO PELO DEP. VILSON COVATTI (PPB) - (20/09) REQUERIMENTO DE COVATTI É ENTREGUE À PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA, JUNTO COM DOSSIÊ DA FETAG 	<p>Anuncia manifestação da FETAG nos dias 18 e 19, quando o pedido será entregue à Assembléia</p> <ul style="list-style-type: none"> - (14/09) noticia reunião na Comissão de Agricultura - (18/09) anuncia manifestação dos produtores no dia 18 e entrega do pedido à AL no dia 19 - (19/09) cobre as manifestações - (20/09) cobre a entrega do pedido de CPI - (21/09) matéria sobre uma produtora que participou dos protestos. Opinião ZH: "Mistérios do leite"
Outubro 2001	
<p>CPI</p> <ul style="list-style-type: none"> - (10/10) CPI É INSTALADA - (17/10) PRIMEIRA REUNIÃO: DEFINIÇÃO DOS DEPOIMENTOS E DAS SOLICITAÇÕES DA CPI - (24/10) DEPOIMENTOS: PRES DA FETAG, DA FARSUL. DENÚNCIAS DE MONOPÓLIO E DE CARTELIZAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA - (31/10) DEPOIMENTOS: FREI SÉRGIO GÖERGEN (MPA), CELSO KRÜG, PRESIDENTE DA COTRIBA, E RUI POLIDORO, PRESIDENTE DA FECOAGRO. NOS DEPOIMENTOS É MENCIONADA A PRÁTICA DE <i>DUMPING</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - (04/10) Produtores protestam contra redução do preço do litro de leite. CPI será instalada até a próxima semana - (09/10) CPI será instalada até quinta-feira - (11/10) Assembléia instala CPI. O pres é Covatti (PPB). Fábrica da Parmalat em Carazinho é ocupada - (17/10) anuncia primeira reunião - (18/10) anuncia novos protestos no interior e cobre primeira reunião - (19/10) Caderno Campo & Lavoura: "O Leite sob investigação" - (24/10) anuncia e noticia (25/10) os primeiros depoimentos - (31/10) "Tetrapack se defende no caso do leite"
Novembro 2001	
<ul style="list-style-type: none"> - (05/11) DEPOIMENTO: FREDERICO DÜRR, PRESIDENTE DO SINDILAT E MÁRIO LUÍS DOS SANTOS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GADO HOLANDÊS NO RS - (06/11) MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DE RAPEL SERÃO BUSCADAS NO I FÓRUM NACIONAL DAS CPIS DO LEITE 	<ul style="list-style-type: none"> - (01/11) cobre depoimentos do dia 31: menção às práticas de <i>dumping</i> e rapel - (06/11) depoimento de Dürr - (07/11) CPis do Leite vão trocar informações sobre rapel - (09/11) "Saídas para a crise" - artigo - (10/10) anuncia primeiro Fórum das CPis

	ZH
<p>– (12/11) FÓRUM DAS CPIS: SUPERMERCADOS DE MINAS GERAIS TÊM 200% DE LUCRO</p> <p>– (14/11) DEPOIMENTO: OLAVO VALENDORFF, EX-PRESIDENTE DA CCGL E ATUAL PRESIDENTE DA COAGRISOL, E CAIO VIANNA, PRESIDENTE DA CCGL</p> <p>– (21/11) DEPOIMENTO: JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA AGAS E ALMIR JOSÉ MEIRELES, PRESIDENTE DA ABLV</p> <p>– (26/11) DEPOIMENTO: ARNO KOPERECK, PRESIDENTE DA COSULATI, ROGÉRIO SAUTHIER, PRES DA COOPERATIVA SANTA CLARA, CARLOS FREITAS, SUPERVISOR DA COSUEL E JOSÉ MÁRIO HANSEN, DA PIÁ</p> <p>– (28/11) DEPOIMENTO: PAULO REINALDO ROCHET, DA TETRA PACK</p>	<p>estaduais do leite</p> <p>– (13/10) “CPis do Leite definem trabalho conjunto”</p> <p>– (15/11) menciona depoimentos do dia 14</p> <p>– (22/11) menciona depoimentos</p> <p>– (27/11) menciona depoimentos</p> <p>– (29/11) menciona depoimentos</p>

CPI do Leite em ZH de setembro a novembro

Neste primeiro período de análise, tem-se o processo de criação da CPI – solicitada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) e assumida pelo campo político, sua instalação e avanços nos trabalhos. Uma observação inicial pode ser feita: enquanto no início do processo o leque de opções para a mídia em relação ao tema era maior, incluindo fatos fora da institucionalidade do campo político (caso das manifestações dos produtores), à medida que a CPI se configura e assume o tema, o foco passa a centrar-se nela, de modo exclusivo. Com isso, não há matérias investigativas que pautem o campo político. A mídia restringe-se gradualmente a um mero anunciar e informar sobre o que acontece na CPI.

Setembro é marcado pelas manifestações, que provocam a zona de visibilidade conformada pela mídia. É distribuindo litros de leite e ocupando fábricas que os produtores pressionam duplamente o campo político: pela ida e entrega formal de solicitação de CPI na Assembléia e pela visibilidade que

adquirem via mídia. É neste período que uma das poucas ocorrências opinativas aparece, na página do Informe Especial (pg 3), coluna “Opinião ZH”.

Mistérios do leite – Um longo histórico de revolta e protestos por parte dos produtores parece justificar a criação da CPI do Leite na Assembléia Legislativa. O requerimento recebeu 35 assinaturas de deputados, consagrando o persistente esforço da FETAG [...]. Fique claro, no entanto, que a CPI não deverá ser apenas um instrumento inquisitorial a serviço dos criadores de gado leiteiro. Ao contrário, deverá providenciar uma radiografia esclarecedora de todo o processo, da granja ao supermercado. (ZH, 21/09/2001:3)

Nesta nota, Zero Hora chama mais vezes à questão; a proeminência dos produtores em suas manifestações não pode transformar a CPI “apenas” em um “instrumento inquisitorial” destes. A comissão não pode ficar restrita exclusivamente às reclamações deste setor, mas deve avançar até os supermercados. Algo se desenha nesta nota; a CPI é considerada politicamente, assumindo-se, por um lado, que os produtores *vão usá-la* contra algo/alguém, mas ela não pode se restringir a isso. Afinal, o “longo histórico de revolta e protestos” dos produtores apenas “parece justificar” a criação de uma CPI.

Em outubro, mesmo com a instalação da comissão, os protestos prosseguem. Na primeira matéria veiculada no mês, o foco principal está na ameaça da Fetag de promover uma série de protestos em função da decisão das indústrias de reduzir o valor pago pelo litro do leite em R\$0,02 centavos. A instalação da CPI, prevista para a próxima semana mas ainda sem data definida, é assunto secundário.

Entre o anúncio da instalação e sua cobertura (09 e 11 de outubro, respectivamente) as informações são as mesmas: o presidente da CPI é o deputado Vilson Covatti (PPB), a CPI foi solicitada pela Fetag e várias comissões do mesmo tema estão acontecendo em diversos estados brasileiros. Em 11/10, há também a divulgação de que a Fetag compôs um grupo de trabalho para

acompanhar de perto a CPI. Há uma retranca sobre a ocupação de uma fábrica da Parmalat em Carazinho por produtores em função da redução do preço pago pelo litro do leite. A foto que ilustra esta matéria é da ocupação, não há registro visual da cerimônia de instalação da CPI.

A primeira reunião da CPI volta a ser assunto secundário. O título da matéria do dia 18/10 é “Produtor anuncia protesto no Estado”, com subtítulo “manifestação será em Júlio de Castilhos”. A manifestação está prevista para o mesmo dia. É anunciada a distribuição de mais de mil litros de leite, além da expectativa dos produtores de que membros da CPI compareçam ao ato, com a promessa de receberem material para investigação. Sobre a reunião da Comissão é informada a decisão sobre os primeiros depoimentos a serem tomados, de representantes da Fetag e da Farsul.

Em 19/10 a questão merece destaque no caderno semanal Campo e Lavoura, encartado às sextas-feiras em Zero Hora. Com o título “O leite sob investigação”, a capa do caderno traz uma fotografia do protesto em Júlio de Castilhos, informando, na legenda, que “milhares de produtores distribuíram 5 mil litros à população, enquanto vacas holandesas desfilavam cobertas com um pano preto”. “Em vez de pizza, poderá jorrar leite de uma CPI”: assim inicia o texto que introduz a investigação parlamentar. Esta lembrança da pizza, como um fim indesejável mas associado às CPIs, bastante difundida no senso comum, sugere uma possibilidade (“poderá”) de que a CPI do leite, enfim, não termine desta forma. O jornalista responsável pela matéria, Jorge Correa, pondera ainda que “nunca os produtores de leite alcançaram tanto respaldo político como agora”.

As páginas internas do caderno são dedicadas à reportagem de capa (e tratadas, neste estudo, como ocorrências especiais). O tema é retomado pela exclusão dos produtores, ilustrando com exemplos /histórias pessoais: de um

produtor que investiu na criação e está decepcionado com o preço do leite, e de um criador que trocou vacas por suínos. Os depoimentos são ilustrados com fotos. Há também um quadro indicando em que estados foram criadas CPIs do leite, informando data de instalação e número de assinaturas conquistadas em cada Assembléia Legislativa.

A página 6, contracapa do caderno, também trata da questão do leite, dando especial atenção ao protesto feito em Júlio de Castilhos. O jornal também ouve os outros componentes da cadeia, indústrias e supermercados, que apontam o custo como principal vilão. Há inclusive a reprodução de uma fala do presidente da Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS), João Carlos de Oliveira, para quem “existem outros assuntos de cunho social mais importantes para a realização de uma CPI”.

O que se desenhava no “Opinião ZH” de 21/09 também aparece aqui: entre os demais envolvidos na cadeia produtiva do leite, há os que inclusive consideram a CPI desnecessária. A polaridade/adversatividade da questão torna-se clara: produtores X indústrias e supermercados.

Os primeiros depoimentos são acompanhados por ZH. Em 25/10, a matéria intitulada “Produtores denunciam monopólio na cadeia de leite no Estado” (pg 22) comenta que

A CPI do Leite deu a largada ontem na Assembléia Legislativa com a apresentação de documentos mostrando uma suposta cartelização do produto na indústria e na embalagem.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Heitor Schuch, levou nota de compra de leite em supermercados e em um bar de Porto Alegre para mostrar aumento no preço do produto desde a saída do tambo.

As denúncias são tratadas cuidadosamente no campo da suposição, embora envolvam prova documental. O jornal prefere explorar a diferença entre o preço final e o pago ao produtor, feita por Schuch, à denúncia de existência de

contratos com empresas que subordinam os produtores às definições de preço dadas pelas mesmas, feitos na sessão e divulgados pelo site da Assembléia.

A menção a uma “suposta cartelização” no setor de embalagens faz com que a empresa Tetrapack manifeste-se sobre o assunto. Em 31 de outubro, Zero Hora publica uma nota na página 28, em que o gerente da Tetrapack, Luís Guilherme Oliveira, nega que a embalagem seja vendida a um preço maior do que o pago pelas indústrias pelo litro do leite aos produtores.

Os depoimentos do dia 31/10 explicitam as expressões *dumping* e rapel, e Zero Hora publica isto no dia 1º de novembro.

Dois termos ganharam força ontem na segunda sessão da CPI do Leite na Assembléia Legislativa: *dumping* e rapel.

Segundo depoimentos de entidades e cooperativas, o primeiro seria praticado por indústrias em regiões onde atuam pequenas empresas. O segundo seria uma espécie de pedágio cobrado por supermercados (5% de leite gratuito) para garantir uma marca nas prateleiras (ZH, 01/11/2001: 24)

A definição do rapel é dada pela voz de entidades e cooperativas, no campo da suposição (“seria”): não é termo reconhecido pelo jornal, e muito menos investigado. Já o *dumping*, termo usual na economia, tem apenas sua prática específica no contexto da cadeia leiteira ignorada por ZH e afirmada pelos representantes dos produtores.

No dia 6/10, Zero Hora publica matéria sobre o depoimento de Frederico Dürr, presidente do Sindicato das Indústrias de Lácteos (Sindilat), anunciando-o como “um dos depoimentos mais aguardados” da CPI (pg 22). O jornal apresenta alguns dados levados por Dürr à comissão, como a diferença entre o custo de beneficiamento por unidade do produto (R\$0,82) e o valor pago pelos supermercados (R\$0,72).

Enquanto a ocorrência do dia 7 de novembro reproduz o que a assessoria do deputado Covatti divulgou pelo site (a troca de informações entre CPIs sobre o

rapel), no dia 9/11 o caderno Campo & Lavoura publica um artigo do Deputado Federal Osmar Terra propondo a criação de uma Câmara Setorial do Leite como saída possível para a crise. O artigo vem ao lado de uma matéria sobre programas de bonificação da Parmalat para incentivar o aumento da produção. As Comissões Parlamentares de Inquérito do Leite são mencionadas.

No momento em que cresce o número de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no país para investigar os motivos do baixo preço do litro recebido hoje pelo produtor e a grande diferença do valor pago pelo consumidor final, a empresa decidiu investir ainda mais na valorização da matéria-prima, premiando a qualidade do leite e possibilitando o aumento de renda ao produtor eficiente (ZH- Campo & Lavoura, 09/11/2001:3)

Esta passagem é bastante significativa. Afinal, o texto aponta os programas de bonificação em contraponto às CPIs. Enquanto as comissões estão investigando o baixo preço pago ao produtor, a Parmalat está investindo “ainda mais” na matéria-prima, elevando os ganhos do produtor “eficiente”. É como se as CPIs fossem invalidadas, uma vez que a própria indústria estaria resolvendo o problema, através da técnica, especialmente – presente implicitamente no adjetivo “eficientes”. Um dos programas, o “Parmaleite”, tem como exigência mínima o uso de ordenhadeira mecânica e de resfriador de expansão próprios. Há um contraponto em pequeno box com fala do presidente da Fetag, Heitor Schuch. Ele não menciona as CPIs, mas pondera que nem todos os produtores, especialmente os pequenos, teriam acesso a tais bonificações, o que não resolveria o problema.

Esta ocorrência traz a solução para o problema do produtor na forma da produtividade, longe do campo político e da CPI.

A imprensa também costuma colocar o produtor como “coitadinho”, e não raro, jogando-lhe a culpa pela situação em que vive, fazendo afirmações do tipo que os agricultores, ao invés de discutir e reivindicar preços deveriam estar mais preocupados em aumentar a

produtividade, desconsiderando-se que as questões estão diretamente relacionadas (Schuch, 2004 – entrevista).

Se este tipo de afirmação não é explícito nesta ocorrência, ela pode bem ser deduzida.

Zero Hora noticia o I Fórum Nacional das CPIs do Leite e também os depoimentos de presidentes da Cooperativa Central Gaúcha de Laticínios (CCGL). A venda da CCGL “não foi um bom negócio para os produtores e teria facilitado o surgimento de monopólio e prática de dumping na cadeia produtiva do Rio Grande do Sul” (ZH, 15/11/2001:26). Os depoimentos seguintes também aparecem no jornal: o presidente da Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS) negou que o segmento fosse um dos responsáveis pelo preço do leite pago pelo consumidor; o presidente da Associação Brasileira de Leite Longa Vida (ABLV), por sua vez, negou que o preço da embalagem interfira no preço final do produto, além de afirmar que o monopólio das embalagens de caixinha deve-se à preferência dos consumidores. Estas declarações reproduzidas em Zero Hora fazem com que o jornal considere que a reunião “não produziu resultados práticos” (ZH, 22/11/2001:33).

Na mesma linha, o depoimento do diretor de marketing da Tetrapack também aparece publicamente como uma negação de monopólio (ZH 29/11/2001:29). Os depoimentos de cooperativas apenas são mencionados na edição do dia 27/11.

No site da Assembléia, entretanto, é divulgado que alguns deputados consideraram o depoimento do dirigente da AGAS como uma confirmação de monopólio, e estranharam a negativa em relação à prática de rapel. As cooperativas apresentaram denúncias de dumping em Pelotas, e questões como uma preocupação com o meio-ambiente e a prática de descontos diferenciados a

critério da empresa foram abordadas no depoimento do diretor de marketing da Tetrapack, sem serem mencionadas em Zero Hora.

Sem deixar de desaparecer, a CPI que iniciou tendo as atenções da mídia para a situação do produtor, em função das manifestações feitas, tem suas reuniões pouco cobertas por Zero Hora.

A tabela 12 mostra a evolução da CPI em ZH de dezembro a março.

Tabela 13

	ZH
Dezembro 2001	
CPI	
<ul style="list-style-type: none"> - (03/12) DEPOIMENTO DO EX-DIRETOR DA AGAS, LUIZ FLAVIANO FEIJÓ - (05/12) PRODUTORES LOTAM PLENÁRIO E PEDEM MAIS EMPENHO DOS DEPUTADOS. DEPOIMENTO DE PRODUTORES. DEPUTADOS DECIDEM SUSPENDER CPI DURANTE RECESSO - (10/12) 2º FÓRUM NACIONAL DAS CPIS DO LEITE, EM BELO HORIZONTE - (12/12) ÚLTIMA REUNIÃO ANTES DO RECESSO 	<ul style="list-style-type: none"> - (04/12) informa sobre o depoimento de Feijó - (05/12) anuncia e (06/12) cobre um ato de apoio da Fetag à CPI - (08, 09 e 19/12) informe econômico: repercussão do depoimento de Feijó - (11/12) nota sobre o Fórum - (28/12) "CPI do Leite aprofunda investigações"
Janeiro 2002	
CPI	
<ul style="list-style-type: none"> - A CPI ESTÁ SUSPensa. REPRESENTANTES DE COOPERATIVAS ENTREGAM DOCUMENTOS SOLICITADOS POR DEPUTADOS 	<ul style="list-style-type: none"> - (29 e 30/01) Cooperativas entregam documentos
Fevereiro 2002	
CPI	
<ul style="list-style-type: none"> - (20/02) PRIMEIRA REUNIÃO APÓS O RECESSO: DEFINIÇÃO DE NOVOS DEPOIMENTOS E PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA COMISSÃO PARA MAIS 60 DIAS - (25/02) DEPOIMENTO: REPRESENTANTE DA CONAPROLE, QUE CONFIRMA PRÁTICA DE RAPEL. PRESIDENTE DA CPI CONCEDE PRAZO DE CINCO DIAS PARA QUE A TETRAPACK ENVIE AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS. OS DEPUTADOS SE REÚNEM COM PRODUTORES NA SEDE DA FETAG 	<ul style="list-style-type: none"> - (07/02) matéria sobre prejuízos do produtor em 2001. O levantamento foi feito pela Farsul e entregue à CPI - (19/02) anuncia e menciona (21/02) a primeira reunião - (26/02) CPI vai à Fetag
Março 2002	
CPI	
<ul style="list-style-type: none"> - (01/03) PRIMEIRA AUDIÊNCIA NO INTERIOR, EM TEUTÔNIA - (04/03) DEPOIMENTO: CLÁUDIO BIER – MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, IVOR FAZZINI – WESTFALIA E NILO MULLER – DIRETOR DA LEBEN (CONAPROLE) - (11/03) DEPOIMENTOS: INSPETORES SANITÁRIOS - (13/03) PRESIDENTE DA CPI, VILSON COVATTI (PPB) REUNE-SE COM O MINISTRO DA AGRICULTURA EM BRASÍLIA - (15/03) AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PELOTAS: DENÚNCIAS DE 	<ul style="list-style-type: none"> - (02/03) informa sobre a audiência - (05/03) depoimento de Bier - (12/03) depoimentos sobre inspeção - (13/03) CPI reúne-se com produtores

	ZH
<p><i>DUMPING</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - (20/03) DEPOIMENTOS: SISTEMA COORLAC E RENATO COIMBRA - ASSOCIAÇÃO DAS PEQUENAS INDÚSTRIAS DO LEITE - (25/03) DEPOIMENTO DE CELSO VELLOSO - INSPEÇÃO SANITÁRIA FEDERAL - (27/03) ASSEMBLÉIA APROVA PRORROGAÇÃO DA CPI 	<p>da Cotrirosa</p> <ul style="list-style-type: none"> - (14/03) Reunião de Covatti com o ministro - (16/03) audiência pública em Pelotas: denúncias de <i>dumping</i> - (21/03) depoimento Coorlac - (26/03) anúncio de mudanças na portaria 56, feito na CPI, durante o depoimento de Celso Velloso - (28/03) prorrogação da CPI

CPI do Leite em ZH de dezembro a março

O mês de dezembro inicia com um importante depoimento, de Luiz Flaviano Feijó, ex-presidente da Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS). O depoimento é fechado, sem a participação da imprensa e com o circuito interno de televisão desligado. Feijó confirma a prática de rapel e descreve a situação de concentração do setor, aumentada por conta de uma relação entre o grupo Sonae e o Carrefour. No relatório final da CPI, a sociedade entre os dois grupos é explicitada na página 144.

Sendo depoimento fechado, o que aparece em Zero Hora diz respeito unicamente à confirmação da prática de rapel. Mas é este depoimento que gera três ocorrências opinativas neste mês, todas na coluna Informe Econômico, editada pela jornalista Lurdete Ertel.

A primeira, em 8 de dezembro, denuncia um escândalo.

Gôndolas em polvorosa - Causou grande bafafá no meio supermercadista de todo o Brasil o depoimento do empresário Luiz Flaviano Feijó na CPI do leite, em Porto Alegre, nesta semana.

O ex-sócio da rede de supermercados Exxtra Econômico confirmou aos deputados gaúchos a existência de rapel - prática de cobrar produtos nos supermercados. E se comprometeu a apresentar contratos de venda comprovando a prática.

A ameaça correu como rastilho de pólvora no setor, de Porto Alegre a Brasília.

A cobrança de rapel é quase uma rotina no meio, do tipo todo mundo sabe, mas ninguém viu.

Ao prometer contratos, Feijó deixou muitos supermercadistas de cabelo em pé. Acontece que o empresário atualmente atua no portal B2B Mercador.com, que intermedia vendas entre fornecedores e supermercados. Ou seja, tem acesso a informações sigilosas entre as duas partes (ZH, 08/12/2001:18)

O depoimento teve repercussão entre as redes de supermercado. O receio está na divulgação dos contratos, nomeando quem pratica o rapel, uma “rotina” no meio. Aqui a dinâmica do escândalo encontra seu fulcro: a transgressão é tida como algo trivial; sua revelação provoca temor. A nota seguinte, em 10 de dezembro, abre espaço para o irmão de Luiz Flaviano Feijó, Paulo Feijó, presidente do portal, afirmando que o Mercador.com não tem acesso aos contratos estabelecidos entre as partes, tendo ênfase apenas em informações físicas de vendas. Uma nova nota é publicada em 19/12, afirmando que Luiz Flaviano Feijó tem sido bastante procurado por fornecedores que querem ceder seus contratos a fim de confirmar a prática.

A prática é efetivamente comprovada no relatório. Apesar das redes Carrefour e Sonae estabelecerem uma cláusula de sigilo em seus contratos, vários fornecedores cederam seus contratos com estas duas empresas. Os nomes não foram revelados, a fim de evitar possíveis retaliações (Relatório Final, 2002:171). Também houve confirmações no depoimento dos representantes da Cosuel, da Cooperativa Santa Clara (que incluiu a rede Zaffari de supermercados) e da Cooperativa Piá.

Apesar disto, a revelação prometida de Luiz Feijó não vem a público. O escândalo restringe-se à CPI.

Entre as ocorrências sobre o depoimento de Feijó, produtores ligados à Fetag comparecem à sessão da CPI, levando apoio e cobrando “mais empenho” dos deputados (ZH: 05/12/2001:26). Ainda em dezembro cabe destacar a

matéria veiculada no dia 28, que recapitula os passos da comissão. Sob o título “CPI do Leite aprofunda investigações”, o texto informa que “seis reuniões realizadas na Assembléia Legislativa gaúcha desde 10 de outubro foram suficientes para que os deputados concluíssem que há indícios de dumping e rapel por parte deste setor” (ZH-Campo & Lavoura, 28/12/2001:2).

A recapitulação é válida, uma vez que os trabalhos da CPI são suspensos em janeiro. Neste mês, Zero Hora informa sobre a entrega de documentos por parte de cooperativas ligadas à CCGL. Em fevereiro, há uma ocorrência em Zero Hora no dia 07/02, sobre um levantamento realizado pela Farsul e entregue à CPI que constatou uma perda média do produtor de R\$0,02 por litro no ano de 2001.

A matéria do dia 26/02 privilegia a ida de deputados à Fetag. O depoimento do representante da Conaprole é ignorado, assim como o prazo de cinco dias estipulado pelo deputado Covatti (PPB) para que a Tetrapack mandasse as informações solicitadas. Em Zero Hora, o ato aparece assim: “O presidente da CPI, Vilson Covatti (PPB), garantiu que vai “apertar o laço” das empresas que ainda não enviaram as documentações solicitadas pela CPI” (ZH, 26/02/2002:26).

A audiência em Teutônia no dia primeiro de março reforça aos parlamentares denúncias de exploração dos produtores pelas indústrias. Em ZH, a audiência aparece em nota, tendo como objetivo “coletar na região informações para a elaboração do relatório final, com conclusão prevista para o dia 9 de junho. A próxima audiência ocorre no dia 15, em Pelotas” (ZH, 02/03/2002:15).

Dos depoimentos do dia 4, Zero Hora menciona apenas o de Cláudio Bier, com a afirmação deste de que “os produtores gaúchos de leite não dispõem de financiamentos públicos para compra de máquinas resfriadoras exigidas pelas novas regras para produção de leite” (ZH, 05/03/2002:24).

Acompanhando a tabela, nota-se que Zero Hora não deixou de mencionar nenhuma ocorrência do campo político. A audiência pública em Pelotas, onde produtores denunciaram prática de dumping, é enunciada em uma nota:

CPI do Leite – Produtores de leite da zona sul do Estado denunciaram ontem à CPI do Leite um suposto aliciamento a que estariam sendo submetidos. Segundo foi relatado ao presidente da comissão, deputado Vilson Covatti (PPB), uma indústria da região estaria oferecendo aos produtores uma remuneração extra de 6% no preço do litro. O valor seria pago por fora, caso eles deixassem de fornecer o leite para a cooperativa Danby (uma das maiores da região) (ZH, 16/03/2002:21)

Note-se que o aliciamento é suposto – mais uma vez os cuidados que a objetividade jornalística prega. Esta nota, entretanto, revela que o jornal não esteve em Pelotas e que as informações foram repassadas a Zero Hora pela assessoria de Covatti (PPB) – “segundo foi relatado ao presidente...” Este não comparecimento ao local do acontecimento e a própria disposição em forma de nota indicam um interesse jornalístico fraco pelo fato.

Os dois últimos depoimentos do mês de março também são tratados de forma similar. Zero Hora atém-se a um ponto específico. Os depoimentos constam no jornal, apenas, assim como a prorrogação da CPI por mais 60 dias.

Tabela 14

	ZH
Abril 2002	
CPI – (03/04) DEPOIMENTO MARCADO DO DIRETOR-EXECUTIVO DA PARMALAT, ROQUE DALCIN. ELE NÃO COMPARECE E ENVIA UM REPRESENTANTE. A CPI NÃO ACEITA A SUBSTITUIÇÃO E DECIDE REINQUIRIR DALCIN NO DIA 10 – (10/04) DEPOIMENTO: ROQUE DALCIN/PARMALAT – (11/04) AUDIÊNCIA PÚBLICA EM FREDERICO WESTPHALEN – (15/04) DEPOIMENTO EM SIGILO DE DIRETOR DA ELEGÊ	– (03/04) anuncia o depoimento do diretor da Parmalat – (11/04) menciona depoimento do diretor da Parmalat, a portas fechadas. Anuncia audiência em Frederico Westphalen e depoimento de diretor da Elegê – (20/04) entidades definem pauta de

	ZH
<ul style="list-style-type: none"> - (22/04) DEPOIMENTOS: REDES ASSUN, UNIDÃO, ZÁFFARI. PRESIDENTE DA AGAS - (24/04) DEPOIMENTO EM SIGILO DO GERENTE NACIONAL DO CARREFOUR - (29/04) DEPOIMENTO EM SIGILO DO DIRETOR DA REDE SONAE - (30/04) AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SOBRE A PORTARIA 56 	<p>reivindicações sobre a portaria 56 para discussão em audiência no Ministério</p> <ul style="list-style-type: none"> - (25/04) menção ao depoimento do dirigente do Carrefour, que nega abuso de poder econômico e concentração de mercado - (30/04) anuncia audiência no Ministério
Maio 2002	
<p>CPI</p> <ul style="list-style-type: none"> - (10/05) AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PASSO FUNDO - (20/05) AUDIÊNCIA PÚBLICA EM TRÊS DE MAIO - (24/05) RELATÓRIO DEVE SER ENTREGUE EM 10 DE JUNHO - (27/05) AUDIÊNCIA PÚBLICA EM NÃO-ME-TOQUE - (29/05) AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PORTO ALEGRE 	<ul style="list-style-type: none"> - (03/05) "O mercado do leite sob suspeita" - (08 e 09/05) anuncia audiência pública em Passo Fundo - (18/05) anuncia audiência pública em Três de Maio - (24/05) anuncia audiência pública em Não-Me-Toque - (25/05) relatório deve ser entregue em 10 de junho - (30/05) CPI realizou última audiência
Junho 2002	
<p>CPI</p> <ul style="list-style-type: none"> - (10/06) RELATÓRIO É APROVADO POR UNANIMIDADE, COM RESTRIÇÕES DO PT - (18/06) RELATÓRIO É VOTADO NA ASSEMBLÉIA - (19/06) RELATÓRIO É ENTREGUE AO MINISTRO DA AGRICULTURA 	<ul style="list-style-type: none"> - (05/06) "Votação do relatório mobiliza produtores". Antecipações sobre o relatório - (10/06) anúncio da sessão de leitura do relatório - (11/06) Pág Dez: "Tirando leite de pedra". "CPI indicia cinco empresas gaúchas" - relatório constatou abuso de poder econômico - (12/06) Opinião ZH: Política para o leite - (18/06) anuncia votação do relatório na Assembléia - (19/06) aprovação do relatório - (20/06) entrega do relatório ao Ministro da Agricultura

CPI do Leite em ZH de abril a junho

O período de abril a junho inicia com um ignorar da comissão. Boa parte dos depoimentos tomados em abril foram de grandes empresas e ocorreram, por solicitação das mesmas, a portas fechadas. Isto, entretanto, não é impedimento para a mídia obter informações, uma vez que o próprio site da Assembléia veiculou notícias sobre os depoimentos. Zero Hora apenas menciona alguns.

O contraponto chega em maio, na forma de uma reportagem que ocupa duas páginas do caderno Campo & Lavoura de 03/05. Sob o título “O mercado do leite sob suspeita”, a reportagem informa que a Secretaria de Direito Econômico está iniciando uma investigação sobre o setor, baseada nas conclusões das diversas CPIs do leite estaduais. Há um box de contraponto, em que as indústrias se manifestam (Nestlé, Parmalat e Tetrapack), assim como a AGAS. Um infográfico mostra que o mercado está estagnado, o consumo não cresce. Uma retranca aponta saída possível na exportação. Por fim, há um mapa do Brasil, situando as Comissões estaduais e enunciando seus resultados.

O aspecto mais revelador desta matéria está numa linha de corpo pequeno bem abaixo da página 7: “o tema desta reportagem foi sugerido pelo leitor Paulo Antônio Tietê da Silva, de Glorinha”. A reportagem foi feita a pedido de um leitor. Sinal de que a questão do leite importa a alguém, e que Zero Hora não tomou a dianteira. Note-se que não há menção a redes de supermercados específicas em toda a matéria. A Elegê também é poupada.

Maio termina com os anúncios das audiências públicas, que não são acompanhadas.

Em junho, Zero Hora anuncia que a Fetag vai reunir centenas de produtores na leitura do relatório (ZH, 05/06/2002:20). O jornal antecipa algumas conclusões do relatório: abuso de poder econômico por indústrias e supermercados, cartelização de indústrias e monopólio na fabricação de embalagens.

No dia 11, a repercussão do relatório ganha a única inserção da CPI do Leite na editoria de política, na coluna Pág Dez, de José Barrionuevo:

Tirando leite de pedra – mais uma vez um Comissão Parlamentar de Inquérito mostrou resultados, como o instrumento mais forte do legislativo. A CPI do Leite, presidida pelo deputado Wilson Covatti (PPB), instalada por pressão da Fetag, reuniu um grande público

ontem à tarde para a leitura do relatório do deputado Giovani Cherini (PDT). O relatório apresentado no auditório da Assembléia mostrou distorções na formação do preço do leite e apontou os responsáveis. É o que os produtores esperavam da CPI (ZH, 11/06/2002:10)

A CPI teve sucesso, mas fica circunscrita aos produtores. Tanto que nunca foi enunciada anteriormente neste espaço. As considerações sobre o preço do leite pareciam ao jornal não afetar os consumidores, ou não despertar o interesse destes. Na nota de Barrionuevo, a CPI parece configurar-se numa relação “toma-lá-dá-cá” entre um grupo social específico e os representantes do povo. Em última análise, a comissão sustenta a importância das CPIs de um modo geral, qualificadas como “o instrumento mais forte do legislativo”.

A ocorrência informativa do mesmo dia traz foto com produtores na frente da Assembléia com a legenda “vigília: centenas de pequenos produtores de leite acompanharam votação do documento na Assembléia Legislativa” (ZH, 11/06/2002:28). A matéria explicita o relatório, nomeando os indiciados, informando as acusações e as conclusões. Há um box intitulado “O retrato do setor” em que são mostradas em percentagens as participações de cada integrante da cadeia do leite no preço do produto. Os indiciados foram procurados e suas manifestações publicadas.

A única ausência que se poderia objetar a esta matéria é sobre as restrições feitas ao relatório pelos membros da comissão filiados ao PT. A matéria menciona que Bohn Gass e Dionilso Marcon, do PT, “argumentaram que o relatório não aborda de forma satisfatória as principais questões comprovadas no inquérito”. Na verdade, os deputados se opuseram ao não-indiciamento da rede de supermercados Zaffari. Sobre isto, há uma frase na reportagem quatro parágrafos após, explicando que Zaffari não foi indiciado por falta de provas.

Em 12/06, mais uma última ocorrência opinativa, do tipo “Opinião ZH”, publicada na página 3 (Infome Especial). Intitulada “Política para o leite”, a nota

aponta o trabalho da Assembléia como relevante por detalhar o problema, podendo levar a uma política para a área. “A cadeia do leite só atingirá os níveis de eficiência desejáveis se os produtores puderem contar com assistência técnica adequada e se todos os envolvidos forem devidamente remunerados”. As últimas ocorrências dizem respeito à aprovação do relatório pela Assembléia e sua entrega ao ministro da agricultura. Depois disso, a CPI morre. Não há repercussão ou acompanhamento de suas conseqüências.

Dos três tipos de participação midiática relacionados anteriormente, a cobertura da CPI do Leite apresentou apenas um. Não há um pautar do campo político através de matérias publicadas no campo midiático, que sejam retomadas textualmente pelo jornal ou mesmo citadas no site da Assembléia. Também não há um movimento direto da mídia no acontecimento, como presenciado na CPI da Segurança. A CPI do Leite não despertou a atenção da mídia para uma participação mais ativa desta, que ficou restrita a um número pequeno de ocorrências opinativas. Algumas, como as notas do Informe Econômico em dezembro, criam expectativas que não são supridas pela cobertura de Zero Hora.

Ao mesmo tempo, o escândalo está lá, em Zero Hora; mas não é um escândalo midiático. Fica restrito à CPI. Em nenhum momento Zero Hora apurou denúncias de rapel ou de cartelização.

Um exame da quantidade e qualidade destas ocorrências permite uma avaliação mais apurada da midiatização desta CPI.

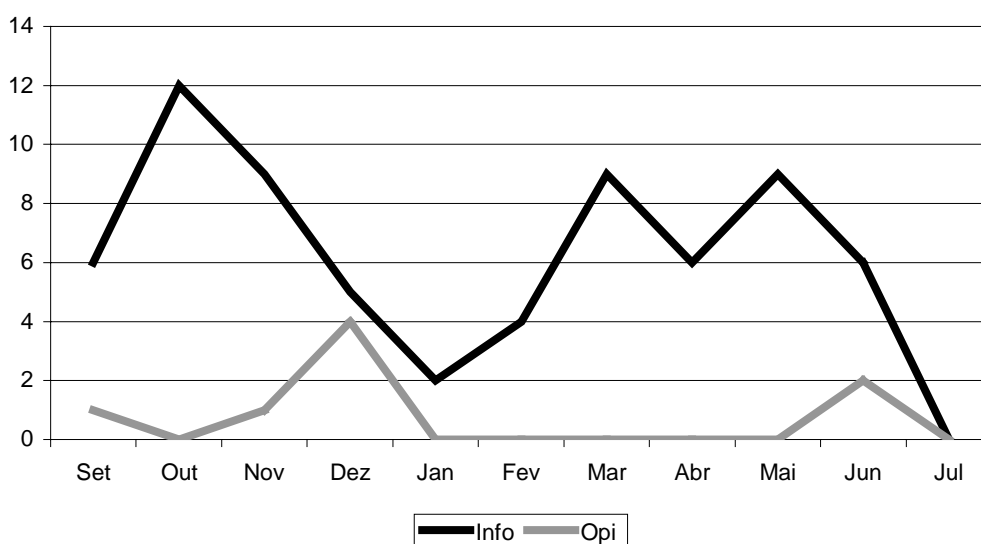
6.4 Construção e intervenção na visibilidade

Embora a correspondência de conteúdo dê a impressão de que a CPI do Leite foi acompanhada passo a passo por Zero Hora, mesmo que se constitua em

uma possível edição de releases, a qualidade e quantidade das inserções ajudam a compreender melhor a visibilidade da CPI.

Foram registradas 76 ocorrências envolvendo a CPI do Leite em Zero Hora no período de setembro de 2001 a julho de 2002. Destas, apenas 8 pertencem ao gênero opinativo, o que resulta em 89% de ocorrências informativas. A evolução de ambas é mostrada no gráfico a seguir.

Gráfico 11



Evolução das ocorrências opinativas e informativas para a CPI do Leite em ZH

De acordo com o gráfico, as ocorrências informativas apresentam seu maior índice em outubro, mês de instalação da CPI (12 ocorrências). Este período

é marcado pelas manifestações de produtores, como visto. Há um decréscimo em janeiro, por conta da suspensão dos trabalhos da comissão. Mesmo assim, a entrega de documentos solicitados por parte de alguns produtores produz 2 inserções.

As ocorrências opinativas apresentam seu maior índice em dezembro; este dado ocorre em função da repercussão do depoimento do ex-diretor da AGAS, Luiz Feijó, feita na coluna Informe Econômico da jornalista Lurdete Ertel.

Chama a atenção a queda brusca em julho, quando não há nenhuma ocorrência para a CPI do Leite: no mês seguinte à leitura do relatório, ela desaparece completamente da zona de visibilidade. Uma busca por outras ocorrências neste ano, a fim de avaliar a permanência da Comissão, resultou em apenas mais duas menções à CPI em 2002: uma em outubro, quando o jornal apresenta os deputados estaduais eleitos⁸⁰ e outra em dezembro, na última edição do caderno Campo & Lavoura, quando há uma recuperação dos fatos relacionados ao campo que marcaram 2001.

Este primeiro gráfico é complementado com a discriminação das ocorrências informativas. Em termos de capa, a CPI do Leite nunca recebeu uma chamada, quanto mais manchetes em Zero Hora, nem mesmo no dia posterior à leitura do relatório, com todos os indiciamentos, ocasião em que ocupa inclusive um espaço na Página Dez de José Barrionuevo⁸¹.

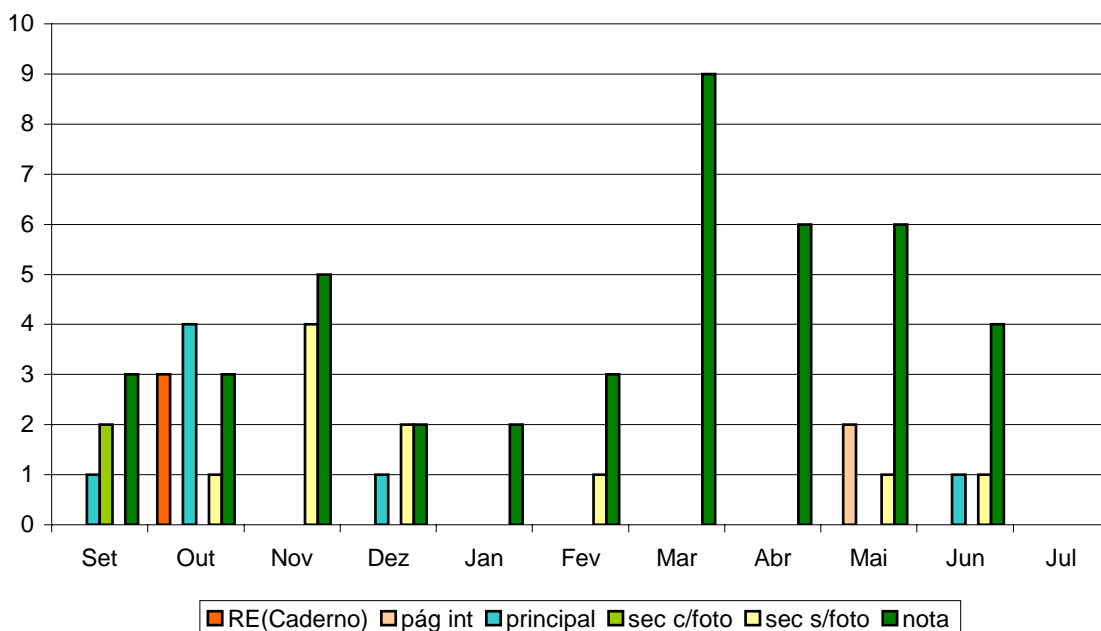
⁸⁰ a CPI é mencionada no texto de apresentação do Deputado Vilson Covatti, do PPB, que foi presidente da CPI do Leite. Curiosamente, ele também é apresentado como um dos articuladores da CPI da Segurança. O deputado foi responsável pelo primeiro requerimento desta CPI, que foi tratado como “trapalhada” pela imprensa devido aos erros que continha.

⁸¹ A capa de Zero Hora do dia 11 de junho de 2002, quando há a cobertura do relatório da CPI do leite, traz os seguintes assuntos: “Piloto sobrevive a queda de F-5”, “Ministro diz que poder público perdeu controle sobre tráfico no Rio” e “Onda de frio traz geada ao Estado” (manchetes); “Preso americano que planejava ataque com bomba radioativa”; “Humor instável” (referente ao treinador da seleção brasileira de futebol, Luís Felipe Scolari), capas dos

Há a capa do Caderno Campo & Lavoura, encartado nas edições de sexta-feira. Mesmo assim, a CPI foi capa deste caderno apenas uma vez no período analisado, no dia 19 de outubro de 2001, mês em que há, conforme o gráfico anterior, o maior número de ocorrências informativas.

Os demais tipos de ocorrências informativas evoluem conforme o próximo gráfico.

Gráfico 12



Evolução das ocorrências informativas discriminadas para a CPI do Leite em ZH

Este gráfico melhora o entendimento da visibilidade concedida à CPI em gêneros informativos: em outubro, a qualidade das inserções é maior do que no resto dos meses. Além de contar com o maior número de ocorrências, foram publicadas no mês três páginas do tipo reportagem especial (aqui circunscrita ao caderno Campo & Lavoura, não correspondendo à cartola Reportagem Especial

cadernos Casa & Cia e Viagem, “delegado alega perseguição política e se recusa a deixar cargo”

das primeiras páginas do corpo principal de Zero Hora), além de quatro matérias do tipo principal. A edição do caderno Campo & Lavoura dedicada à CPI, como analisado anteriormente, explora especialmente a situação dos produtores, através de relatos pessoais, além de cobrir a manifestação em Júlio de Castilhos. A instalação da CPI é “rebocada” especialmente por estas manifestações, articuladas pela Fetag, com distribuição gratuita de leite e desfile de vacas holandesas cobertas com panos pretos.

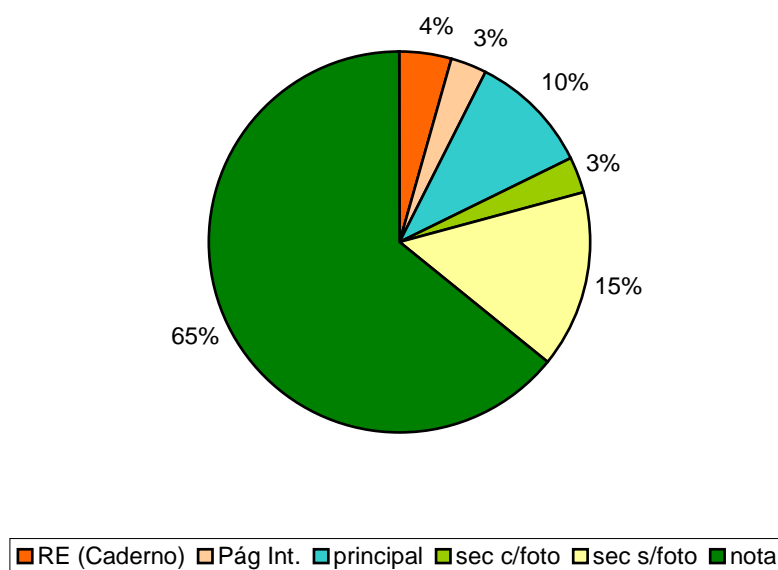
Note-se que em março, um sub-pico no total de ocorrências informativas, só foram publicadas notas. Neste mês foram realizadas duas audiências públicas e quatro sessões de depoimentos que apenas constaram em Zero Hora, sem receberem maior atenção. Outro sub-pico, em maio, revela notas, uma matéria secundária e duas páginas inteiras (estas últimas constituem a reportagem sugerida pelo leitor e publicada no caderno Campo & Lavoura do dia 3). Uma observação sobre a matéria secundária registrada em maio: a ocorrência localizada no programa Folio, do Memória RBS, indicava uma matéria sobre a Feira de Leite em Passo Fundo, na qual a audiência pública realizada pela CPI é mencionada. Uma pesquisa no Museu Hipólito José da Costa, entretanto, não constatou sua presença na página 27 do dia 10/05/2002, no exemplar de Zero Hora ali disponível. Em seu lugar, há uma página inteira de anúncio do supermercado Nacional, da rede Sonae.

A ocorrência foi computada porque pode ter havido diferença (inclusão tardia ou cancelamento do anúncio) na tiragem daquele dia, e exemplares do interior podem ter chegado ainda com a matéria. Curiosamente, o dia 10 é uma sexta-feira, mas o evento de Passo Fundo também não consta no caderno Campo & Lavoura, que prefere cobrir o “Freio de Ouro” e a “Agrishow 2002”.

O mês do relatório (junho), com um total de 6 ocorrências informativas, possui apenas uma matéria principal e uma secundária. A primeira refere-se à cobertura da leitura do relatório (que não mereceu página inteira), enquanto esta focava a intenção dos produtores de comparecerem em grande número à leitura do mesmo.

A premência das ocorrências informativas do tipo nota é evidenciada no gráfico a seguir.

Gráfico 13



Proporcionalidade nos totais discriminados de ocorrências informativas para a CPI do Leite em ZH

A porcentagem de ocorrências do tipo nota é esmagadora, 65%. Somando-se ao segundo tipo de ocorrência de menor relevância, as matérias secundárias sem foto, atinge-se a marca de 80% do total de ocorrências informativas. É um

dado definitivo no sentido de estabelecer a qualidade da exposição obtida pela CPI do Leite em Zero Hora.

Do ponto de vista das ocorrências opinativas, cinco tipos podem ser discriminados: Opinião ZH (2 ocorrências), Informe Econômico (Lurdete Ertel – 3 ocorrências), charge (uma, no dia 28/12, no caderno Campo & Lavoura), artigo assinado (do deputado Osmar Terra) e a única ocorrência na Página Dez, totalizando 8 ocorrências. Não há uma permanência no gênero opinativo, nem variabilidade considerável em um mesmo período. A RBS não elaborou editoriais sobre a questão, e nenhum leitor enviou cartas (ou, se enviou, não teve sua carta publicada), à exceção daquele que sugeriu a matéria. Poucas vozes assumiram a CPI do Leite.

Em termos de pertinência, também não há variabilidade considerável. Das ocorrências informativas, não houve trânsito significativo: ou estavam na editoria Campo & Lavoura, publicada diariamente, ou no caderno semanal Campo & Lavoura. Há apenas uma ocorrência na editoria de economia. O sentido desta fixação é bem claro: o assunto é considerado pelo jornal como de interesse de um público bem específico. Isto é confirmado pelos conteúdos abordados, quando se observou que o jornal nunca questionou as implicações das investigações para o consumidor final, não considerado parte interessada no assunto. A única conotação política que a CPI recebe é dada na nota da Página Dez – um espaço eminentemente político.

Em termos de permanência, além do já constatado sumiço da CPI em julho, observando-se mais duas ocorrências posteriores em 2002, foram registradas 5 ocorrências em 2003 e uma única ocorrência até 10 de março de 2004. Na Assembléia, a CPI é lembrada em função do escândalo da multinacional Parmalat.

7 MIDIATIZAÇÃO DAS CPIS: INTERESSES E REGIMES DE VISIBILIDADE

Conhecendo o processo de midiática das duas CPIS, pode-se, então, retomar o circuito de visibilidade e inferir sobre os regimes que cada uma usufruiu. Esta análise é feita para cada comissão separadamente, a fim de provocar uma confrontação posterior que agregue possíveis interesses capazes de justificar os dois processos de midiática.

É possível perceber, na cobertura dada pela Zero Hora e pelo Diário Gaúcho, que a CPI da Segurança transitou por variados regimes de visibilidade, alcançando picos de relevância e participação, percorrendo diferentes gêneros e permanecendo como um referencial no debate político para além do próprio período de sua existência formal.

Algumas observações devem ser feitas. Em primeiro lugar, não há dúvidas de que o escândalo principal provocado pela (ou na) CPI também teve participação midiática, representando a categoria criada por Thompson(2002) de escândalos midiáticos. De acordo com o autor, um escândalo político-midiático é caracterizado por sua revelação e condenação através da comunicação midiática, além de ser bastante suscetível a transgressões de segunda ordem (uma vez que os envolvidos ficam expostos na zona de visibilidade pública, sendo avaliados em relação a seu comportamento). O que ocorre na CPI da Segurança é que não apenas a revelação e a condenação ocorrem via mídia; a própria mídia ajuda a revelar o escândalo, ao entregar uma fita ao relator, incorrendo também ela própria em uma transgressão do fazer jornalístico – que, no entanto, pode ser entendida, numa escala maior, como uma inferência midiática sobre o que vai ser midiaticado. Em outras palavras, a mídia interfere diretamente no acontecimento, midiaticando as conseqüências disto. A transgressão é da ordem do jornalismo: o

fato não é mais algo exterior a ser descoberto, desvelado pela mídia; o fato é provocado pela mídia. Mas este movimento pode não ser considerado como transgressor do ponto de vista do campo midiático, como um todo: pode representar um posicionamento da instituição midiática envolvida (que nunca é politicamente neutra), assim como pode se adequar perfeitamente à lógica de produção midiática.

Além disso, as conseqüências não se limitam ao campo político. A exposição adquirida pela CPI a torna assunto de relevância pública, e a discussão transcende seus limites, proporcionando à mídia novas pautas, como a escolha do melhor candidato ao governo pelo PT depois dos escândalos da comissão. Há avaliações de toda ordem sobre os possíveis prejuízos de Olívio Dutra com a CPI, o que favoreceria a candidatura de Tarso Genro. O posicionamento nacional do partido também é avaliado, e as pesquisas pré-eleitorais servem como base para inferências a respeito do quanto o eleitorado do Estado estaria transferindo a carga do escândalo para a candidatura à presidência de Lula. Os escândalos midiáticos também possuem uma estrutura seqüencial que abriga um momento pré-escândalo, a fase do escândalo propriamente dito, um clímax e as conseqüências.

A CPI da Segurança Pública pode ser pensada através desta seqüência, tendo no seu momento pré-escândalo sua constituição e início dos trabalhos; a fase do escândalo iniciando com a questão do jogo do bicho, atingindo o clímax com as doações ao Clube de Seguros e da Cidadania, a fita Tubino-Oliveira e a leitura do relatório; suas conseqüências estendendo-se desde investigações no campo jurídico às elocubrações midiáticas sobre as eleições de 2002.

Com a ajuda dos gráficos elaborados temporalmente a partir das ocorrências, podemos rastrear o caminho da CPI no circuito de visibilidade

pública, e até esboçar um “mapa”, uma possível leitura gráfica representando este percurso.

Deve-se notar que:

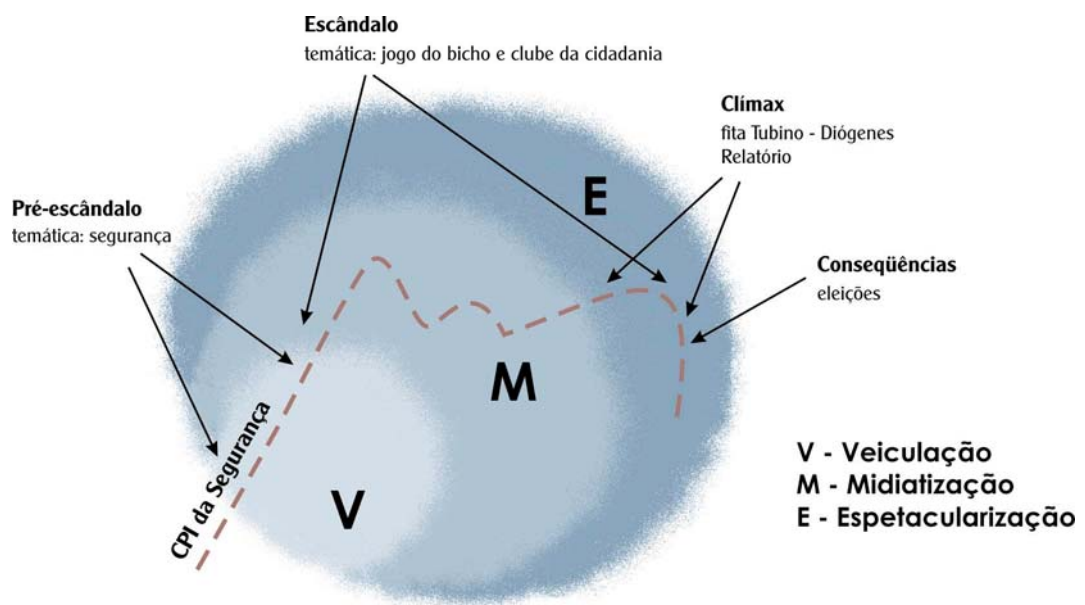
- na fase pré-escândalo (fevereiro-março), a CPI figura em gêneros opinativos e informativos, com baixa frequência e permanência destes. As ocorrências informativas ficam restritas, em sua maioria, a matérias secundárias e notas e a uma editoria (polícia). É no plano opinativo que está a propulsão da midiaticização. Mas também este gênero, embora com uma boa permanência de ocorrências na Página Dez, não alcança todos os extremos de seu amplo espectro. São poucos editoriais e um único artigo da editora de Política. Não há charges, as manifestações de leitores são muito pequenas. Um “dar a ver” midiático pouco intenso. Pela tabela 1, a CPI estaria na instância de veiculação.
- A fase de revelação é longa. Ela inicia com a inflexão temática “segurança-jogo do bicho” e segue até a fita de Tubino e Diógenes de Oliveira e os depoimentos de doadores do Clube. Estes são pontos, no final de outubro e primeira quinzena de novembro, em que o escândalo também atinge seu clímax. Logo, entre maio e novembro, o “Dar a ver” midiático é progressivamente intensificado, com uma queda em julho, um leve aumento em agosto, nova queda em setembro, e um aumento efetivo em outubro e novembro. Deve-se lembrar também que a própria imprensa registra que as últimas sessões, em novembro, são transmitidas ao vivo, bem como que a CPI tem repercussão em jornais e revistas nacionais. É nestes meses que a participação da sociedade também aumenta, o que é atestado pelas ocorrências de

cartas e pelas publicações de manifestações, grandes e pequenas, em favor ou contra o governo. A intensificação desta participação empurra a CPI para a espetacularização.

- Ao clímax, do qual também faz parte a leitura do relatório, sobrepõem-se já algumas conseqüências, como visto. O mês de dezembro, entretanto, baixa o número e variabilidade de ocorrências que contém “CPI da Segurança”. Quanto à evolução posterior destas conseqüências, portanto, nada podemos atestar: elas já assumem outros nomes, sejam “desgaste do governo” ou “sede do PT” ou “Clube da Cidadania” – caracterizando uma autonomização das ocorrências em relação à CPI. Isto não significa que a CPI finaliza aqui seu trajeto no circuito de visibilidade, uma vez que ainda há ocorrências para “CPI da Segurança” em Zero Hora em 2002, 2003 e até 2004. Isto significa que a CPI gerou novos temas, e foi mesmo retomada em outras circunstâncias pela mídia. Do ponto de vista desta análise, no período restrito selecionado, a CPI é “estacionada” na zona de espetacularização, pelo trânsito provocado no sentido das eleições, o grande espetáculo da política.

Estas considerações levam à figura abaixo, que não é elaborada com base em exatidão numérica, mas sim respeitando os dados qualitativos aqui analisados:

Figura 10



Um possível mapa dos trânsitos entre regimes de visibilidade da CPI da Segurança

Com as observações obtidas nas análises anteriores, é possível traçar também para a CPI do Leite um provável trajeto no circuito de visibilidade midiática. Retomando o desenvolvimento do escândalo, tem-se que o pré-escândalo é constituído pelo período imediatamente anterior à CPI; o escândalo propriamente dito inicia juntamente com as investigações (já os primeiros

depoimentos continham denúncias consistentes); o clímax está na confirmação de um ex-dirigente do setor varejista da existência de rapel e de monopólio (é o único envolvido nos setores denunciados – indústrias e supermercados – a confirmar as transgressões. Além disso, faz revelações sobre o grau de concentração do setor importantes e não conhecidas publicamente, como a sociedade entre as redes Sonae e Carrefour); a condenação acontece apenas com o relatório, mas as conseqüências da CPI não existem no período analisado.

Desde já fica claro que o escândalo econômico e social revelado pela CPI do Leite não se constitui midiaticamente. Não há participação da mídia na revelação e nem ao menos na condenação.

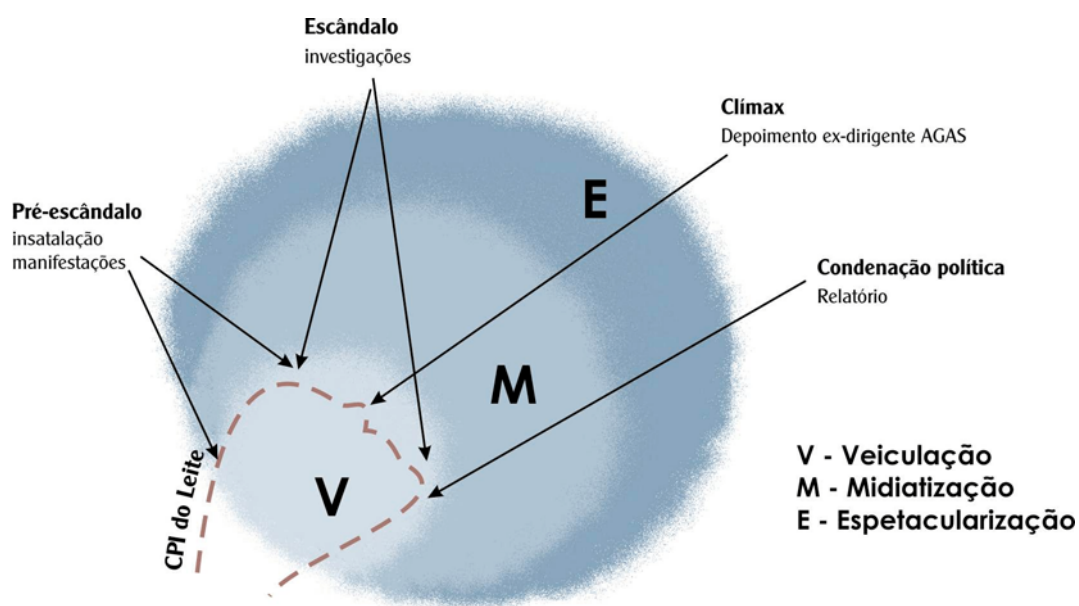
De acordo com os dados analisados, tem-se que:

- O maior grau de visibilidade da CPI está na fase pré-escândalo, momento em que a comissão é solicitada até sua instalação. Neste período, o acontecimento tem uma certa relevância e alguma permanência, mas a variabilidade de ocorrências não se manifesta editorialmente, ficando restrita aos tipos do gênero informativo. Também não há participação midiática considerável, caracterizando um dar a ver pouco intenso, talvez limítrofe entre a veiculação e a midiatização;
- A fase do escândalo propriamente dito não recupera sequer o patamar alcançado anteriormente; a visibilidade apresenta uma queda, uma vez que a variabilidade e mesmo o número de ocorrências diminui. O clímax do escândalo, apontado no mês de dezembro, reverte um pouco esta queda, uma vez que o número de ocorrências opinativas cresce, e as informativas possuem uma variabilidade qualitativa; este crescimento, entretanto, não supera o período anterior. Após dezembro há nova queda e estabilização

da visibilidade. Março não corresponde a aumento, uma vez que se limita a notas. Um pequeno crescimento pode ser identificado em maio. Logo, neste período a CPI está situada na zona de veiculação;

- Em junho, com a leitura do relatório, há novo aumento, que também não supera o patamar alcançado na primeira fase. A CPI pode ser situada, maximamente, de novo na zona limite entre veiculação e midiática. Em julho, ela sai do circuito. Ainda que existam ocorrências posteriores, este número é muito pequeno. No possível mapa aqui traçado, uma vez que não há indicativos de uma evolução temática e considerando o período analisado, a CPI sai do circuito.

Considerando estas observações, um possível mapa dos trânsitos da CPI do Leite no circuito de visibilidade midiática teria a seguinte representação:



Um possível mapa dos trânsitos entre regimes de visibilidade da CPI do Leite

As mediações das duas CPIs , com seus respectivos trânsitos de visibilidade, devem ser comparadas, a fim de identificar fatores que justifiquem as diferenças e semelhanças encontradas. Por um lado, a CPI da Segurança chegou a um regime de espetacularização e constituiu-se em um escândalo político-midiático. Por outro, a CPI do Leite não venceu as barreiras da veiculação, e o escândalo que abrigou ficou restrito aos seus limites dentro do campo político.

Um rápido olhar sobre cada comissão revela que, originalmente, ambas poderiam se encaixar mais adequadamente em alguma das funções das CPIs: a de colher subsídios para auxiliar na atividade legislativa, alertar a opinião pública ou fiscalizar a administração pública (Salgado, 2001:1). No caso da CPI do Leite, a finalidade primeira de auxílio à atividade parlamentar é bastante clara (e efetivada com a apresentação de 5 projetos de lei com o relatório final). O trabalho fiscalizador, embora presente, esbarra nos limites dos domínios estaduais e federais. A questão é ampla, necessitando de outras instâncias fora do

parlamento gaúcho (e é assim que recomendações são encaminhadas ao Ministério da Agricultura).

Para a CPI da Segurança há uma direção nítida no sentido da fiscalização da administração pública, e é isso que a torna uma ameaça desde o início, como sugerido na nota da Página Dez em fevereiro de 2001. Embora seu objeto de investigação fosse bastante amplo e a questão da segurança antiga, a investigação circunscreve-se no âmbito do governo Olívio Dutra.

A função de alertar a opinião pública não depende exclusivamente do trabalho da CPI, mas de sua conjugação à visibilidade obtida na cena pública, conformada pelos meios de comunicação de massa. Neste sentido, a CPI da Segurança foi muito mais bem sucedida do que a do Leite, uma vez que desfrutou de regimes de visibilidade mais intensos, contando com o potencial de reverberação do campo midiático.

Argelina Cheibub Figueiredo, analisando as formas de controle do executivo, entre elas as Comissões Parlamentares de Inquérito, conclui que “a capacidade legal do Congresso para assumir iniciativas de fiscalização é muito maior que a de obter resultados reais” (2001:692), mas , ainda que este papel de controle seja reduzido,

sua atuação indireta é crucial: as informações que ele (o Congresso) fornece através de seus instrumentos de fiscalização são essenciais para que grupos da sociedade ativem outros dispositivos de cobrança de responsabilidade política. E isto, claro, fortalece também os mecanismos de accountability vertical, ou seja, aqueles que se estabelecem entre eleitores e o governo (FIGUEIREDO, 2001:693)

Neste sentido, a midiáticação, enquanto regime de visibilidade mais intenso, contribui para que um número maior de pessoas tome conhecimento dos assuntos tratados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O que, por sua vez, pode aumentar a chance de um grupo social exercer um papel de cobrança.

A atividade legiferante é uma atividade pública e que diz respeito a todos os cidadãos. Informar sobre a atividade parlamentar nada mais é que atender a um interesse público. E esta é uma das funções essenciais que o próprio campo midiático se atribui. Neste sentido, qualquer investigação parlamentar receberia, em tese, atenção da mídia.

Pode-se entender que a função fiscalizadora de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é mais atrativa à lógica midiática, ainda mais quando uma CPI é proposta por uma oposição. Isto é claro pois, tratando-se de um embate entre adversários, denúncias e contra-denúncias são esperadas, fomentando uma dinâmica propícia ao surgimento do escândalo, com o conseqüente potencial de dramatização a ser aproveitado pela mídia. Ou seja, além do interesse público em questão, há um meta-valor, a dramatização, na expectativa de se realizar.

Estes seriam pontos de interesse primordiais na midiática de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ambos, entretanto, não garantem uma midiática efetiva, mas apenas a veiculação. Para avançar na visibilidade midiática é preciso algo mais, que pode estar na própria realização do escândalo.

A CPI da Segurança possuía todos os signos sinalizando para esta concretização. Denúncias, documentos sigilosos, testemunha-bomba, fitas gravadas. À exceção do último item, a CPI do Leite também teve os seus. Mas a qualidade dos escândalos tratados era diferente.

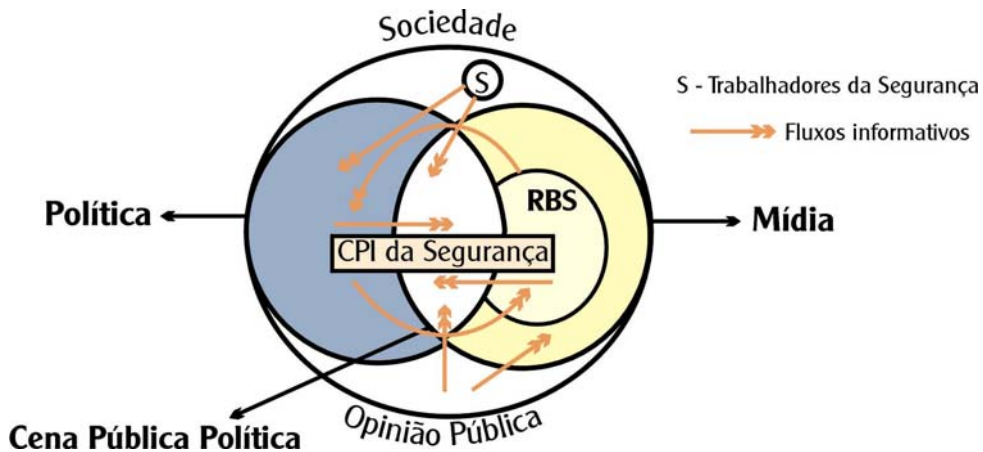
No caso da CPI da Segurança, o escândalo é do campo político, envolve um partido e um governo específicos e uma atividade ilegal conhecida por boa parte da população; afeta todos os governados, especialmente os eleitores. Na CPI do Leite, o escândalo é econômico e social, envolve marcas conhecidas de indústrias de laticínios e supermercados e práticas ilegais mas apresentadas como usuais

no setor (conforme a coluna de Lurdete Ertel do dia 8/12/2001), afeta os produtores de leite e os consumidores.

A midiaticização revelou caminhos diferentes. A dramatização foi aproveitada, no primeiro caso, na exploração de vilões e heróis, pela própria (des)qualificação dos personagens envolvidos; no segundo, na demonstração de vítimas. As adversatividades foram diferentemente tratadas. Observando as ocorrências que traziam um box do tipo “contraponto”, bastante freqüente nas páginas de Zero Hora, a grande maioria reservava o espaço, no caso da CPI da Segurança, para manifestações de representantes do governo. Na CPI do Leite, dado o grande número de ocorrências do tipo nota – que inviabilizam a publicação de um “contraponto” – este Box foi bem menos utilizado, e há registro das vozes tanto de representantes dos produtores quanto de outros setores da cadeia produtiva. Pensando discursivamente, o “contraponto” surge como a voz do outro, publicada tal qual, e, portanto, fora do espaço destinado à redação objetiva do fato (que seria o corpo da matéria). É quase uma defesa em relação ao fato. Logo, na CPI da Segurança, o uso deste box indica uma adversatividade entre CPI e governo, devendo este se defender dos fatos. No caso do Leite, não há um endosso jornalístico de um dos lados mediante este recurso (o jornal não assume explicitamente uma posição preferencial em relação ao fato através do contraponto – assumindo de outras maneiras, como pela própria visibilidade dada).

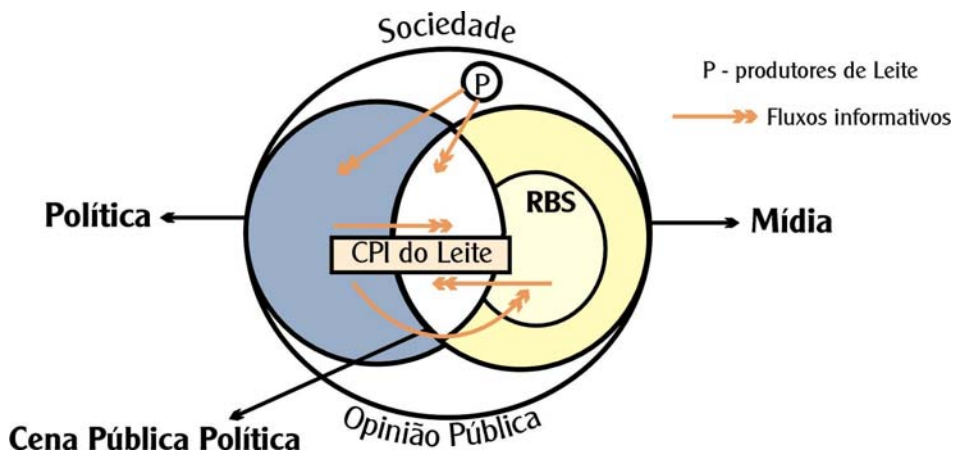
Os signos do escândalo foram amplamente expostos na cobertura da CPI da Segurança. Na midiaticização da CPI do Leite, derraparam. Enquanto naquela houve relevância, permanência e participação da mídia intensas, nesta houve apenas uma veiculação. Os fluxos entre os campos revelados pelas coberturas analisadas foram bem diferenciados, como mostram as figuras a seguir:

Figura 12



Fluxos de informação no processo de midiatização da CPI da Segurança

Figura 13



Fluxos informativos no processo de midiatização da CPI do Leite

Em ambas as CPIs, um grupo discreto da sociedade contribui para a mediação. Na CPI do Leite, ele é conformado por produtores rurais (P), através de entidades do setor. Há um movimento informativo claro em direção ao campo político através da solicitação de instalação da CPI feita por representantes deste grupo à Assembléia. De acordo com Heitor Schuch, presidente da Fetag à época e atualmente deputado estadual, a entidade solicitou uma CPI porque

entendíamos, naquele momento, que a Assembléia Legislativa, através de uma CPI, era o único instrumento possível visto que os intimados não poderiam, em nenhuma hipótese se recusarem a comparecer e apresentar sua versão sobre o tema. Já que a convite de entidades representativas dos produtores se negavam terminantemente dar explicações sobre a conjuntura. (Schuch, entrevista, 2004)

O campo político seria capaz de obrigar os demais representantes da cadeia produtiva a esclarecer a situação vivenciada pelos produtores. Ao mesmo tempo, manifestações são feitas especialmente para a cena pública política, numa tentativa de conquistar adesão da opinião pública e de exercer maior pressão sobre o campo político. Estes fluxos têm uma motivação peculiar: a instalação de uma CPI para apurar uma determinada situação. E este é o primeiro movimento fundador da CPI e de sua mediação.

Na CPI da Segurança, o grupo social em questão é conformado por trabalhadores da Segurança Pública. No período analisado neste trabalho, seus representantes são ouvidos na Comissão de Serviços Públicos da Assembléia em março, momento em que são feitas denúncias aproveitadas posteriormente pela CPI. A motivação do fluxo não é, explícita ou declaradamente, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas reivindicações por melhores condições de trabalho, além de queixas contra o governo do Estado. Este não é também o movimento fundador da CPI. Ela é gestada no campo político ainda no primeiro

ano do governo Olívio Dutra. Na instalação da CPI, entretanto, uma manifestação dos trabalhadores da segurança é feita em frente à Assembléia, aproveitando o momento oportuno. Mas não caracteriza a reivindicação de uma comissão, e sim um apoio. Cabe ressaltar que a instalação da CPI é considerada mais relevante que a manifestação por Zero Hora.

Em ambas, há um fluxo informativo do campo político à cena pública (este trabalho aproveitou uma destas formas de inserção, o site da Assembléia) e outro do campo político ao midiático, fora da cena pública. Este último é conformado pela própria apuração midiática, que solicita ao outro campo informações (note-se que estes fluxos são informativos, e não necessariamente de presença. Obviamente um repórter deve se deslocar ao apurar um fato, mas as informações são provenientes das fontes, no caso, do campo político).

Também nos dois casos, há o fluxo do campo da mídia para a cena pública, constituindo a visibilidade midiática do acontecimento. É a própria cobertura realizada. Logo, os fluxos se complementam; as informações do campo político que chegam à mídia podem ser enviadas à cena pública, depois dos procedimentos guiados pela lógica produtiva do campo.

Uma primeira diferença a ser sinalizada entre os dois diagramas é a participação midiática. Ela é pequena no caso da CPI do Leite, quase irrelevante. No caso da CPI da Segurança, ela é especial, conformada não apenas pelo fluxo à cena pública, como pelo fluxo que representa a intervenção direta no acontecimento. A informação desloca-se do campo midiático diretamente ao campo político, sem passar pela zona de visibilidade pública. Objetivamente, esta seta representa a fita levada ao relator pelos jornalistas do Diário Gaúcho.

Outra diferença, uma vez que estes fluxos são reconstituídos a partir da cobertura, é a manifestação de uma opinião pública através dos jornais. Esta voz, conformada especialmente pelas cartas de leitores, envia informações

diretamente ao campo midiático. Este fluxo também é processado produtivamente pela mídia e levado à cena pública, onde se constitui em uma representação da opinião pública feita pelos meios de comunicação para o campo político e para a própria sociedade.

Um segundo movimento parte da sociedade e avança na cena pública: são as manifestações favoráveis e contrárias ao governo que ocorrem especialmente no período final da CPI da Segurança. Os atos públicos de apoio a Olívio, por exemplo, podem ser representados através de um fluxo do campo político à sociedade e desta à cena pública. A partir do momento em que estes fluxos diretos da sociedade à cena pública são apropriados pela mídia e recolocados na zona de visibilidade midiática, é constituída mais uma vez uma representação da opinião pública feita pela mídia.

Estas diferenças entre os dois diagramas podem receber algumas considerações; a primeira é que o fluxo interventivo da mídia (em maio) é fomentador da midiáticação que a CPI da Segurança adquire posteriormente (em junho e, especialmente, em outubro e novembro). Já os fluxos que sugerem a conformação de uma opinião pública surgem em decorrência da midiáticação, como demonstram os dados analisados (especialmente o volume de cartas, que aumenta no período final). Eles também retroalimentam o processo, uma vez que são midiaticizados.

A CPI do Leite não possui um fluxo interventivo da mídia, assim como sua entrada neste campo é representada de maneira menor. Também não há manifestações da sociedade outras que não aquelas protagonizadas pelo grupo discreto dos produtores rurais. Isto é também consequência da pouca visibilidade alcançada. Ao não usufruir o poder de reverberação da mídia, o tema circunscreve-se às suas zonas de interesse de origem.

Por que a CPI do Leite não é sequer veiculada no Diário Gaúcho? A resposta está no perfil editorial do jornal, em sua circulação restrita, que possibilitam a este veículo a exclusão do acontecimento. A CPI não se encaixa nas editorias de Polícia, Variedades e Dia-a-dia (embora a questão do preço pela perspectiva do consumidor até pudesse ter algum apelo nesta última). De mais a mais, porque interessaria a este jornal, quando o principal diário da RBS também mal se interessa? Avaliando bem, a veiculação da CPI do Leite na Zero Hora, demonstra, por parte deste jornal, um interesse maior nas manifestações dos produtores que no trabalho da comissão em si. Enquanto jornal de referência no estado, ZH não pode negar a ocorrência desta investigação (e realmente não o faz). A CPI é “encapsulada” em uma perspectiva restrita, da editoria rural, sequer sendo evidenciada sua faceta econômica mais ampla, o que permitiria um trânsito à cartola economia. Mas Zero Hora não se ocupa em produzir material informativo ou opinativo que guie ou dê subsídios às investigações.

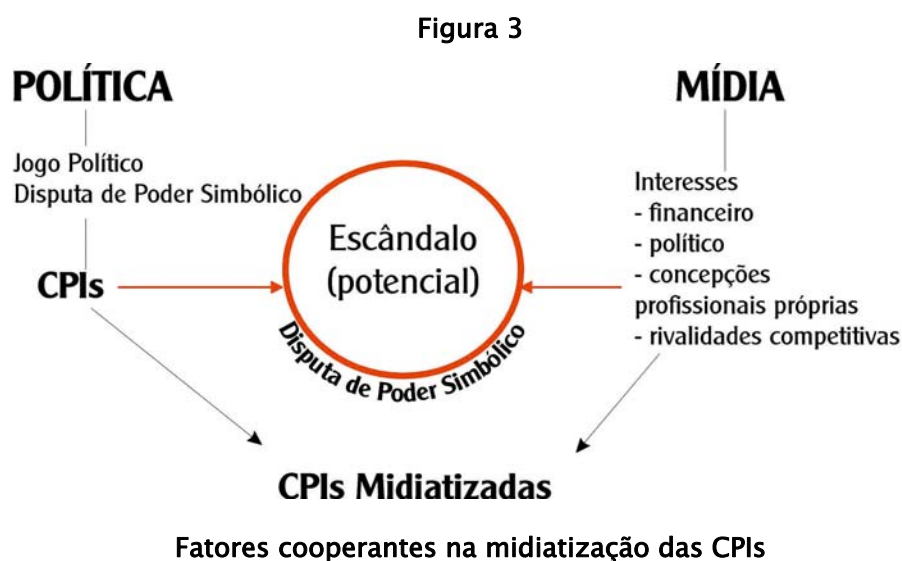
O contrário acontecendo com a CPI da Segurança, em que, claramente, ZH se ocupa em abrigar a revelação do escândalo, ensejada pelo Diário Gaúcho, bem como veicular um discurso moralizante na sua condenação.

Uma questão surge a partir destas considerações e dos diagramas: por que a participação da mídia é tão desigual? O que justifica a midiatização diferenciada de cada CPI?

Anteriormente foi visto que as comissões, enquanto acontecimentos, inicialmente possuem minimamente um atrativo midiático (na forma de valor-notícia) que garantiria já a veiculação: o interesse público. E que ambas conformavam escândalos, ainda que diferenciados.

Na CPI da Segurança, inicialmente, vingava a expectativa do escândalo, que somente é gerado com a participação midiática, especialmente através da inflexão temática e da intervenção direta. Na CPI do Leite, o escândalo já existia.

Ele vive sua revelação e condenação, mas não é tratado como tal pela mídia. Neste ponto, deve-se retomar Thompson e os interesses da mídia que viabilizam a conformação de escândalos midiáticos, a fim de encontrar possíveis respostas. Retomamos a figura 3:



Pela CPI da Segurança, o escândalo em questão reúne todos os interesses midiáticos possíveis para a RBS. Sem dúvida há a questão profissional (sempre haverá) e econômica, no sentido de que um escândalo vende, ainda mais um que envolva figuras notórias da política. Há também o interesse da concorrência, sugerida não unicamente em termos regionais, mas nacionais: RBS é a principal

fonte de notícias sobre a CPI da Segurança, uma vez que é a empresa local com maior estrutura de apuração.

O último interesse em questão, de cunho político, também pode ser positivado nesta análise com base no contexto de tensão com o governo estadual estabelecido pela empresa. Esta conjugação forte de todos os interesse promove uma participação maior da mídia, conforme mostrado pelos dados aqui analisados e pelos fluxos da figura 12.

Esta participação é bem peculiar: um dos veículos, recém-lançado e de credibilidade firmada pela proximidade com seu público leitor (e não através da alusão aos valores de uma prática jornalística dita séria, como ocorre no jornal de referência Zero Hora), uma vez que de perfil mais popular e sensacional, atua como fomentador do fato através de reportagens investigativas e da intervenção direta, mediante produção de uma prova para a CPI. É nesta condição de sentido, de um jornal não muito sério com uma circulação restrita, que o Diário Gaúcho pode publicar com grande ênfase uma reportagem sobre um inquérito sigiloso, o que talvez a ética jornalística não recomendasse. Isto porque, sem estar concluído, o inquérito não aponta culpados, mas suspeitos, que não são abertamente declarados, o que faz com que a suspeição abarque todo o campo político.

É nesta mesma condição que o Diário Gaúcho pode entregar uma fita diretamente à CPI, mesmo que ela já tenha sido entregue ao Ministério Público. Ou gravar uma conversa sem conhecimento do denunciante. As atitudes do jornal não foram esquadrihadas pela ética do campo. Talvez sua constituição simbólica as justificasse, ou, pelo menos, talvez sob ele não recaíssem as cobranças comuns ao trabalho da imprensa dita “séria”.

É o trabalho do Diário Gaúcho que permite a Zero Hora desempenhar o papel de condenação do caso, especialmente através dos gêneros opinativos, mas

também pelos títulos e fotos, especialmente do secretário Bisol e de Diógenes Oliveira, sempre apanhados em caretas ou, no caso do último, passando mal. ZH desempenha o que se espera que um jornal de sua relevância faça: o discurso moralizante. Sugere caminhos morais a serem seguidos pelo governo e pelo PT, cobra como representante da opinião pública atitudes e explicações, repreende o campo político pelo comportamento inadequado dos parlamentares em cena.

Pelo lado da CPI do Leite, o silêncio do Diário Gaúcho parece justificar-se na ausência mesma de um espaço para abrigá-la, como já observado. Zero Hora, entretanto, não pode negar este espaço, e o concede. Na midiáticação deste escândalo, há porém uma tensão.

Se há sempre interesse profissional de revelar a verdade e concorrencial de dar a informação primeiramente, não se pode garantir que no caso da CPI do Leite houvesse interesse político. A própria configuração do requerimento de abertura demonstra que a Comissão agradava à oposição e ao governo ao mesmo tempo, sem produzir uma disputa política. O posicionamento político do jornal pouco afetaria a decisão de publicá-la: este interesse é nulo, em termos da tensão governo x oposição.

Já do ponto de vista econômico pode haver, ao contrário, um interesse em não midiaticar. Uma vez que as investigações da Comissão levaram muito cedo a indícios de infrações da ordem econômica por grandes empresas, incluindo redes de supermercados, o desfecho do indiciamento destas era uma questão de tempo (e de pressão dos produtores rurais). O setor representa uma fatia considerável de anúncios em Zero Hora; basta folheá-la e observar vários anúncios diários de página inteira, fora encartes promocionais⁸². Há que se registrar também a

⁸² Em julho de 1994 A Associação Gaúcha de Supermercados efetivamente suspendeu a publicação de anúncios em Zero Hora, em função de uma exposição no jornal dos supermercados como “vilões” do Plano Real. Depois de cinco semanas sem anúncios, Zero

parceria entre ZH e Nacional, marca do grupo Sonae, na constituição de eventos de gastronomia no Estado. Este possível interesse em não divulgar é percebido por setores da sociedade, como demonstra Schuch, ao ser questionado sobre a cobertura da mídia à CPI do Leite.

Não foi muito significativa, poderia ter dado uma cobertura mais ampla em função dos fatos levantados e apurados, talvez, e aqui não estou fazendo nenhuma afirmação, seja porque os indiciados são grandes anunciantes nos principais meios de comunicação. Também porque a grande imprensa tem uma preocupação mais centrada em defender o atual sistema econômico da forma como está concebido, não questionando práticas desleais de concorrência e muito menos as grandes dificuldades que são atravessadas pela maioria do nosso povo brasileiro, especialmente os pertencentes às classes menos favorecidas (Schuch, 2004- entrevista).

Logo, das quatro possibilidades, há um interesse possivelmente nulo e outro possivelmente contrário, produzindo uma tensão que afeta a midiaticização do acontecimento: não há a configuração de um escândalo midiático. Note-se que o interesse profissional, que reside no ideal de defesa do interesse público, não é suficiente, neste caso, para a produção do escândalo.

Pelo lado da política, a viabilidade da midiaticização é caracterizada pela disputa, pelo jogo político. Enquanto na CPI da Segurança esta disputa é clara, conforme as tensões enunciadas entre governo e oposição e governo e mídia (que atua politicamente), ela é mais velada para a CPI do Leite. Em primeiro lugar, porque a adversatividade maior nesta comissão ocorre entre outros atores: produtores x indústrias e supermercados. Em segundo lugar porque as tensões entre interesses da mídia também influem na relevância do conflito governo - oposição, que ressurgiu nesta comissão apenas nas restrições ao não indiciamento da rede Zaffari apresentadas por parlamentares do PT. A disputa

simbólica entre governo e oposição não vai se dar no campo midiático, mas nas mediações, nas relações diretas com produtores e representantes das indústrias e supermercados.

Ainda assim, a tensão governo x oposição era publicamente reconhecida e experienciada, como visto na reconstituição do contexto, enquanto os conflitos entre produtores, indústrias e supermercados não tinham fatos midiáticos de relevância à época. A CPI da Segurança foi associada a alguns eventos importantes do ano: a CPI da Corrupção, a queda das torres gêmeas, o bombardeio do Afeganistão, além de outras CPIs midiáticas do passado recente no país. A CPI do Leite recebeu uma única menção ao estoque simbólico das comissões, a saber, a associação com “pizzas”. E foi apenas para tentar um efeito textual, trocando pizza por leite.

Do ponto de vista produtivo, a pouca visibilidade da CPI do Leite é ainda menos justificável, uma vez que em 2002 a RBS implantava sua operação no segmento rural, centralizando a produção jornalística desta editoria de todos os seus veículos. Logo, se nesta pertinência específica a CPI fosse considerada importante, grandes matérias teriam aparecido em maior número e com maior frequência no caderno Campo & Lavoura, um dos favorecidos pela concentração produtiva. Isto só reforça que, em outros veículos da RBS, a CPI deve ter recebido a mesma atenção pequena.

Se todas estas considerações justificam os regimes de visibilidade experienciados, há que se concluir este trabalho com algumas consequências da midiática das Comissões Parlamentares de Inquérito para as relações entre mídia, política e sociedade.

8 CONCLUSÃO

As relações entre política e mídia são marcadas pelo poder de ver e dar a ver. Na análise da midiaticização das CPIs da Segurança e do Leite, os escândalos conformados (um político e o outro de cunho social e econômico), tiveram participações diferentes do campo da mídia e da política, bem como uma atenção diferenciada da sociedade, resultando em regimes de visibilidade midiática diversos.

Apurou-se que a comissão que investigava a segurança transitou no circuito de visibilidade midiática passando por todas as instâncias deste, chegando à espetacularização. Este caminho foi provocado pela participação e intervenção direta de agentes do campo da mídia na constituição do acontecimento, resultando na emergência de um escândalo midiático, tal qual postulado por Thompson (2002).

No caso da CPI do Leite, o escândalo é conformado apenas no campo político, sem a participação da mídia, que lhe concede uma visibilidade menor na cena pública. Sobre estes resultados, algumas observações devem ser feitas.

Em primeiro lugar, cabe reafirmar a importância da RBS no estado do Rio Grande do Sul, ocupando uma posição de liderança e referência, bem como a circularidade produtiva entre seus veículos. Sendo Zero Hora seu principal diário impresso, o que este jornal publica como o que há de importante diariamente no estado não apenas se baseia na cobertura dos outros veículos da rede (como os canais de televisão e emissoras de rádio) como também os pauta. O que permite inferir sobre o alcance dos dados obtidos neste estudo, uma vez que a zona de visibilidade midiática é em grande parte configurada pela RBS no estado, e Zero Hora é jornal de referência dos gaúchos (conforme Berger, 1998).

Também não há porque afirmar que escândalos de diferentes ordens, como foram os ensejados pelas comissões da Segurança e do Leite, devam receber tratamento igual pela mídia. Não é este o propósito da análise feita. As diferenças entre os dois fatos são consideradas e dão subsídios ao entendimento dos diversos interesses envolvidos na midiaticização de um escândalo.

Conforme visto, o escândalo da Segurança é de ordem política, com conseqüências diretas para este campo; provocado pelo campo da mídia e pelo campo político, onde há o interesse na visibilidade do próprio jogo político, da disputa entre adversários. A mídia, por sua vez, tem todos os interesses na conformação de um escândalo midiático enumerados por Thompson (2002) contemplados. O que não ocorre no caso da CPI do Leite, cujo escândalo, de ordem social e econômica, é levado ao campo político por um grupo social discreto (produtores rurais). Ele não serve à disputa entre adversários políticos naquele momento, e não contempla todos os interesses midiáticos possíveis, resultando em tensões que enfraquecem a atuação da mídia.

Se a configuração da cena pública política é inequivocamente marcada pela presença da mídia, os regimes de visibilidade aqui estudados revelam a importância da participação midiática não apenas no reconhecimento e exposição, mas na constituição mesma dos acontecimentos.

Isto foi comprovado em ambas as CPIs. Na Comissão que tratava da segurança, foi a mídia, através do Diário Gaúcho, quem promoveu a inflexão temática necessária à constituição do escândalo. Pode-se até objetar que um dos momentos clímax da CPI da Segurança, a gravação Tubino - Oliveira, nada tinha de participação da mídia. Mas mesmo esta gravação necessitava do contexto em que apareceu, conformado pela inflexão temática e pela fita anterior, a de Jairo Carneiro, que trouxe à luz o Clube da Cidadania. Sem as suspeitas levantadas

sobre esta instituição, o “carteiraço” de Diógenes de Oliveira teria sua relevância diminuída.

O estudo da mediação desta CPI revelou uma atuação conjunta e complementar entre dois veículos de uma mesma empresa. Diário Gaúcho, de competência discursiva própria, de gênero popular com toques sensacionais, levantou as suspeitas e promoveu as investigações, sem preocupações com possíveis implicações éticas ao trabalho jornalístico desenvolvido em alguns momentos. Zero Hora, do alto de sua posição referencial no estado, promoveu as revelações e condenou publicamente. Engana-se o editorial de Zero Hora, citado no início do capítulo 5: os meios de comunicação **são** parte da notícia, além de seus mensageiros.

Isto porque a mídia provoca acontecimentos, e assume uma postura de personagem destes, como visto. No Diário Gaúcho, um total de 46 ocorrências referentes à CPI da Segurança mencionavam o jornal, ZH ou a RBS. Cada recapitulação feita dos acontecimentos da CPI a partir de maio obrigatoriamente trazia seu nome (Diário Gaúcho). Em Zero Hora, foram 74 ocorrências, apenas duas a menos em comparação ao número que o jornal dedicou à cobertura da outra CPI, a do Leite.

A não participação da mídia relegou a CPI do Leite a um regime de visibilidade fraco. E no entanto, a mídia não pode ser acusada de ignorar o acontecimento; ela está cumprindo o seu dever de “registrar a evolução da sociedade não sonhando informações, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis, contrariem ou não interesses” (ZH, 10/11/2001:14), ainda que de forma fraca. O indiciamento de todas as empresas está lá, na cobertura do relatório. O drama dos produtores também. E o jornal não promoveu nenhuma investigação.

Se a participação da mídia é apontada como um fator decisivo para a visibilidade midiática das CPIs aqui estudadas, o mesmo pode ser dito em

relação à participação da sociedade. É esta que empurra a CPI da Segurança para a zona de espetacularização, pela representação de uma opinião pública interessada no tema, através das cartas remetidas e editadas pelo jornal, e especialmente da corporificação desta opinião pública, evidenciada nas manifestações pró ou contra governo que são retomadas pela mídia na zona de visibilidade.

É também a participação de um setor da sociedade que garante não apenas a realização da CPI do Leite (note-se que, ainda em setembro, havia inclusive a sugestão de que o assunto fosse tratado apenas em reuniões da comissão de agricultura da Assembléia Legislativa), como sua maior visibilidade alcançada na cobertura concedida por Zero Hora, através de protestos e ocupações de fábricas realizadas pelos produtores.

Os diferentes regimes de visibilidade midiática experienciados pelas duas CPIs demarcam posições variadas entre o dar a ver/ ver da mídia e o ver/dar a ver da sociedade. Na CPI da Segurança, ambos foram intensos. Deve-se recordar o contexto de polaridade vivenciado no estado, base para o jogo político vivido na constituição da comissão. O ver e dar a ver intensos da sociedade também se justificam por este contexto, uma vivência pública que passa pela eleição de 1998. Ou seja, uma resposta da sociedade nesta situação era até mesmo esperada/previsível. Pelas relações entre mídia e sociabilidade, pode-se também inferir que a midiatização e conseqüente alta visibilidade midiática aumentam o poder de reverberação dos meios de comunicação, pelo qual um tema amplamente divulgado na mídia chega a um público potencialmente grande, ampliando as possibilidades de um ver da sociedade (o que por sua vez também pode ampliar manifestações deste ver – um dar a ver).

Já na CPI do Leite, o regime experienciado (veiculação) abre algumas possibilidades: enquanto o dar a ver da mídia é fraco, a sociedade pode ver ou

não ver e dar a ver isto. Obviamente que, se a sociedade dá a ver de forma intensa, o tema inevitavelmente teria que receber maior atenção da mídia (considerando a própria legitimidade de um campo midiático configurado em regime democrático).

Esta não é uma pesquisa de recepção e não pretende identificar esse fator (se a sociedade viu ou não); estas possibilidades são aqui levantadas apenas para serem confrontadas com o poder de reverberação da mídia. Ao não desfrutar de um regime de visibilidade intensa, a CPI do Leite não usufrui a potencialidade de conhecimento público ensejada pela zona de visibilidade midiática. Logo, ainda que o assunto fosse de interesse público, seu domínio original era restrito e não contava com o contexto de vivências que a CPI da Segurança possuía. A crise do setor leiteiro era um tema circunscrito aos produtores, de pouca entrada midiática. Mesmo que a questão dos preços (ampliada à temática do próprio custo de vida) seja recorrente na mídia (e tenha uma experiência pública comum que remonta aos períodos de hiperinflação), este nunca foi o enfoque adotado por Zero Hora. O consumidor não foi considerado parte interessada na formação do preço do leite, na existência de monopólios nos setores de supermercados e de indústrias de laticínios. Esta situação, de um tema que não é de conhecimento público prévio e que não é tratado como de interesse comum, mas setorizado, sob um regime de veiculação com visibilidade limitada, faz com que a CPI do Leite não usufrua da mesma maneira que a CPI da Segurança o poder de reverberação da mídia. Seguramente, dadas as relações de envolvimento e mútua influência entre mídia e sociabilidade, isto contribui para a limitação de um ver da sociedade.

A primeira consequência que pode ser tirada deste estudo diz respeito à triangulação entre mídia, experiência e memória. A CPI da Segurança Pública não será esquecida por boa parte dos gaúchos, podendo ser até mesmo lembrada por

outros brasileiros⁸³. A CPI do Leite provavelmente terá sua memória circunscrita aos produtores rurais, pessoas ligadas à indústria de laticínios e representantes de supermercados. Ela não se tornou uma experiência pública, no sentido de comum, embora consistisse em uma atividade pública, da esfera do Estado.

Na esteira das CPIs midiaticizadas, a CPI da Segurança reforça os signos de corrupção e de escândalo político. É a CPI do Leite que sai pela tangente. O (re)conhecimento público deste instrumento legislativo está referenciado por esta carga simbólica, evidenciada na midiaticização. As conseqüências para o campo político estão na desqualificação de adversários (no caso o governo, o governador Olívio Dutra e o próprio Partido dos Trabalhadores), mas também da classe política em geral, como atestam as reprimendas ao comportamento dos parlamentares feitas por mídia e público.

Mas ao mesmo tempo, ao expor a representação parlamentar, a midiaticização reafirma valores democráticos: o que é visto só o pode ser por conta deste regime. A fiscalização da administração pública feita pelo parlamento transforma-se também em fiscalização do parlamento pelo público.

Nesta ambigüidade reside a própria legitimação dos campos da mídia e da política. A mídia legitima seu papel de fornecedora diária do que há de relevante no mundo: ela vê e dá a ver a atuação parlamentar, quando o regime de visibilidade da CPI é intenso. No caso contrário, ela não perde esta legitimidade, uma vez que há a presença do acontecimento, ainda que breve ou sem relevância, na zona de visibilidade midiática.

O dar a ver mais intenso na midiaticização da CPI da Segurança provoca uma tensão entre as representações do campo político e do campo midiático. Ambos se nomeiam representantes da opinião pública, mas é a mídia, através da zona de

⁸³ Ainda mais com sua recapitulação por parte de alguns veículos suscitada pelo caso Valdomiro Diniz, desde o início de 2004.

visibilidade por ela configurada, que pressiona o campo político publicamente criando representações de uma voz social. É ela quem cobra e fiscaliza o campo político.

Na CPI do Leite, a veiculação não chega a estabelecer esta tensão entre representações. Prevalece a representação política, acionada diretamente (e pela cena pública) por um grupo social discreto. O silêncio ou a fraca exposição obtida na mídia não traz a voz da opinião pública representada, porque o acontecimento não é efetivamente publicizado. Para a mídia, ele não é de interesse do público, embora tenha um interesse público inerente a sua condição de produção do campo político (o que garante sua veiculação).

Para o campo político, se a midiaticização serve ao jogo e à desqualificação de um adversário, como dito, a veiculação ou mesmo a opacidade não extinguem a função propriamente política das Comissões Parlamentares de Inquérito, muito menos seu interesse público. A relação com o público/eleitor direta, manifesta no exemplo da CPI do Leite, vai de encontro a outro conceito, não explorado neste trabalho, o de mediação (Martin-Barbero, 1987). É assim que, a despeito da pouca visibilidade da CPI do Leite, o deputado Vilson Covatti (presidente da comissão) afirma na Zero Hora de 08/10/2002 que sua atuação nesta CPI favoreceu sua votação junto ao eleitorado das zonas rurais. O presidente da Fetag na época da CPI, Heitor Schuch, também é eleito deputado estadual em 2002. Isto certamente se deve a sua atuação na entidade, o que inclui a criação da comissão do Leite.

Estas observações devem ser confrontadas com as relações entre o campo da política e o da mídia através da cena pública na contemporaneidade. No início deste trabalho, afirmou-se que a zona de visibilidade midiática é fundamental às práticas de esfera pública, à (des)constituição de imagens públicas e meio preferencial de insurgência de representações da opinião pública.

Se por um lado a mídia não é completamente “dona” da cena pública, sofrendo constrangimentos e pressões de outros campos ou mesmo pressões de sua própria lógica produtiva, no sentido de manter sua legitimidade, por outro, ela tem o poder de “dar a ver” de maneiras diferentes, a partir de seus interesses. Isto traz implicações variadas.

Considerando as duas comissões estudadas, a primeira inferência que pode ser mencionada diz respeito a (des)construção de imagens públicas. A midiatização da CPI da Segurança, conforme já dito, confirma a premência de comissões que são palco de escândalos políticos–midiáticos na desqualificação de rivais políticos. Embora a imagem pública seja constituída na recepção e deva ser aferida nesta instância, conforme Weber (2002), os sentidos que circulam a respeito dos sujeitos políticos na cena pública são vitais na conformação de suas imagens públicas, dada a amplitude de alcance do campo midiático e inegabilidade de sua presença social. É assim que o trânsito semântico jogo do bicho/PT/escândalo, vigorando em alta visibilidade e com presença de uma representação da opinião pública crítica (através especialmente das enquetes pré–eleitorais publicadas na ocasião), é percebido em diversas instâncias como prejudicial à imagem pública do governador Olívio Dutra. São jornalistas, analistas e políticos (de governo e oposição), bem como o público, que se manifestam a este respeito nas páginas de Zero Hora. Desta forma, a CPI da Segurança provoca a discussão em torno da candidatura do PT ao governo do estado em 2002, como uma de suas conseqüências. Aliada a outros fatores de diversas ordens, certamente a avaliação de uma imagem prejudicada contribuiu para a escolha de Tarso Genro em detrimento de Olívio Dutra como candidato do PT em 2002.

Já a CPI do Leite demonstra uma possível promoção ou qualificação de imagens, aferidas via eleição dos deputados Covatti e Schuch, como já dito, numa relação de mediação.

Em termos de opinião pública, política e mídia estão constantemente legitimando-se como representantes desta. O campo político, no caso das CPIs, ao ouvir seus clamores (na representação midiática, quando posta em xeque a criação da comissão sobre a Segurança, em março, e nas manifestações dos produtores, na CPI do Leite) e criar as comissões. O campo midiático, ao promover opiniões, exigir atitudes e assumir a função de condenação do escândalo da CPI da Segurança. Na CPI do Leite, há um confronto, uma divergência: enquanto o campo político assume sua realização, dotando-a de interesse público, a pouca visibilidade da mídia acena para um desinteresse público, uma não relevância. Uma vez que aferidor do que de relevante acontece diariamente (do que interessa cotidianamente), este campo não deixa de fazer uma representação da opinião pública, neste caso. O silêncio desta voz nas ocorrências computadas para a CPI do Leite sugere a representação de uma opinião pública manifestamente desinteressada sobre o tema.

Há, portanto, uma convergência entre o que mídia e política consideram de interesse público, no caso da CPI da Segurança. E há uma divergência para este mesmo valor na CPI do Leite. Ao ser considerada pelo campo político de interesse público, esta comissão tem garantida sua entrada no circuito de visibilidade. Mas este valor não é efetivado no campo midiático, que concede à comissão um regime restrito à veiculação.

O confronto dá-se entre interesse público e interesses da mídia, não totalmente contemplados no escândalo do leite, como visto. Dentre os interesses midiáticos listados, há espaço para o interesse público nas próprias exigências profissionais dos agentes da mídia, estimuladas por valores profissionais como

objetividade, revelação da verdade, esclarecimento da opinião pública. Mas também há interesses privados das organizações midiáticas, de cunho econômico e político. Se na CPI da Segurança o interesse público vem de encontro ao interesse político da mídia, na CPI do Leite ele esbarra nos interesses econômicos do campo.

Também as práticas de esfera pública relacionadas ou provocadas pelas CPIs são diferenciadas pela mediatização. A CPI da Segurança provocou debates públicos, envolvendo mídia, política e sociedade, e afetando o próprio processo eleitoral. Na CPI do Leite a discussão restringiu-se ao parlamento. Com os sentidos associados à primeira comissão, pode-se entrever que as práticas de esfera pública suscitadas pela mediatização giram especialmente em torno da fiscalização e avaliação de agentes políticos; outros assuntos de interesse público investigados por CPIs ficam fora deste alcance. Isto pensando nas próprias comissões como ocorrências discursivas de esfera pública (externas à mídia): no caso da Segurança, também são fomentadas discussões no campo da mídia, o que não ocorre com a CPI do Leite.

Ainda que o público possa editar práticas de esfera pública a partir de diversos materiais midiáticos (que é a terceira possibilidade enumerada por Gomes, 1999b), não é possível descartar a presença de uma discussão pública que também tenha lugar na mídia no que diz respeito a grandes decisões.

Neste processo, as mídias retomam a representação de agentes democráticos, que tornam o fazer político público e promovem as discussões públicas. Embora qualquer campo social tenha a prerrogativa de incitar tais discussões, é na cena pública que se tornam de fato públicas (ou inevitavelmente o são e a mídia é obrigada, por sua própria lógica, a abrigar tais discussões). Mas o filtro dos interesses dos meios de comunicação também pode barrar a

emergência de discussões públicas em torno de outras questões, caso da CPI do Leite.

Por fim, o campo midiático também pode sofrer as conseqüências da midiaticização. A primeira e talvez mais clara é a reafirmação de sua legitimidade enquanto campo de visibilidade de uma experiência pública. Por outro lado, se seus interesses na midiaticização de um fato não são exteriorizados abertamente, podem ser sugeridos. É assim, no caso da CPI da Segurança, por exemplo. O confronto entre governo e RBS teve momentos anteriores de explicitação; o interesse político da instituição midiática pode ser inferido na intervenção direta no escândalo (ainda que possa ser também percebido como meramente profissional pelo público).

Os agentes midiáticos também podem sofrer uma queda de credibilidade ao midiaticizar o jogo político. Isto porque a própria mídia assume uma posição neste jogo, o que fica claro nesta comissão. Expondo-se desta forma, nem sempre os valores jornalísticos de objetividade, verdade e isenção podem permanecer imaculados na visão do público. Resulta que também a imagem pública da empresa é posta em jogo na midiaticização das CPIs.

O dar a ver aqui realizado da midiaticização das Comissões Parlamentares de Inquérito não pretende afirmar que todas as CPIs devem necessariamente ter a mesma exposição na zona de visibilidade midiática. Constatou que há diferentes regimes de visibilidade ensejados por maior ou menor participação da mídia e da sociedade, produzindo acontecimentos de variada relevância, permanência e pertinência.

Esta diferença, calcada na constituição de escândalos midiáticos, revela interesses da mídia e da política, legitima e abala os campos, regula sentidos na visão da política que a mídia dá a ver.

A mídia cumpre e descumpre seu papel democrático de mostrar. Na CPI da Segurança, seu olhar foi claramente político. Na CPI do Leite, desfocado.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de; DIAS, José Luciano de Matto Dias (orgs.). **O Futuro do Congresso Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **“Aqui você vê a verdade na tevê” – A propaganda política na televisão**. Rio de Janeiro: UFF/MCII, 1999.

ALONSO, E.L. **La Mirada Cualitativa en Sociología. Una Aproximación Interpretativa**. Madrid: Edit. Fundamentos, 1998.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Últimas notícias**. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br>>.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BALANDIER, Geoges. **O Poder em Cena**. Brasília: EDUNB, 1993

BALANDIER, Georges. **O Dédalo: para finalizar o século XX**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BERGER, Christa. **A reestruturação da política em tempos midiáticos**. In: Revista Intexto: edição 01, 1997. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/>>

BERGER, Christa. **Campos em confronto : a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade. Por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e a lição dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão : seguido de a influência do jornalismo ; e, os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1997.

CALHOUN, Craig . **Habermas and the public sphere**. Cambridge: The Mit Press, 1992.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Site com informações referentes à instituição. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissões Parlamentares de Inquérito 1946–1982**. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1983.

CAPPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e indústrias culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spinola. **Na tessitura da cena, a vida: comunicação, sociabilidade e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1997

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião : o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHERINI, Giovanni. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do preço do leite**. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural : leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1978.

CUNHA, Vieira da. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos apontados na área da segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul**. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DARTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Cia.das Letras, 1990.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBRAY, Régis. **O Estado sedutor**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem- uma história do olhar no Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FAUSTO NETO, Antônio. **A midiaticização do discurso político (quando a política toma forma)**. São Leopoldo (RS): PPGCC/UNISINOS, 2002 (mimeo).

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em Derrapagens – os casos Corona & Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: RIOFUNDO, 1991.

FAUSTO NETO, Antônio. **O agendamento do esporte: uma breve revisão teórica e conceitual**. In: Verso e Reverso – Revista do Centro de Ciências da Comunicação. Ano XVI, N° 34, 2002/1. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2002.

FAUSTO NETO, Antonio. **O impeachment da televisão : como se cassa um presidente**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Instituições e política no controle do Executivo**. DADOS – revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 44, n° 4, 2001.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia : pistas para percibir el mundo**. Barcelona: Paidós, 1993. 157 p.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

GALTUNG, Johan e RUGE, Mari Holmboe. **A estrutura do noticiário estrangeiro: A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros**. in: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Veja, 1993

GARCIA-TALAVERA, Teresa Velazquez. **Los politicos y la television : aportaciones de la teoria del discurso al dialogo televisivo**. Barcelona: Ariel, 1992.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.

GOMES, W. **A política de imagem**. Revista Fronteiras (Unisinos), 1 (1999a): 144–175.

GOMES, W. **Verdade e Perspectiva. A questão da verdade e o fato jornalístico**. Textos de Cultura e Comunicação, Salvador, BA, v.29 p.63–83. 1993.

GOMES, W. **Esfera pública política e "media" II**. In: A. Rubim, I. Bentz e M. Pinto (eds.) **Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea**. São Leopoldo: Compós/Unisinos, 1999b: 203–231.

GOMES, W. **Esfera pública política e "media": com Habermas, contra Habermas.** In: A. Rubim, I. Bentz e M. Pinto (eds.) *Produção e recepção dos sentidos mediáticos.* Petrópolis: Vozes/Compós, 1998: 155–186.

GOMES, Wilson. **Opinião Pública Política Hoje.** In: A. Fausto Neto, J. L. Prado, S. Porto e A. Hohlfeldt (eds.) *Práticas Midiáticas e Espaço Público,* Porto Alegre:Edupcrs, 2001: 61–82.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. **Comissões Parlamentares de Inquérito: poderes de investigação.** São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **"Encoding/Decoding"** [1973] in DURING, Simon (Ed.) *The Cultural Studies Reader*, 4ª, London: Routledge, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** S. Paulo: Loyola, 2001. 10ª ed.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz & FRANÇA, Vera Veiga (Orgs). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2001;

KATZ, Elihu. **Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião** in: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias".* Lisboa, Veja, 1993.

LANDOWSKI, Eric. **A Sociedade Refletida.** São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

LIMA JR, Olavo Brasil de. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80.** São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política.** São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Loyola, 1999.

MAIA, Rousiley C. M. **Mídia e deliberação pública: mediações possíveis.** Compós 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP. Pontes, 1997.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 10, nº 29, 1995.

MARRE, Jacques. **A Construção do Objeto Científico na Investigação Empírica**. Seminário de Pesquisa. Porto Alegre: 1981, mimeo.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **De los medios a las mediaciones**. Barcelona. Gustavo Gili, 1987.

MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Revista Lua Nova, 2002.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia : bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995. 301 p.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. **News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents and Scandals**. American Sociological Review, 1974, Vol. 39 (Fevereiro): 101-12. Disponível em francês em: <<http://www.ensib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/75/01-molotch.pdf>>. Disponível em espanhol em: <[http://www.e-comunicacion.com/Valbuena/comunicacion_politica/Noticias_conducta\(Molotch%20y%20Lester\).htm](http://www.e-comunicacion.com/Valbuena/comunicacion_politica/Noticias_conducta(Molotch%20y%20Lester).htm)>.

MORAGAS SPÁ, Miquel de. **Sociología de la comunicación de masas**. Barcelona: G. Gili, 1993

MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e Poder**. Brasília: EdUnB, 2002.

MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio D. (org). **O jornal - da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu funcionamento - As formas do Discurso**. Campinas, SP. Pontes, 1996.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Televisión y audiencias. Un enfoque cualitativo.** Madrid. Ediciones de la Torre, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1995.

PEIXINHO, Manoel Messias; GUANABARA, Ricardo. **Comissões Parlamentares de Inquérito: princípios , poderes e limites.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

PIMENTA, Marcelo et al.. **Tendências da Comunicação 2.** Porto Alegre: L&PM/RBS, 1999.

REQUENA, Jesús González. **El Discurso Televisivo: Espectáculo de la postmodernidad.** Madrid: Cátedra, 1988.

REVISTA ÉPOCA. Disponível em <<http://www.epoca.com.br>>.

REVISTA ISTOÉ. Disponível em <<http://www.istoe.com.br>>.

REVISTA VEJA. Disponível em <<http://www.veja.com.br>>.

RIVIÈRE, Claude. **As liturgias políticas.** Rio de Janeiro: Imago, 1988

ROCHBERG-HALTON, Eugene. “La investigación y la actitud pragmática”, in *Meaning and Modernity: social theory in the pragmatic attitude.* Mimeo.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construccion de la noticia.** Barcelona: Paidós, 1989

RODRIGO ALSINA, Miquel. **Los modelos de la comunicación.** 2.ed. Madrid: Tecnos, 1995.

RODRIGUES, Adriano D. **Delimitação, natureza e funções do discurso mediático.** In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio D. (org). *O jornal - da forma ao sentido.* Brasília: Paralelo 15, 1997.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação : questão comunicacional e formas de sociabilidade.** Lisboa: Presença, 1997. 223 p.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento.** in: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.* Lisboa, Veja, 1993

RUBIM, Antônio A . **Novas Configurações das Eleições no Brasil Contemporâneo.** In: *Mídia e eleições de 1998.* Salvador: Editora Universitária/UFPB, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Espetáculo, Política e Mídia**. Compós 2002.

SALGADO, Plínio. **Comissões Parlamentares de Inquérito: doutrina, jurisprudência e legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução à Ciência Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCHUCH, Heitor. Entrevista concedida em março de 2004.

SENADO FEDERAL. Site com informações referentes à instituição. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público : as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447 p.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Ed Loyola, 2002.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Edições 70, 1991. 87 p.

VERÓN Eliseo. **Interfaces sobre la democracia audiovisual evolucionada**. In: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Gedisa, 1995.

VERÓN, Eliseo. **A Produção de Sentido**. São Paulo: Cultrix, 1981.

VERÓN, Eliseo. **Esquema para el analisis de la mediatización**. Diálogos, nº 48, Lima: Felafacs, 1997: 9–17.

VERÓN, Eliseo. **Semiosis de lo ideológico y del poder ; La mediatización**. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del Ciclo Básico Común, 1997.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade/UFRGS, 2000a.

WEBER, Maria Helena. **Consumo de paixões e poderes nacionais : (hibridação e permanência em espetáculos político–mediáticos)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

WEBER, Maria Helena. **Hibridação de Verdades Políticas e Midiáticas**. In: Revista eletrônica **INTEXTO**. (<http://www.ppgcom.ufrgs.br/intexto>), n.6. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação/ UFRGS, 2000b.

WEBER, Maria Helena. **Na imagem pública, o benefício da dúvida**. Porto Alegre, UFRGS, 2002 (mimeo)

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Ed. Presença, 1994.

ANEXO – ALGUMAS OCORRÊNCIAS DA CPI DA SEGURANÇA NO DIÁRIO GAÚCHO E NA ZERO HORA



DG 21/06/2001 – capa e pág 24: Krishke entrega dossiê



DG 26/06/2001, pág 24: depoimento de Krishke



DG 27/06/2001, pág. 29 e DG 19/10/2001, pág. 34: os dois depoimentos de Jairo Carneiro



DG 27/10/2001, capa e págs. 3, 4-5: fita Tubino-Oliveira. Além da capa inteira, a CPI ganha um especial de três páginas.



DG 29/10/2001, pág.4: entrevista de Oliveira



DG 05/11/2001, pág. 26: anúncio do depoimento de Oliveira. Note-se que a fotografia é a mesma da ocorrência anterior



DG 06/11/2001, capa e págs. 28–29: cobertura do depoimento de Oliveira



DG 08/11/2001, capa e págs. 4–5: apreensão de documentos na casa de Oliveira

DG 08/11/2001, detalhe da pág 3.





DG 09/11/2001, capa e detalhe da pág. 7



DG 15/11/2001, capa e págs. 4-5: cobertura da leitura do relatório. Na página 5, “A verdade sobre a fita de Jairo Carneiro”.



DG 23/11/2001, capa: cai a censura e a publicação do conteúdo

DG 10/11/2001, págs 4-5: especial em que a investigação dos jornalistas é contada pictoricamente, como uma história em quadrinhos

Entenda o caso						
<p>- 17 de maio Jairo Carneiro dos Santos, ex-tesoureiro expulso do PT por desvio de dinheiro, ligou à noite para a redação do Diário Gaúcho. Disse que tinha informações sobre ligação de bicheiros com o governo estadual.</p>	<p>- 18 de maio Entre uma série de acusações, Jairo afirma a jornalistas do Diário Gaúcho que o Clube de Seguros da Cidadania teria recebido dinheiro do jogo do bicho para comprar um prédio, cedido depois em comodato (<i>empréstimo gratuito</i>) para o PT. O depoimento foi gravado pelo jornal.</p>	<p>- maio de 2001 Conforme certidão 31.373 do 10º Tabelionato de Porto Alegre, no dia 8 de julho de 1998, o Clube de Seguros da Cidadania adquiriu o prédio. O valor foi R\$ 310 mil, que deveriam ser parcelados, mas em dezembro de 1998 a compra foi quitada.</p>	<p>- junho de 2001 Para comprovar a compra do prédio por R\$ 310 mil, o presidente do Clube de Seguros, Diógenes de Oliveira, apresenta uma lista de doadores, na qual constavam doações feitas em 1999 como tendo pago o prédio quitado em 1998. Depois, substitui esta lista por outra e faz nova declaração à Receita Federal. As duas listas mostrariam que o Clube de Seguros pagou com doações legais o valor de R\$ 310 mil pelo prédio. Em nenhuma das listas, porém, teria dinheiro suficiente para liquidar o valor do prédio na data em que foi adquirido.</p>	<p>- 26 de junho Jairo diz em depoimento à CPI da Segurança que havia mentido aos jornalistas do Diário Gaúcho. Disse ter feito isso para se "vingar" do PT por causa de sua expulsão.</p>	<p>- 18 de outubro Jairo Carneiro dos Santos depõe pela segunda vez na CPI da Segurança e reafirma ter inventado as declarações aos jornalistas. Mas não explica ligações recebidas de telefones do PT no dia do seu primeiro depoimento à CPI, em 26 de junho.</p>	<p>- 22 de outubro Representante da empresa Marcopolo SA, em depoimento, Carlos Zignani, na CPI da Segurança, nega que a empresa tenha feito qualquer doação ao Clube de Seguros da Cidadania, mas sim à campanha do PT. Os recibos, porém, são assinados por Diógenes de Oliveira e Janice Foschiera, "trabalhadora voluntária do Clube de Seguros."</p>

As denúncias surgiram em maio

- 11 de maio: Diário Gaúcho divulga existência de inquérito que apurava envolvimento de deputados e policiais com o jogo do bicho.
- 17 de maio: Jairo Carneiro dos Santos, ex-tesoureiro do PT, telefona para o jornal e diz ter "denúncias sobre o jogo do bicho".
- 18 de maio: Jairo se encontra com jornalistas do Diário Gaúcho e relata a versão de que R\$ 600 mil teriam sido doados por bicheiros à campanha de Olívio Dutra, em 1998, por meio do Clube da Cidadania.
- 18 de junho: os jornalistas se encontram com o promotor Carlos Araújo. Na presença do subprocurador para assuntos institucionais do Ministério Público, Mauro Renner, é mostrada a transcrição da primeira conversa entre Jairo e os jornalistas e fornecido o nome do denunciante.
- 22 de junho: o jornal entrega a Vieira da Cunha uma única cópia da fita da primeira conversa com Jairo. Vieira redige e assina o pedido de inclusão do ex-tesoureiro no programa federal de proteção a testemunhas.
- 26 de junho: Jairo depõe à CPI. O ex-tesoureiro diz ter inventado suas declarações porque estava com raiva do PT.
- 26 de outubro: CPI da Segurança recebe um CD contendo diálogo entre o ex-chefe da Polícia Civil do governo Olívio e Diógenes de Oliveira. Diógenes diz falar em nome do governador e pede para a Polícia poupar o jogo do bicho. É a confirmação de parte das denúncias de Jairo.
- 14 de novembro: relatório da CPI da Segurança aprova o indiciamento de 42 pessoas, entre elas o governador Olívio Dutra. Grande parte dos indiciamentos fundamenta-se nas acusações apresentadas por Jairo aos jornalistas do Diário Gaúcho.

Exemplos de boxes que recapitulam a CPI, valorizando a participação do próprio Diário Gaúcho nas datas iniciais.

ZERO HORA
 Ano 38 - Nº 11.236 - 7ª Edição - PORTO ALEGRE, SÁBADO, 27 DE OUTUBRO DE 2001 - R\$ 2,00 - Nº 121

CPI revela gravação que relaciona jogo do bicho ao Piratini

Sete meses depois de instalada, a CPI da Segurança Pública viveu ontem na Assembleia Legislativa o seu dia mais importante. A apresentação da gravação de uma conversa entre o delegado Luiz Fernando Tubino (BIO), ex-chefe de Polícia do governo petista, e o presidente do Clube da Cidadania, Diógenes de Oliveira, atingiu o Palácio Piratini.

MILÍCIA TALIBÃ EXECUTA LIDER DA OPOSIÇÃO

Assim como aconteceu com o governador Olívio Dutra e seguiu a Tubino que a Polícia Civil não repress o jogo do bicho, assim quem o PT teria "uma relação muito boa, muito íntima". **Página 4 e 12**

A feira dos poetas

Américo Tavares (D) e o escritor Xico Stockinger abrem a 47ª Feira de Livro, na Capital, e homenageiam prominentemente os homenageados poetas Carlos Drummond de Andrade (em pé) e Mário Quintana (sentado).

Zélia Gattai conta segredos de família

A autora de "Brasão" acaba de publicar "Contagem regressiva para o centenário de Drummond".

Montadoras fazem promoções para liquidar estoques

Com o fechamento do ano, as montadoras fazem promoções para liquidar estoques.

REPORTAGEM ESPECIAL
 Em conversa com ex-chefe de Polícia, Diógenes de Oliveira diz falar em nome de Olívio e pede para poupar o jogo do bicho

Uma gravação abala o Rio Grande

Quem é Tubino

Com 19 anos de carreira na polícia civil, o delegado Luiz Fernando Tubino, 49, foi o homem de confiança do governador Olívio Dutra por quase um ano. Como Chefe de Polícia, tinha sob seu comando cerca de 2 mil pessoas. Sua posse no cargo de chefe de Polícia, em 4 de janeiro de 1999, foi marcada por promessas de combate às drogas no interior e ao crime organizado. Assumiu o posto com um homem varrido do PT, diante de um auditório lotado e sob o olhar de Olívio e do secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol. Foi aplaudido ao defender a valorização dos agentes e a motivação para a polícia.

Quem é Diógenes

Os vínculos do economista Diógenes Oliveira com o governador Olívio Dutra são antigos. No primeiro governo do PT em Porto Alegre (1995-1997) foi primeiro interventor da empresa de ônibus Trevo e, depois, secretário municipal dos Transportes. Ocupou o mesmo cargo no primeiro mandato de Tasso Cotta como prefeito (1993-1996).

No começo de 1998, acertada fusão com os empresários, resolveu ocupar finalmente o cargo de tesoureiro. A relação, que Diógenes definiu como de amizade, ficou estreitada no início do governo. Sua presença

Medança de nome: a gravação de Tubino com os delegados foi suspensa para os deputados ouvirem a gravação

CARLOS MARINHO MINES e ELATON MAGALHÃES

de ser paga aos policiais e iria para a obra social do governo. A acusação foi suspensa para que os deputados pudessem escutar a gravação.

A partir do anúncio da existência do CD, os delegados começaram a ser pagos aos policiais e iria para a obra social do governo. A acusação foi suspensa para que os deputados pudessem escutar a gravação.

A apresentação da gravação em CD de uma conversa entre o delegado Luiz Fernando Tubino, ex-chefe de Polícia do governo

Teve, para tu saber, dessas relações que nós temos com esse pessoal, desde que eles não interferem no crime organizado - afirma Diógenes, em determinado momento.

No diálogo, Diógenes também

ZH 27/10/2001, capa e detalhe da pág. 4, reportagem especial: gravação Tubino-Oliveira



ZH 30/10/01, capa e ZH 31/10/2001, capa



ZH 06/11/2001, capa e ZH 08/11/2001, capa: depoimento de Oliveira e apreensão de documentos em sua residência



Detalhe da Pág. 4, Reportagem Especial, de ZH de 08/11/2001: fotos mostram as agendas apreendidas e os deputados da CPI esperando que o chaveiro abra o portão da residência de



ZH 09/11/2001, capa e ZH 10/11/2001, capa



Detalhe da pág. 6 de ZH de 10/11/2001, sobre o depoimento do secretário José



ZH 14/11/2001 e ZH 15/11/2001: expectativas e antecipações (14) e cobertura (15) da leitura do relatório



Detalhes de ocorrências informativas exemplificando o tratamento visual dispensado a oliveira. A foto em que está na cadeira de rodas será publicada novamente no caderno de retrospectiva 2001, em 31/12/2001, como registro visual para a CPI da Segurança.



Ocorrências exemplificando o tratamento dado por ZH em relação à proibição de publicação do conteúdo da fita de Carneiro. À esquerda, ocorrência informativa. Abaixo, ocorrência no Informe Especial (pág.3)



Exemplos de charges publicadas:



ZH 10/11/2001, pág. 3 e ZH 15/11/2001, pág. 3



DG 06/11/200, pág. 2 e DG 08/11/2001, Pág. 2



DG 15/11/2001, pág. 2